

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS – FES
MESTRADO PROFISSIONAL EM CONTABILIDADE E CONTROLADORIA

**PORTAIS ELETRÔNICOS LEGISLATIVOS COMO
INSTRUMENTOS DE ACCOUNTABILITY, TRANSPARÊNCIA
E DEMOCRACIA.**

JORGE LUIZ JORDÃO

MANAUS - AM

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS – FES
MESTRADO PROFISSIONAL EM CONTABILIDADE E CONTROLADORIA

JORGE LUIZ JORDÃO

PORTAIS ELETRÔNICOS LEGISLATIVOS COMO
INSTRUMENTOS DE ACCOUNTABILITY, TRANSPARÊNCIA
E DEMOCRACIA.

Dissertação submetida como requisito para obtenção do título de Mestre em Contabilidade e Controladoria do programa de Pós-graduação em Contabilidade e Controladoria, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

Orientador: Professor Dr. Luiz Augusto de Carvalho Francisco Soares

Coorientador: Professor Dr. Ricardo Jorge da Cunha Costa Nogueira

MANAUS - AM

2016

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

J82p Jordao, Jorge Luiz
Portais eletrônicos legislativos como instrumentos de
accountability, transparência e democracia / Jorge Luiz Jordao.
2016
179 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Luiz Augusto de Carvalho Francisco Soares
Dissertação (Mestrado Profissional em Contabilidade e
Controladoria) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Portais Legislativos. 2. Transparência. 3. Democracia. 4.
Accountability. I. Soares, Luiz Augusto de Carvalho Francisco II.
Universidade Federal do Amazonas III. Título

JORGE LUIZ JORDÃO

**PORTAIS ELETRÔNICOS LEGISLATIVOS COMO INSTRUMENTOS DE
ACCOUNTABILITY, TRANSPARÊNCIA E DEMOCRACIA.**

Dissertação julgada adequada e aprovada em sua forma e conteúdo para obtenção do título de Mestre em Contabilidade e Controladoria pela Faculdade de Ciências Sociais - FES da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

APROVADA EM: 23 / 05 / 2016

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Augusto de Carvalho Francisco Soares (Presidente)
Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

Prof. Dr. Ricardo Jorge da Cunha Costa Nogueira (Membro)
Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

Prof. Dr. Tristão Sócrates Baptista Cavalcante (Membro)
Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

Prof. M.Sc. Mestre Adenes Teixeira Alves (Membro Externo)
Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

Dedico este trabalho à minha esposa, Alenira Maria Souza Pedroso Jordão e ao meu filho, Jorge Junio Pedroso Jordão, partes integrantes desta conquista. Por todo nosso amor, pelo auxílio e incentivo, pela compreensão de minhas ausências, e pelas noites em claro....

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato de amor e reconhecimento. Vencida essa etapa, deixo aqui minha GRADITÃO a todos que direta ou indiretamente contribuíram para o sucesso deste trabalho. Aos poucos citados, peço que sejam depositários dos meus agradecimentos a todos.

A DEUS pela vida e proteção de minha família.

À meus pais, Walter Jordão (in memoriam) e Maria José Jordão pelos princípios éticos e morais norteadores de seus ensinamentos.

Aos meus irmãos, João Batista Jordão e Antonio Carlos Jordão pelo amor e companheirismo que a distância nunca abalou.

À toda minha família Paulista e Amazonense, pelo apoio, compreensão e incentivo.

Aos meus amigos/irmãos Francisco Feitoza e Renato Piacenti pelo inestimável apoio em todos os momentos de minha vida.

Ao meu amigo/irmão e professor Wander Motta pelo incentivo, companheirismo, respeito, apoio, ensinamentos e por fazer parte de minha vida profissional e pessoal.

Ao Coordenador do curso de Mestrado e meu Orientador Prof^o Dr. Luiz Augusto de Carvalho Francisco Soares pela orientação e conhecimento transmitido, mais principalmente pelo grande apoio e resgate de toda a turma do mestrado.

Ao Prof^o Dr. Ricardo Jorge da Cunha Costa Nogueira, ao Prof^o Dr. Tristão Sócrates Baptista Cavalcante e ao Prof^o M.Sc. Adenes Teixeira Alves pelos ensinamentos, dedicação e incentivo, em nome dos quais agradeço a todos os docentes.

Ao Secretário do PPG em Contabilidade e Controladoria da UFAM Rubens Felipe Oliveira da Silva, servidor competente, prestativo e atencioso, o qual faz parte de nossas conquistas.

À todos os mestrandos da turma, em especial ao nosso grupo de estudo Jamariam Riker, Ligia Barros e Rizelda Ribeiro, além da minha "Assessora Tecnológica" Milene Oliveira, com quem divido essa conquista, e sem os quais nada seria possível.

Pela oportunidade, à Assembleia Legislativa Do Amazonas - ALEAM e a Universidade do Federal do Amazonas - UFAM.

"A ciberdemocracia é um espaço de aprofundamento da comunicação e cooperação, que promove o incremento da transparência do processo político, eleva o compromisso direto e participativo do cidadão e melhora a qualidade da informação da opinião pública, abrindo novos espaços de informação e deliberação." (MEZZARROBA et al, 2010).

RESUMO

Esta pesquisa objetiva analisar de que forma se dá a prestação de contas das Assembleias Legislativas Estaduais do Brasil através de seus Portais Eletrônicos, especificamente tendo como foco mensurar o nível de transparência dos portais das 26 Assembleias e da Câmara Legislativa do Distrito Federal, bem como sua utilização como instrumentos de accountability, transparência e democracia, criando um Ranking Geral do Nível de Transparência e analisando a variação com pesquisas antecessoras correlacionadas no lapso temporal de 2008, 2013 e 2016, considerando também as regiões geográficas. Para tanto, fizeram-se necessárias as pesquisas bibliográfica, como base literária dos assuntos relativos ao tema, e de caso, considerando a observação direta, utilizando-se metodologia quali-quantitativa de cunho descritiva e explicativa. O modelo da metodologia, com as devidas adaptações, tomou como base a dissertação de Zurra (2008) e o artigo de Zurra, Botelho, Ferreira e Soares (2013), fundamentados inicialmente no informe sobre transparência eletrônica do Congresso mexicano, realizado pela Organização Não Governamental Monitor Legislativo, elaborado por Hernandez, Iturbe e Moreno (2003), tendo como base a Lei de Transparência e Acesso a Informações Públicas Governamentais do México. Assim, o modelo ora utilizado considerou a disponibilização de informações sobre: função administrativa; controle interno; trabalho legislativo; trabalho das comissões; concessões, permissões e contratos; arquivo histórico e serviços bibliotecários; controles externos; e canais de comunicação com a sociedade, sendo 8 itens subdivididos em 44 subitens. A mensuração foi feita item a item, apresentando uma tabela da transparência para cada item. Na sequência apresenta-se uma tabela com o Ranking Geral do Nível de Transparência das Assembleias Legislativas, a qual é resultante da somatória das suas respectivas notas obtidas em todos os itens pesquisados. Por fim, os resultados da pesquisa demonstram um crescimento nos níveis de transparência satisfatório e razoável. Ainda, a média por região decresceu na seguinte ordem: Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte. Os portais possuem tecnologia e procedimentos para figurarem como instrumentos de accountability, transparência e democracia, mas não são utilizados em sua plenitude. Sugere-se portanto, o desenvolvimento de um layout padrão obrigatório de acesso simplificado e inteligível, de modo a promover maior controle social e facilitar a fiscalização dos Órgãos de Controle Externos.

Palavras chaves: Portais Legislativos, Transparência, Democracia e Accountability.

ABSTRACT

This objective study aimed to analyze how the accountability of the State Legislative Assemblies of Brazil is implemented through its Electronic Portals, specifically focusing on measuring the level of transparency of the portals of the 26 Assemblies and Legislative Chamber of the Federal District, as well as its use as instruments of accountability, transparency and democracy, creating a General Ranking of Transparency Level and analyzing the variation predecessors research correlated in time lapse 2008, 2013 and 2016, also considering the geographical regions. Therefore, bibliographical research, as a literary basis to the topics related to the theme, and case research, considering the direct observation, were necessary, using qualitative and quantitative methodology of descriptive and explanatory nature. The model for the methodology, with due adaptations, was based on Zurra's dissertation (2008) and Zurra's, Botelho Ferreira's and Smith's article (2013), initially based on the Electronic Transparency Report of the Mexican Congress, organized by Non-Governmental Organization *Monitor Legislativo* prepared by Hernandez, Iturbe and Moreno (2003), which in turn was based on the Law of Transparency and Access to Governmental Public Information of Mexico. Thus, the model used now considered the availability of information on: administrative function; internal control; legislative work; work of the commissions; concessions, permits and contracts; historical archive and library services; external controls; and communication channels with society, 8 items subdivided into 44 sub-items. The measurement was made item by item, with a table of transparency for each one. After, a chart of the General Ranking of Transparency Level of the Legislative Assemblies is presented, which results from the sum of their respective ratings obtained in all the surveyed items. Finally, the survey results show an increase in levels of satisfactory and reasonable transparency. Also, the average for the region decreased in the following order: South, Southeast, Midwest, Northeast and North. The portals have the technology and procedures to function as instruments of accountability, transparency and democracy, but are not used to its fullest potential. The development of a mandatory standard layout simplified and intelligible access is therefore suggested, in order to promote greater social control and facilitate the oversight of External Control Bodies.

Key words: Legislative Portals, Transparency, Accountability and Democracy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Portal da ALEAM.....	58
Figura 2. Menu do Portal da Transparência ALEAM	59
Figura 3. Link Solicitação de Informação do Portal da Transparência ALEAM	60
Figura 4. Menu Câmaras do Portal da Transparência ALEAM.....	61
Figura 5. Site Câmara da Municipal de São Gabriel da Cachoeira	62

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Nível de Transparência dos Portais em 2008	101
Gráfico 2. Nível de Transparência dos Portais em 2013	101
Gráfico 3. Nível de Transparência dos Portais em 2016	101
Gráfico 4. Variação do Nível de Transparência dos Portais da Região Sul	103
Gráfico 5. Variação do Nível de Transparência dos Portais da Região Sudeste.....	104
Gráfico 6. Variação do Nível de Transparência dos Portais da Região Centro-Oeste	105
Gráfico 7. Variação do Nível de Transparência dos Portais da Região Nordeste ...	106
Gráfico 8. Variação do Nível de Transparência dos Portais da Região Norte	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Resumo do Referencial Teórico	21
Quadro 2. Procedimentos e Técnicas Metodológicas	63
Quadro 3. Resumo do modelo de mensuração de transparência.	68
Quadro 4. Níveis de Transparência.....	80
Quadro 5. Níveis de Transparência.....	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Sistema de Pesos do Modelo.....	78
Tabela 2. Função Administrativa	81
Tabela 3. Controle Interno.....	83
Tabela 4. Trabalho Legislativo	85
Tabela 5. Trabalho das Comissões.....	87
Tabela 6. Concessões, Permissões e Contratos.....	89
Tabela 7. Arquivo Histórico de Informações e Serviços Bibliotecários.....	91
Tabela 8. Controle Externo.....	93
Tabela 9. Canais de Comunicação com a Sociedade.....	95
Tabela 10. Ranking Geral do Nível de Transparência.....	98
Tabela 11. Variação do Ranking Geral do Nível de Transparência de 2008, 2013 e 2016.	100
Tabela 12. Relação dos Itens e Subitens Não Atendidos pelas ALES.....	109

LISTA DE SIGLAS

ALEAC	Assembleia Legislativa do Acre
ALEAL	Assembleia Legislativa do Alagoas
ALEAP	Assembleia Legislativa do Amapá
ALEAM	Assembleia Legislativa do Amazonas
ALBA	Assembleia Legislativa da Bahia
CLDF	Câmara Legislativa do Distrito Federal
ALECE	Assembleia Legislativa do Ceará
ALEES	Assembleia Legislativa do Espírito Santo
ALEMA	Assembleia Legislativa do Maranhão
ALEGO	Assembleia Legislativa do Goiás
ALMT	Assembleia Legislativa do Mato Grosso
ALMS	Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul
ALEMG	Assembleia Legislativa de Minas Gerais
ALEPÁ	Assembleia Legislativa do Pará
ALEPB	Assembleia Legislativa da Paraíba
ALEP	Assembleia Legislativa do Paraná
ALEPE	Assembleia Legislativa de Pernambuco
ALEPI	Assembleia Legislativa do Piauí
ALERJ	Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro
ALERO	Assembleia Legislativa de Rondônia
ALE-RR	Assembleia Legislativa de Roraima
ALRN	Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte
ALRS	Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul
ALESC	Assembleia Legislativa de Santa Catarina
ALESP	Assembleia Legislativa de São Paulo
ALESE	Assembleia Legislativa de Sergipe
ALTO	Assembleia Legislativa do Tocantins

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Estrutura da Dissertação	16
1.2	Problematização.....	17
1.3	Delimitação da Pesquisa	18
1.4	Objetivos	18
1.4.1	Objetivo Geral.....	18
1.4.2	Objetivos Específicos.....	18
1.5	Justificativa	19
2	REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1	Accountability Instrumento de Transparência e Democracia.....	24
2.1.1	Instrumentos de Accountability	26
2.1.2	Acesso e Direito a Informação.....	28
2.1.3	Informação, Transparência e Controle Social.....	34
2.1.4	Accountability e Democracia.....	36
2.1.5	Tecnologia da Informação e Democracia	40
2.1.6	Ciberdemocracia e Cidadania.....	43
2.2	Informação Pública, Governança e Transparência.....	47
2.2.1	Governo Eletrônico	49
2.2.2	Legislativo Eletrônico.....	52
2.2.3	Portais Eletrônicos.....	53
2.2.4	Portal Eletrônico da ALEAM	55
3	METODOLOGIA.....	63
3.1	Metodologia Aplicada	64
3.2	Modelo.....	67
3.3	Sistema de pesos.....	78
3.4	Modelo de Análise	79
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	81
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
	REFERÊNCIAS.....	116
	APÊNDICE	123

1 INTRODUÇÃO

As adaptações por parte da sociedade, as quais se manifestam na criação de novos costumes em detrimento de anteriores, ora retrógrados, são demandas evolutivas oriundas da cultura e tecnologia. São perceptíveis as mudanças comportamentais, culturais e econômicas construídas ao longo de anos de evolução. Modernização nos procedimentos e implementação de tecnologia da informação, de modo, a tornar as pesquisas mais rápidas e eficientes, maior competitividade no mercado de trabalho e crescente cobrança social de melhoria dos serviços públicos são alguns exemplos.

A administração pública buscando adaptar-se a uma sociedade mais inquisitiva, que exige transparência e eficiência da aplicação dos recursos públicos, implementou mudanças sistemáticas e novos procedimentos, surgindo assim, o governo empreendedor.

Esta nova forma de governar torna-se “mestra” na medida em que os modelos burocráticos anteriores se apresentam insuficientes diante da demanda de informações e do grau de transparência exigido pela sociedade. A população, ciente de seus direitos e deveres, questiona a administração quanto aos resultados dos trabalhos realizados, tais como: informações dos recursos disponibilizados e efetivamente aplicados na saúde, educação, segurança, mobilidade e quais os projetos para geração de emprego e renda.

Para responder a esses questionamentos não basta uma administração que execute o orçamento, que arrecade a receita estimada e realize as despesas determinadas. Faz-se necessário a implementação de políticas de modernização do Estado para torná-lo mais eficaz e eficiente, de modo, a acompanhar o processo evolutivo de globalização (ZURRA, 2008). Uma gestão empreendedora, que avalia seu resultado, mensurando seu desempenho com base em metas pré-estabelecidas e os evidencia, através de instrumentos de transparência. Assim, uma gestão pública voltada para o desempenho, responsável e translúcida passou de utopia para condição *sine qua non* para a credibilidade da gestão governamental.

Das Três instituições que constituem o Estado, o Poder Legislativo é a que possui a maior representatividade das diferentes classes sociais e econômicas, além de suas atribuições de Fiscalização e Controle e da prerrogativa de elaboração das normas do atual Estado Democrático de Direito, possuindo assim, maior legitimidade à medida que melhor expressa de forma transparente os anseios sociais.

Após a criação da Lei de Transparência (Lei 131/2009) que entrou em vigor no dia 27 de Maio de 2009 e a publicação da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, (LAI) Lei de Acesso à Informação, vigorou a partir de 26 de maio de 2012 os entes públicos dos três poderes, ficaram obrigados a produzir divulgações aos cidadãos, prestando contas de seus atos de gestão, de modo, a ampliar a relação dos governantes e governados, no caminho de efetivamente atingir a Democracia.

Conforme Raupp (2011), a disseminação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) causa a inovação e atualização dos mais diversos setores, e com o setor público não seria diferente, destacando-se a busca pela eficiência da gestão governamental. Os órgãos dos poderes Executivo e Legislativo aderiram a tais iniciativas, inaugurando os termos "governo eletrônico" e legislativo eletrônico", disponibilizando uma variedade de serviços e aproximando o cidadão do ente público e contribuindo para uma democratização dos processos administrativos.

Neste contexto há uma crescente implantação de portais eletrônicos nos diversos segmentos do Estado. Ainda segundo Raupp (2011), dependendo dos objetivos e forma que são implementados, os portais eletrônicos podem contribuir para a construção da *accountability*. Na mesma linha de pensamento Zurra, Botelho, Ferreira e Soares (2013), dizem que o Poder legislativo através das (TICs) deve disponibilizar em seu Portal Legislativo informações necessárias sobre a gestão governamental, assim como, as informações relativas a própria Casa Legislativa.

Sendo assim, a pesquisa pretende identificar se os Portais Legislativos das Assembleias Estaduais Brasileiras podem ser considerados como instrumentos de transparência, *accountability* e democracia, de modo, a fortalecer o controle social e a participação da sociedade mais ativamente na vida pública, reduzindo a distância entre o desempenho do governo e as reais necessidades dos cidadãos, como promotores da cidadania e do desenvolvimento.

1.1 Estrutura da Dissertação

A dissertação estruturou-se em cinco **partes**. Na **primeira parte**, encontram-se a introdução ao tema, com destaque para as discussões entre transparência, accountability democrática e Portais Eletrônicos, além do problema de pesquisa, objetivos geral e específicos, assim como, a justificativa, e formatação do trabalho.

A **segunda parte** tratou sistematicamente os elementos conceituais e fundamentos do debate teórico na perspectiva do Estado – Sociedade - Accountability. Seguindo-se uma discussão sobre o conceito de accountability democrática, evolução da tecnologia, dos portais eletrônicos e seus efeitos como instrumento de transparência e democracia. A partir daí, foi discutida a relação entre informação pública e governança, com destaque para a eficácia de políticas públicas, voltadas para a transparência e controle social, por meio do governo eletrônico, legislativo eletrônico, democracia digital, portais eletrônicos e portal eletrônico da ALEAM, descrevendo as caracterizações e as justificativas funcionais, de maneira a apresentar sua relevância, complexidade e limitações.

Na sequência na **terceira parte** descreveu-se a metodologia adotada, delineamento da pesquisa, os instrumentos que foram utilizados para coleta de dados, o tipo de análise dos dados, bem como o modelo de análise construído.

Na **parte seguinte** discorreu-se sobre a análise e o resultado da pesquisa, refletindo o que há de mais atual no cenário de accountability, de informações disponíveis aos cidadãos por meio de portais eletrônicos, a forma como estes apresentam-se e o modo como os dados receberam tratamento.

Na **quinta e última parte** foram inferidas as considerações finais do estudo, retomando-se as perguntas de pesquisa e apontando-se lacunas de conhecimento e recomendações.

1.2 Problematização

A administração pública depara-se diariamente com exigências da população e dos sistemas de controle externo e interno. A sua obrigação ética e legal de prestar contas não se refere apenas aos recursos despendidos, mas também às demais ações e omissões na sua atuação enquanto gestora da máquina pública, compromisso conceituado no meio acadêmico como *accountability*. Essa transparência necessita de informação de qualidade e com disposição para a interlocução e o diálogo, com vistas à valorização da autonomia dos participantes. Filgueiras (2011, p. 71) sintetiza essa visão de *accountability* de forma notável:

Logo, o conceito de *accountability* não se refere apenas ao processo contábil de prestação de contas, mas também a um processo político e democrático de exercício da autoridade por parte dos cidadãos. Ou seja, uma discussão normativa do conceito deve dar conta de dois problemas fundamentais: 1. o fortalecimento de uma ideia substantiva de democracia, sendo a *accountability* compreendida como um princípio normativo; 2. a operação do conceito no plano das instituições políticas e das práticas dos cidadãos.

Desta imputação emerge a necessidade de subsídios através de instrumentos de gestão capazes de gerar informações para o fomento do controle social e para o monitoramento da conformidade dos procedimentos e da atuação do gestor público. Mediante a esta necessidade incita-se a análise acerca da capacidade do sistema de controle interno de oferecer o apoio necessário e suficiente à gestão pública, a fim de garantir a conduta ilibada e a *accountability* exigida pela população no exercício do seu direito de cobrar dos dirigentes das organizações públicas uma gestão responsável e comprometida com a necessidade do cidadão.

Pollitt e Hupe (2011) consideram os instrumentos de transparência como ampliação do significado de *accountability*, defendem a teoria que a transparência incorpora o conceito de abertura e do modelo de governo com normas preestabelecidas, considerando que ambas são partes integrantes da essência da *accountability*. Na mesma linha de raciocínio Peters (2010) defende que a transparência é um dos critérios de maior importância no desempenho e na *accountability* do setor público.

Esta investigação procura dar mais visibilidade a um aspecto da realidade que está associado à socialização desse avanço do conhecimento decorrente do processo de discussão em torno das decisões públicas. Parte-se do pressuposto de que, quanto mais esse conhecimento esteja permeado pela contribuição de diferentes setores sociais e quanto mais seja ele apropriado por todos os interessados, maior é a densidade democrática de uma determinada sociedade.

Diante do exposto, pretende-se responder a seguinte pergunta de pesquisa: **De que forma se dá a prestação de contas das Assembleias Legislativas Estaduais do Brasil através de seus Portais Eletrônicos?**

1.3 Delimitação da Pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida através de observação e análise comparativa direta dos Portais Eletrônicos das 26 Assembleias Estaduais Brasileiras e da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo Geral

O presente trabalho tem por objetivo geral analisar de que forma as **Assembleias Legislativas Estaduais do Brasil** tem dado publicidade de seus atos **institucionais através de seus Portais Eletrônicos.**

1.4.2 Objetivos Específicos

OBE 1. Verificar o nível de transparência dado pela ALES brasileiras a publicidade de seus atos de gestão no decorrer da execução da despesa, em seus Portais Eletrônicos.

OBE 2. Destacar a variação das ALES no Ranking Geral da Transparência, assim como, em suas respectivas regiões geográficas, em relação às pesquisas antecessoras correlacionadas no lapso temporal de 2008, 2013 e 2016.

OBE 3. Relacionar os Itens e seus respectivos subitens não atendidos satisfatoriamente pelas seis primeiras ALES no Ranking Geral da Transparência.

1.5 Justificativa

Em um momento em que a administração pública se fundamentava em conceitos burocráticos, centralizadores, além de exagerado formalismo, os quais impediam a evolução das técnicas de gestão em função da manutenção de políticas públicas arcaicas, fora promulgada a Constituição Federal de 1988, cujo foco passou a ser profissionalização, democracia e combate à corrupção. Substituindo-se a burocracia conservadora pelo profissionalismo e gestão. Como resultado dessa evolução, o Estado democrático passou a ser considerado como Estado capaz.

Assim, essa nova gestão mais eficiente e efetiva na manutenção dos serviços públicos, além de realizar a aplicação dos recursos financeiros de acordo com as imposições legais e com probidade, deve ainda, ser de qualidade e satisfazer a necessidade de seu usuário, o cidadão, sendo dever do gestor público que toda ação ou omissão de interesse da população seja a ela informada, numa prestação de contas continuada chamada de *accountability*.

Desta forma, este trabalho tem a missão de demonstrar a relevância da gestão pública responsável, comprometida com a qualidade e transparência, destacando ainda, a contribuição do sistema de controle interno nesse processo. Através da observação e análise comparativa dos portais eletrônicos das Assembleias Legislativas Estaduais do Brasil, para fins de mensuração do Nível de transparência, este trabalho expõe a contribuição do fomento da *accountability*, a partir da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

A presente dissertação contribui com o debate teórico no que se refere à forma de relacionamento entre Estado e Sociedade, procurando demonstrar a evolução dessa relação em função dos portais eletrônicos e ainda, que os portais figuram como instrumentos da *accountability* na busca pela efetiva democracia. Segundo Ribeiro (2010), a ordem constitucional contemporânea favorece e incentiva a reinvenção de instituições, a fim de que se construa, de fato, um Estado democrático de direito. Assim, esses novos instrumentos de *accountability* impedem que o modelo de gestão pública se torne ultrapassado e ineficiente.

Silva (2011) aponta a *publicidade* como um dos três requisitos democráticos ao lado da *responsividade* e da *porosidade*. Segundo ele, para compreender o conceito de publicidade deve-se adotar duas linhas de abordagem, primeiro, publicidade enquanto antítese da noção de segredo, que é característica de sistemas de governos autocráticos; segundo, a publicidade enquanto noção vinculada ao conceito de esfera pública. Para Silva a publicidade pode se materializar em notícias sobre as ações do Estado, como também na disponibilização de prestações de contas aos cidadãos. Assim, a publicidade seria a qualidade de tornar o Estado e seus agentes mais transparentes e visíveis ao público.

A contribuição dessa pesquisa tem relação direta com as boas práticas de governança e com o direito da sociedade a informação. Santos et al. (2014, pg.13):

[...] justifica-se a pesquisa pela importância de temática: divulgação das informações administrativas, para auxiliar na produção de informações aos *stakeholders* externos (população em geral, órgãos fiscalizadores, pesquisadores e outros), e disponibilizá-lo em ambiente de portais de transparência ou *web site* para promover a boa governança [...].

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para uma melhor compreensão da fundamentação teórica utilizada neste projeto de pesquisa, desenvolveu-se um quadro com os tópicos que foram abordados, suas respectivas ideias centrais e os autores que dão sustentação teórica e científica ao que foi discorrido, de modo resumido e funcional.

Quadro 1. Resumo do Referencial Teórico

ABORDAGEM	IDEIA CENTRAL	REFERÊNCIAS
2.1 Accountability Instrumento de Transparência e Democracia	Instrumento de transparência e democracia como uma ferramenta de gestão para o monitoramento dos gastos;	PAULA (2006); ANTUNES e FREITAS (2007); PLATT NETO et al. (2007) RODRIGUES e BRAGA (2013); SILVA (2011); AMORIM (2012).
2.1.1 Instrumentos de Accountability	Ordenamento das finanças públicas; Promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);	ABRUCIO e LOUREIRO (2004); PETERS (2010); DUBNICK (2008); MESSNER (2009); POLLITT e HUPE (2011).
2.1.2 Acesso e Direito a Informação	Debates acerca da transparência pública e do acesso à informação; Assimetria informacional; Legislação constitucional; Legislação específica, Lei 131/2009 - Lei da Transparência; Legislação específica, Lei 12.527/2012 - Lei de Acesso a Informação.	ZEPEDA (2004); STIGLITZ (2002); TEIXEIRA E ANGÉLICO (2012) GAVENTA e MCGEE (2011); MEDEIROS, MAGALHÃES e PEREIRA (2014); BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL (1988); LACERDA (2010); PAES (2012); BRASIL, LEI Nº 12.527 (2011); FERNANDES e SOUZA (2012).
2.1.3 Informação Transparência e Controle Social	O direito à informação é peça-chave nas engrenagens da Sociedade do Conhecimento; Publicidade das ações de governo; Participação contínua da sociedade na gestão pública;	CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (2010); ABRAMOVICH E COURTIS (2000); GRUENBERG (2007); CALLAND (2002); CORBARI (2004); PINHO & SACRAMENTO, (2004); TEIXEIRA (2000); FIGUEIREDO e SANTOS (2013).

2.1.4 Accountability e Democracia	Desenvolvimento de uma cultura política e da consciência popular; Organização da sociedade; Cidadão como o foco da ação pública; Sociedade civil organizada é um processo essencialmente político. Disseminação da ideia de accountability, como avanço dos valores democráticos.	MATTEI (2009); SACRAMENTO E PINHO (2012); ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT (2015); SANTOS E CARDOSO (2001); SCHWARTZ (2001); ANDRADE (2011); ANTUNES e FREITAS (2007); BEVIR (2011); PERES NETO (2014).
2.1.5 Tecnologia da Informação e Democracia	Relação entre informação e o modelo democrático; Influência dos meios de comunicação nas ações governamentais e na participação dos cidadãos. Internet, Democracia digital, Governo eletrônico	BOBBIO (2000); CASTELLS (2009); KAKABADSE et. al., 2003; GOMES (2005); PINHO (2011); PINHO (2008); OLIVEIRA e RAMINELLI (2015).
2.1.6 Ciberdemocracia e Cidadania	Ciberdemocracia e Interação das práticas políticas dentro do ciberespaço; Fortalecimento da relação entre o Estado e o Cidadão; Democratização da informação e cidadania; Internacionalização da Democracia e cidadania em escala planetária. Exemplos de ciberdemocracia.	LEVY (2002); MEZZAROBBA ET AL, (2010); GARCIA et al., (2014); CRUZ, (2009); ROVER, (2004); FERREIRA, (2003). TEJERA (2012);
2.2 Informação Pública, Governança e Transparência	Analogia da evolução política democrática brasileira. Transparência que se busca é um verdadeiro princípio a ser alcançado; Sociedade democrática, diretamente com a efetiva participação dos agentes envolvidos; Transparência é um princípio e prática de importância excepcional para as Governanças Públicas.	MATTEI (2009); PLATT NETO et al. (2007); PIRES, DA COSTA E CORDEIRO (2013), CAVALCANTE E DE LUCA, (2013); OLIVEIRA, CARVALHO E CORRÊA (2012).
2.2.1 Governo Eletrônico	Advento do termo governo eletrônico. Acesso à informação pelo meio eletrônico como forma de transparência. Difusão do uso de ferramentas digitais como sendo uma resposta às aceleradas mudanças que a	RUEDIGER, (2003); MATIAS-PEREIRA (2010); ROVER (2008); MEZZAROBBA ET AL (2010); ROVER; MEZZAROBBA (2011).

	<p>sociedade vive; Trabalhar a questão democrática inserida no contexto das novas tecnologias é uma tarefa que exige participação cidadã dos governantes. Integração da informação a todos os membros de uma organização.</p>	
2.2.2 Legislativo Eletrônico	<p>Utilização dos sistemas informacionais, especialmente a Internet, entre os poderes Executivo e Legislativo; Importância das mudanças de postura impostas pelos novos paradigmas administrativos; Divulgação como fator essencial;</p>	<p>ZURRA E CARVALHO (2008); FREIRE E SALES (2010); PEIXOTO E WEGENAST (2011);</p>
2.2.3 Portais Eletrônicos	<p>Apresentação de informações; Benchmark dos portais corporativos do setor privado; Informações disponibilizadas e tornadas acessíveis pelos arquivos públicos permitem aos cidadãos o acesso e o conhecimento dos projetos, programas e planejamentos de gestão.</p>	<p>DA SILVA (2008), GANT & GANT (2002), BARBOSA (2004) LEME E CARVALHO (2005). MORIGI E VEIGA (2007).</p>
2.2.4 Portal Eletrônico da ALEAM	<p>Implantação do portal eletrônico da ALEAM e atendimento a (LAI), Além do atendimento a legislação, o desenvolvimento do portal está voltado para a facilitação do acesso as informações de forma inteligível. Participação popular no processo legislativo por meio eletrônico;</p>	<p>FREIRE E SALES (2010).</p>

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

2.1 Accountability Instrumento de Transparência e Democracia

Entende-se o instrumento de transparência e democracia como uma ferramenta de gestão para o monitoramento dos gastos, atuando concomitantemente no intuito de garantir a conformidade dos processos com a legislação vigente, a eficiência e efetividade das ações públicas, entre outras funções. O controle social, por sua vez, é instrumento que garante a efetividade da gestão pública, quando torna público o resultado mensurado pelo controle interno.

Accountability, por sua vez, é a “responsabilização” inerente à função ou cargo público. É o dever que todo agente ou servidor público tem de expor detalhadamente o resultado de suas ações enquanto tal. Todavia, o termo resultado refere-se não apenas ao quantitativo, à implicação econômico-financeira dos atos, aquilo que se demonstra contabilmente; mas estende-se às ações e inovações implementadas, cujo impacto não interfere no âmbito econômico-financeiro, mas tem influência sobre os cidadãos. É esse o pensamento de De Paula (2006, p. 20):

[...] na área governamental, a controladoria, como salienta Peixe (2005), deve estar calcada no próprio objetivo institucional do órgão ou entidade, verificando o seu cumprimento, por meio da análise do desempenho de sua gestão e dos controles existentes para validar toda a ação governamental e garantir sua atuação efetiva e transparente. De fato, cada vez mais, a transparência dos gastos públicos torna-se uma exigência, dado que os agentes do Estado têm a obrigação legal e moral de responder por suas decisões, ações e omissões. Esta obrigação ou responsabilidade tem sido sintetizada no termo *accountability*, que por implicar o acesso do cidadão comum e de qualquer usuário à informação e prestação de conta referente à coisa pública tem sido um conceito chave na moderna Controladoria, servindo, inclusive, de indicador da qualidade das instituições.

Para alcance dessa função, se faz necessário um controle interno bem estruturado, competente para atuar de maneira preventiva, coibindo inconformidades e subsidiando o controle social e, conseqüentemente, a *accountability* de informações com confiabilidade.

Assim, a *accountability* se tornaria verdadeiro princípio-guia à criação e manutenção de instrumentos democráticos que aproximem a sociedade e o Estado, como nos dizem Antunes e Freitas (2007, p. 4):

O controle social e a *accountability* exercitados permanentemente podem aumentar a governança na proporção que se eleva a confiabilidade entre sociedade e Estado. Por isso, torna-se necessário um amadurecimento da sociedade objetivando exercer, em seu nome, o controle social e a *accountability* na direção das políticas públicas, se firmando com ferramentas eficazes de proteção aos direitos fundamentais do cidadão. Buscar os meios disponíveis, as informações, reivindicar conduta clara dos gestores públicos nos dados divulgados, para que sejam compreensíveis por qualquer indivíduo, e facilitem o controle e a análise de atos praticados pela Administração Pública.

Ainda, De Paula (2006, p. 75) chama a atenção à relação entre *accountability* e transparência:

[...] o controle interno na Administração Pública deve, sobretudo, possibilitar ao cidadão informações que confirmam transparência à gestão da coisa pública, além de verificar se os agentes do Estado estão tendo a responsabilidade de prestar contas dos resultados conseguidos (*accountability*) em função da posição que o indivíduo assume e do poder que detém.

A transparência é tratada como um princípio de gestão, com finalidade de divulgar ao público informações relativas às atividades de um Ente. Na Lei de responsabilidade fiscal funciona como uma ferramenta de divulgação a sociedade para tomada de conhecimento das contas e ações governamentais e que devem ser divulgadas amplamente inclusive em meios eletrônicos de acesso ao público. (PLATT NETO et al., 2007).

A criação da Lei complementar n. 131 promulgada em 27 de maio de 2009, estabeleceu o acesso ao público à informação orçamentária e financeira da União, dos estados, Distrito Federal e municípios através de meios eletrônicos. Assim, foram criados os portais da transparência que visam esclarecer aos cidadãos sobre o destino dos gastos dentre outras informações sobre o funcionamento da administração pública e dos órgãos legislativos (RODRIGUES e BRAGA, 2013).

Sendo assim, é exigido pela Lei n. 131, certa quantidade de informação necessária a ser exposta nos portais, para atingir o objetivo de conhecimento dos cidadãos sobre as contas públicas. Se de um lado a Transparência ganhou grande

destaque nos discursos políticos nos últimos anos, por outro lado, ela ainda não foi muito problematizada nas pesquisas sobre democracia digital, Silva (2011), por exemplo, aponta que a Transparência vem sendo pesquisada como um subitem das pesquisas sobre participação política, esfera pública e internet, ou muitas vezes, é deixada de lado, embora se reconheça sua importância.

Amorim (2012) define a transparência como a melhor forma de governo:

A transparência, portanto, emerge como um valor necessário para o Estado se tornar mais visível e mais próximo do cidadão por meio da oferta de informações e serviços mais eficientes que possam favorecer o controle, a deliberação e a participação. (AMORIM, 2012, p. 57)

2.1.1 Instrumentos de Accountability

Uma vez que discorreremos sobre o conceito de accountability, resta refletirmos sobre sua prática nos órgãos públicos. Nesse sentido, é importantíssimo o estudo dos instrumentos de accountability, que permitem uma real eficácia desse instituto.

Segundo Abrucio e Loureiro (2004), o histórico da accountability aplicada ao sistema da Administração Pública brasileira data do pós Segunda Guerra Mundial de 1946, passando mesmo pelo período do Regime Militar. Porém, foi com a redemocratização da década de 1980 que tomou proporções consideráveis, impactando decisivamente nas finanças públicas e sua transparência. Dentre os exemplos, os autores destacam a unificação do Orçamento Público e a extinção do chamado Orçamento Monetário.

Ainda para Abrucio e Loureiro (2004), a Constituição de 1988 trouxe ainda mais avanços relacionados à questão da democracia e principalmente, da transparência, que adquiriu novas dimensões no texto da atual Constituição. Novos exemplos incluem a criação da Secretaria Nacional do Tesouro (STN), o controle inflacionário trazido pelo Plano Real, o acordo de refinanciamento de dívidas subnacionais e, especialmente, a vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, marco na legislação brasileira devido à maior efetividade das normas de gestão orçamentária.

Peters (2010) nos traz uma visão prática e de fácil execução da *accountability*: para ele, esta não se traduz somente na criação e no seguimento de regras e normas rígidas, mas também no desenvolvimento da ética dos servidores públicos no desempenho de suas funções. Desse modo, a burocracia e a organização pública teriam de possuir mecanismos que garantam o alcance do interesse público de fato, mesmo quando as regras são discricionárias ou indeterminadas.

Já Dubnick (2008) aprofunda sua análise do fenômeno da *accountability*, relacionando-o a um padrão de vida sociopolítica com seis "promessas" distintas. Para ele, cada uma dessas promessas dirige-se à adoção e implementação de um mecanismo de *accountability* diferenciado. As três primeiras promessas dizem respeito à eficiência: promessa de controle, promessa de ética e promessa de desempenho. Já as três últimas dizem respeito à validade intrínseca do instituto da *accountability*: promessa de integridade, promessa de legitimidade e promessa de justiça. Esse conceito complexo é interessante por reunir o processo, as fontes e os resultados da *accountability*.

Objeto de interessante discussão é o caráter discricionário e subjetivo do processo sujeito à *accountability*. Messner (2009) faz uma crítica pertinente ao considerar que a *accountability* deve também levar em consideração a satisfação do polo que recebe a prestação de contas, ou seja, da sociedade. Desse modo, a *accountability* deve sempre ser vista como instrumento eficiente à prestação de contas, sob pena de ter sua própria finalidade desvirtuada.

Chame-se atenção também à correlação entre os instrumentos de *accountability* e de transparência. Segundo Pollitt e Hupe (2011), a transparência e suas práticas fazem parte do processo de *accountability*, sendo mutuamente compatíveis. Embora guardem suas distinções, ambas levam a uma nova visão de gestão da coisa pública, guiada pelos princípios democráticos e morais. Peters escreve nesse mesmo sentido, aprofundando essa conexão ao dizer que a transparência tornou-se um dos próprios critérios da eficiência dos instrumentos de *accountability*.

Nesse contexto, em que transparência se inclui como parte do processo de *accountability*, a prestação de contas que antes era satisfeita com a mera disponibilização formal da informação, por essas definições deve ser compreendida como a abertura que alcance o interlocutor, pelos meios que se fizerem necessários. E deve ser ampla, para que o destinatário da informação – "accountor" – tenha elementos suficientes para poder julgar a probidade e o desempenho do agente e/ou do organismo que presta contas – "accountee" –, e possa então se utilizar de mecanismos para aplicar a sanção que lhe couber, política ou organizacional.

2.1.2 Acesso e Direito a Informação

Ao falarmos em direito à informação, nos deparamos com uma visão da coisa pública sob um prisma liberal, relacionado ao controle dos atos do Estado pela sociedade governada, em contrapartida ao autoritarismo de um Estado de presença exacerbada. Assim, o direito à informação é característica das sociedades democráticas liberais. Como nos ensina Zepeda (2004), as bases de tal raciocínio estão na obra de John Locke, cuja influência traria a noção de uma entidade pública sem interesse próprio, guiada apenas pelo interesse coletivo, e como tal, deveria ser passível de controle social, dando origem à ideia de transparência.

Zepeda (2004) cita também Immanuel Kant e sua contribuição de vital importância, na forma do princípio da publicidade. Segundo o autor, publicidade é requisito necessário quando se trata de direitos coletivos de interesse público.

Nós temos um direito básico de saber como os poderes que foram capturados da coletividade estão sendo usados. Isso me parece o básico do contrato implícito entre os governados e aqueles que foram selecionados para temporariamente governá-los. STIGLITZ (2002, p. 15)

Teixeira e Angélico (2012) traçam um paralelo dentre essa evolução histórica e a visão atual de participação social na Administração. Segundo eles, essa visão liberal evoluiu a ponto de estimular a vigilância e o controle constante e ativo dos atos e atividades da Administração Pública, a fim de que não se desrespeitassem as liberdades individuais.

Porém, Teixeira e Angélico (2012) citam ainda outra finalidade da transparência, esta não mais ligada ao liberalismo: o controle de políticas públicas realizadas pelo governo. Com a maior presença estatal em áreas como a saúde, educação, segurança e moradia, principalmente em países em desenvolvimento como é o caso do Brasil, tal controle das políticas mostrou-se essencial, e só é possível se o acesso adequado à informação for fomentado. Conclui-se então que os mais diversos movimentos sociais e grupos sociais (heterogêneos e homogêneos) são importantes beneficiários das leis de acesso, ao lado de jornalistas, advogados, empresários e pesquisadores.

Gaventa e McGee (2011) debruçaram-se sobre a problemática da accountability e da transparência, ao analisar a influência desses institutos sobre a democracia, a governança e a política de modo geral. Uma de suas conclusões é a divisão das iniciativas de transparência e accountability em 5 parcelas distintas: prestação eficiente de serviços públicos, transparência orçamentária, transparência no acesso à informação, gestão democrática dos recursos e transparência nas doações entre entes internacionais. Para este trabalho, consideraremos o acesso à informação em um sentido amplo, de forma a passar por esses subitens.

É certo que o termo acesso à informação sofreu uma evolução ao longo dos anos. Segundo Teixeira e Angélico (2012), tal expressão vem do inglês "*freedom of information*", que em tradução interpretada seria o livre acesso à informação. Com a Constituição de 1988, o acesso à informação tornou-se verdadeiro direito a ser garantido pelo Estado. Essa elevação do instituto fez que muitos autores grafam o termo como "direito à informação", ao invés de simplesmente "acesso à informação".

O Brasil possui um histórico do direito à informação relacionado à redemocratização pós ditadura militar, sendo incluído no rol de princípios da Constituição Federal de 1988. Para Medeiros, Magalhães e Pereira (2014), há três mecanismos que figuram na CF/88, sendo eles o inciso XXXIII do Art. 5º, o inciso I do § 3º do Art. 37 e o § 2º do Art. 216. O inciso citado do art. 5º da CF afirma-se que:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Já o dispositivo encontrado no Art. 37 dispõe sobre a Administração Pública nos seguintes termos:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

I - as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços.

Por fim, o dispositivo do Art. 216 da Constituição:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

[...]

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

Analisando esses três dispositivos, podemos observar a intenção do legislador de tutelar o direito à informação de interesse coletivo ou geral, em especial as relacionadas a atos de governo e gestão. Inclusive, a Constituição prevê o estabelecimento de um prazo útil a ser respeitado, sob pena de responsabilização das autoridades gestoras (MEDEIROS et al., 2014).

Porém, foi com a Lei Complementar n. 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que essa tutela começou a tomar forma. Expressamente, o Capítulo IX dessa lei tratava da transparência, do controle e da fiscalização dessa gestão fiscal, contemplando os artigos 48 e 49, e posteriormente, o 48-A, incluído pela Lei Complementar n. 131 de 2009, que aprofundou o que já havia sido iniciado na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Porém, o que se observava era que a Lei de Responsabilidade Fiscal não era suficiente. As informações ficavam restritas aos órgãos públicos, principalmente nos de controle externo. Assim, foi a Lei Complementar nº 131/2009 que evidenciou a aplicabilidade da transparência, ao modificar o artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e introduzir outro, o art. 48-A, trazendo expressamente em seu texto a obrigação ao Poder Público de fornecer informações sobre a execução orçamentária em tempo real, a qualquer pessoa, seja ela física ou jurídica (LACERDA, 2010).

Em suma, essas duas leis trouxeram para o ordenamento jurídico brasileiro a exigência de uma maior transparência, no sentido de disciplinar o acesso das informações públicas, em especial as relacionadas à execução orçamentária e financeira, à receita e à despesa do ente, pelo meio eletrônico em tempo instantâneo. Ainda, estabelece um sistema integrado de administração financeira e controle, obedecendo a um padrão mínimo de qualidade. (MEDEIROS et AL., 2014).

Paes (2012, p. 11) nos mostra também outra lei que interessou ao assunto transparência:

O tema transparência, no caso do Brasil, ganhou relevância a partir da criação de um órgão com poderes específicos para tratar do assunto, no ano de 2003, por meio da Lei nº 10.683 (Brasil, 2003). Essa lei criou o cargo de Ministro de Estado do Controle e da Transparência e, vinculado a ele, o Conselho da Transparência Pública e Combate à Corrupção. No âmbito desse órgão, foi elaborado o primeiro esboço de uma lei de acesso à informação, com características próximas às das modernas leis de acesso. Essa iniciativa buscava organizar o cenário da legislação interna sobre o tema, caracterizado pela multiplicidade de normas e pela interpretação jurídica que muitas vezes limitava o direito de acesso àquelas informações de cunho pessoal que estavam em poder do Estado.

Outra lei importante ao estudo é a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso a Informações, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e municípios (BRASIL, 2011).

Tal dispositivo merece atenção, pois, diferentemente das leis supracitadas, a LAI traz a interação entre os clientes da gestão pública e prestação de serviço realizada pela Administração Pública, fomentando a participação popular de fato.

A lei, embora não expressamente, traz evoluções importantes à prática da transparência pública, uma vez que impõe a divulgação e a comunicação dos atos públicos como regra.

O Art. 3º da LAI, que traz em seus incisos os princípios-guia do acesso à informação para essa lei:

Art. 3º [...]

I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;

II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;

III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;

IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;

V - desenvolvimento do controle social da administração pública. (BRASIL, 2011).

Há outra razão para que a Lei de Acesso à informação tenha uma importância tão singular no ordenamento. É a primeira vez no Brasil que se tem uma lei de acesso à informação elaborada de acordo com os padrões democráticos internacionais e com os princípios aceitos e reconhecidos por organizações especializadas. É inegável a influência da comunidade internacional na criação e desenvolvimento dessa lei, em especial a experiência do México nesse assunto, que serviu de modelo para a lei brasileira. A desorganização da legislação brasileira era perceptível, e era necessária uma lei que unificasse e definisse o direito ao acesso à informação expresso na Constituição. (PAES, 2012).

Paes (2009, p. 17) traz em seu artigo os princípios expostos por Toby Mendel em livro apresentado pela Unesco, a obra “Liberdade de Informação: um estudo de Direito Comparado”, de 2009. Nessa obra, Mendel conclama 9 princípios-guia para a elaboração ou revisão dessas leis, a fim de que a legislação torne-se verdadeiramente eficiente. Tais princípios são:

Princípio 1. Divulgação máxima: A legislação sobre liberdade de informação deve ser guiada pelo princípio da máxima divulgação;

Princípio 2. Obrigação de publicar: Os órgãos públicos devem ter a obrigação de publicar informações essenciais;

Princípio 3. Promoção de um governo aberto: Os órgãos públicos precisam promover ativamente a abertura do governo;

Princípio 4. Abrangência limitada das exceções: As exceções devem ser claras e estritamente definidas e sujeitas a rigorosos testes de “dano” e “interesse público”;

Princípio 5. Procedimentos que facilitem o acesso: Os pedidos de informação devem ser processados com rapidez e justiça, com a possibilidade de exame independente caso haja recusa;

Princípio 6. Custos: As pessoas não devem ser impedidas de fazer pedidos de informação em razão dos altos custos envolvidos;

Princípio 7. Reuniões abertas: As reuniões de órgãos públicos devem ser abertas ao público;

Princípio 8. A divulgação tem precedência: As leis que não estejam de acordo com o princípio da máxima divulgação devem ser revisadas ou revogadas; e

Princípio 9. Proteção para os denunciadores: Os indivíduos que trazem a público informações sobre atos ilícitos – os denunciadores – precisam ser protegidos.

Por fim, Paes conclui que, de acordo com a evolução da legislação e da própria maneira de se praticar a transparência, não mais o acesso a informações é uma boa conduta a ser realizada pelos governantes, mas sim, um verdadeiro direito inerente ao conceito e princípios de cidadania. Torna-se um dever das entidades públicas a apresentação dessas informações de forma eficiente, precisa e inteligível.

Fernandes e Souza (2012) ressaltam que o acesso a informações não é mais simplesmente uma boa conduta realizada pelos gestores públicos, mas, sim, um direito fundamental inerente a toda a população. Para o cumprimento dessa competência, as entidades têm que apresentar as informações de forma clara e objetiva.

A Lei 12.527 foi promulgada em 18 de novembro de 2011 e entrou em vigor em maio de 2012. Com a sanção da Lei de Acesso à Informação Pública, o Brasil passou a ser o 89º país a ter uma legislação específica para regulamentar o assunto e na América Latina, o país foi o 19º a adotar esse tipo de lei.

2.1.3 Informação, Transparência e Controle Social

Porém cabe-nos questionar qual a relação entre o acesso à informação/transparência e o chamado controle social. Para a Unesco, o acesso (ou direito) à informação pública é essencial ao "empoderamento da população", no sentido de que é o que permite que a população atue exercendo sua cidadania, uma vez que esteja munida do conhecimento dos assuntos de seu interesse. Destaque-se que a transparência é importante, pois diminui os custos do controle social, aumentando sua eficiência (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2010).

A informação como direito intrínseco ao cidadão traz consigo uma aproximação com os direitos humanos, à medida que o direito à informação não é um fim por si só, mas um instrumento capaz de promover direitos sociais, culturais e políticos. Abramovich e Courtis (2000) nesse sentido destacam o valor instrumental da informação, que é um direito voltado à completude do exercício de outros direitos.

Gruenberg (2007, p. 28), também afirma que a ordenação e positivação dos princípios de direitos humanos é essencial para a "deselitização" das políticas de informação, a fim de que o acesso a elas seja garantido aos grupos vulneráveis:

A partir da perspectiva de direitos humanos, uma política de transparência deveria articular-se em dois planos normativos. Em um primeiro plano normativo, deveria ser sancionado e aplicado um estrito regime de publicidade para os documentos administrativos que pudessem se tornar chave para a tomada de decisão dos cidadãos e das cidadãs para o exercício da auditoria social sobre a gestão do estado. Em um segundo nível, deveria ser sancionado e aplicado um regime de direito que garantisse a realização do direito subjetivo de todo cidadão e toda cidadã a poder acessar a informação pública sem necessidade de justificar a causa nem o interesse e incluindo mecanismos efetivos para reclamar administrativa e judicialmente por seu descumprimento.

Nesse sentido da instrumentalidade da informação, Calland (2002) observa a associação entre informação e poder, no sentido da possibilidade de influenciar eventos e pessoas, visualizando objetivos e interesses. Assim, a informação é essencial ao exercício da cidadania, em sua concepção de participação política e social. Sobre a relação entre a ausência da informação e a ineficiência de gestões e governos, Calland (2002, p. 15, tradução nossa), defende que:

Informação é vital para cidadãos, comunidades e organizações da cidadania se eles querem ter participação plena no processo democrático. Informação não é só uma necessidade para as pessoas – ela é parte essencial da boa governança estatal e corporativa. Empresas fracas e governos ruins dependem do segredo para sobreviver. Os segredos permitem o aumento de ineficiência, desperdício e corrupção.

A informação também tem sua importância reconhecida pela Constituição da República do Brasil de 1988. Segundo Corbari (2004), a informação sofreu uma mudança em sua conceituação: "para que se contribua no processo democrático, a publicidade das ações de governo não pode ser entendida como publicação de atos carregados de termos técnicos, como a prestação de contas formal, mas deve ser entendida como a transparência das ações públicas".

O conceito de informação vai se transformando de publicidade à transparência na medida em que a sociedade não se satisfaz apenas com a informação dos episódios ocorridos na gestão pública, mas quer que lhe conceda as razões de tais acontecimentos e que se justifique o relacionamento destes, levando em conta os objetivos do Estado e os desejos da comunidade" (CORBARI, 2004, p. 102).

Tal pensamento é perfeitamente aplicável à informação eletrônica: os portais de governo devem ser acessíveis e aptos a permitir o conhecimento e análise dos diversos níveis de usuários interessados. Indiscutivelmente, vivemos hoje a era da informação, de tal maneira que fez com que se questionassem os modelos de empresa e mesmo de instituições públicas.

As ideias de transparência e controle social estão intimamente relacionadas: por meio da participação na gestão pública, os cidadãos podem intervir na tomada da decisão administrativa, orientando a Administração para que adote medidas que realmente atendam ao interesse público e, ao mesmo tempo, podem exercer controle sobre a ação do Estado, exigindo que o gestor público preste contas de sua atuação. A transparência é citada como capaz de contribuir para redução da corrupção no espaço público e de tornar as relações, entre o Estado e a sociedade civil, mais democrática (PINHO e SACRAMENTO, 2004).

A participação contínua da sociedade na gestão pública é um direito assegurado pela Constituição Federal, permitindo que os cidadãos não só participem da formulação das políticas públicas, mas, também, fiscalizem de forma permanente a aplicação dos recursos públicos.

Neste sentido, o fenômeno da participação situa-se entre várias dicotomias: direta ou indireta; institucionalizada ou movimentalista (comunitária); e orientada para a decisão ou para a expressão. Apesar da discussão teórica que se trava em torno destas modalidades de participação, entende-se que as várias formas estão presentes no processo político de maneira mais ou menos intensa, conforme a conjuntura e os atores envolvidos (TEIXEIRA, 2000).

Assim, o cidadão tem o direito não só de escolher, de quatro em quatro anos, seus representantes, mas também de acompanhar de perto, durante todo o mandato, como esse poder delegado está sendo exercido, supervisionando e avaliando a tomada das decisões administrativas.

O controle social ganha cada vez mais espaço na Administração Pública. Há tempos atrás, controle dos atos administrativos se dava quase que exclusivamente em seara interna (dentro do próprio órgão atuante) e externa (feita por outro órgão com competência de fiscalização). Porém, a internet vem, por meio de suas características intrínsecas, permitir e viabilizar o controle social eficiente e, mais amplo e acessível (FIGUEIREDO e SANTOS, 2013).

2.1.4 Accountability e Democracia

Mattei (2009), nos diz que uma democracia participativa e a accountability do serviço público são diretamente decorrentes de uma cultura política e de uma consciência popular voltadas à cidadania. A mudança de um papel passivo, de consumidor de serviços, para uma cidadania atuante, em que o cidadão é parte do processo decisório, seria um processo gradativo, proporcional ao amadurecimento da democracia. Para isso, seria indispensável o sentimento de comunidade.

Para Sacramento e Pinho (2012), instituições sociais desenvolvidas favorecem a recuperação da cidadania e da vida democrática. A participação do cidadão não se limita à identificação de necessidades e preferências, mas a cobrança de melhor desempenho do serviço público vislumbrando a accountability.

A sociedade precisa atingir um nível de organização de seus interesses públicos e privados, antes de tornar-se capaz de exercer controle sobre o Estado. Para Mattei (2009) a extensão, qualidade e força dos controles são consequências do fortalecimento da malha institucional da sociedade na avaliação das políticas públicas, fazendo as devidas recomendações. Sendo o desenvolvimento da consciência popular condição essencial para uma democracia participativa.

É interessante observarmos que o sistema político brasileiro foi considerado uma "democracia incompleta", por três vezes seguidas, em 2006, 2008 e 2010, no Índice de Democracia criado pelo Economist Intelligence Unit (2015). Muito embora tal análise não seja absoluta e infalível, ela nos traz uma reflexão sobre o que ainda se pode evoluir na democracia brasileira.

O Brasil é um país de democracia recente, pois passou por um período de autoritarismo militar na segunda metade do século XX. Se considerarmos o mandato de José Sarney, primeiro presidente civil desde o Golpe Militar de 1964, como ponto de virada, a democracia recente brasileira completou 30 anos em 2015. Nesse ínterim, observamos marcos claros do sistema democrático: a nova Constituição de 1988 (chamada de Constituição Cidadã), o impeachment do presidente Collor em 1992, eleições regulares tanto no nível federal quanto estadual e municipal e as constantes manifestações sociais.

Mattei (2012) aponta a falta de confiança que se estabeleceu sobre as instituições democráticas brasileiras e no próprio sistema político, apesar dos avanços recentes. Os próprios agentes políticos, segundo a autora, trazem à tona uma discussão delicada, porém necessária: a reforma política, uma vez que a sociedade exige uma democracia real e mais participativa.

A atual realidade exige um novo padrão de deliberação que considere o cidadão como o foco da ação pública (MATTEI, 2012) O processo institucional de diferenciação e de complementaridade de funções entre Estado, mercado e sociedade civil organizada é um processo essencialmente político, que tem reflexo nas competências constitucionais, nos grandes objetivos de governos legitimados pelas urnas e nas demandas identificadas pelo sistema político e pela burocracia governamental.

Assim, toma-se como lógico que nas sociedades democráticas modernas a responsabilidade dos governos e seus agentes perante os cidadãos é natural. A *accountability* e o aperfeiçoamento das práticas administrativas estejam intimamente ligadas. Mattei (2012) aduz ainda que a *accountability* não é uma mera questão de implemento de instrumentos burocráticos ou de desenvolvimento organizacional, como isso já foi feito em diversas ocasiões, com resultados aquém do esperado.

Um marco da responsabilização dos agentes do Poder Público foi a Lei de Responsabilidade Fiscal publicada em 2000. Desde então, a comunidade científica nacional debruçou-se sobre o problema da *accountability*, e como implementá-la. Inclusive, Santos e Cardoso (2001) reduzem o conceito de *accountability* justamente a isso: responsabilização dos agentes e prestação de contas à sociedade.

Porém, Schwartz (2001) nos aponta que *accountability* seria uma conceituação mais abrangente e ampliada da tradicional prestação de contas. Seria assim a exposição de custos, receitas e despesas, porém ultrapassando a visão meramente contábil, demonstrando o desempenho de forma quantitativa e qualitativa, envolvendo a organização como um todo.

Desse modo, a gestão pública considerada responsável fundamenta-se não só na imposição legal da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas também na aplicação da ética na função do agente público. Segundo Andrade (2011), somente pela base em princípios éticos a gestão pública responsável alcança a transparência.

Antunes e Freitas (2007, p. 3 e 4), ao se dedicarem ao assunto em questão, pesquisando vários autores, opinam sobre o conceito de *accountability*:

Accountability é um termo utilizado, apesar de não ter uma tradução específica na língua portuguesa e seu significado ser mais complexo que uma simples definição, por muitos autores como Bresser (1997) ao relacioná-lo com ações diretas de governabilidade; por Salomão (1999) quando diz que seu déficit é provocado pela falta de transparência, afastando o cidadão do governo; por Figueiredo (2002) ao associar as agências a *accountability*, conferindo transparência à gestão pública; e Campos (1990) ao afirmar que o *accountability* governamental caminha para elevados valores democráticos, tais como igualdade, dignidade humana, participação e responsabilidade, enfim, poder-se-ia aqui, nessa preliminar análise, tê-lo como a transparência, evidenciação, prestação de contas, consciência popular, participação social, qualidade e responsabilidade com a coisa pública.

Bevir (2011, p. 103) contrapõe a evolução do conceito de *accountability* como antitética ao conceito de responsabilidade tradicional da política:

O conceito de *accountability* surgiu ao longo do modernismo. [...] O modernismo, portanto, ajudou a manter a agora clássica distinção entre política e administração. O processo político gera valores ou decisões políticas, das quais os ministros são, dessa forma, os porta-vozes; os servidores públicos fornecem o conhecimento técnico politicamente neutro que formula e implementa as políticas que estão de acordo com esses valores ou decisões políticas. Nesse contexto, a responsabilidade, como concebida pelos historicistas desenvolvimentistas, torna-se menos relevante que a *accountability* dos servidores públicos em relação aos seus mestres políticos e a *accountability* dos políticos perante o eleitorado.

Neste sentido, a *accountability* deve ser compreendida como uma questão de democracia, pois quanto mais avançado o estágio democrático, maior passa a ser o interesse da sociedade pela *accountability*, acompanhando o avanço de valores democráticos, tais como igualdade, dignidade humana, participação e representatividade. A inevitável necessidade do desenvolvimento de estruturas burocráticas para o atendimento das responsabilidades do Estado traz consigo a necessidade de proteção dos direitos do cidadão contra os usos e abusos do poder pelo governo como um todo, ou qualquer indivíduo investido em função pública.

Segundo Peres Neto (2014) a *accountability* ganha importância à medida que cria mecanismos de exequibilidade, tornando possíveis as democracias liberais. A *accountability* serviria então tanto ao controle horizontal dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário entre si, como também fornece meios de fiscalização por parte da sociedade, efetivando-se assim um maior controle, e permitindo que os cidadãos passem a ser parte integrante desse processo.

Destaca-se que na medida em que as organizações públicas aumentam seu tamanho, a complexidade e penetração na vida do cidadão comum, cresce também a necessidade de salvaguardar este último dos riscos da concentração de poder nas mãos dos servidores públicos, quando esses muitas vezes não são representantes ativos dos cidadãos. Sendo assim, a inexistência de controle efetivo e de penalidades aplicáveis ao serviço público, em caso de falhas na execução de diretrizes legítimas enfraquece o ideal democrático do governo pelo povo, pois expõe os cidadãos aos riscos potenciais da burocracia.

2.1.5 Tecnologia da Informação e Democracia

Façamos então a relação entre informação e o modelo democrático de sociedade. Etimologicamente, *demos* significa povo, e *kratós* significa o poder. Assim, superficialmente, a democracia seria o sistema em que a governança emana do povo, ou simplesmente que o povo governa através das leis. Essa era a definição clássica de democracia, pensada por Platão e Aristóteles.

No mundo contemporâneo: considerando as altas complexidade e diversidade da sociedade atual, assim como da máquina estatal, tornam impossível um sistema em que a soberania estatal é dirigida diretamente pelo povo. Passamos então à democracia representativa, em que o povo elege governantes e dirigentes que atenderão seus interesses. E é aqui que percebemos a importância da informação.

O espaço midiático e informacional na atualidade é agente fundamental na esfera pública, sendo componente do campo político quanto aos governantes eleitos para a função pública. Bobbio (2000) faz essa relação de modo singular, dizendo que esse espaço midiático possui a mesma função que o espaço da praça pública, onde ocorriam as Assembleias na Grécia Antiga. Em suma, o espaço midiático é onde se forma a opinião pública.

Assim, os meios de comunicação atuam como verdadeiras pontes entre o cidadão e a classe política. Segundo os conceitos de Castells (2009), toda a dinâmica social é centrada no poder exercido através da comunicação. Em seu pensamento, o poder e a comunicação não seriam sinônimos. Porém, o poder é dependente do controle da comunicação, e a ruptura desse controle é essencial ao contrapoder.

Agregando-se valores dessa importância intrínseca dos meios de comunicação a rápida evolução tecnológica das últimas décadas, que transformaram o tempo e o volume informacionais em um formato praticamente instantâneo e de proporções consideráveis. É certo que a popularização das chamadas Tecnologias da Informação afetariam de modo significativo o modo como passamos a ver a cidadania.

Com o surgimento das novas Tecnologias da Informação e Comunicação, mais destacadamente a internet, muitas são as discussões acerca da revitalização da democracia. O fenômeno mais notável se dá na produção descentralizada de informações e movimentos sociais, traduzidos nos milhares de *blogs*, *smart mobs* e sistemas de gerenciamento de conteúdos que interligam grupos e trocam informações em todo o planeta, muitas vezes impondo aos meios de comunicação de massa (rádio, TVs e jornais) notícias advindas das denominadas redes sociais.

Potencialmente, as TICs podem reforçar a *accountability* governamental e a participação dos cidadãos na produção democrática da decisão, por meio de uma comunicação mais clara e mais acessível e incentivando a comunicação direta entre os cidadãos (por exemplo, *Internet*), em um esforço para construir um debate público, não dominado por políticos, nem pela mídia (KAKABADSE *et al.*, 2003). Neste contexto, discutem-se desde os dispositivos e iniciativas para a extensão das oportunidades democráticas (governo eletrônico, voto eletrônico, transparência do Estado etc.) (GOMES, 2005).

Em um pensamento mais otimista, Gomes (2005) nos diz que a experiência da *Internet* é percebida, simultaneamente, como inspiração para formas de participação política protagonizada pela esfera civil e como demonstração de que há, efetivamente, formas e meios para a participação popular na vida pública. A “democracia digital” (e outras expressões comuns: democracia eletrônica, *e-democracy*, democracia virtual, ciberdemocracia) é, então, uma das maneiras empregadas para se referir à experiência/utilidade da *Internet* e de instrumentos compatíveis com seu uso, voltados para o incremento da participação da sociedade na condução e gestão dos negócios públicos.

Gomes (2005), ao fazer uma série de asserções que sintetizam a discussão e análise da democracia digital. Para ele, a democracia digital deve ser entendida como uma oportunidade de superação das deficiências da democracia liberal, ou seja, a democracia digital representa uma alternativa para o alcance de uma nova experiência democrática, construída sobre uma nova noção de democracia. Sendo possível que a democracia digital assegure a participação do público nos processos de decisão política, através da aproximação e da deliberação.

Pinho (2011) aponta em especial dois tipos de analistas dentre as demais categorizações. O primeiro tipo, os otimistas, defendem que se estaria prestes a experimentar uma transformação radical da democracia representativa em democracia plebiscitária, devido ao aumento da atividade dos cidadãos no governo, o que se torna possível pela votação eletrônica. Assim, a Internet tomaria espaço da mídia, que comumente estrutura a vida política contemporânea ao intermediar políticos e cidadãos. Para os otimistas, a expectativa está na nova forma de fazer política, e não apenas em uma simples mudança de foco em política tradicional.

Em sentido contrário, os pessimistas acreditam que a participação política possível por meio das TICs é uma das promessas da Internet, porém, os resultados foram abaixo do esperado. Nesse raciocínio, as perspectivas para aqueles que acreditam na participação política dos setores populares não seriam animadoras. A Internet, então, ao mesmo tempo que permite uma aproximação e integração do cidadão, por outro lado também traz uma fuga de rosto de seus problemas imediatos e presentes. (PINHO, 2011).

Conclui-se então que a grande problemática não é a tecnologia, porém a cultura política de progresso e desenvolvimento político. A tecnologia já é abundante (o que não impede que ela possa e deva ser ampliada), porém a democracia, entendida pela cultura de participação popular na política, é diminuta: a tecnologia que deveria ser utilizada em sua plenitude para o aperfeiçoamento democrático não o é. As expectativas são muitas, assim como a tecnologia presente e já instalada, porém ainda falta a atividade política digital propriamente dita, e isso não se realizará sem uma mudança no modo de agir tanto do Estado como da sociedade (PINHO, 2008).

Esse posicionamento é corroborado por Oliveira e Raminelli (2015), ao dizerem que, mesmo hoje, apesar da presença já reconhecida e frequente das Tecnologias de Informação e Comunicação, falta uma cultura participativa na sociedade brasileira, de modo que tais tecnologias não são utilizadas por parcela considerável da população. Desse modo, o problema, segundo esses autores, é a necessidade de criação de diretrizes e políticas mais eficientes, a fim de alcançar a abertura governamental.

Com essas Tecnologias, sobretudo a internet e o desenvolvimento do governo eletrônico, surge à necessidade da criação de novos institutos democráticos e sua adaptação aos novos tempos. Entre os novos conceitos gerados pelo novo espaço virtual, a ciberdemocracia merece destaque e deve ser compreendida em todas as suas dimensões, tanto tecnológicas como sociológicas e políticas. A ciberdemocracia deve ser observada a partir da emergência da internet e da participação direta do cidadão na política mediante o uso das novas tecnologias.

2.1.6 Ciberdemocracia e Cidadania

Levy (2002), nos fornece um conceito simplificado, porém útil, segundo ele, a ciberdemocracia é um conceito que nos remete à ideia da interação das práticas políticas dentro do ciberespaço. Características desse ciberespaço como a liberdade de expressão, transparência e universalidade são incorporadas à ciberdemocracia.

Mezzaroba (et al, 2010), aprofunda a discussão, com um conceito mais recente:

"A ciberdemocracia é um espaço de aprofundamento da comunicação e cooperação, que promove o incremento da transparência do processo político, eleva o compromisso direto e participativo do cidadão e melhora a qualidade da informação da opinião pública, abrindo novos espaços de informação e deliberação."

O essencial ao conceito de ciberdemocracia é o fortalecimento da relação entre o Estado e o cidadão, sua finalidade precípua é justamente ampliar a participação popular efetiva nas decisões governamentais (GARCIA et al., 2014). O maior desafio é a construção de uma cultura política participativa, que só pode ser alcançada por meio da democratização da informação e de um processo de aprendizagem coletivo quanto à participação política cidadã. Cruz (2009, 2009, p. 15), faz suas considerações sobre a possibilidade dessa nova cultura participativa:

A "ciberdemocracia" poderia ser experimentada e outras formas de participação e mecanismos representativos poderiam ser propostos. Atualmente é muito fácil organizar consultas rápidas à população sobre temas de interesse imediato e que requeiram um pronunciamento de relativa urgência. Plebiscitos e referendos não teriam porque serem casos excepcionais na vida social e política. Ao menos tecnologicamente já não há mais desculpas.

Consequentemente, “podemos dizer que quem não estiver conectado a essa rede mundial fica fora da vida social, econômica e científica, que se desenvolve em tempo real através dos caminhos da Internet” (ROVER, 2004). É importante ressaltar que a falta de acesso à informação impede o pleno exercício da cidadania, pois a cidadania somente pode ser exercida de forma plena se for assegurado ao cidadão o acesso às novas tecnologias e à informação democrática e instantânea que no presente momento somente existe no ciberespaço.

A possibilidade de se internacionalizar a informação e discuti-la, democraticamente, talvez seja a grande novidade trazida pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Tal novidade reside na possibilidade de se reunirem e se organizarem, em escala planetária e tempo real, os movimentos de oposição e organizações ativistas, o que geraria uma “Cidadania Democrática Mundial”.

[...] transnacionalização da Democracia e, a partir dela, a transnacionalização do Estado a partir de uma nova construção político-jurídica. O Estado Constitucional Moderno construído teoricamente para existir soberano no seu interior e para se relacionar conflitivamente com o seu exterior, deve sair de cena, substituído por um novo Estado que, ao que tudo indica, será o mediador das relações políticas, sociais e econômicas locais e regionais com aquelas globalizadas, ou mundializadas. (CRUZ, 2009, p. 4)

Assim, a internacionalização da democracia deve ser entendida com um processo de flexibilização e facilitação dos atos organizacionais, ou seja, uma passagem de um internacionalismo retrógrado, burocrático e organizacional para um comunicacional e facilitador do processo de inclusão e participação cidadã na construção da nova fase da democracia. A ciberdemocracia encontra-se, no maior acesso à informação governamental e na interação entre o Estado e sociedade civil, através dos meios eletrônicos.

A passagem de uma democracia representativa para uma democracia mais participativa por parte do cidadão a partir dos meios digitais não significa o fim do Estado, como Poder Público, nem o surgimento de uma nova democracia. Ao contrário, com o surgimento da ciberdemocracia o Estado torna a administração pública mais democrática, efetiva e transparente para o cidadão. De fato, a criação de espaços virtuais, em escala planetária, como as cidades digitais, que renovam as formas de deliberação e fomentam o debate público e democracia local.

Os extraordinários avanços tecnológicos dos últimos anos estão transformando significativamente o panorama das modernas sociedades democráticas. Estas transformações afetam não somente o modo substancial das relações sociais, mas também o funcionamento das atuais instituições e estruturas políticas. Neste sentido, a ciberdemocracia consiste na criação de processos e mecanismos de discussão, visando o convencimento mútuo, a partir do diálogo entre o Cidadão e o Estado, para se chegar a uma política de decisões, onde a participação popular se torna mais real em termos práticos.

A sociedade da informação emerge como uma oportunidade, no que diz respeito à utilização de novos métodos e técnicas de processamento de informação, sem os quais este recurso não possuiria o caráter de fenômeno na modernidade. Através destes recursos tecnológicos que o governo pode interagir mais com a sociedade, conhecer novas demandas e proposições políticas dos grupos sociais, bastante limitado em seus canais de comunicação com o Estado.

É óbvio que a ciberdemocracia não é um fenômeno que alcança todos os cidadãos. Duras críticas à essa sucessiva digitalização da *res publica* centram-se na desigualdade criada por essa ciberdemocracia. Seriam os excluídos tecnológicos, que não acompanharam (ou não tiveram oportunidade de acompanhar) esses avanços. Porém são inegáveis as mudanças positivas que a influência das Tecnologias da Informação traz. Inclusive, a crescente popularização dos meios de comunicação digitais retira parcela do poder monopolizado pelos meios informativos de massa, tornando a mídia menos parcial e mais democrática. Nesse sentido, o problema torna-se não a ciberdemocracia em si, mas como torná-la universal, representativa de fato, reduzindo o vão entre sociedade e sistema político.

Desse modo, há uma oportunidade para o aperfeiçoamento da cidadania, uma vez que a prerrogativa de exercê-la exige, necessariamente, o direito de informação como condição essencial à obtenção de novos direitos políticos, civis e sociais. Em uma sociedade cada vez mais caracterizada pela velocidade das mudanças que ocorrem, é absolutamente necessária, portanto, o desenvolvimento de uma grande capacidade de adaptação das instituições e grupos sociais que a compõem (FERREIRA, 2003).

Levy (2002) nos dá um exemplo de ciberdemocracia posta em prática e com satisfatória eficiência, a nível municipal, em seu país de origem, na França. Aponta ele a cidade de Issy-les-Moulineux, cuja prefeitura incentiva abertamente a chamada "e-administração". O meio eletrônico é suficiente para se obter uma miríade de informações e serviços fornecidos nessa cidade, desde prestação de contas dos órgãos públicos a informações de projetos culturais, festivos ou esportivos.

Mas o que chama realmente a atenção é o chamado "I-Folio", zona livre para debates públicos, organizados em pauta previamente. Os assuntos da pauta variam desde despesa e receita públicos e possibilidades de investimento, até atividades festivas e questões de infraestrutura pública, todos descritos em linguagem acessível. De fato, a própria chamada do site do município incentiva o cidadão a ser um ator na política de seu município.

Tejera (2012), em sua tese, cita um caso brasileiro bem sucedido do uso dos mecanismos da ciberdemocracia. Segundo ela, um dos usos mais comuns das Tecnologias da Informação é a criação de espaços de diálogo direto entre os representantes e os representados, e não raro acompanhados de um sistema de prestação de contas. É justamente isso que objetiva o Gabinete Digital, ferramenta de comunicação entre o governo do Estado do Rio Grande do Sul e a sociedade.

É um espaço que tem uma acessibilidade admirável, uma vez que incorpora as redes sociais, um dos meios mais populares e informais de comunicação virtual, em seu planejamento e funcionamento. Redes como o Twitter e o Facebook podem ser utilizadas para fazer perguntas ao Governador do Estado, além de enviar sugestões de pautas e debates. Ainda no sentido da acessibilidade, relata a doutora que pontos de acesso foram instalados estrategicamente em diversas cidades do Estado, por onde os cidadãos podem acompanhar ou participar ativamente desse processo. Primeiro processo realizado por esse programa, Tejera (2012, p. 61) diz:

Na primeira edição a pergunta do Gabinete Digital era: 'Como podemos melhorar o atendimento e o acesso à saúde pública?' Em princípio, as 50 propostas apresentadas pelos cidadãos e mais votadas pela população seriam consideradas prioritárias no programa de governo. Conforme divulgado, o objetivo do Gabinete Digital em relação ao primeiro tema era de recolher a opinião da população sobre o Sistema Único de Saúde (SUS). A experiência gaúcha foi divulgada como a primeira do gênero no Brasil em se tratando de governo estadual.

A autora afirma que a realização do Gabinete Digital foi feita em plataforma de dados abertos, o que permite que esse projeto seja replicado em outros Estados. Tal projeto sucedeu até mesmo as experiências realizadas pelo Governo Federal, dentre elas o Portal da Transparência lançado em 2004.

Essa iniciativa do Governo do Rio Grande do Sul nos mostra que a possibilidade da ciberdemocracia é mais uma questão de organização e planejamento, acompanhada de investimento relacionado à acessibilidade. É uma iniciativa louvável que intenta tornar-se modelo a ser seguido e universalizado nas gestões dos órgãos públicos.

2.2 Informação Pública, Governança e Transparência

Ao falarmos de governança e transparência digitais, é interessante que tracemos um histórico desse conceito na evolução política e democrática brasileira. Segundo Mattei (2009), na história política brasileira houve uma alternância entre autoritarismo e populismo: o governo ditatorial toma para si a responsabilidade e o poder de definir o bem-estar social, enquanto o governo populista procura aproximar-se dos anseios populares não organizados por meio de seu líder. Desse modo, no período autoritário, a insatisfação popular cresce gradativamente, até que se torne insustentável, causando uma mudança de gestão.

Ainda, Mattei (2009, p. 3) cita a evolução tecnológica que acompanha essa transformação sociopolítica: a progressiva migração do patamar industrial para o digital. Segundo ela, faz com que surja toda uma gama de direitos, acompanhando essa nova percepção de realidade, esse novo modo de ver a cidadania.

Observa-se nos últimos tempos, a criação de leis e orientação para políticas públicas que envolvem a administração pública atual. Num primeiro momento essas discussões aparecem na área dos direitos humanos e políticos, ao final do regime militar. Posteriormente, têm-se os direitos sociais, no período de transição para a democracia, especialmente na fase da elaboração da Constituição de 1988 e ao final dos anos 90 e início do novo milênio, os direitos culturais, ligados ao tema da justiça e da equidade social.

Esse novo formato de cidadania seria, então, o "processo de invenção e criação de novos direitos, que surgem de lutas e práticas reais". Os direitos que representem e protejam diversas parcelas da população, em especial as minorias e a coletividade. Mattei define esse processo como a construção da experiência democrático-participativa no interior da própria sociedade, possibilitada pela transparência.

Essa transparência que se busca é um verdadeiro princípio a ser alcançado. Relaciona-se intrinsecamente com o princípio basilar da publicidade na Administração Pública, porém "a transparência é um conceito mais amplo do que publicidade, isso porque uma informação pode ser pública, mas não ser relevante, confiável, tempestiva e compreensível", como nos dizem Pratt Neto, da Cruz, S. Ensslin e L. Ensslin (2007, p. 76 e 77). Concluem que a transparência constitui a criação de uma política responsável que permita a participação da população.

Assim, a informação pública, relacionada estritamente ao conceito de publicidade, não é suficiente. É necessário que a informação seja compreensível, de qualidade, em tempo hábil, ou seja, que incorpore o conceito de transparência. Pires, da Costa e Cordeiro (2013), conceituam transparência como "contramedida à desconfiança estrutural subjacente à cambiância pós-moderna, e como resposta às demandas por accountability para a democratização do Estado".

O conceito de governança pública em uma sociedade democrática, relaciona-se com a efetiva participação dos agentes envolvidos, com a garantia de igualdade e informação sobre a gestão dos governantes, direcionada às partes interessadas no Governo. Tais partes interessadas seriam os cidadãos eleitores, que delegam aos governantes a tarefa de representá-los, realizando a gestão em nome dos cidadãos.

Inicialmente, o conceito de governança corporativa foi somente aplicado à área privada. Porém, a partir da década de 80, a ocorrência de escândalos financeiros levaram diversos entes internacionais, a exemplo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Comitê do Setor Público (PSC) da Federação Internacional de Contadores (IFAC), a aplicar os princípios e da governança corporativa a entes públicos (CAVALCANTE e DE LUCA, 2013).

Ainda, segundo Cavalcante e De Luca (2013), as boas práticas de governanças dependem de uma maior transparência de informação, que proporciona redução nos conflitos de interesse entre as partes envolvidas na relação com o Estado.

Oliveira, Carvalho e Corrêa (2012), ao apontarem que a governança se faz necessária à promoção do bem comum pelo Estado, envolvendo diversidades de grupos interessados, a citar o povo, as instituições, os governantes e a inter-relação entre eles. Buscando o interesse coletivo e supremacia do interesse público.

É necessário, portanto, que a prática de governança acompanhe as mudanças sociais e tecnológicas. Atualmente, o maior vetor disso é a digitalização e a universalização da informação no ciberespaço. Nesse sentido, é natural que as formas tradicionais de Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário atualizem-se, permitindo essa aproximação com os cidadãos de uma forma antes impossível.

2.2.1 Governo Eletrônico

Com o advento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) diversos temas ganharam destaque no cenário da administração pública no Brasil, entre eles o tema Governo Eletrônico, que foi utilizado pela primeira vez no ano de 2000 e propunha criar normas e diretrizes para regulamentar a relação entre órgãos públicos e cidadãos.

Ainda um conceito recente, o Governo Eletrônico tem tido problemas para adaptar-se à governança tradicional. Ruediger (2003, p. 1259), nos mostra como se dava a interação entre governança e governo eletrônico no início da década de 2000:

[...] a aplicação do conceito de *governance* ao governo eletrônico está restrita pelo custo de produção, acesso e qualidade da informação, fatores críticos dos processos de escolhas públicas, sobre os quais economistas e cientistas políticos têm se debruçado, e que problematizam tanto a questão da eficiência econômica quanto a das escolhas políticas.

Ruediger (2003) nos faz uma pertinente relação entre a governança, a accountability e o governo eletrônico, uma vez que o governo eletrônico traduzir-se-ia em acesso à informação facilitado, permitindo a accountability e a interlocução entre governo e governados. A governança abrangeria, então, o acesso à informação pelo meio eletrônico como forma de transparência. Como nos ilumina Matias-Pereira (2010, p. 115):

Observa-se que, no debate mais recente, o conceito de governança já superou seus aspectos operacionais, incorporando novos elementos. Assim, além dos mecanismos tradicionais de agregação e articulação de interesses, tais como partidos políticos e grupos de pressão, incluem-se na fase atual as redes sociais informais - de fornecedores, famílias, gerentes, hierarquias e associações de diversos tipos.

A prioridade do Governo Eletrônico é a promoção da cidadania visando atender as necessidades e demandas dos cidadãos individualmente cumprindo a igualdade perante a lei e a equidade na oferta de serviços e informações. É de responsabilidade do Governo Federal um papel de destaque no processo de adequação ao Governo Eletrônico, garantindo integração de ações dos vários níveis de governo e também dos três Poderes. Como definição de Governo Eletrônico podemos dizer que:

Em termos gerais e otimistas, o governo eletrônico tem se constituído em uma infraestrutura de rede compartilhada por diferentes órgãos públicos a partir da qual a gestão dos serviços públicos é realizada. A partir da otimização desses serviços o atendimento ao cidadão são realizados, visando atingir a sua universalidade, bem como ampliando a transparência das suas ações. (ROVER, 2008, p. 10)

Neste sentido o Governo Eletrônico veio proporcionar um novo meio de conexão entre governo e cidadãos. Essa interação em tempo real é trabalhada por Mezzaroba et al (2010) que considera a difusão do uso de ferramentas digitais como sendo uma resposta às aceleradas mudanças que a sociedade vive. Desta forma, “diante da escassa coordenação entre as novas demandas sociais e as formas de governo tradicional, a invenção de novos modos de representação política surge como uma tarefa que se impõe com urgência”, (MEZZAROBA et al 2010, p. 57).

Trabalhar a questão democrática inserida no contexto das novas tecnologias é uma tarefa que exige participação cidadã dos governantes. Trabalhar com governo eletrônico, não é somente dispor informações pela Internet para que os interessados tenham acesso, mas sim, criar um canal em que a interação da sociedade traga novas e diferentes visões na tomada de decisões políticas.

A ciberdemocracia é um espaço de aprofundamento da comunicação e cooperação, que promove o incremento da transparência do processo político, eleva o compromisso direto e participativo do cidadão e melhora a qualidade da informação da opinião pública, abrindo novos espaços de informação e deliberação (MEZZARROBA et al, 2010, p. 57).

Os autores defendem que uma maior participação do governo em rede necessita assegurar a participação dos cidadãos aos meios de inclusão digital e não apenas de informar acontecimentos relativos à administração pública, fazendo com que o ciberespaço se torne para a área política um canal de comunicação e interdependência da liberdade individual e coletiva nos quais diferentes interesses possam estar conectados.

A comunicação deve integrar a informação a todos os membros de uma organização. Em suma, “as informações devem circular de forma aberta e livre de tal forma que a participação se torne um compromisso individual e coletivo” (ROVER e MEZZARROBA, 2011, p. 13). Conforme os autores, “será pelo processo comunicativo proporcionado pelo ciberespaço que cada membro de uma sociedade poderá interagir com o ambiente em que se vive” (ROVER e MEZZARROBA, 2011, p. 14).

As políticas públicas devem ser voltadas para a democratização do acesso à informação e garantia de inclusão digital, implementando uma cultura digital, para fins de propiciar a inter-relação Estado e sociedade. A era da informação não pode passar despercebida pelos menos favorecidos. Os cidadãos precisam aprender a buscar informações referentes à democracia pela Internet. Hoje, sabe-se que existe um número crescente de pessoas com acesso a Internet, também pela facilidade em se adquirir telefones celulares com acesso à rede, I-pads, Tablets e microcomputadores. A informação e os meios estão disponíveis e sendo cada vez mais utilizados. Portanto, a inclusão digital deve ser vista como estratégia para construção e afirmação dos direitos dos cidadãos pela facilidade de acesso (BRASIL, 2012).

2.2.2 Legislativo Eletrônico

Sob o contexto do relativamente recente governo eletrônico, segundo Zurra e Carvalho (2008), é possível afirmar a importância das mudanças de postura impostas pelos novos paradigmas administrativos e, principalmente, a utilização da TIC, para a impulsão do Legislativo como agente de accountability. Desse modo, o Legislativo brasileiro percebeu a necessidade da busca de novos instrumentos e ferramentas que melhorassem e facilitassem a realização eficiente de suas atribuições. Em paralelo, também o Legislativo adotou a utilização de ferramentas de cunho informacional, já utilizadas com sucesso pelo Poder Executivo no chamado e-gov ou governo eletrônico. De maneira similar, no âmbito Legislativo, tal ferramenta foi denominada e-legislativo.

Os autores diferenciam a utilização dos sistemas informacionais, especialmente a Internet, entre os poderes Executivo e Legislativo. O primeiro pode utilizar as vantagens do sistema eletrônico para prestar serviços à sociedade, como emissão de guias de pagamento, matrículas e multas diversas, o que agiliza e dinamiza esse dever do Estado de garantir esses serviços, além de contribuir para o aumento da arrecadação. Porém, a Internet e o sistema eletrônico para o poder Legislativo têm um objetivo distinto, sendo esse precipuamente informativo, de controle e fiscalização. Desse modo, é essencial que o e-legislativo seja utilizado, de fato, como um eficiente instrumento de controle e fiscalização, além de promover a divulgação e publicidade de seus atos e dos atos do Executivo (ZURRA e CARVALHO, 2008).

Freire e Sales (2010, p. 4001) apontam uma preocupação justificada: ao investigarem a prática democrática da participação popular no processo legislativo pelo meio eletrônico, concluem que, muito embora haja benefícios perceptíveis na utilização dessas tecnologias, a consolidação da ciberdemocracia e do legislativo eletrônico é falha a ponto de ser, em suas palavras, um "verdadeiro desastre". Completam então ao dizer que "as Assembleias Legislativas, como um todo, ainda pecam pela falta de informações dadas ao público sobre esse importante e novo instrumento de exercício da democracia."

A crítica dos autores quanto à utilização efetiva do meio eletrônico centra-se no fato de que não basta haver uma comissão receptiva de sugestões normativas da sociedade. A divulgação desse serviço é essencial, pois sem o conhecimento público dos procedimentos desse serviço, toda essa estrutura administrativa e tecnológica preparada nos portais eletrônicos e na própria reorganização do Legislativo será ineficaz. Uma vez que a informação não chegue ao público, a possibilidade de colaboração e evolução do exercício de cidadania tornam-se inócuas, não representando realmente um instrumento de participação popular política (FREIRE; SALES, 2010).

Peixoto e Wegenast (2011) também comentam essa armadilha da participação popular inexistente. Segundo eles, a proatividade e a reatividade tornam-se elementos fundamentais à utilização das TICs, como instrumentos para a concretização da interação entre representantes e representados e para o fomento às práticas participativas. Desse modo percebe-se o limite das tecnologias, que são meras ferramentas. A cada canal de comunicação disponibilizado para dar voz ao cidadão, deve-se indicar os caminhos da informação assim como, existir capacidade e vontade de ouvir e responder.

2.2.3 Portais Eletrônicos

A era da informação apresenta um novo mundo repleto de informações que se apresentam, na maioria das vezes, não organizadas e de forma desconexa aos profissionais e empresas, tornando difícil a tarefa de lidar com os dados disponíveis de maneira produtiva e rentável. A maneira como se trabalha, compete ou pensa tem sofrido novas revoluções, ao mesmo tempo em que a tecnologia da informação se instala em praticamente todas as áreas das atividades humana, tornando-se um elemento-chave e poderoso neste novo mundo. As organizações vêm procurando, a cada dia, formas mais efetiva para coletar, aprimorar e tratar o conhecimento para que as possibilite competir e sobreviver no mercado.

Para Da Silva (2008), os portais corporativos são instrumentos fundamentais da gestão da informação e do conhecimento, à medida que disponibilizam e tornam acessíveis informações relevantes e confiáveis da organização aos usuários, por meio de uma porta de acesso, que atendem as necessidades de integração de sistemas informativos que viabilizam a geração do conhecimento e ainda a tomada de decisões.

É possível perceber a intenção do poder público, no contexto da evolução do ambiente web e da sociedade da informação, de espelhar-se nas iniciativas de portais corporativos do setor privado, objetivando também uma maior eficiência no alcance de seus resultados esperados em sua área de negócios.

Para Gant & Gant (2002), a prioridade dos órgãos governamentais têm sido os portais na web, porém chamam a atenção ao fato de que as funcionalidades disponibilizadas em um portal governamental decorre da profundidade da integração entre os sistemas existentes. Desse modo, tal integração dos dados nos portais governamentais divide-se em três níveis de complexidade:

- publicação de informações com links para diferentes sites;
- transações em uma única agência; e
- transações que requerem uma integração entre múltiplas agências.

Barbosa et al (2004) nos fornece uma definição de portal governamental como segue: um “canal único na rede mundial onde o cidadão pode obter informações e solicitar serviços aos mais diferentes agentes governamentais de uma maneira simples e interativa”.

Um Portal Corporativo integra aplicações internas como e-mail, acesso a banco de dados próprio e gestão de documentos, e ainda aplicações externas como serviços de notícias. Sendo essencial para possibilitar o acesso pelos cidadãos aos serviços públicos e às informações que lhes interessem e potencializem a transparência das informações do governo (LEME, 2005).

Na mesma linha, as informações disponibilizadas e tornadas acessíveis pelos arquivos públicos permitem aos cidadãos o acesso e o conhecimento dos projetos, programas e planejamentos de gestão desenvolvidos pelos governos, estimulando a reflexão necessária à construção da cidadania (MORIGI e VEIGA, 2007).

Raupp e Pinho (2014), em seu estudo empírico sobre os portais eletrônicos, concluem que ainda temos uma "baixa cultura de accountability", de modo que a transparência dos portais eletrônicos ainda não chega ao ideal. Porém, segundo eles, o primeiro passo foi dado: é necessário o fomento desses portais no sentido de torná-los não meros murais de informações, mas verdadeiros instrumentos de democracia e aproximação sociedade-Estado.

A disponibilização de serviços, informações e meios de participação é, em suma, possível atualmente através dos portais governamentais, de modo a agilizar e tornar eficaz a relação entre governo e os demais atores institucionais.

2.2.4 Portal Eletrônico da ALEAM

O Novo Portal ALEAM versão 1.0 foi implementado no ano de 2012, na décima sétima legislatura, e por determinação da Mesa Diretora, a Diretoria de Informática foi incumbida de tomar as providências necessárias para que o Portal da Casa Legislativa se adequasse à Lei de Acesso à Informação (LAI) nº 12.527, que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar justificativa, solicitar informações públicas dos órgãos e entidades.

No ano de 2013, o Portal passou por uma nova reformulação sendo implementada a versão 2.0, para o desenvolvimento do novo Portal a Diretoria de Informática através da Gerência de Aplicativos fez um estudo junto a outras Assembleias Legislativas, para fins de um levantamento de funcionalidades que pudesse agregar melhorias a nova versão.

A Diretoria de Informática ainda coordenou o processo de contratação e parceria com a empresa Prodam – Processamento de Dados do Amazonas S/A, para o desenvolvimento e hospedagem do novo Portal, gerando mudanças significativas não somente no layout da home, mais adicionando também novos links para melhorias e cumprimento da Lei de Transparência nº131, de 27 de maio de 2009, como: Frequência Parlamentar, Atas, Votações, Remuneração e Calendário de Pagamento, assim como, novas adequações para atendimento da Lei de Acesso à Informação (LAI) nº 12.527.

Melhorias identificadas e descritas por **Raupp (2014, p. 151)**.

4.1.4 Portal da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas

O portal apresenta um link denominado “Novo Portal da transparência”, que disponibiliza: balancetes analíticos mensais atualizados, inclusive de anos anteriores; relatórios de execução de receitas e despesas, permitindo, durante o acesso, vários detalhamentos, por exemplo, tipos de receitas e tipos de despesas com os estágios já realizados (empenho, liquidação e pagamento); verba indenizatória atualizada, com especificação de despesas com a cota para o exercício da atividade parlamentar (gastos com passagens, locação de imóveis, assinaturas, materiais de expediente, alimentação, hospedagem, consultorias, divulgação entre outros); e Demonstrativo de Despesa com Pessoal (Relatório de Gestão Fiscal – RGF) atualizado.

Além do atendimento a legislação, o desenvolvimento do portal sempre esteve voltado para a facilitação do acesso as informações de forma inteligível, de modo, a melhorar a inter-relação entre o Poder Legislativo e a sociedade, além de fomentar o interesse de diversos segmentos públicos e privados.

Freire e Sales (2010, p. 4001) investigaram a prática democrática mediante a participação popular no processo legislativo por meio eletrônico e entendem que, apesar de todos os benefícios proporcionados pelas novas tecnologias, há um “verdadeiro desastre” na consolidação da ciberdemocracia e do legislativo eletrônico. Observam que **"as Assembleias Estaduais, de um modo geral, necessitam prestar mais informações à sociedade sobre este importante meio de exercício da democracia."** (grifo nosso)

O fato de haver uma comissão que recebe sugestões normativas da sociedade por meio eletrônico não garante o efetivo exercício da democracia ou que os serviços prestados pelo legislativo eletrônico sejam eficazes. Necessária é a divulgação desse serviço e o conhecimento da população sobre esta importante ferramenta de participação.

A possibilidade de colaborar com o Poder Legislativo, mediante o envio de sugestões normativas pela sociedade, apresenta um instrumento de mobilização e participação popular, entretanto, sem a devida informação e conhecimento do povo, dificilmente esse meio será apropriado por quem tem direito (FREIRE e SALES, 2010, p. 4003). (grifo nosso)

Na sequência das modificações evolutivas da versão 2.0 do Portal ALEAM, a Diretoria de Informática / Gerência de Aplicativos desenvolveu junto a empresa Prodam, na própria estrutura do Portal ALEAM, os sites de todas as Câmaras Legislativas Municipais do Amazonas, um projeto do Deputado Josué Neto, no intuito de auxiliar as Câmaras a cumprirem os requisitos da Lei da Transparência e da Lei de Acesso a Informação (LAI), sem custo para as Casas Legislativas Municipais, além de propiciar treinamento e suporte técnico. Os sites já foram desenvolvidos e instalados em 61 Câmaras Legislativas Municipais do Estado, sendo que 18 municípios já receberam treinamento técnico e estão em plena operação, os outros porém, devido à logística do Estado, estão recebendo as orientações e treinamento técnico por etapas.

A Gerência de Aplicativos está elaborando a versão 3.0 do Portal ALEAM, com previsão de conclusão no segundo semestre de 2016, objetivando ampliar o conteúdo das informações, o formato de disposições e principalmente facilitar os mecanismos de acesso, contribuindo para a evolução da participação social junto ao Poder Legislativo e conseqüente ampliação do processo democrático de direito.

Portal da ALEAM

Figura 1. Portal da ALEAM

The image shows the homepage of the Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM). At the top, there is a navigation bar with the state's coat of arms and the text 'ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS'. Below this is a horizontal menu with categories: ASSEMBLEIA, DEPUTADOS, COMUNICAÇÃO, LEGISLAÇÃO, TRANSPARÊNCIA, CÁMARAS, OUVIDORIAS, WEBMAIL, and FALE CONOSCO. The main content area is divided into several sections:

- DESTAQUES DO LEGISLATIVO:** A large photo of a man in a suit, with a list of news items on the right. The main headline is 'Abdala Fraxe acusa Governo Federal de incompetente e incapaz para administrar'.
- ULTIMAS NOTÍCIAS:** A section with a date and time: '30/09/2015 - 12:55 Aumento de trabalho dos Bombeiros com incêndios é destacado por Cabo Maciel'.
- AGENDA:** A section with session details: '09:00 - 11:00 SESSÃO ESPECIAL EM COMEMORAÇÃO AO DIA ESTADUAL DO... 30/09 - 13:00 DIA DE CORTESIA DO EMBAIXADOR DA TURQUIA, EXCELENTÍSSIMO SENHOR...'. It includes a 'Veja mais' link.
- COMISSÕES TEMPORÁRIAS:** A section with logos for 'Comissão Parlamentar de Inquérito' and 'CEPA'.
- SERVIÇOS:** A list of services: 'Passo-a-passo Contra-Cheque on-line', 'Contra-cheque on-line WebMail', 'PROCAD', 'Unialeam', 'Inscrição em Cursos - Escola do Legislativo', 'Inscrição de Instrutores GPAR', 'Calendário de Pagamento', 'Legislador Web'.
- LEIS E PROJETOS:** A list of legal documents: 'Constituição 1891 a 1924', 'Constituição Amazonas', 'Constituição do Brasil', 'Regimento Interno', 'Regimento Administrativo', 'Estatuto dos Funcionários Públicos', 'Legislador Web', 'Reestruturação da Constituição'.
- TRANSPARÊNCIA:** A list of transparency services: 'Prestação de Contas', 'Frequência Parlamentar', 'Solicitação de Informação', 'Diário Oficial', 'Pautas Plenárias', 'Assembleia Cidadã', 'Concurso Público', 'Perguntas e Respostas', 'Contatos Aleam'.
- COMUNICAÇÃO:** A section with icons for 'AGÊNCIA DE NOTÍCIAS', 'TV ALEAM', 'RÁDIO ALEAM', 'DOWNLOAD DE FOTOS', and 'HINOS'.
- VÍDEOS:** A section with video thumbnails for 'Telejornal Bom Dia - 18 de Maio de 2015' and 'Telejornal Aleam Notícias - 15 de Maio de 2015'.
- ÁUDIOS:** A list of audio recordings: 'Sinecio Campos alerta para possível contaminação de peixes em Itacoatiara', 'Fundador da Oficina de Luthera é homenageado com a Medalha do Mérito Legislativo', 'Ricardo Nicolau propõe CPI para investigar retirada de nomes da Operação Estocolmo', 'Projetos da segunda Reforma Administrativa do Estado chegaram ao Parlamento', 'Assembleia Legislativa realiza Sessão Especial em homenagem ao Dia Nacional do Administrador', 'Escola do Legislativo realiza três cursos nesta semana voltados para servidores', 'Wanderley Dalas discorda de fusão de secretarias estaduais'.
- RECEBA NOTÍCIAS ALEAM:** A section with an email subscription form and a 'INSCREVER' button.
- OUVIDORIA PARLAMENTAR:** A section with the phone number '0800 721 0313'.
- ÁREA DO SERVIDOR:** A section with a link to the server area.

The footer contains a detailed menu of services, contact information for the assembly, and logos for the Senado Federal and Câmara dos Deputados.

Esta página inicial demonstra em sua parte superior, o menu explicativo para acesso das informações disponíveis, assim como, as notícias importantes e atualizadas.

Menu do Portal da Transparência ALEAM

Figura 2. Menu do Portal da Transparência ALEAM



A figura demonstra o Menu da transparência, de forma detalhada, exemplificando cada item com a descrição das informações nele contidas, em consonância com os pensamentos dos autores anteriormente citados.

Link Solicitação de Informação do Portal da Transparência ALEAM

Figura 3. Link Solicitação de Informação do Portal da Transparência ALEAM

Meus Sites ALEAM Editar página
Manaus, 20 de maio de 2015 [INTRANET ALEAM] REDES SOCIAIS ACESSIBILIDADE Olá, Milene Oliveira da Silva

ASSEMBLEIA DEPUTADOS COMUNICAÇÃO LEGISLAÇÃO TRANSPARÊNCIA CÂMARAS OUVIDORIAS WEBMAIL FALE CONOSCO

ALEAM > Transparência > Solicitação de Informação

TRANSPARÊNCIA
Solicitação de Informação

[Dúvidas](#)

Dados do Requerente - Obrigatórios

*Nome: *CPF:

Endereço Físico: CEP:

*Estado: Cidade:

*End. Eletrônico (e-mail):

Dados do Requerente - Obrigatórios
Os dados serão utilizados apenas de forma agregada e para fins estatísticos.

Documento de identificação (RG, CNH, Passaporte, RNE ou outro documento válido. Se a opção for por RG, indicar órgão emissor e UF.)

Tipo: Número:

Telefone (DDD + número): Telefone (DDD + número):

Data de nascimento: Sexo:

Escolaridade (completa): Ocupação principal:

Forma preferencial de recebimento da resposta:

*Especificação do pedido:

* Declaro verdadeiros os dados acima fornecidos por mim, sob pena de falsidade ideológica.

[Curte](#) [Compartilhar](#) [+1](#) [0](#) [Tweeter](#)

ASSEMBLEIA DEPUTADOS COMUNICAÇÃO LEGISLAÇÃO TRANSPARÊNCIA CÂMARAS OUVIDORIAS WEBMAIL

Institucional Parlamentares Notícias Constituição 1891 a 1924 Diário Oficial Ouvidoria Geral
Concurso Público Comissões Rádio ALEAM Constituição Amazonas Gestão Fiscal Ouvidoria Educacional
Biblioteca Virtual Permanentes TV ALEAM Constituição Amazonas Prestação de Contas
Escola do Legislativo/UNIALEAM Comissões Temporárias Download de Fotos Constituição do Brasil Frequência Parlamentar
Reestruturação da Constituição do AM Mapa do plenário Hinos Regimento Interno Pautas Plenárias
Assembleia Cidadã Reestruturação da Constituição do AM Hinos Regimento Administrativo Atas Votações
Quiosque – Contra-Cheque Assembleia Cidadã Reestruturação da Constituição do AM Estatuto dos Funcionários Públicos Remuneração
Assembleia Cidadã Reestruturação da Constituição do AM Legislator Web Calendário de Pagamento
Quiosque – Contra-Cheque Assembleia Cidadã Reestruturação da Constituição do AM Solicitação de Perguntas e Respostas
Assembleia Cidadã Reestruturação da Constituição do AM Perguntas e Respostas Contatos Aleam

FALE CONOSCO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO AMAZONAS
Av. Milton Varjão-Monteiro (Antiga Recife) - nº 3.950,
Edifício José de Jesus Lins de Albuquerque,
Parque Dez - Manaus - Amazonas
CEP: 66.050-230
Fone: (+55) (062) 3183-4444
CNPJ: 04.530.820/0001-46

SENADO FEDERAL CÂMARA DOS DEPUTADOS

Solicitação de informação no Portal da Transparência em atendimento aos requisitos da Lei 12.527- Lei de acesso a Informação LAI.

Menu Câmaras do Portal Transparência ALEAM

Figura 4. Menu Câmaras do Portal da Transparência ALEAM

The screenshot shows the 'Câmaras' menu on the ALEAM Portal. The page layout includes a top navigation bar with tabs for 'ASSEMBLEIA', 'DEPUTADOS', 'COMUNICAÇÃO', 'LEGISLAÇÃO', 'TRANSPARÊNCIA', 'CÂMARAS', 'OUVIDORIAS', 'WEBMAIL', and 'FALE CONOSCO'. The main content area is titled 'CÂMARAS' and features a grid of 18 blue buttons representing the municipalities: Anamá, Anori, Barreirinha, Caapiranga, Careiro da Várzea, Careiro Castanho, Fonte Boa, Itapiranga, Manacapuru, Manaquiri, Maués, Nhamundá, Novo Airão, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, São Gabriel da Chachoeira, Silves, and Uruará. To the right, there is a 'COMUNICAÇÃO' sidebar with links for 'AGÊNCIA DE NOTÍCIAS', 'TV ALE', 'RÁDIO ALEAM', and 'DOWNLOAD DE FOTOS'. At the bottom, there is a detailed menu of site sections and contact information for the Assembleia Legislativa do Estado Amazonas.

ASSEMBLEIA	DEPUTADOS	COMUNICAÇÃO	LEGISLAÇÃO	TRANSPARÊNCIA	CÂMARAS	OUVIDORIAS	WEBMAIL
Institucional	Parlamentares	Notícias	Constituição 1891 a 1924	Diário Oficial		Ouvidoria Geral	
Concurso Público	Comissões Permanentes	Rádio ALEAM	Constituição Amazonas	Gestão Fiscal		Ouvidoria Educacional	
Biblioteca Virtual	Comissões Temporárias	TV ALEAM	Constituição do Brasil	Prestação de Contas			
Escola do Legislativo/UNIALEAM	Mapa do plenário	Download de Fotos	Regimento Interno	Frequência Parlamentar			
Reestruturação da Constituição do AM	Agenda Parlamentar	Hinos	Regulamento Administrativo	Votações			
Ouvidoria/Corregedoria			Estatuto dos Funcionários Públicos	Atas			
Assembleia Cidadã			Legislador Web	Paulas Plenárias			
Quilisque - Contra-Cheque				Remuneração			
				Calendário de Pagamento			
				Solicitação de Informação			
				Perguntas e Respostas			
				Contatos Aleam			

FALE CONOSCO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO AMAZONAS
 Av. Mário Ypiranga Monteiro (antiga Recife) - nº 3.950,
 Edifício José de Jesus Lins de Albuquerque,
 Parque Dez - Manaus - Amazonas
 CEP 69.050-030
 Fone: (+55) (092) 3183-4444
 CNPJ: 04.530.820/0001-46

O Menu Câmaras demonstra os 18 Legislativos Municipais em que os Portais já estão em plena operação.

Site da Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira

Figura 5. Site Câmara da Municipal de São Gabriel da Cachoeira

The image shows a screenshot of the website for the Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira. The website has a green header with the date 'São Gabriel da Cachoeira, 22 de maio de 2015' and social media icons. Below the header is a navigation menu with items: A CÂMARA, NOTÍCIAS, PARLAMENTARES, TRANSPARÊNCIA, DIÁRIO OFICIAL DA CÂMARA, O MUNICÍPIO, AGENDA, and CONTATOS. The main content area features a video player with the title 'Pela falta de ponte, moradores improvisam para atravessar.' and a list of 'ÚLTIMAS NOTÍCIAS' with dates and titles. On the right side, there is a 'LINKS ÚTEIS' section with various links. At the bottom, there is a footer with contact information and logos for ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA and PRODAM.

Callout boxes provide the following information:

- Menu com as informações sobre o Município de São Gabriel da Cachoeira (points to the top navigation menu).
- Menu com as informações sobre a agenda das reuniões plenárias. (points to the 'AGENDA' link).
- Menu com as informações sobre a Câmara. (points to the 'A CÂMARA' link).
- Menu com as publicações referente a Transparência da Câmara. (points to the 'TRANSPARÊNCIA' link).
- Menu com as publicações do Diário Oficial do Município. (points to the 'DIÁRIO OFICIAL DA CÂMARA' link).
- Menu com informações dos Vereadores, Mesa Diretora e Comissões. (points to the 'PARLAMENTARES' link).
- Menu com as notícias da Câmara Municipal. (points to the 'NOTÍCIAS' link).
- Menu com as informações sobre o endereço da Câmara. (points to the footer contact information).

Das 18 câmaras que receberam treinamento, temos o exemplo da Câmara Municipal de São Gabriel da Cachoeira, que sempre atualiza o site com as notícias da Câmara e da Transparência. Os sites foram disponibilizados pela ALEAM às Câmaras Municipais com todo suporte técnico e sem nenhum custo, auxiliando o cumprimento das exigências da Lei da Transparência e demais legislações.

3 METODOLOGIA

De forma resumida, elaborou-se um quadro demonstrando quais procedimentos e técnicas metodológicas foram utilizadas para responder aos objetivos geral e específico.

Quadro 2. Procedimentos e Técnicas Metodológicas

OBJETIVO	REFERÊNCIAL TEÓRICO	METODOLOGIA
<p>OBJETIVO GERAL: analisar de que forma as ALES tem dado publicidade de seus atos institucionais através de seus Portais Eletrônicos.</p>	<p>Zurra, Botelho, Ferreira e Soares (2013);</p> <p>(KAUARK et al., 2010, p. 29);</p> <p>(KAUARK, 2010, p. 26 e 27);</p> <p>(GIL, 2008, p. 15).</p>	<p>QUANTO AOS MEIOS a pesquisa será:</p> <p>BIBLIOGRÁFICA, em função da necessidade de utilizar uma base literária dos assuntos relativos ao tema;</p> <p>DE CASO considerando a observação direta, análise, comparações e interpretações dos 27 Portais Legislativos Estaduais, através de Verificação e <i>checklist</i> de 8 itens contendo um total de 44 subitens.</p> <p>QUANTO A ABORDAGEM, de acordo com o método dialético será:</p> <p>QUALITATIVA em função das análises, comparações e interpretações de caráter subjetivo da qualidade, conteúdo, forma e quantidade das informações relativas aos atos dos legislativos estaduais, para fins de avaliar o grau de transparência pública disponibilizado.</p> <p>QUANTITATIVA no sentido que o tratamento dos dados necessitará de procedimentos estatísticos como correlação, proporção, média, percentagem, entre outros.</p>
<p>OBE 1. Verificar o nível de transparência dado pelas ALES a publicidade de seus atos de gestão no decorrer da execução da despesa, em seus Portais Eletrônicos.</p>	<p>Zurra, Botelho, Ferreira e Soares (2013);</p> <p>Hernandez, Iturbe e Moreno (2003).</p>	<p>Aplicação de um método de mensuração de transparência eletrônica, através de dados qualitativos e quantitativos, o qual é utilizado pela organização não governamental, Monitor Legislativo para monitorar os portais eletrônicos legislativos do México, fundamentado na lei de transparência pública e acesso a informações públicas governamentais, daquele país.</p>
<p>OBE 2 Destacar a variação das seis primeiras ALES no Ranking Geral da Transparência, assim como, nas respectivas regiões geográficas, em relação as pesquisas antecessoras correlacionadas no lapso temporal de 2008, 2013 e 2016.</p>	<p>Zurra, Botelho, Ferreira e Soares (2013);</p> <p>(GIL, 2008, p. 27-29)</p>	<p>QUANTO AOS FINS OU OBJETIVOS será:</p> <p>DESCRITIVA no sentido de se fazer a correlação dos níveis de transparência das ALES através da análise de dados das pesquisas antecessoras correlacionadas no lapso temporal de 2008, 2013 e 2016.</p> <p>EXPLICATIVA, pois objetiva detalhar a evolução dos preceitos e mecanismos do Governo Eletrônico e como estes podem contribuir para uma prestação de contas governamental mais eficiente e inteligível ao acesso do cidadão.</p>
<p>OBE 3. Relacionar os Itens e respectivos subitens não atendidos satisfatoriamente pelas seis primeiras ALES no Ranking Geral da Transparência.</p>		

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

3.1 Metodologia Aplicada

A metodologia aplicada no desenvolvimento desta pesquisa teve como objetivo principal mensurar o nível de transparência eletrônica disponibilizada através dos Portais dos Legislativos Estaduais do Brasil. Realizou-se um estudo sobre a importância da utilização da internet e demais ferramentas da Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, para que as ações governamentais sejam eficientes e mais transparentes, e ainda, certificou-se quanto aos referidos Portais serem considerados instrumentos de accountability, transparência e democracia.

A pesquisa foi realizada por meio de observação, análise, comparações e interpretações nos portais eletrônicos das 26 Casas Legislativas Estaduais do Brasil e na Câmara Legislativa Distrital de Brasília, e avaliou o grau de transparência pública disponibilizada nesses portais através da qualidade, conteúdo, forma e quantidade das informações relativas aos atos dos legislativos estaduais e aos atos do executivo, tendo em vista que o controle e a fiscalização dos atos do executivo são funções precípua dos legislativos.

Quanto à abordagem do problema pesquisado, recorreremos à aceção de Kauark (2010, p. 26 e 27), de modo, que nossa pesquisa revelou-se qualitativa e quantitativa:

Pesquisa Qualitativa: considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. [...] É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Pesquisa Quantitativa: considera o que pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão).

Tal abordagem dupla está de acordo com o método dialético, desenvolvido por pensadores como Hegel e Engels. Gil (2008, p. 15):

Quantidade e qualidade são características imanentes a todos os objetos e fenômenos e estão inter-relacionados. No processo de desenvolvimento, as mudanças quantitativas graduais geram mudanças qualitativas e essa transformação opera-se por saltos.

Considerando tratar-se de uma pesquisa que forneceu dados qualitativos e quantitativos, o tratamento destes necessitou de procedimentos estatísticos. Sendo assim, para mensurar o grau de transparência dos portais eletrônicos das Casas Legislativas estaduais e na Câmara Legislativa Distrital de Brasília foram utilizadas ferramentas estatísticas paramétricas como a correlação, média, proporção, análise de variância, percentagem, entre outros. Para construir o ranking de transparência eletrônica dos legislativos estaduais.

Assim, classificamos a pesquisa quanto a seus fins ou objetivos, utilizando a classificação feita por Gil (2008, p. 27 - 29), como pesquisa descritiva e explicativa:

As pesquisas deste tipo [descritiva] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. [...] uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

[...]

[As pesquisas explicativas] São aquelas pesquisas que têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas.

A pesquisa será descritiva no sentido de se fazer correlações dos vários níveis de transparência eletrônica entre as Assembleias Estaduais, de modo, a possibilitar identificar quais as Casas Legislativas disponibilizam mais informações ao cidadão, e também quais são as mais transparentes, considerando a qualidade, o conteúdo e a forma das informações disponibilizadas. É também explicativa, pois objetiva detalhar a evolução dos preceitos e mecanismos do Governo Eletrônico e como estes podem contribuir para uma prestação de contas governamental mais eficiente e inteligível ao acesso do cidadão.

Critério de classificação de pesquisa segundo Kauark et al., (2010, p. 29), quanto aos meios, pode-se dizer que a pesquisa será bibliográfica e estudo de caso:

Pesquisa Bibliográfica: quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e, atualmente, material disponibilizado na Internet.

[...]

Estudo de caso: quando envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento.

Portanto, é bibliográfica, em função da necessidade de utilizar uma base literária dos assuntos relativos ao tema, através de livros, artigos, revistas especializadas, jornais, teses e dissertações, revistas on-line, assim como, consultar a legislação correlata específica, e também consultas a Constituição Federal e às Constituições Estaduais, na parte que trata da publicidade e transparência dos atos da administração pública, além de informações constantes dos Regimentos Internos das Assembleias Legislativas do Brasil.

É um estudo de caso considerando a análise, comparações e interpretações das experiências práticas dos portais eletrônicos das Assembleias Legislativas dos Estados e da Câmara Legislativa Distrital de Brasília, de modo a mensurar o nível transparência, e ainda, destacar a variação das seis primeiras ALES no ranking geral, relacionando os itens e seus respectivos subitens não atendidos satisfatoriamente, de modo, a subsidiar as referidas instituições na melhoria do sistema de informações a sociedade através da utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC.

Assim, a pesquisa foi dividida em três fases procedimentais. Sendo a primeira de pesquisa bibliográfica, quando foram levantados os dados literários que subsidiaram a construção do modelo de mensuração de transparência. A segunda fase constituiu-se de análise dos 26 Portais Eletrônicos dos Legislativos Estaduais e o da Câmara Legislativa Distrital de Brasília. Na sequência os dados foram dispostos em oito tabelas comparativas parciais, sendo uma para cada item pesquisado, e por fim em uma tabela comparativa geral, considerando a média relativa à totalidade dos oito itens pesquisados, para que pudéssemos visualizar o nível de transparência de cada Portal.

3.2 Modelo

Esta pesquisa sobre transparência eletrônica nos Portais das Assembleias Legislativas dos estados brasileiros tomou como modelo base, a metodologia da dissertação de Zurra (2008) e o artigo de Zurra, Botelho, Ferreira e Soares (2013), os quais foram fundamentados inicialmente no informe sobre transparência eletrônica do Congresso mexicano, o qual é realizado pela Organização Não Governamental, Monitor Legislativo, tendo como elaboradores Hernandez, Iturbe e Moreno (2003), analisando um conjunto de itens e subitens requisitados pela Lei de Transparência e Acesso a Informações Públicas Governamentais do México, instituída em 11/06/2002, e também da Resolução Legislativa do Congresso Mexicano, que pormenorizou os requisitos já exigidos na Lei Complementar.

Destarte, o modelo ora utilizado nesta pesquisa sofreu algumas adaptações, acrescentando alguns subitens não observados nos modelos antecessores citados. Os subitens integrados foram todos direcionados ao item Canais de Comunicação com a Sociedade, os quais tem relação direta com os objetivos específicos deste trabalho, os outros itens e subitens permaneceram inalterados, de modo, a permitir uma análise comparativa dos Portais Eletrônicos no lapso temporal de 2008, 2013 e agora 2016.

O modelo adaptado observou os mesmos 8 itens da pesquisa de Zurra, Botelho, Ferreira e Soares (2013), os quais são: A) função administrativa; B) controle interno; C) trabalho legislativo; D) trabalho das comissões; E) concessões, permissões e contratos; F) arquivo histórico e serviços bibliotecários; G) controles externos; e H) Canais de Comunicação com a Sociedade. Sendo que o item G foi acrescido de um subitem e o item H acrescido de três subitens.

Quadro resumido do modelo para melhor entendimento e visualização, assim como, na sequência o detalhamento dos Itens e seus respectivos Subitens:

Quadro 3. Resumo do modelo de mensuração de transparência.

A) Função Administrativa
<ul style="list-style-type: none"> 1 - Estrutura orgânica; 2 - Competências dos setores; 3 - Lista de servidores públicos; 4 - Remuneração dos servidores; 5 - Objetivos e metas das unidades administrativas.
B) Controle Interno
<ul style="list-style-type: none"> 1 - Informações sobre bens materiais; 2 - Relatório da gestão fiscal; 3 - Alocação de recursos financeiros; 4 - Verba de gabinete e indenizatória; 5 - Informe anual de transparência 6 - Resultado de auditorias; 7 - Denúncia contra deputado ou membro do Poder; 8 - Informações exigidas pela Lei 12527 Lei de acesso a Informação (LAI).
C) Trabalho Legislativo
<ul style="list-style-type: none"> 1 - Ordem do dia; 2 - Gazeta parlamentar; 3 - Proposições; 4 - Votações nominais; 5 - Informações de viagens oficiais e recursos; 6 - Canal <i>Web</i>; 7 - Frequência parlamentar.
D) Trabalho das Comissões
<ul style="list-style-type: none"> 1 - Membros das comissões; 2 - Resultado de investigações; 3 - Informes das comissões.

E) Concessões, permissões e contratos

- 1 - Concessões e permissões;
- 2 - Informações sobre contratações.
 - 2.1 - Informações sobre obras públicas, bens adquiridos, arrendados e os serviços contratados;
 - 2.2 - Valor dos contratos;
 - 2.3 - Nome do contratado, da pessoa física ou jurídica responsável;
 - 2.4 - Prazos de cumprimento dos contratos;
 - 2.5 - Objeto contratual e suas alterações posteriores.

F) Arquivo histórico e serviços bibliotecários

- 1 - Arquivo histórico;
- 2 - Serviços de biblioteca;
- 3 - Trâmites e requisitos de acesso à biblioteca e ao arquivo.

G) Controles Externos

- 1 - Orçamento Geral do Estado;
- 2 - Site de outros órgãos;
- 3 - Diário Oficial do Estado;
- 4- Diário Oficial Eletrônico Legislativo.

H) Canais de Comunicação com a Sociedade

- 1- Canal de contato com o Parlamentar;
- 2- Listas das principais perguntas e respostas;
- 3- Canal de denúncias;
- 4- Solicitação das informações exigidas pela Lei 12.527/2011;
- 5- Sites das Câmaras Legislativas Municipais do Estado;
- 6- Redes Sociais institucionais (Facebook, Tuwitter, entre outras;)
- 7- Canal de Comunicação com as Comissões Permanentes e Temporárias.

Fonte: adaptado de Zurra, Botelho, Ferreira e Soares (2013).

A) **Função administrativa**

Este item pode ser mensurado a partir da observação de uma série de subitens os quais são exigidos na Lei de Transparência no México e que são fundamentais para observar se os parlamentos estaduais colocam à disposição da sociedade informações da estrutura administrativa. Sendo composto como segue:

1) **Estrutura orgânica** - tem a finalidade de observar a disponibilização, ou não, do organograma do legislativo. Por meio da disponibilização dessa representação gráfica da estrutura organizacional do legislativo, o público que acessa seu portal eletrônico pode observar como se compõe a sua estrutura administrativa e quais são as diretorias e departamentos existentes, assim como a sua cadeia hierárquica.

2) **Competências dos setores** - tem o escopo de observar se o portal eletrônico do legislativo disponibiliza, ou não, a descrição das atividades de cada unidade administrativa e os serviços que elas oferecem. Esta observação complementa a anterior, pois não é suficiente que o legislativo disponibilize somente o seu organograma, é preciso que ele também coloque a disposição do público as atividades desenvolvidas em cada setor, para que este não perca tempo ao requisitar um determinado serviço ao órgão, ou seja, tendo o conhecimento do funcionamento desses setores o público vai direto ao departamento ao qual compete a prestação de um serviço.

3) **Lista de servidores públicos** - busca analisar se o portal eletrônico do legislativo disponibiliza ao público a lista dos servidores de todos os níveis hierárquicos e departamentos. Este ponto está entre os mais importantes de todo o modelo, pois por meio da sua divulgação a sociedade pode acessar a lista de servidores do legislativo e em que setor ou gabinete determinado funcionário está lotado. Isso funciona também como uma forma de controle do nepotismo que é tão observado na administração pública brasileira.

4) **Remuneração dos servidores** - pretende observar se o órgão disponibiliza, ou não, a remuneração mensal dos servidores por cargo. Este ponto é complementar ao anterior, e havendo a sua disponibilização, o público fica sabendo qual o vencimento dos ocupantes de um determinado cargo.

5) **Objetivos e metas das unidades administrativas** - aqui é analisado se portal eletrônico do legislativo disponibiliza os objetivos e metas de suas unidades administrativas em conformidade com seus programas operacionais. Com a sua observação o público pode constatar se o órgão possui um plano estratégico e se esse plano está sendo desenvolvido pelas suas unidades.

B) **Controle interno**

A análise desse item observou se o Poder Legislativo estadual divulga em seu portal eletrônico informações sobre seus recursos materiais e financeiros, o desempenho parlamentar e as auditorias realizadas no âmbito do órgão. A análise desse item se reveste de grande importância, tendo em vista a grande movimentação financeira efetuada por esse Poder, chegando, em muitos casos, o montante ser maior que o orçamento de pequenos municípios dos seus respectivos Estados. Portanto, a disponibilização desses dados contribui e muito para saber o quão é transparente este Poder. Este item é dividido em 7 pontos, conforme segue:

1) **Informações sobre bens materiais** - analisa se os legislativos disponibilizam as informações relativas à alocação, guarda e condições dos veículos, espaços físicos, bens móveis e imóveis e de todos os recursos materiais que dispõe o Parlamento.

2) **Relatório da gestão fiscal** - aqui é analisado se os legislativos disponibilizam os relatórios da sua gestão fiscal em, pelo menos, uma legislatura anterior e na atual. Esse relatório informa ao público como o Poder Legislativo estadual está desempenhando a sua gestão fiscal. E a sua disponibilização é um fator importante na mensuração da transparência legislativa.

3) **Alocação de recursos financeiros** - tem o escopo de analisar se os legislativos disponibilizam, ou não, informações sobre a aplicação e o destino final dos recursos financeiros do Parlamento.

4) **Verba de gabinete e indenizatória** - está entre os que se revestem de grande polêmica nos Parlamentos estaduais, sendo considerado uma grande caixa preta desses órgãos, e que, portanto, é analisado aqui com especial atenção. Assim, busca-se analisar se os legislativos deixam à disposição da consulta pública o total da verba de gabinete e indenizatória, com a especificação das despesas efetuadas.

- 5) **Informe anual de transparência** - neste ponto foi possível observar se o legislativo disponibiliza ao público um informe anual das principais atividades parlamentares, assim como o desempenho de cada parlamentar no ano anterior.
- 6) **Resultado de auditorias** - todos os órgãos realizam auditorias nas mais variadas unidades de sua estrutura organizacional, as quais pretendem: apurar determinadas irregularidades, mensurar o nível de qualidade de uma determinada atividade nos departamentos, apurar se a atividade está sendo desenvolvida dentro das normas dessa organização, entre outras finalidades. Portanto, este ponto mostra ao público o resultado dessas auditorias e a sua observância demonstra que o órgão tem avançado bastante rumo à transparência plena.
- 7) **Denúncia contra deputado ou membro do Poder** - busca levantar se o legislativo estadual disponibiliza um *link* de denúncia direto com a ouvidoria da Casa, para que o público possa efetuar qualquer denúncia ou reclamação contra um membro desse órgão.
- 8) **Divulgação da execução orçamentária em tempo real em conformidade com as exigências da Lei 12527 Lei de acesso a Informação (LAI)** - esse subitem tem a finalidade de verificar a evidenciação atualizada diariamente dos diversos elementos de despesa que compõem a execução orçamentária.

C) Trabalho legislativo

Informações sobre os trabalhos legislativos estão entre as que despertam maior interesse nos usuários dos portais eletrônicos dos parlamentos estaduais, tal fato se deve à busca por informações das suas atividades diárias, no que diz respeito: à elaboração, tramitação e aprovação de leis, assim como a realização de audiências e sessões pela Casa Legislativa. Destarte, a disponibilização deste item mostra-se deveras importante para o aumento da transparência legislativa, o que representa um aumento da credibilidade por parte da população, que pode mensurar por meio desses acessos o desempenho do parlamento do seu estado. Este item se subdivide em:

- 1) **Ordem do dia** - pretende levantar se o legislativo tem disponibilizado informações acerca do que se vai tratar ou se está tratando nas suas sessões plenárias.

- 2) **Gazeta parlamentar** - busca observar se o legislativo possui uma gazeta parlamentar eletrônica, que consiste em um jornal eletrônico atualizado periodicamente, o qual compila as atividades de todos os parlamentares em um determinado período.
- 3) **Proposições** - tem o escopo de saber se o legislativo disponibiliza ao usuário um *link* para consultar projetos de lei, decretos, requerimentos e indicações. A consulta a esses documentos deixa o cidadão a par dos projetos que estão em tramitação, assim como quais são as solicitações expedidas pelos deputados por meio de requerimentos e indicações, que são dirigidas para as mais variadas organizações, autoridades ou personalidades.
- 4) **Votações nominais** - busca constatar se há a disponibilização do registro de voto por cada legislador nos casos de criação de novas leis e reformas legais, assim como nos pontos de acordo e eleição da mesa diretora.
- 5) **Informações de viagens oficiais e recursos** - subitem que busca observar se há a disponibilização de informações sobre viagens oficiais que os legisladores realizam com recursos do Poder.
- 6) **Canal Web** - os avanços da internet, em especial a agilização proporcionada pela conexão em banda larga, permitiu que sons, imagens e vídeos pudessem ser transmitidos em tempo real via *Web*. Portanto, este subitem procura constatar se os parlamentos possuem uma TV ou uma rádio *Web* e se estes permitem que o cidadão possa acompanhar as sessões plenárias por esses meios.
- 7) **Frequência parlamentar** - o acompanhamento da frequência parlamentar é um importante meio de controle para saber se o parlamentar tem comparecido às atividades do legislativo. De tal modo, este ponto se apresenta como essencial na composição do modelo em questão.

D) Trabalho das Comissões

Todos os Parlamentos estaduais possuem comissões, as quais podem ser permanentes ou provisórias. Essas comissões têm como função principal assessorar tecnicamente as atividades do parlamento. Portanto, o modelo ora construído, não poderia prescindir da análise das atividades e informações que são trabalhadas nessas comissões. O modelo às dividiu conforme disposto abaixo:

- 1) **Membros das comissões** - este ponto observou se o legislativo disponibiliza, ou não, a lista dos membros das comissões da Casa. O público que acessa o portal eletrônico do Parlamento também busca saber quais deputados fazem parte de determinada comissão, assim como, quem é o deputado presidente.
- 2) **Resultado de investigações** - está entre as competências das comissões a realização de estudos ou investigações de natureza econômica, política e social. Portanto, a inclusão deste subitem no modelo, tem o intuito de saber se o Parlamento disponibiliza ao público os resultados desses estudos ou investigações.
- 3) **Informes das comissões** - aqui se busca mensurar até que ponto as comissões disponibilizam informações sobre os trabalhos que ela vem realizando, como: visitas técnicas, fiscalizações, projetos em elaboração ou tramitação, reuniões, audiências públicas e sessões especiais.
- 4) **Relatórios das Comissões** - Identificar a formalização de relatórios sobre os trabalhos realizados, os resultado e desempenho das Comissões. A disponibilização dessas informações faz com que o público fique a par dos trabalhos realizados pelas comissões, sendo relevante, pois permite ao público o acompanhamento desses trabalhos, e ainda, a mensuração de quais comissões têm despendido mais esforços para a melhoria do desempenho do Parlamento.

E) Concessões, permissões e contratos

A administração pública para contratar obras e serviços de terceiros precisa, antes de tudo, realizar um processo licitatório. Nesse processo a contratante é obrigada a tomar público todas as suas etapas. Destarte, os Parlamentos, por serem entes públicos, necessitam realizar esse processo conforme dispõe a Lei 8.666/93 (Lei de Licitação). Assim, a inclusão deste item no modelo é fundamental para se fazer o acompanhamento do processo licitatório no âmbito desses Parlamentos. Portanto, o item foi composto como segue:

- 1) **Concessões e permissões** - tem a finalidade de levantar se os legislativos disponibilizam, ou não, informações acerca das concessões, permissões ou autorizações que ele realiza. Sua importância tem relação direta com o fato do público sempre buscar informações sobre essas concessões e permissões que é de

extrema relevância, em especial, para aqueles que pretendem participar do processo licitatório, assim como do público em geral que busca saber quem é que está realizando uma obra ou prestando um determinado serviço àquele Poder.

2) **Informações sobre contratações** - busca observar se o Parlamento disponibiliza informações mais detalhadas sobre o que se está contratando como: quais são as obras públicas, os bens adquiridos, arrendados e os serviços que estão sendo contratados; o valor dos contratos; o nome do contratado, da pessoa física ou jurídica com quem o contrato foi celebrado e os prazos de cumprimento dos contratos; o objeto contratual e suas alterações posteriores. Todas essas informações são de grande importância para mensurar o grau de transparência do Parlamento no que se refere aos contratos celebrados com terceiros.

F) **Arquivo histórico e serviços bibliotecários**

Os legislativos também têm como função documentar e arquivar os dados necessários para a atividade legislativa, assim como a difusão dessas informações para o público em geral. Portanto, por meio desse item pretende-se observar se os legislativos têm adotado critérios para a catalogação e classificação de documentos, bem como a prestação de um serviço bibliotecário, tornando explícitos os trâmites, requisitos e formatos para o bom uso do arquivo histórico e da biblioteca virtual. O modelo foi composto da seguinte maneira:

1) **Arquivo histórico** - busca saber se o legislativo deixa acessível ao público um arquivo histórico do Parlamento, catalogados e classificados por tema, assim como a organização dos arquivos das unidades administrativas colocadas a disposição.

2) **Serviços de biblioteca** - o subitem procura constatar até que ponto o órgão disponibiliza ao público a consulta *on-line* da biblioteca do Parlamento.

3) **Trâmites e requisitos de acesso à biblioteca e ao arquivo** - busca levantar se o órgão disponibiliza os trâmites, requisitos e formatos para o uso da biblioteca e do arquivo histórico.

G) Controles Externos

Conforme já foi visto em capítulos anteriores, o Poder Legislativo possui uma função de agente fiscalizador do Poder Executivo, sendo esta uma de suas competências Constitucionais. Essa função não permite que o Executivo adote uma postura de Poder Absoluto, tendo em vista que os atos de seus agentes são fiscalizados pelo legislativo e a maioria de suas ações precisa passar pelo crivo deste Poder. Assim, tomou-se necessária a inclusão de um item que demonstrasse que o legislativo disponibiliza ao usuário do portal os instrumentos de fiscalização do executivo, mostrando ao público onde ele pode acompanhar também as ações e os gastos governamentais. Diante disto, foram feitas as seguintes análises:

- 1) **Orçamento geral do estado** - no orçamento do Estado encontram-se grande parte das informações sobre o planejamento, programação de gastos e a aplicação dos recursos no período de um ano. Portanto, este ponto foi inserido com o intuito de constatar se o legislativo tem disponibilizado ao público o Orçamento Geral do Estado, bem como as suas alterações no decorrer da execução orçamentária.
- 2) **Site de outros órgãos** - O objetivo aqui é saber se o legislativo disponibiliza o endereço eletrônico dos órgãos onde deverão obter outras informações acerca da ação governamental, como o do Tribunal de Conta dos Estados, do Tribunal de Justiça dos Estados, do Governo Estadual, do Governo Federal, Senado e Câmara Federal, entre outros.
- 3) **Diário Oficial do Estado** - o diário oficial é um instrumento que serve ao Estado como um meio de dar publicidade aos seus atos, ou seja, tudo que a administração pública pretende realizar ou já realizou, necessita ser publicado na imprensa oficial. Portanto, um *link* no site do legislativo que direcione o público ao Diário Oficial, demonstra que este órgão permite ao público que ele acompanhe também essas ações governamentais, constituindo assim uma forma de controle externo.
- 4) **Diário Oficial Eletrônico Legislativo** - É um instrumento que serve como um meio de dar publicidade aos seus atos, ou seja, tudo que a administração pública pretende realizar ou já realizou, necessita ser publicado na imprensa de forma oficial, pretende-se identificar se o portal possui um link direto com o Diário Oficial Legislativo, de modo, a facilitar o acesso às publicações.

H) Canais de Comunicação com os Cidadãos

Observar se são feitas através de interação com a sociedade (canal de contato com o parlamentar, as listas das principais perguntas e respostas, um canal de denúncias, solicite as informações exigidas pela Lei 12.527 / 2011); Diário Oficial Eletrônico Legislativo; Sitio das Câmaras Municipais do Estado; Ouvidoria Geral e Ouvidoria de Educação; Canal de Comunicação com as Comissões Permanentes e Temporárias.

- 1) **Canal de contato com o Parlamentar** - Procura-se identificar se é disponibilizado um canal de contato com os parlamentares, não só de caráter informativo de suas ações, projetos e leis, mas também para sugestões e dúvidas.
- 2) **Listas das principais perguntas e respostas** - Se são relacionados os principais questionamentos encaminhados pela sociedade, assim como, suas respostas.
- 3) **Canal de denúncias** - Se através do Portal é direcionado um Canal específico para denúncias com acompanhamento das providências e resultados.
- 4) **Solicitação das informações exigidas pela Lei 12.527/2011** - Se existe um canal de comunicação com mecanismos e procedimentos para fins de atendimento das exigências da Lei de acesso a Informação (LAI).
- 5) **Sites das Câmaras Municipais do Estado** - Deverá ser analisado se o portal possui em sua estrutura uma base de suporte para os sites de todas as Câmaras Legislativas Municipais do Estado, permitindo assim, a comunicação e integração dos cidadãos do interior do Estado.
- 6) **Redes Sociais institucionais (Facebook, Tuwitter, entre outras** – neste subitem pretende-se analisar se o portal disponibiliza link das redes sociais institucionais do Poder Legislativo, de modo, a incluir os internautas de diversos grupos sociais que utilizam as ferramentas de TI acima citadas.
- 7) **Canal de Comunicação com as Comissões Permanentes e Temporárias** - Canal de comunicação direto, individual e específico de cada Comissão Técnica Permanente e Temporária, o qual deve além de disponibilizar informações sobre os trabalhos que realiza, como: visitas técnicas, fiscalizações, projetos em elaboração ou tramitação, reuniões, audiências públicas e sessões especiais, principalmente possuir um canal direto, individual e específico para atender e esclarecer as dúvidas ou questionamentos dos usuários.

3.3 Sistema de pesos

Após a explanação de todos os itens que compõem o modelo, será explicado agora o sistema de pesos que fora adotado, para que o mesmo pudesse ser analisado quantitativamente, para chegarmos a uma conclusão através de informações numéricas.

Como visto anteriormente, o modelo é composto de 8 itens, nos quais estão distribuídos 44 subitens. E com finalidade de facilitar a tabulação dos dados, tendo em vista o modelo possuir um número considerável de subitens, resolveu-se adotar apenas três medidas, as quais são: 0 quando o órgão não disponibiliza o que se está verificando; 1 quando o que está sendo verificado possui uma disponibilização razoável; e 2 quando o órgão disponibiliza satisfatoriamente o que está sendo verificado, tanto quanto ao conteúdo da informação, como também, quanto a forma clara e acessível que a mesma é disponibilizada.

Considerando os 44 subitens, distribuídos em 8 itens, a adoção do sistema de pesos da forma descrita acima, proporcionará um resultado total de 44 pontos, caso a Casa Legislativa atenda razoavelmente todos os requisitos analisados e 88 pontos, caso os Parlamentos atendam satisfatoriamente todos os subitens. Destarte, adotando como pontuação máxima a nota 10 (que é universal), o modelo passa a ter o seguinte sistema de pesos: 0 = 0; 1 = 0,113636 e 2 = 0,227272.

Tabela 1. Sistema de Pesos do Modelo

	ITEM	SUBITENS	0,113636	0,227272
A)	FUNÇÃO ADMINISTRATIVA	5	0,5681	1,1363
B)	CONTROLE INTERNO	8	0,9090	1,8181
C)	TRABALHO LEGISLATIVO	7	0,7954	1,5909
D)	TRABALHO DAS COMISSÕES	4	0,4545	0,9090
E)	CONCESSÕES, PERMISSÕES E CONTRATOS	6	0,6818	1,3636
F)	ARQUIVO HISTÓRICO E SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS	3	0,3409	0,6818
G)	CONTROLES EXTERNOS	4	0,4545	0,9090
H)	CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	7	0,7954	1,5909
	PONTUAÇÃO	44	5	10

Fonte: adaptado de Zurra, Botelho, Ferreira e Soares (2013).

De tal modo, é evidente que os itens com o maior número de subitens receberam uma pontuação maior, conforme descrito acima.

Portanto, o sistema de pesos adotado no modelo permite as mais variadas combinações de notas entre todos os itens, tendo como mínimo "0" , mediana "5" e máximo "10". Por exemplo: o portal eletrônico de um determinado Parlamento estadual atendeu satisfatoriamente todos os 5 subitens do item "A" - função administrativa. Assim, multiplica-se o número de subitens pelo valor correspondente da classificação satisfatória ($5 \times 0,227272 = 1,1363$). Por meio desse método, continua-se fazendo a contagem de todos os itens. E por fim o resultado desses itens é somado, chegando-se a pontuação final.

3.4 Modelo de Análise

A presente pesquisa foi realizada em 26 portais eletrônicos dos legislativos estaduais e na Câmara Distrital de Brasília, somando um total de 27. O período de realização da pesquisa foi do dia 13 de janeiro a 27 de fevereiro de 2016.

A metodologia de análise utilizou seguinte procedimento: primeiramente uma análise individual por item, e para cada item foi formado um ranking dos portais legislativos estaduais. O resultado está disposto em ordem decrescente da pontuação de cada legislativo estadual.

Para mensurar a transparência por item, primeiramente, construiu-se um contínuo da transparência. Assim, foram estabelecidos 4 níveis de transparência, os quais foram dispostos em quartis, conforme a porcentagem de atendimento aos requisitos dos itens analisados.

Essa medida de proporção foi definida em função do tratamento das informações serem analisadas em termos de porcentagem de atendimento aos requisitos do modelo. A facilidade em trabalhar com esta medida também foi preponderante para a sua escolha, pois simplifica a confecção das faixas de corte, considerando que para melhor entendimento e visualização o modelo requer a construção de no mínimo 4 (quatro) faixas.

Assim, tendo em vista o modelo necessitar de pelo menos 4 (quatro) faixas de corte a utilização da proporção mostrou-se bastante eficaz. Por conseguinte, o modelo apresentou a seguinte classificação: **Insuficiente** para os que alcançaram de 0% à 24,99% dos requisitos do item analisado; **Baixo** para os que atenderam de 25% à 49,99% dos requisitos do item analisado; **Razoável** para os que atingiram de 50% à 74,99% dos requisitos do item analisado e **Satisfatório**, para os que atenderam de 75% à 100% dos requisitos do item em questão. Portanto, chegou-se à seguinte classificação, com suas respectivas cores:

Quadro 4. Níveis de Transparência

Nível de Transparência	% atendimento aos requisitos	Quartil
Insuficiente	0 a 24,99%	1º
Baixo	25% a 49,99%	2º
Razoável	50% a 74,99%	3º
Satisfatório	75% a 100%	4º

Fonte: Zurra, Botelho, Ferreira e Soares (2013).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Quanto à disponibilização de informações sobre a função administrativa

Tabela 2. Função Administrativa

Ordem	Assembleias Estaduais	Pontuação no Item	% de atendimento dos requisitos	Nível de Transparência
1	Goiás	0,909088	80	Satisfatório
2	Mato Grosso	0,909088	80	
3	Minas Gerais	0,909088	80	
4	Rio Grande do Norte	0,909088	80	
5	Rio Grande do Sul	0,909088	80	
6	Santa Catarina	0,909088	80	
7	Bahia	0,681816	60	Razoável
8	Mato Grosso do Sul	0,681816	60	
9	Paraíba	0,681816	60	
10	Pernambuco	0,681816	60	
11	São Paulo	0,681816	60	
12	Sergipe	0,681816	60	
13	Acre	0,454544	40	Baixo
14	Alagoas	0,454544	40	
15	Amapá	0,454544	40	
16	Amazonas	0,454544	40	
17	Ceará	0,454544	40	
18	Distrito Federal	0,454544	40	
19	Espírito Santo	0,454544	40	
20	Pará	0,454544	40	
21	Paraná	0,454544	40	
22	Piauí	0,454544	40	
23	Rio de Janeiro	0,454544	40	
24	Rondônia	0,454544	40	
25	Roraima	0,454544	40	Insuficiente
26	Tocantins	0,227272	20	
27	Maranhão	0	0	

Fonte: Adaptado de Zurra, Botelho, Ferreira e Soares (2013)

Pontuação máxima do Modelo = 1,1363

Pontuação Máxima Observada = 0,909088

Pontuação Mínima Observada = 0

Destacam-se aqui os desempenhos das Assembleias Legislativas dos estados de Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que obtiveram nesse item o maior nível de transparência, atendendo 80% dos requisitos analisados, de modo, a proporcionar aos usuários em busca de informações sobre: a estrutura orgânica, competência dos setores, lista e remuneração dos servidores e os objetivos e metas das unidades administrativas um nível de transparência satisfatório.

Constatou-se ainda, que nas Assembleias da Bahia, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, São Paulo e Sergipe os portais atingiram um nível razoável de transparência. Os portais eletrônicos das Assembleias dos Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Pará, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rondônia e Roraima alcançaram somente um nível baixo de transparência. E por fim os portais das Assembleias de Tocantins e Maranhão foram classificados com um nível insuficiente de transparência no referido item.

Portanto, identificou-se que em seis dos portais, que são equivalentes a 22,3%, as informações sobre a função administrativa são disponibilizadas satisfatoriamente. Em outros seis portais, que representam também 22,3 %, observou-se um nível razoável de disponibilização dessas informações. Em treze portais eletrônicos, que equivalem a 48,1 %, as informações possuem um baixo nível de disponibilização. E em dois dos portais pesquisados, que são equivalentes a 7,4 %, as informações são disponibilizadas de forma insuficiente.

Contudo, através de uma análise estatística descritiva, considerando-se que a pontuação máxima observada no item foi de 0,909088, alcançada por seis Assembleias Legislativas, que representam 22,3% do total, sendo que a pontuação máxima do modelo é de 1,1363. Portanto, os portais eletrônicos das Assembleias Estaduais que obtiveram a maior pontuação, ainda ficaram 20% abaixo da pontuação máxima almejada. Quanto à pontuação mínima observada, o que ocorreu apenas em um dos portais legislativos, o que representa 3,7% da amostra pesquisada, o qual nem sequer pontuou, ou seja, obteve a nota "O", significando que o portal não disponibilizou nenhuma informação sobre o item pesquisado.

4.2 Quanto à disponibilização de informações sobre o controle interno

Tabela 3. Controle Interno

Ordem	Assembleias Estaduais	Pontuação no Item	% de atendimento dos requisitos	Nível de Transparência
1	Rio Grande do Sul	1,363632	75	Satisfatório
2	Ceará	1,249996	68,75	
3	Minas Gerais	1,249996	68,75	
4	Santa Catarina	1,249996	68,75	
5	Rio de Janeiro	1,136360	62,50	
6	Amazonas	1,022724	56,25	
7	Distrito Federal	1,022724	56,25	
8	Espírito Santo	1,022724	56,25	
9	Goiás	1,022724	56,25	Razoável
10	Pernambuco	1,022724	56,25	
11	Rondônia	1,022724	56,25	
12	São Paulo	1,022724	56,25	
13	Alagoas	0,909088	50	
14	Bahia	0,909088	50	
15	Mato Grosso	0,909088	50	
16	Pará	0,909088	50	
17	Amapá	0,795452	43,75	
18	Paraíba	0,795452	43,75	
19	Paraná	0,795452	43,75	
20	Tocantins	0,681816	37,50	Baixo
21	Piauí	0,568180	31,25	
22	Rio Grande do Norte	0,568180	31,25	
23	Acre	0,454544	25	
24	Mato Grosso do Sul	0,340908	18,75	
25	Roraima	0,340908	18,75	Insuficiente
26	Maranhão	0,227272	12,50	
27	Sergipe	0,227272	12,50	

Fonte: Adaptado de Zurra, Botelho, Ferreira e Soares (2013)

Pontuação máxima do Modelo = 1,8181

Pontuação Máxima Observada = 1,363632

Pontuação Mínima Observada = 0,227272

Destaca-se aqui o desempenho da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, como único portal a alcançar nesse item o nível de transparência satisfatório, atendendo 75% dos requisitos analisados, de tal modo, quando o usuário procurar informações sobre as condições e guarda de bens móveis e imóveis, relatório de gestão fiscal do Parlamento, aplicação de recursos financeiros, utilização da verba de gabinete e verba indenizatória, informe anual de transparência, resultado de auditorias, denúncias contra deputados ou membros do poder e as informações exigidas pela Lei 12527 Lei de acesso à informação (LAI), serão encontradas informações de nível satisfatório somente no portal acima citado.

Foi constatado também, que nas Assembleias do Ceará, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Amazonas, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Pernambuco, Rondônia, São Paulo, Alagoas, Bahia, Mato Grosso e Pará os portais atingiram um nível razoável de transparência no item. Os portais eletrônicos das Assembleias dos Estados do Amapá, Paraíba, Paraná, Tocantins, Piauí, Rio Grande do Norte e Acre alcançaram somente um nível baixo de transparência. E finalmente os portais das Assembleias do Mato Grosso do Sul, Roraima, Maranhão e Sergipe foram classificados com um nível insuficiente de transparência no referido item.

Portanto, identificou-se que somente em um portal, que equivale a 3,7%, as informações sobre o controle interno são disponibilizadas de maneira satisfatória. Em quinze portais, que representam 55,5%, observou-se um nível razoável de disponibilização dessas informações. Em sete portais eletrônicos, que equivalem a 26%, as informações possuem um baixo nível de disponibilização. E em quatro dos portais pesquisados, que são equivalentes a 14,8%, as informações são disponibilizadas de forma insuficiente.

Contudo, através de uma análise estatística descritiva, considerando-se que a pontuação máxima observada no item foi de 1,363632, sendo que a pontuação máxima do modelo é de 1,8181. Portanto, o único portal eletrônico da Assembleia Estadual que obteve a maior pontuação, que equivale a 3,7%, ainda ficou 25% abaixo da pontuação máxima. Quanto à pontuação mínima observada de 0,227272 que ocorreu em dois portais legislativos, representa 7,4% do universo pesquisado, significando que esses portais disponibilizaram informações insuficientes.

4.3 Quanto à disponibilização de informações sobre o trabalho legislativo

Tabela 4. Trabalho Legislativo

Ordem	Assembleias Estaduais	Pontuação no Item	% de atendimento dos requisitos	Nível de Transparência
1	Santa Catarina	1,590904	100	
2	Amazonas	1,363632	85,71	
3	Mato Grosso	1,363632	85,71	Satisfatório
4	Paraná	1,363632	85,71	
5	Rio de Janeiro	1,363632	85,71	
6	Rio Grande do Sul	1,363632	85,71	
7	Espírito Santo	1,366360	71,43	
8	Minas Gerais	1,366360	71,43	
9	Rondônia	1,366360	71,43	
10	Amapá	1,022724	64,29	
11	Goiás	1,022724	64,29	Razoável
12	Alagoas	0,909088	57,14	
13	Bahia	0,909088	57,14	
14	Ceará	0,909088	57,14	
15	Pernambuco	0,909088	57,14	
16	São Paulo	0,909088	57,14	
17	Distrito Federal	0,681816	42,86	
18	Maranhão	0,681816	42,86	
19	Mato Grosso do Sul	0,681816	42,86	
20	Pará	0,681816	42,86	
21	Paraíba	0,681816	42,86	Baixo
22	Piauí	0,681816	42,86	
23	Sergipe	0,681816	42,86	
24	Rio Grande do Norte	0,454544	28,57	
25	Tocantins	0,454544	28,57	
26	Acre	0,227272	14,29	Insuficiente
27	Roraima	0,227272	14,29	

Fonte: Adaptado de Zurra, Botelho, Ferreira e Soares (2013)

Pontuação máxima do Modelo = 1,590904

Pontuação Máxima Observada = 1,590904

Pontuação Mínima Observada = 0,227272

Neste item destaca-se o desempenho da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, a única que obteve pontuação máxima, atendendo 100% dos requisitos e que juntamente com os portais das Assembleias dos Estados do Amazonas, Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul alcançaram um nível satisfatório de transparência, portanto, os usuários que buscarem nesses portais informações sobre a ordem do dia, gazeta parlamentar, acesso a projetos de lei, requerimentos e indicações, votações nominais, viagens oficiais, Canal Web e frequência parlamentar encontrarão informações de nível satisfatório.

Identificou-se ainda, que nas Assembleias do Espírito Santo, Minas Gerais, Rondônia, Amapá, Goiás, Alagoas, Bahia, Ceará, Pernambuco e São Paulo os portais atingiram um nível razoável de transparência no item. Os portais eletrônicos das Assembleias do Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Piauí, Sergipe, Rio Grande do Norte e Tocantins alcançaram apenas o nível baixo de transparência. E finalmente os portais das Assembleias do Acre e Roraima foram classificados com um nível insuficiente de transparência no item.

Destarte, tem-se que em seis portais, que equivalem a 22,3%, as informações sobre os trabalhos legislativos estão disponibilizadas satisfatoriamente. Em dez portais, que representam 37%, observou-se um nível razoável de disponibilização dessas informações. Em nove portais eletrônicos, que são equivalentes a 33,3%, as informações possuem um baixo nível de disponibilização. E em dois dos portais pesquisados, que representam 7,4%, as informações são disponibilizadas de forma insuficiente.

Utilizando-se a análise estatística descritiva, considerando-se que a pontuação máxima observada no item foi igual a 1,590904, e somente alcançada por um portal legislativo, o qual atingiu a pontuação máxima do modelo, representando 3,7% do total dos portais analisados. Quanto à pontuação mínima observada de 0,227272 que ocorreu em dois portais legislativos, representa 7,4% do universo pesquisado, de modo, a indicar que esses portais disponibilizam informações insuficientes.

4.4 Quanto à disponibilização de informações sobre o trabalho das comissões

Tabela 5. Trabalho das Comissões

Ordem	Assembleias Estaduais	Pontuação no Item	% de atendimento dos requisitos	Nível de Transparência
1	Rio Grande do Sul	0,909088	100	
2	São Paulo	0,909088	100	
3	Amazonas	0,681816	75	
4	Ceará	0,681816	75	Satisfatório
5	Goiás	0,681816	75	
6	Mato Grosso do Sul	0,681816	75	
7	Rio de Janeiro	0,681816	75	
8	Alagoas	0,454544	50	
9	Distrito Federal	0,454544	50	
10	Minas Gerais	0,454544	50	Razoável
11	Paraíba	0,454544	50	
12	Santa Catarina	0,454544	50	
13	Amapá	0,227272	25	
14	Bahia	0,227272	25	
15	Espírito Santo	0,227272	25	
16	Maranhão	0,227272	25	
17	Mato Grosso	0,227272	25	
18	Pará	0,227272	25	
19	Paraná	0,227272	25	Baixo
20	Pernambuco	0,227272	25	
21	Piauí	0,227272	25	
22	Rio Grande do Norte	0,227272	25	
23	Rondônia	0,227272	25	
24	Sergipe	0,227272	25	
25	Tocantins	0,227272	25	
26	Acre	0	0	Insuficiente
27	Roraima	0	0	

Fonte: Adaptado de Zurra, Botelho, Ferreira e Soares (2013)

Pontuação máxima do Modelo = 0,909088

Pontuação Máxima Observada = 0,909088

Pontuação Mínima Observada = 0

Neste item destacam-se os desempenhos das Assembleias Legislativas do Rio Grande do Sul e São Paulo, as quais obtiveram a pontuação máxima, atendendo 100% dos requisitos e que juntamente com os portais das Assembleias dos Estados do Amazonas, Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro, atingiram um nível satisfatório de transparência, proporcionando assim, aos usuários que buscarem nesses portais informações sobre a composição dos membros das comissões, resultado de investigações e informes sobre os trabalhos das comissões, terão como resultado informações de nível satisfatório.

Constatou-se ainda, que nas Assembleias do Alagoas, Distrito Federal, Minas Gerais, Paraíba e Santa Catarina os portais apresentaram um nível razoável de transparência no item. Os portais eletrônicos das Assembleias do Amapá, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Sergipe e Tocantins alcançaram apenas o nível baixo de transparência. E novamente, os portais das Assembleias do Acre e Roraima foram classificados com um nível insuficiente de transparência também neste item.

Contudo, tem-se que em sete portais, que equivalem a 26%, as informações sobre os trabalhos das Comissões estão disponibilizadas satisfatoriamente. Em cinco portais, que representam 18,5%, observou-se um nível razoável de disponibilização dessas informações. Em treze portais eletrônicos, que são equivalentes a 48,1%, as informações possuem um baixo nível de disponibilização. E em dois dos portais pesquisados, que representam 7,4%, as informações são disponibilizadas de forma insuficiente.

Utilizando-se a análise estatística descritiva, considerando-se que a pontuação máxima observada no item foi igual a 0,909088, e alcançada apenas por dois portais legislativos, os quais atingiram a pontuação máxima do modelo, representando 7,4% do total dos portais analisados. Quanto à pontuação mínima observada, o que ocorreu em dois portais legislativos, o que representa 7,4% do total da amostra pesquisada, os quais nem sequer pontuaram, ou seja, obtiveram a nota "O", significando que os portais não disponibilizaram nenhuma informação sobre o item pesquisado.

4.5 Quanto à disponibilização de informações sobre as concessões, permissões e contratos.

Tabela 6. Concessões, Permissões e Contratos

Ordem	Assembleias Estaduais	Pontuação no Item	% de atendimento dos requisitos	Nível de Transparência
1	Amapá	1,363632	100	
2	Bahia	1,363632	100	
3	Distrito Federal	1,363632	100	
4	Espírito Santo	1,363632	100	
5	Goiás	1,363632	100	
6	Minas Gerais	1,363632	100	
7	Paraná	1,363632	100	
8	Piauí	1,363632	100	Satisfatório
9	Rio Grande do Sul	1,363632	100	
10	Rondônia	1,363632	100	
11	Santa Catarina	1,363632	100	
12	São Paulo	1,363632	100	
13	Pernambuco	1,249996	91,67	
14	Mato Grosso	1,136360	83,34	
15	Mato Grosso do Sul	1,136360	83,34	
16	Amazonas	0,681816	50	Razoável
17	Acre	0,568180	41,67	Baixo
18	Alagoas	0,227272	16,67	
19	Maranhão	0,227272	16,67	
20	Pará	0,227272	16,67	
21	Rio de Janeiro	0,227272	16,67	
22	Ceará	0,113636	8,33	Insuficiente
23	Rio Grande do Norte	0,113636	8,33	
24	Paraíba	0	0	
25	Roraima	0	0	
26	Sergipe	0	0	
27	Tocantins	0	0	

Fonte: Adaptado de Zurra, Botelho, Ferreira e Soares (2013)

Pontuação máxima do Modelo = 1,363632

Pontuação Máxima Observada = 1,363632

Pontuação Mínima Observada = 0

Neste item destacam-se os desempenhos das Assembleias Legislativas do Amapá, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Piauí, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, as quais obtiveram a pontuação máxima, atendendo 100% dos requisitos e que igualmente aos portais de Pernambuco, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, atingiram um nível satisfatório de transparência, de modo, que nesses portais as informações sobre a concessões e permissões, obras e bens adquiridos e arrendados, valor dos contratos, empresa contratada, prazos dos contratos e objeto contratual são disponibilizadas de maneira satisfatória.

Constatou-se ainda, que na Assembleia do Amazonas o portal apresenta um nível razoável de transparência no item. O portal eletrônico da Assembleia do Acre alcançou somente o nível baixo de transparência. E por fim, os portais das Assembleias de Alagoas, Maranhão, Pará, Rio de Janeiro, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Roraima, Sergipe e Tocantins foram classificados com um nível insuficiente de transparência neste item.

Portanto, tem-se que em quinze portais, que equivalem a 55,6%, as informações sobre os Concessões, Permissões e Contratos estão disponibilizadas de forma satisfatória. Em um portal, que representa 3,7%, observou-se um nível razoável de disponibilização dessas informações. Em um portal eletrônico, que equivale a 3,7%, as informações possuem um baixo nível de disponibilização. E em dez dos portais pesquisados, que representam 37%, as informações são disponibilizadas de maneira insuficiente.

Utilizando-se a análise estatística descritiva, considerando-se que a pontuação máxima observada no item foi de 1,363632, e alcançada por doze portais legislativos, os quais atingiram a pontuação máxima do modelo, representando 44,4% do total dos portais analisados. Quanto à pontuação mínima observada, o que ocorreu em quatro portais legislativos, o que representa 14,8% do total da amostra pesquisada, os quais nem sequer pontuaram, ou seja, obtiveram a nota "O", significando que esses portais não disponibilizaram nenhuma informação sobre o item pesquisado.

4.6 Quanto à disponibilização de informações sobre o arquivo histórico e serviços bibliotecários.

Tabela 7. Arquivo Histórico de Informações e Serviços Bibliotecários

Ordem	Assembleias Estaduais	Pontuação no Item	% de atendimento dos requisitos	Nível de Transparência
1	Amazonas	0,681816	100	
2	Distrito Federal	0,681816	100	
3	Minas Gerais	0,681816	100	
4	Rio de Janeiro	0,681816	100	Satisfatório
5	Rio Grande do Sul	0,681816	100	
6	Santa Catarina	0,681816	100	
7	São Paulo	0,681816	100	
8	Espírito Santo	0,568180	83,34	
9	Bahia	0,454544	66,67	
10	Ceará	0,454544	66,67	Razoável
11	Piauí	0,454544	66,67	
12	Mato Grosso	0,227272	33,33	
13	Mato Grosso do Sul	0,227272	33,33	Baixo
14	Pará	0,227272	33,33	
15	Paraná	0,227272	33,33	
16	Alagoas	0,113636	16,67	
17	Acre	0	0	
18	Amapá	0	0	
19	Goiás	0	0	
20	Maranhão	0	0	
21	Paraíba	0	0	Insuficiente
22	Pernambuco	0	0	
23	Rio Grande do Norte	0	0	
24	Rondônia	0	0	
25	Roraima	0	0	
26	Sergipe	0	0	
27	Tocantins	0	0	

Fonte: Adaptado de Zurra, Botelho, Ferreira e Soares (2013)

Pontuação máxima do Modelo = 0,681816

Pontuação Máxima Observada = 0,681816

Pontuação Mínima Observada = 0

Destacam-se os desempenhos das Assembleias Legislativas do Amazonas, Distrito Federal, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, as quais obtiveram a pontuação máxima, atendendo 100% dos requisitos e que juntamente com o portal do Espírito Santo, atingiram um nível satisfatório de transparência, evidenciando que as informações sobre o arquivo histórico do Parlamento, consulta à biblioteca *on-line* e os trâmites e requisitos para ter acesso ao arquivo e à biblioteca, são disponibilizados de forma satisfatória.

Constatou-se ainda, que nas Assembleias da Bahia, Ceará e Piauí os portais apresentam um nível razoável de transparência no item. Os portais legislativos de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará e Paraná atingiram somente o nível baixo de transparência. E por fim, os portais das Assembleias de Alagoas, Acre, Amapá, Goiás, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins apresentaram um nível insuficiente de transparência neste item.

Portanto, tem-se que em oito portais, que equivalem a 29,7%, as informações sobre o Arquivo Histórico e Serviços Bibliotecários estão disponibilizadas de forma satisfatória. Em três portais, que representam 11%, observou-se um nível razoável de disponibilização dessas informações. Em quatro portais legislativos, que equivalem a 14,8%, as informações possuem um baixo nível de disponibilização. E em doze portais, que representam 44,5%, as informações são insuficientes.

Contudo, através da análise estatística descritiva, considerando-se que a pontuação máxima observada no item foi de 0,681816, e alcançada por sete portais legislativos, os quais atingiram a pontuação máxima do modelo, representando 26% do total dos portais analisados. Quanto à pontuação mínima observada em onze portais, que representam 40,7% do universo pesquisado, obtiveram a nota "O", significando que disponibilizaram nenhuma informação sobre o item pesquisado.

É oportuno frisar, que neste item, grande número de portais obteve a nota "O", por não disponibilizarem nenhuma informação. Evidenciando, portanto, que grande parte das Assembleias ainda não possuem estrutura para disponibilizar informações sobre seus Arquivos Históricos e Serviços Bibliotecários.

4.7 Quanto à disponibilização de informações sobre a fiscalização exercida sobre o executivo (controle externo).

Tabela 8. Controle Externo

Ordem	Assembleias Estaduais	Pontuação no Item	% de atendimento dos requisitos	Nível de Transparência
1	Amazonas	0,909088	100	
2	Espírito Santo	0,909088	100	
3	Rondônia	0,909088	100	
4	Alagoas	0,681816	75,01	
5	Bahia	0,681816	75,01	
6	Ceará	0,681816	75,01	
7	Mato Grosso do Sul	0,681816	75,01	Satisfatório
8	Minas Gerais	0,681816	75,01	
9	Paraíba	0,681816	75,01	
10	Paraná	0,681816	75,01	
11	Rio de Janeiro	0,681816	75,01	
12	Rio Grande do Sul	0,681816	75,01	
13	Santa Catarina	0,681816	75,01	
14	São Paulo	0,681816	75,01	
15	Goiás	0,454544	50	
16	Pernambuco	0,454544	50	Razoável
17	Piauí	0,454544	50	
18	Roraima	0,454544	50	
19	Acre	0,227272	25	
20	Amapá	0,227272	25	
21	Distrito Federal	0,227272	25	
22	Maranhão	0,227272	25	Baixo
23	Mato Grosso	0,227272	25	
24	Rio Grande do Norte	0,227272	25	
25	Tocantins	0,227272	25	
26	Pará	0	0	Insuficiente
27	Sergipe	0	0	

Fonte: Adaptado de Zurra, Botelho, Ferreira e Soares (2013)

Pontuação máxima do Modelo = 0,909088

Pontuação Máxima Observada = 0,909088

Pontuação Mínima Observada = 0

Destacam-se aqui os desempenhos das Assembleias Legislativas do Amazonas, Espírito Santo e Rondônia, as quais obtiveram a pontuação máxima, atendendo 100% dos requisitos e juntamente com os portais de Alagoas, Bahia, Ceará, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, atingiram um nível satisfatório de transparência, por conseguinte, nesses portais as informações que dizem respeito ao orçamento geral do estado, sites de outros órgãos, *link* direto com o Diário Oficial do Estado e Diário Oficial Eletrônico Legislativo são disponibilizadas satisfatoriamente.

Identificou-se ainda, que nas Assembleias dos Estados de Goiás, Pernambuco, Piauí e Roraima os portais apresentam um nível razoável de transparência no item. Os portais legislativos Acre, Amapá, Distrito Federal, Maranhão, Mato Grosso, Rio Grande do Norte e Tocantins atingiram somente o nível baixo de transparência. E os portais restantes das Assembleias do Pará e Sergipe foram classificados com um nível insuficiente de transparência neste item.

Portanto, tem-se que em quatorze portais, que equivalem a 51,8%, as informações sobre os Controles Externos estão disponibilizadas de forma satisfatória. Em quatro portais, que representam 14,8%, observou-se um nível razoável dessas informações disponibilizadas. Em sete portais eletrônicos, que representam a 26%, as informações possuem um baixo nível de disponibilização. E nos dois portais restantes pesquisados, que representam 7,4%, as informações são disponibilizadas com conteúdo insuficiente.

Contudo, através da análise estatística descritiva, considerando-se que a pontuação máxima observada no item foi de 0,909088, e alcançada por três portais legislativos, os quais atingiram a pontuação máxima do modelo, representando 11% do total dos portais analisados. Quanto à pontuação mínima observada, o que ocorreu em dois portais legislativos, que representam 7,4% do total da amostra pesquisada, os quais nem sequer pontuaram, ou seja, obtiveram a nota "O", significando que esses portais não disponibilizaram nenhuma informação sobre o item pesquisado.

4.8 Quanto à disponibilização de mecanismos de integração e participação da sociedade - Canais de comunicação com a sociedade.

Tabela 9. Canais de Comunicação com a Sociedade

Ordem	Assembleias Estaduais	Pontuação no Item	% de atendimento dos requisitos	Nível de Transparência
1	Amazonas	1,590904	100	
2	Goiás	1,590904	100	
3	Rio Grande do Sul	1,590904	100	
4	Rondônia	1,590904	100	
5	Minas Gerais	1,363632	85,71	
6	Rio de Janeiro	1,363632	85,71	Satisfatório
7	Santa Catarina	1,363632	85,71	
8	Bahia	1,136360	71,43	
9	Mato Grosso	1,136360	71,43	
10	Paraíba	1,136360	71,43	
11	Pernambuco	1,136360	71,43	
12	Distrito Federal	1,022724	64,29	
13	Alagoas	0,909088	57,14	
14	Ceará	0,909088	57,14	Razoável
15	Paraná	0,909088	57,14	
16	São Paulo	0,909088	57,14	
17	Mato Grosso do Sul	0,795452	50	
18	Amapá	0,681816	42,86	
19	Espírito Santo	0,681816	42,86	
20	Pará	0,681816	42,86	
21	Rio Grande do Norte	0,681816	42,86	
22	Tocantins	0,681816	42,86	Baixo
23	Piauí	0,568180	35,71	
24	Acre	0,454544	28,57	
25	Maranhão	0,454544	28,57	
26	Sergipe	0,454544	28,57	
27	Roraima	0	0	Insuficiente

Fonte: Adaptado de Zurra, Botelho, Ferreira e Soares (2013)

Pontuação máxima do Modelo = 1,590904

Pontuação Máxima Observada = 1,590904

Pontuação Mínima Observada = 0

Neste item destacam-se os desempenhos das portais legislativos do Amazonas, Goiás, Rio Grande do Sul e Rondônia, os quais obtiveram a pontuação máxima, atendendo 100% dos requisitos e que juntamente com os portais de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Bahia, Mato Grosso, Paraíba e Pernambuco, atingiram um nível satisfatório de transparência, de modo, que as informações sobre Canal de contato com o Parlamentar, Lista das principais perguntas e respostas, Canal de denúncias, Solicitação das informações exigidas pela Lei 12.527/2011 (LAI), Link com as Câmaras Legislativas Municipais do Estado, redes sociais Institucionais (Facebook, Tuwitter, entre outras e canal de Comunicação com as Comissões Permanentes e temporárias são disponibilizadas satisfatoriamente.

Constatou-se ainda, que nas Assembleias do Distrito Federal, Alagoas, Ceará, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul os portais apresentam um nível razoável de transparência no item. Os portais legislativos do Amapá, Espírito Santo, Pará, Rio Grande do Norte, Tocantins, Piauí, Acre, Maranhão e Sergipe alcançaram somente o nível baixo de transparência. E por fim, o portal da Assembleia de Roraima recebeu a classificação de nível insuficiente de transparência neste item.

Portanto, em onze portais, que equivalem a 40,7%, as informações sobre os Canais de Comunicação com a Sociedade são disponibilizadas satisfatoriamente. Em seis portais, que representam 22,3%, obteve-se um nível razoável de disponibilização dessas informações. Em nove portais legislativos, que equivalem a 33,4%, as informações possuem um baixo nível de disponibilização. E em um portal pesquisado, que representa 3,7%, as informações são disponibilizadas de forma insuficiente.

Utilizando-se a análise estatística descritiva, considerando-se que a pontuação máxima observada no item foi de 1,590904, e alcançada por quatro portais legislativos, os quais atingiram a pontuação máxima do modelo, representando 14,8% do total dos portais analisados. Quanto à pontuação mínima observada, o que ocorreu em um portal legislativo, o que representa 3,7% do total d pesquisado, o qual nem sequer pontuou, ou seja, obteve a nota "O", significando que esse portal não disponibilizou nenhuma informação sobre esse item.

4.9 Ranking Geral do Nível de Transparência

O principal objetivo desta pesquisa é a formatação de um Ranking Geral do Nível de Transparência dos Portais Eletrônicos das Assembleias Legislativas Estaduais do Brasil, de modo, foi constatado nos respectivos portais, o percentual de disponibilização das informações, em atendimento as exigências legais já citadas e anteriormente detalhadas no decorrer deste trabalho, em conformidade com a legislação atualizada.

Para tanto, no desenvolvimento desta pesquisa os portais foram analisados de forma detalhada, conforme modelo contendo oito itens subdivididos em quarenta e quatro subitens, de modo, a demonstrar o desempenho dos portais eletrônicos dos legislativos estaduais do Brasil em cada um dos referidos itens, atribuindo individualmente a pontuação para cada subitem.

Contudo, nesta fase final apresenta-se a classificação geral desses portais legislativos, a qual foi resultante do somatório da pontuação individual atribuída em todos os itens e respectivos subitens analisados. Em relação a mensuração do nível de transparência, foram considerados os mesmos critérios, utilizando-se as mesmas faixas de corte dos itens anteriormente apresentados, o qual passa a ser disposto novamente abaixo:

Quadro 5. Níveis de Transparência

Nível de Transparência	% atendimento aos requisitos	Quartil
Insuficiente	0 a 24,99%	1º
Baixo	25% a 49,99%	2º
Razoável	50% a 74,99%	3º
Satisfatório	75% a 100%	4º

Fonte: Zurra, Botelho, Ferreira e Soares (2013)

Sendo assim, o ranking geral do nível de transparência foi formatado em conformidade com a tabela a seguir:

Tabela 10. Ranking Geral do Nível de Transparência

PORTAIS LEGISLATIVOS ESTADUAIS BRASILEIROS											
ORDEM	LEGISLATIVO ESTADO	FUNÇÃO ADMINISTRATIVA	CONTROLE INTERNO	TRABALHO LEGISLATIVO	TRABALHO DAS COMISSÕES	CONCESSÕES PERMISSÕES E CONTRATOS	ARQUIVO HISTÓRICO E SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS	CONTROLE EXTERNO	CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	RANKING GERAL %	NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA
1	ALRS	80	75	85,71	100	100	100	75,01	100	89,47	SATISFATÓRIO
2	ALESC	80	68,75	100	50	100	100	75,01	85,71	82,44	SATISFATÓRIO
3	ALEMG	80	68,75	71,43	50	100	100	75,01	85,71	78,86	SATISFATÓRIO
4	ALEAM	40	56,25	85,71	75,01	50	100	100	100	75,87	SATISFATÓRIO
5	ALESP	60	56,25	57,14	100	100	100	75,01	57,14	75,70	SATISFATÓRIO
6	ALERJ	40	62,5	85,71	75,01	16,67	100	75,01	85,71	67,58	RAZOÁVEL
7	ALEGO	80	56,25	64,29	75,01	100	0	50	100	65,69	RAZOÁVEL
8	ALEES	40	56,25	71,43	25	100	83,34	100	42,86	64,86	RAZOÁVEL
9	ALBA	60	50	57,14	25	100	66,67	75,01	71,43	63,16	RAZOÁVEL
10	ALERO	40	56,25	71,43	25	100	0	100	100	61,59	RAZOÁVEL
11	CLDF	40	56,25	42,86	50	100	100	25	64,29	59,80	RAZOÁVEL
12	ALEP	40	43,75	85,71	25	100	33,33	75,01	57,14	57,49	RAZOÁVEL
13	ALMT	80	50	85,71	25	83,34	33,33	25	71,43	56,73	RAZOÁVEL
14	ALECE	40	68,75	57,14	75,01	8,33	66,67	75,01	57,14	56,01	RAZOÁVEL
15	ALMS	60	18,75	42,86	75,01	83,34	33,33	75,01	50	54,79	RAZOÁVEL
16	ALEPE	60	56,25	57,14	25	91,67	0	50	71,43	51,44	RAZOÁVEL
17	ALEPI	40	31,25	42,86	25	100	66,67	50	35,71	48,94	BAIXO
18	ALEAL	40	50	57,14	50	16,67	16,67	75,01	57,14	45,33	BAIXO
19	ALEPB	60	43,75	42,86	50	0	0	75,01	71,43	42,88	BAIXO
20	ALEAP	40	43,75	64,29	25	100	0	25	42,86	42,61	BAIXO
21	ALEPA	40	50	42,86	25	16,67	33,33	0	42,86	31,34	BAIXO
22	ALRN	80	31,25	28,57	25	8,33	0	25	42,86	30,13	BAIXO
23	ALTO	20	37,5	28,57	25	0	0	25	42,86	22,37	INSUFICIENTE
24	ALEAC	40	25	14,29	0	41,67	0	25	28,57	21,82	INSUFICIENTE
25	ALESE	60	12,5	42,86	25	0	0	0	28,57	21,12	INSUFICIENTE
26	ALEMA	0	12,5	42,86	25	16,67	0	25	28,57	18,83	INSUFICIENTE
27	ALE-RR	40	18,75	14,29	0	0	0	50	0	15,38	INSUFICIENTE

Fonte: Adaptado de Zurra, Botelho, Ferreira e Soares (2013)

Em análise dos dados gerais da tabela 10, a qual demonstra o Ranking Geral do Nível de Transparência, obtido através da somatória da totalidade de cada item, chega-se a conclusão que somente cinco portais legislativos, que equivalem 18,5% do universo pesquisado, apresentaram um nível de transparência satisfatório, sendo respectivamente das Assembleias dos Estados do Rio Grande Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, Amazonas e São Paulo, significando a disponibilização de 75% ou mais dos itens analisados.

Concluiu-se também, que em onze portais das Assembleias, que representam 40,7% do total pesquisado, quais sejam dos Estados do Rio de Janeiro, Goiás, Espírito Santo, Bahia, Rondônia, Distrito Federal, Paraná, Mato Grosso, Ceará, Mato Grosso do Sul e Pernambuco, atingiram um nível razoável de transparência, indicando que esses portais disponibilizaram entre 50% a 74,99% dos itens pesquisados.

Observou-se ainda, que os portais eletrônicos das Assembleias dos Estados do Piauí, Alagoas, Paraíba, Amapá, Pará e Rio Grande do Norte, num total de seis, que representam o percentual de 22,3% dos portais pesquisados, alcançaram somente um nível baixo de transparência, em função do atendimento entre 25% a 49,99% dos itens analisados.

E por fim, os cinco portais das Assembleias Legislativas restantes, que são equivalentes a 18,5% da totalidade de portais analisados, sendo dos Estados de Tocantins, Sergipe, Acre, Maranhão e Roraima, os quais foram classificados com um nível insuficiente de transparência, pelo fato de terem disponibilizado menos de 25% dos itens e respectivos subitens pesquisados.

Contudo, através de uma análise estatística descritiva do Ranking Geral do Nível de Transparência, constatou-se que a pontuação mínima observada, relativa a somatória do total dos oito itens foi de 15,38%, obtida pelo portal legislativo de Roraima e a pontuação máxima observada foi de 89,47%, atribuída ao portal da Assembleia do Estado do Rio Grande do Sul, o qual se destaca aqui o desempenho, como único portal a alcançar o nível de transparência satisfatório, em todos os oito itens pesquisados, assim como, atingir o maior percentual no Ranking da Transparência.

4.10 Variação do Ranking Geral do Nível de Transparência de 2008, 2013 e 2016

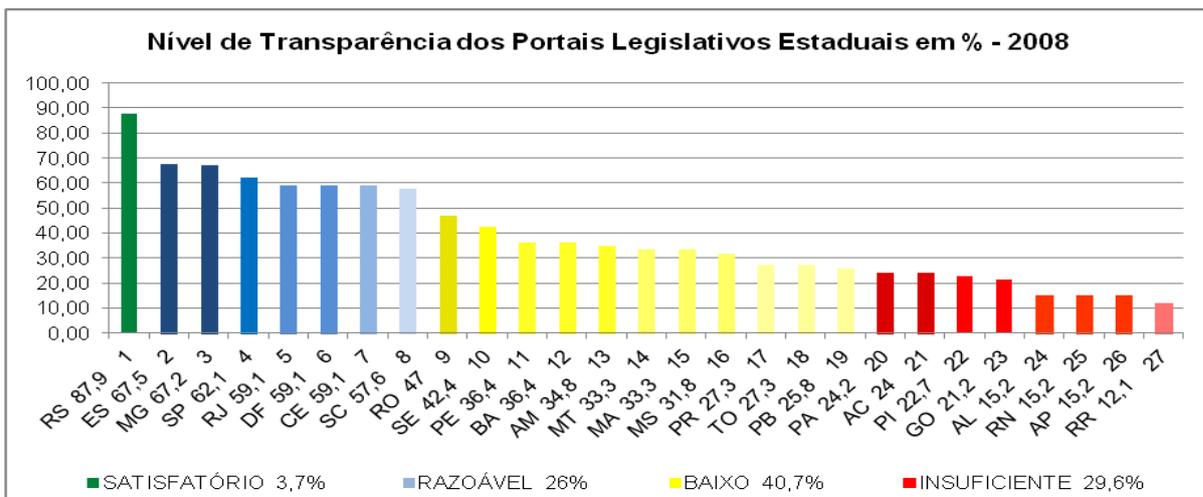
Objetiva-se agora, destacar a variação dos Portais das Assembleias Legislativas no Ranking Geral do Nível de Transparência, em relação as pesquisas antecessoras correlacionadas no lapso temporal de 2008, 2013 e 2016, as quais usaram a mesma metodologia, sofrendo apenas atualização das exigências da legislação nos respectivos momentos, e que passam a ser dispostas a seguir:

Tabela 11. Variação do Ranking Geral do Nível de Transparência de 2008, 2013 e 2016.

VARIAÇÃO DO NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA DOS PORTAIS LEGISLATIVOS ESTADUAIS BRASILEIROS NO LAPSO TEMPORAL DE 2008, 2013 E 2016						
ORDEM	Dissertação Zurra (2008)		Artigo Zurra; Botelho; Ferreira e Soares (2013)		Autor, pesquisa de campo, 2016	
	LEGISLATIVO / ESTADO	NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA % 2008	LEGISLATIVO / ESTADO	NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA % 2013	LEGISLATIVO / ESTADO	NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA % 2016
1	ALRS	87,9	ALRS	92,5	ALRS	89,47
2	ALEES	67,5	ALERJ	75,0	ALESC	82,44
3	ALEMG	67,2	ALESC	71,3	ALEMG	78,86
4	ALESP	62,1	ALESP	65,0	ALEAM	75,87
5	ALERJ	59,1	ALMT	61,3	ALESP	75,70
6	CLDF	59,1	ALEMG	60,0	ALERJ	67,58
7	ALECE	59,1	ALEP	60,0	ALEGO	65,69
8	ALESC	57,6	ALEAM	55,0	ALEES	64,86
9	ALERO	47,0	ALECE	53,8	ALBA	63,16
10	ALESE	42,4	ALBA	50,0	ALERO	61,59
11	ALEPE	36,4	ALEES	50,0	CLDF	59,80
12	ALBA	36,4	ALEPB	50,0	ALEP	57,49
13	ALEAM	34,8	ALERO	47,5	ALMT	56,73
14	ALMT	33,3	ALEPA	42,5	ALECE	56,01
15	ALEMA	33,3	CLDF	40,0	ALMS	54,79
16	ALMS	31,8	ALEPE	40,0	ALEPE	51,44
17	ALEP	27,3	ALRN	37,5	ALEPI	48,94
18	ALTO	27,3	ALMS	36,3	ALEAL	45,33
19	ALEPB	25,8	ALESE	36,3	ALEPB	42,88
20	ALEPA	24,2	ALEGO	35,0	ALEAP	42,61
21	ALEAC	24,0	ALTO	35,0	ALEPA	31,34
22	ALEPI	22,7	ALEAP	33,8	ALRN	30,13
23	ALEGO	21,2	ALEMA	25,0	ALTO	22,37
24	ALEAL	15,2	ALEPI	23,8	ALEAC	21,82
25	ALRN	15,2	ALE-RR	22,5	ALESE	21,12
26	ALEAP	15,2	ALEAC	18,8	ALEMA	18,83
27	ALE-RR	12,1	ALEAL	0	ALE-RR	15,38

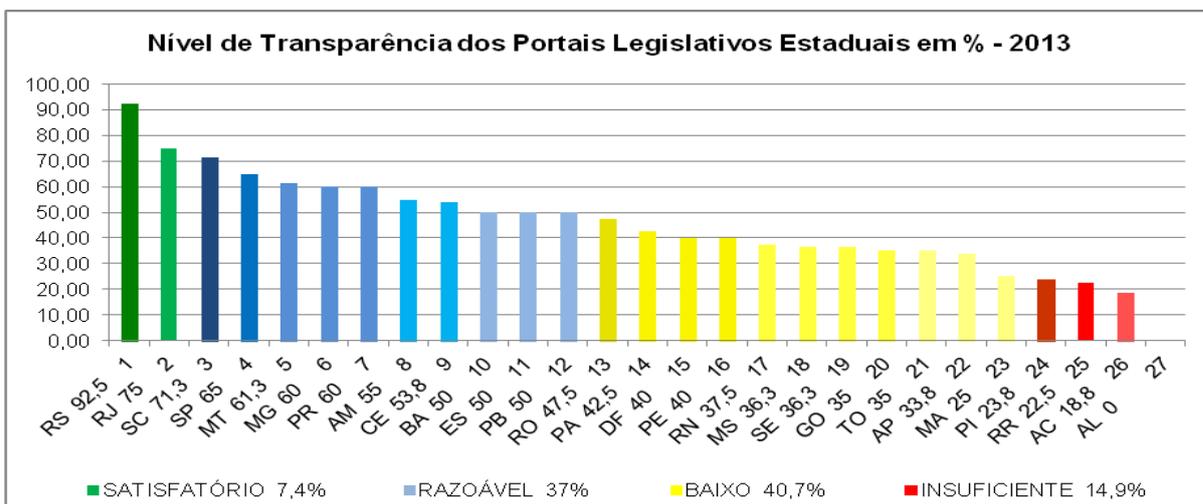
Fonte: Elaborado pelo autor, pesquisa de campo (2016)

Gráfico 1. Nível de Transparência dos Portais em 2008



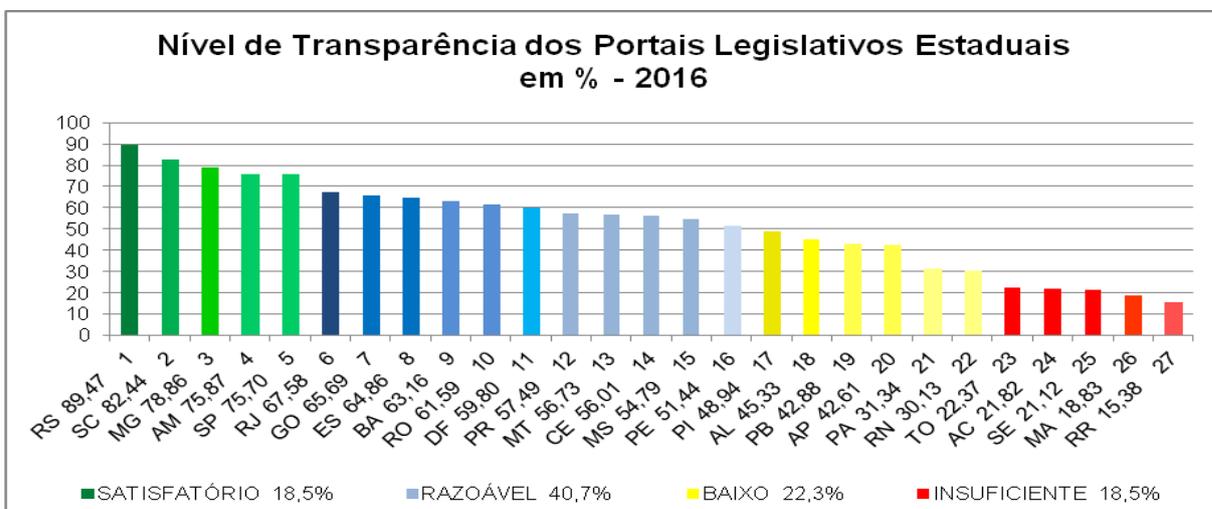
Fonte: Adaptado de Zurra (2008).

Gráfico 2. Nível de Transparência dos Portais em 2013



Fonte: Adaptado de Zurra, Botelho, Ferreira e Soares (2013).

Gráfico 3. Nível de Transparência dos Portais em 2016



Fonte: Elaborado pelo autor, Pesquisa de campo (2016).

Observando os gráficos 1 (2008), 2 (2013) e 3 (2016), gerados através dos dados da Tabela 11, na pesquisa de 2008, somente o portal legislativo da Assembleia do Rio Grande do Sul alcançou o nível satisfatório, representando 3,7% do total pesquisado. Em relação a 2013, o nível satisfatório foi atingido pelos portais do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, equivalentes a 7,4% dos portais. Os dados de 2016 indicam que cinco portais, respectivamente os das Assembleias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, Amazonas e São Paulo, alcançaram o nível satisfatório, que representa 18,5% do universo da pesquisa.

Observou-se também, nos dados de 2008, que sete portais legislativos, os dos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Ceará e Santa Catarina classificaram-se no nível razoável de transparência, representando 26% dos pesquisados. Em 2013, dez portais atingiram nível razoável, os de Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Amazonas, Ceará, Bahia, Espírito Santo e Paraíba, indicando 37% dos analisados. Em 2016 no nível razoável, classificaram-se onze Legislativos Estaduais, os do Rio de Janeiro, Goiás, Espírito Santo, Bahia, Rondônia, Distrito Federal, Paraná, Mato Grosso, Ceará, Mato Grosso do Sul e Pernambuco, representando 40,7% dos pesquisados.

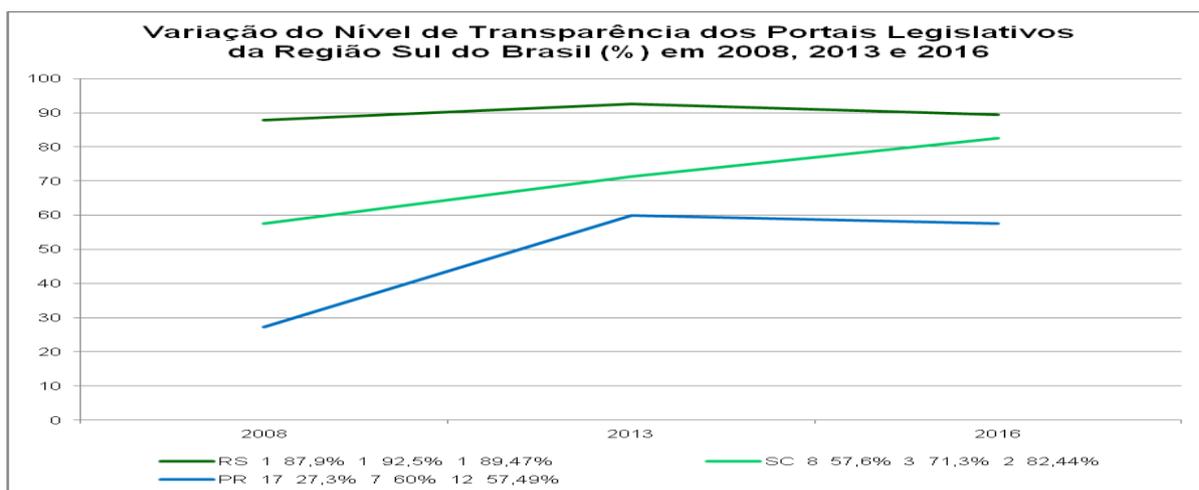
Foi constatado ainda, que na análise de 2008, onze portais legislativos atingiram o nível baixo de transparência, os dos Estados de Rondônia, Sergipe, Pernambuco, Bahia, Amazonas, Mato Grosso, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Paraná, Tocantins e Paraíba, o que equivale a 40,7% do total. Referente a 2013, o nível baixo de transparência foi atribuído também a onze portais, que representam igualmente 40,7% da totalidade. Em 2016, o nível baixo de transparência, indicou uma redução para seis portais, sendo das Assembleias do Piauí, Alagoas, Paraíba, Amapá, Pará e Rio Grande do Norte, o que representa 22,3% do total da pesquisa.

Em 2008, oito portais, das Assembleias do Pará, Acre, Piauí, Goiás, Alagoas, Rio Grande do Norte, Amapá e Roraima, obtiveram o nível insuficiente de transparência, e representam 29,6% dos analisados. Em 2013, o nível insuficiente obteve redução para quatro portais, que equivalem a 14,9% do total. Em 2016, cinco portais classificaram-se no nível insuficiente, os dos Estados do Tocantins, Acre, Sergipe, Maranhão e Roraima, indicando o percentual de 18,5% dos pesquisados.

4.11 Variação do Nível de Transparência dos Portais Legislativos por Região

Nesta fase, o escopo passa a ser a análise da variação do nível de transparência dos portais das Assembleias Legislativas por região geográfica, considerando também, o Ranking Geral das referidas pesquisas correlacionadas no lapso temporal de 2008, 2013 e 2016, conforme os dados constantes da tabela 11, a seguir expostos de forma gráfica por região.

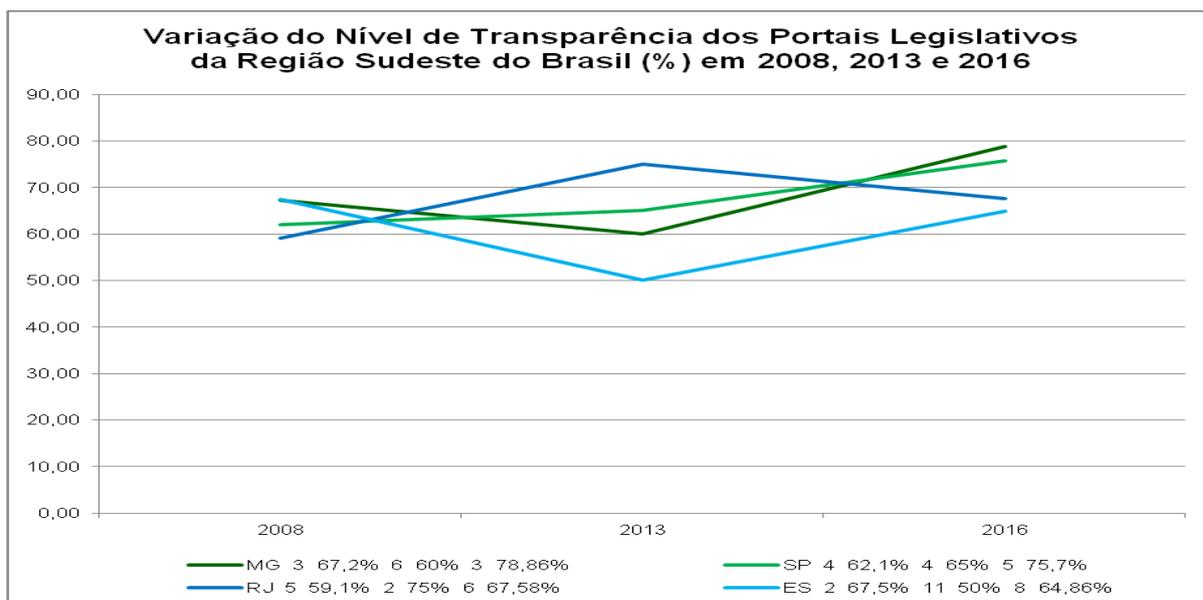
Gráfico 4. Variação do Nível de Transparência dos Portais da Região Sul



Fonte: Elaborado pelo autor, pesquisa de campo (2016).

Considerando à análise da variação do nível de transparência dos Portais das Assembleias Legislativas por região geográfica, em relação ao Ranking Geral, respectivamente e cronologicamente, constatou-se que a região sul obteve índices significativos, apresentando o melhor desempenho. Nela foram pesquisados três portais, sendo que a Assembleia do Estado do Rio Grande do Sul se manteve na 1ª colocação, com nível satisfatório nas três pesquisas, com média percentual de 89,95%. Nenhuma Assembleia aproximou-se dos índices alcançados pela ALERS.

O legislativo de Santa Catarina atingiu um dos mais altos índices de crescimento, sendo classificado inicialmente na 8ª posição, no nível razoável com 57,6%, e na pesquisa atual, subiu para a 2ª posição no nível satisfatório com percentual de 82,44%, O Portal do Paraná iniciou na 17ª colocação, no nível baixo com 27,3%, atualmente caiu para a 12ª no ranking, no mesmo nível com 57,49%. Portanto, a região Sul hoje possui dois portais com nível satisfatório e um razoável, e média geral do nível de transparência 76,46%, obtendo a maior média das regiões.

Gráfico 5. Variação do Nível de Transparência dos Portais da Região Sudeste

Fonte: Elaborado pelo autor, pesquisa de campo (2016).

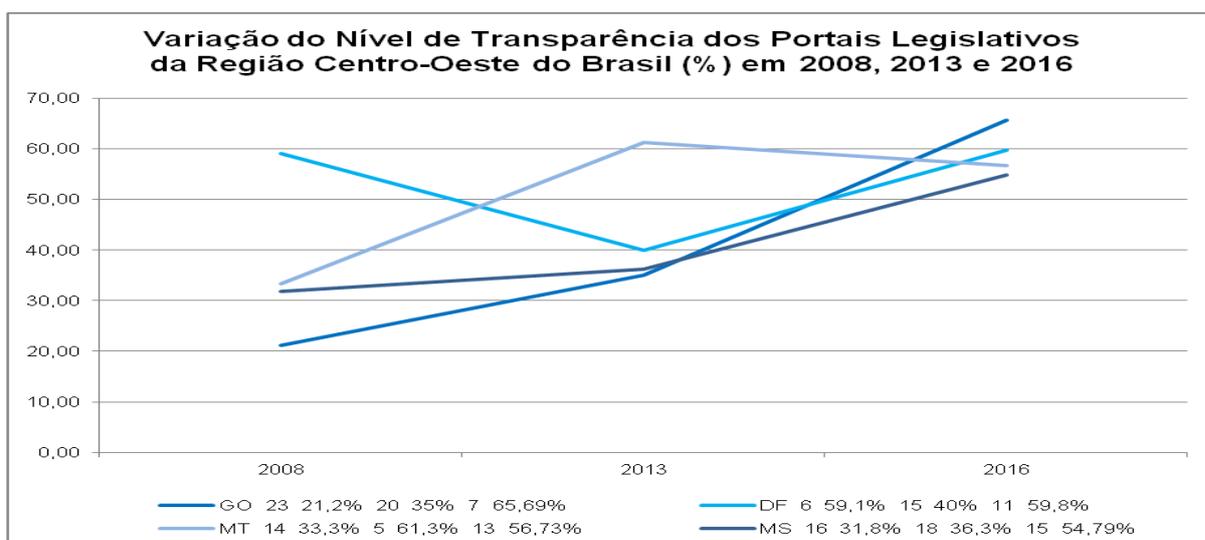
Na região Sudeste, identificou-se que dos quatro portais legislativos analisados, o portal da Assembleia do Estado de Minas Gerais classificou-se em 2008, na 3ª posição com nível razoável e percentual de 67,2%, na sequência foi para a 6ª colocação, mantendo o mesmo nível e diminuindo para 60%, atualmente ocupa a 3ª posição, no nível satisfatório com percentual de 78,86%.

O portal legislativo de São Paulo iniciou na 4ª colocação, nível razoável com 62,1%, em 2013 manteve a mesma colocação e o mesmo nível, subindo o percentual para 65%, na pesquisa atual, embora tenha descido para a 5ª posição, subiu para o nível satisfatório com 75,70%, fato que demonstra crescimento significativo nos níveis percentuais do ranking geral da transparência.

A Assembleia do Rio de Janeiro começou na 5ª colocação, nível razoável com 59,1%, subiu para a 2ª posição, nível satisfatório e percentual de 75%, e na análise de 2016 desceu para a 6ª colocação, nível razoável com 67,58%.

O portal do Espírito Santo em 2008 classificou-se na 2ª posição, nível razoável e percentual de 67,5%, na sequência foi para a 11ª, nível razoável com 50%, os dados atuais indicam a 8ª colocação, o mesmo nível razoável com 64,86%. A região Sudeste atualmente tem dois portais legislativos com nível de transparência satisfatório e dois com nível razoável, e média geral de 71,75%.

Gráfico 6. Variação do Nível de Transparência dos Portais da Região Centro-Oeste



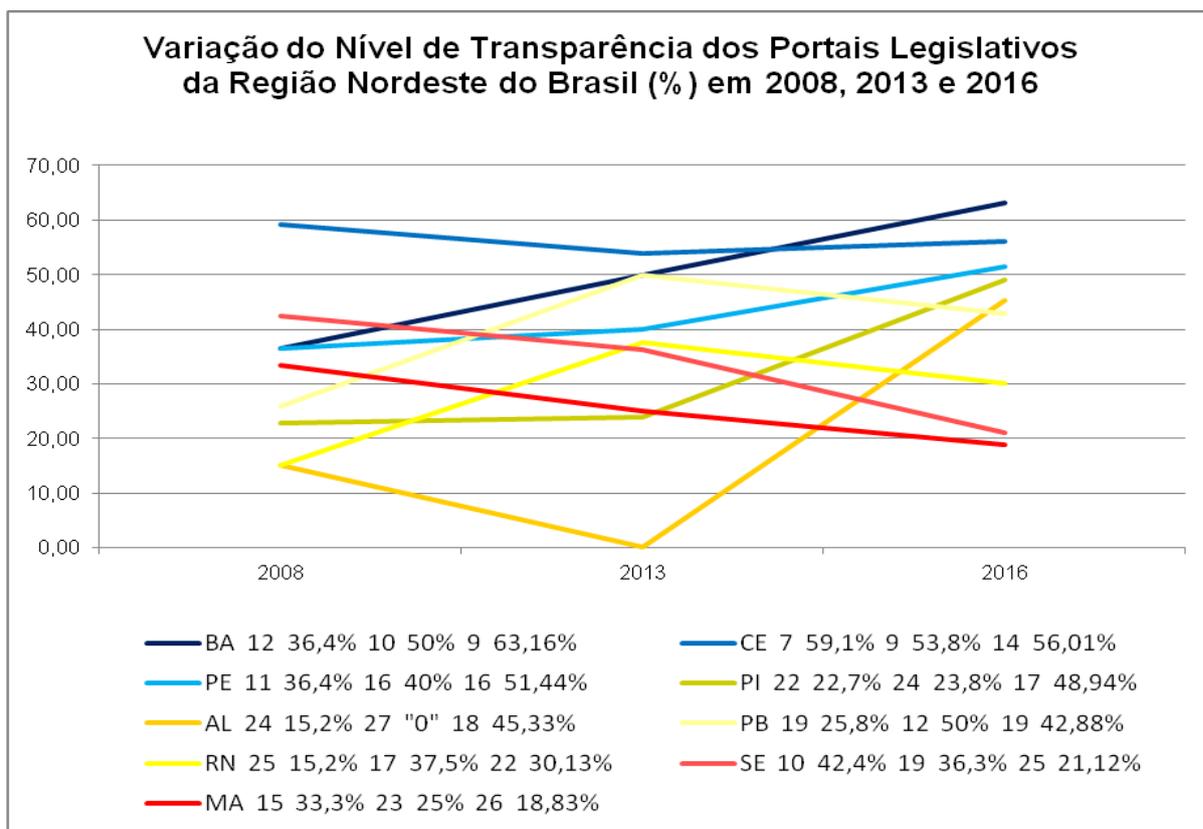
Fonte: Elaborado pelo autor, pesquisa de campo 2016.

Na análise gráfica da região Centro-Oeste foi constatado que dentre os quatro portais desta região, o portal Legislativo da Assembleia do Estado de Goiás em 2008 ocupava a 23ª colocação, classificado no nível de transparência insuficiente, com percentual de 21,2%, na pesquisa seguinte foi para a 20ª posição, nível baixo e com 35%, na análise atual observou-se um crescimento contínuo e significativo, sendo classificado no 7º lugar, nível razoável com 65,69%.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal classificou-se inicialmente na 6ª posição, com nível razoável de transparência e 59,1%, em 2013 decresceu para a 15ª colocação, foi para o nível baixo com percentual de 40%, atualmente ocupa a 11ª posição, com nível razoável, mesmo com o percentual de 59,80%, o qual, é maior que o inicial, o que certifica novamente o crescimento dos percentuais.

O portal da Assembleia do Estado do Mato Grosso no início do período pesquisado obteve a 14ª colocação, nível baixo e percentual de 33,3%, continuando passou a ocupar a 5ª posição, atingiu o nível razoável de transparência com 61,3%, em 2016 classificou-se na 13ª lugar no ranking, com 56,73%.

O portal legislativo do Estado do Mato Grosso do Sul em 2008 obteve a 16ª colocação, no nível baixo e percentual de 31,8%, em 2013 atingiu a 18ª posição, nível baixo com 36,3%, em 2016 classificou-se no 15º lugar no ranking, alcançou o nível razoável e percentual de 54,79%. Na região Centro-Oeste todos os portais encontram-se no nível razoável de transparência, com média geral de 59,25%.

Gráfico 7. Variação do Nível de Transparência dos Portais da Região Nordeste

Fonte: Elaborado pelo autor, pesquisa de campo 2016.

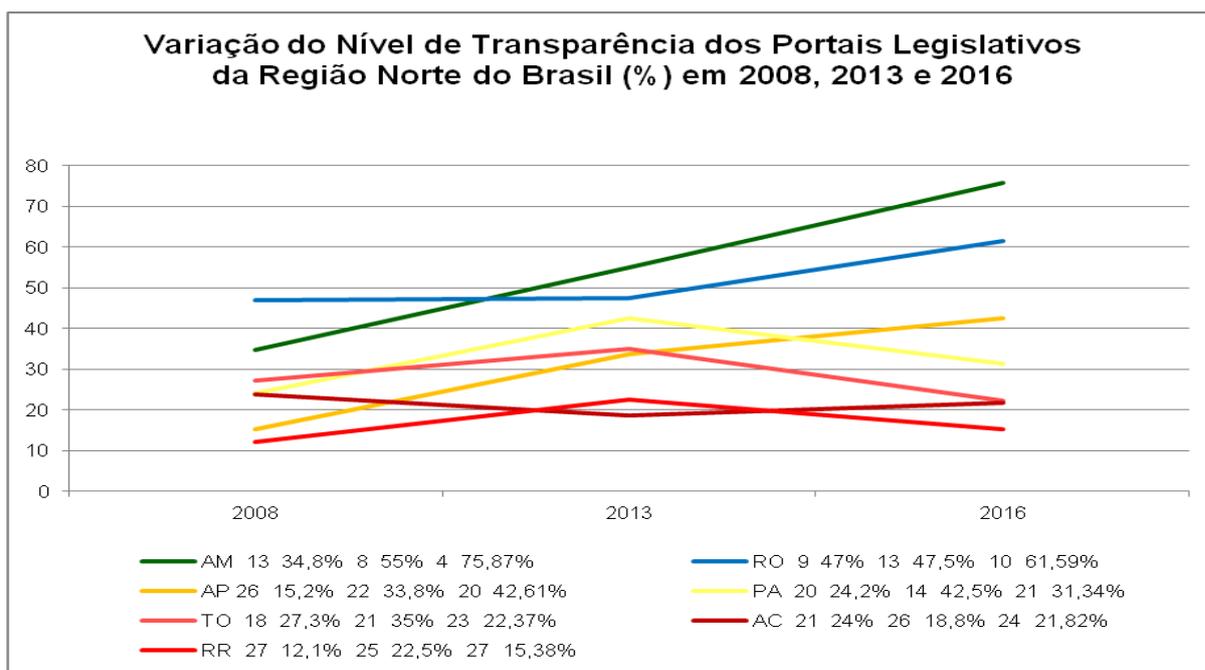
Já na região Nordeste pôde-se observar que dos nove portais pesquisados, os portais das Assembleias dos Estados da Bahia e Pernambuco, em 2008 foram classificados em ordem na 11ª e 12ª colocação, ambas com nível de transparência baixo e percentual de 36,4%, na mesma pesquisa a Assembleia legislativa do Ceará foi posicionada na 7ª posição, com nível razoável com 59,1%. Na pesquisa atual de 2016 todas as três classificaram-se no nível razoável e respectivamente nas seguintes posições e percentuais, 9ª, 63,16%, 16ª, 51,44% e 14ª, 56,01%.

Os portais das Assembleias legislativas do Piauí, Alagoas e Rio Grande do Norte, na pesquisa inicial foram posicionadas na seguinte ordem e percentual, 22ª colocação com 22,7%, 24ª e percentual de 15,2% e 25ª com 15,2%, todos no nível de transparência insuficiente. O portal da Paraíba classificou-se na 19ª posição, baixo nível de transparência com 25,8%. Na análise de 2016 todos os quatro portais foram enquadrados no nível baixo de transparência, respectivamente nas seguintes posições e percentuais, 17ª com 48,94%, 18ª e percentual de 45,33%, 19ª com 42,88% e 22ª com 30,13%.

Referente aos portais das Assembleias dos Estados de Sergipe e Maranhão, classificaram-se inicialmente em sequência, na 10ª e 15ª colocações, ambas no nível baixo, com percentuais de 42,4% e 33,3%. A pesquisa de 2016 demonstra que ambas desceram para o nível insuficiente de transparência, a ALESE na 25ª posição, com 21,12% e a ALEMA na 26ª e percentual de 15,38%. É oportuno resaltar que no período da pesquisa de 2013, o gráfico indica que foi atribuída a nota "0" para a Assembleia de Alagoas, em função do referido portal encontrar-se à época inoperante no período pesquisado.

Em relação à região Nordeste identificou-se que três portais legislativos foram enquadrados na pesquisa atual no nível razoável de transparência, quatro no nível baixo e dois no insuficiente, e que a mesma possui a média geral de 41,59%.

Gráfico 8. Variação do Nível de Transparência dos Portais da Região Norte



Fonte: Elaborado pelo autor, pesquisa de campo 2016.

Na região Norte dos sete portais analisados, observou-se que o portal da Assembleia do Estado do Amazonas, na análise inicial foi classificado na 13ª colocação, baixo nível de transparência com 34,8%. A pesquisa de 2016 demonstrou um crescimento contínuo, alcançando a 4ª posição do ranking, nível de transparência satisfatório com percentual de 75,87%, sendo a única da região a atingir o referido nível.

O portal da Assembleia de Rondônia classificou-se inicialmente na 9ª colocação, nível baixo com 47%. Na pesquisa atual obteve a 10ª posição, com nível de transparência razoável e percentual de 61,59%.

Os portais legislativos estaduais do Pará e Amapá, obtiveram na análise inicial ambos o nível de transparência insuficiente, e na ordem a 20ª e 26ª classificações, com 24,2% e 15,2%. Na pesquisa de 2016, os dois portais foram classificados no nível baixo de transparência, nas respectivas posições 20ª e 21ª com percentuais de 42,61% e 31,34%.

Por fim, os portais das Assembleias Legislativas do Tocantins, Acre e Roraima foram classificados inicialmente e respectivamente na 18ª posição, nível baixo de transparência, com 27,3%, e nas 21ª e 27ª posições, nível de transparência insuficiente, com 24% e 12,1%. Na análise atual obtiveram as 23ª, 24ª e 27ª colocações, com os percentuais de 22,37%, 21,82% e 15,38%, todas no nível de transparência insuficiente.

Na região Norte constatou-se que, somente um portal alcançou o nível de transparência satisfatório, igualmente um atingiu o nível razoável, dois portais o nível baixo e três o nível insuficiente, e a média geral foi de 31,71%, a mais baixa das regiões.

Para melhor identificação e em atendimento ao último objetivo específico deste trabalho, relaciona-se na tabela abaixo, os itens e seus respectivos subitens não atendidos satisfatoriamente pelas seis primeiras ALES no Ranking Geral da Transparência, sendo atribuída a nota "0" quando a o portal não disponibilizou a informação desejada, e a nota "1" quando o portal disponibilizou parcialmente a informação.

Tabela 12. Relação dos Itens e Subitens Não Atendidos pelas ALES

RELAÇÃO DOS ITENS E SUBITENS NÃO ATENDIDOS SATISFATÓRIAMENTE PELAS SEIS PRIMEIRAS ALES								
	Requisitos	Descrição	PORTAIS LEGISLATIVOS					
			A L E R S	A L E S C	A L E M G	A L E M P	A L E S P	A L E R J
1 FUNÇÃO ADMINISTRATIVA	Estrutura Orgânica	Disponibiliza o organograma da estrutura orgânica				0		0
	Competências	Disponibiliza a descrição das atividades de cada unidade administrativa e os serviços que elas oferecem					0	
	Lista de servidores públicos	Disponibiliza a lista dos servidores públicos de todos os níveis hierárquicos e departamentos		0		0		0
	Remuneração dos servidores	Disponibiliza a remuneração mensal por cargo						
	Objetivos e metas das unidades administrativas	Disponibiliza as metas e objetivos das unidades administrativas em conformidade com seus programas operacionais	0	0		0	0	0
	2 CONTROLE INTERNO	Informações sobre bens materiais e Gestão Fiscal	Disponibiliza relatório periódico da gestão fiscal do Parlamento					
Disponibiliza informações relativas à alocação, guarda e condições dos veículos, espaços físicos, bens móveis e imóveis em geral e de todos os recursos materiais que dispõe o Parlamento.			0	0	0		0	0
Alocação de recursos financeiros		Disponibiliza informação sobre a aplicação e destino final dos recursos econômicos do Parlamento						
Verba de Gabinete e indenizatória		Disponibiliza o total da verba de gabinete e indenizatória do parlamentar, assim como a especificação das despesas				1	0	0
Informe anual de transparência		Disponibiliza um informe público das atividades realizadas durante todo o ano				0	0	
Resultados de Auditorias		Disponibiliza os resultados das auditorias internas	0	0	0	0	0	0
Denúncia contra deputado ou funcionário do Poder		Disponibiliza link de denúncia contra deputados ou funcionários do Poder direto para a Ouvidoria da Casa						
Lei de Acesso a Informação (LAI)		Divulgação da execução orçamentária em tempo real em conformidade com as exigências da Lei 12527 Lei de acesso a Informação (LAI).						

3 TRABALHO LEGISLATIVO	Ordem do dia	Disponibiliza a ordem do dia das sessões plenárias							
	Gazeta Parlamentar	Dispõe de uma Gazeta Parlamentar eletrônica	0			0	0		
	Proposições	Disponibiliza acesso a proposições como: projetos de lei, decretos, requerimentos e indicações							
	Votações nominais	Disponibiliza o registro do voto por cada legislador nos casos de criação de novas leis e reformas legais, assim como nos pontos de acordo, eleição da mesa diretora							0
	Informações de viagens oficiais e recursos	Disponibiliza informações sobre a viagens oficiais que os legisladores realizam com o recursos do Parlamento			0			0	
	Canal Web (TV ou rádio Web)	Permite que o cidadão possa acompanhar as sessões plenárias pela TV ou rádio Web							
	Frequência Parlamentar	Disponibiliza a frequência dos deputados			0			0	
4 TRABALHO DAS COMISSÕES	Membros das Comissões	Disponibiliza a lista dos Membros das Comissões							
	Resultados de Investigações	Disponibiliza os resultados dos estudos ou investigações de natureza econômica, política e social que são realizados pelas Comissões	0	0		0		0	
	Informes das Comissões	Disponibiliza informes dos trabalhos realizados pelas comissões							
	Relatórios das Comissões	Identificar a formalização de relatórios sobre os trabalhos realizados, os resultado e desempenho das Comissões	0	0					
5 CONCESSÕES, PERMISSÕES E CONTRATOS	Concessões e permissões	Disponibiliza as concessões, permissões ou autorizações realizadas pela Casa							
	Contratações	Disponibiliza informações de obras públicas, os bens adquiridos, arrendados e os serviços contratados				1		0	
		Disponibiliza o valor dos contratos				1		0	
		Disponibiliza o nome do contratado, da pessoa física ou jurídica com quem o contrato foi celebrado				1		0	
		Disponibiliza os prazos de cumprimento dos contratos				1		0	
		Disponibiliza o objeto contratual e suas alterações posteriores				1		0	
6 ARQUIVO HISTÓRICO E SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS	Arquivo histórico	Disponibiliza um arquivo histórico do Parlamento catalogados e classificados por tema, assim como a organização dos arquivos das unidades administrativas colocadas a disposição							
	Serviços de Biblioteca e Arquivo	Disponibiliza ao público a consulta on-line da biblioteca do Parlamento e do arquivo histórico							
	Trâmites e requisitos de acesso à Biblioteca e ao Arquivo	Disponibiliza os trâmites, requisitos e formatos para o uso da Biblioteca e do arquivo histórico							

7 CONTROLES EXTERNOS	Orçamento Geral do Estado	Disponibiliza em link específico para acessar o Orçamento Geral do Estado, assim como as alterações no decorrer da execução orçamentária							
	Site de outros órgãos	Disponibiliza o endereço eletrônico dos órgãos onde deverão obter outras informações (TCE, TJE, Governo Estadual, Governo Federal, Senado, Câmara)							
	Diário Oficial do Estado	Disponibiliza link de acesso ao Diário Oficial do Estado	0	0	0				
	Diário Oficial do Legislativo Eletrônico	Disponibiliza link do Diário Oficial da Assembleia Legislativa						0	0
8 CANAL DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	Canal de contato com o Parlamentar	Disponibiliza um canal de contato com os parlamentares, não só de caráter informativo de suas ações, projetos e leis, mas também para sugestões e dúvidas.							
	Perguntas e respostas	Disponibiliza os principais questionamentos encaminhados pela sociedade, assim como, suas respectivas respostas.						0	
	Canal de denúncias	Disponibiliza um canal específico para denúncias com acompanhamento das providências e resultados.						0	
	Formulário de Solicitação	Solicitação das informações exigidas pela Lei 12.527/2011 - Se existe um canal de comunicação com mecanismos e procedimentos para fins de atendimento das exigências da Lei de acesso a Informação (LAI).							
	Sites das Câmaras Municipais	Disponibiliza um link no site da Assembleia com os sites de todas as Câmaras Legislativas do Estado, permitindo assim, a comunicação e integração dos cidadãos do interior do Estado.							0
	Redes Sociais Institucional (Facebook, Twitter, entre outras)	Disponibiliza link das redes sociais institucionais do Poder Legislativo.							
	Canal de Comunicação com as Comissões Permanentes e Temporárias	Canal de comunicação direto, individual e específico de cada Comissão Técnica Permanente e Temporária, o qual deve além de disponibilizar informações sobre os trabalhos que ela vem realizando	0	0					0

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação objetivou analisar de que forma se dá a prestação de contas das Assembleias Legislativas Estaduais do Brasil através de seus Portais Eletrônicos. Especificamente teve como foco verificar o nível de transparência nos portais das 26 Assembleias Legislativas, e da Câmara Legislativa do Distrito Federal, como também a utilização dos portais como instrumentos de accountability, transparência e democracia, criando um Ranking Geral do Nível de Transparência e analisando a variação com pesquisas antecessoras correlacionadas no lapso temporal de 2008, 2013 e 2016, considerando também as regiões geográficas.

Para tanto, fez-se necessária uma pesquisa bibliográfica, como base literária dos assuntos relativos ao tema. De tal modo, através do referencial teórico, pôde-se evidenciar a crescente necessidade por instrumentos de transparência, acesso e direito a informação, assim como, evidenciou a importância das Tecnologias da Informação e Comunicação TICs e da Ciberdemocracia para fomentarem a participação e o controle social, na constante busca da accountability democrática.

A contínua evolução do governo eletrônico, abandonando conceitos arcaicos e burocráticos nos procedimentos de reforma administrativa do Estado, emergiu a partir do conceito de Estado Capaz, eficiente e transparente. Esse processo de reforma do Estado criou mecanismos facilitadores na prestação de serviços públicos, através da tecnologia da informação e internet, proporcionando eficiência administrativa dos fluxos de informações e em contrapartida criando um excelente instrumento para a melhoria dos procedimentos governamentais e efetivamente prover o acréscimo da arrecadação fiscal e financeira.

O Poder Legislativo, objeto deste trabalho, possui pouca literatura em relação aos conceitos de governo eletrônico e transparência. Assim, a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs no legislativo ocorre através de seus meios procedimentais e da divulgação de informações sobre seus atos, como também sobre as ações do Executivo.

Após a pesquisa bibliográfica, foi desenvolvido um estudo de caso considerando a observação direta, com análise comparativa e interpretativa dos portais, utilizando-se a metodologia quali-quantitativa de cunho descritiva e explicativa. O modelo da metodologia, com as devidas adaptações, foi a dissertação de Zurra (2008) e o artigo de Zurra, Botelho, Ferreira e Soares (2013), fundamentados no Informe Sobre Transparência Eletrônica do Congresso Mexicano, realizado pela Organização Não Governamental, Monitor Legislativo, elaborado por Hernandez, Iturbe e Moreno (2003), tendo como base a Lei de Transparência e Acesso a Informações Públicas Governamentais do México.

Assim, o modelo ora utilizado considerou a disponibilização de informações sobre: função administrativa; controle interno; trabalho legislativo; trabalho das comissões; concessões, permissões e contratos; arquivo histórico e serviços bibliotecários; controles externos; e canais de comunicação com a sociedade, sendo 8 itens subdivididos em 44 subitens. A mensuração foi feita item a item, apresentando uma tabela da transparência para cada item, (tabelas de 2 a 9).

Na sequência apresentou-se a tabela 10 com o Ranking Geral do Nível de Transparência das Assembleias Legislativas, resultante da somatória das respectivas notas obtidas em todos os itens pesquisados (OBE 1), analisou-se ainda a variação com pesquisas antecessoras correlacionadas no lapso temporal de 2008, 2013 e 2016, considerando as regiões geográficas, conforme disposto na tabela 11 e gráficos 1 a 8 (OBE 2). Em seguida relacionou-se os itens e respectivos subitens não atendidos satisfatoriamente pelas seis primeiras ALEs na tabela 12 (OBE 3).

Considerando o modelo de mensuração aplicado constatou-se uma melhoria em todos os níveis de transparência. Na pesquisa de 2008 apenas um portal legislativo alcançou o nível satisfatório, representando 3,7%, na análise de 2016 cinco foram os portais a atingir o nível satisfatório, o que representa 18,5% do universo pesquisado. No nível razoável na análise inicial foram sete portais, equivalentes a 26% e na pesquisa atual onze com percentual de 40,7%. O nível baixo inicialmente foram onze portais com 40,7% e na atual pesquisa obteve-se uma redução para seis representando 22,3%. Por fim, em 2008 o nível insuficiente foi

atribuído para oito portais, que equivalem a 29,6%, em 2016 houve um decréscimo deste nível para cinco e percentual de 18,5%.

Na análise por região geográfica, pôde-se constatar que a média da pontuação do nível de transparência dos seus respectivos Estados, decresce na seguinte ordem: Sul (76,46%); Sudeste (71,75%); Centro-Oeste (59,25%); Nordeste (41,59%) e Norte (31,71%).

Contudo, mesmo considerando o significativo avanço na qualidade dos portais e o aumento das exigências da legislação correlata, ainda não há um modelo de disposição do conteúdo e forma das informações, ficando a critério do poder discricionário da Mesa Diretora do Parlamento o modo e as características de como são dispostas, conforme já detectado em várias pesquisas antecessoras.

É relevante destacar o desempenho da Assembleia do Estado do Rio Grande do Sul, que manteve a primeira posição nas três pesquisas, de 2008, 2013 e 2016, com média geral do nível de transparência de 89,95%, além de seu portal ser de fácil acessibilidade e inteligível. Destaca-se ainda a ALE-RR que foi classificada respectivamente na 27^a, 25^a e 27^a posições e média de transparência de 16,66%. Evidencia-se também a evolução dos portais que atingiram o nível satisfatório: Sul (ALERS e ALESC); Sudeste (ALEMG e ALESP) e Norte (ALEAM).

Outro dado evidenciado pela análise é que algumas Assembleias Legislativas fizeram implementações em seus portais ao longo do tempo, conforme o surgimento das novas normas, e conseqüentemente seus níveis de transparência obtiveram crescimento constante, como a ALESC, ALEMG e ALEAM, em contrapartida outras se mantiveram inertes e seus níveis de transparência decresceram na medida em que se aumentavam as exigências legais, como a ALESE e ALEMA.

Constatou-se que os portais das Assembleias Legislativas possuem tecnologia e procedimentos para figurarem como instrumentos de accountability, transparência e democracia, podendo promover a disponibilização de múltiplos canais de contato com a sociedade, para que os cidadãos se tornem parte integrante nas discussões das leis e agendas governamentais das políticas públicas implementadas pelo Estado, mas não estão sendo utilizados em sua plenitude.

Diante dos resultados deixa-se como sugestão que Governo Federal crie um modelo de layout padrão obrigatório para os Portais Legislativos Federais, Estaduais e Municipais, os quais devem disponibilizar todas as informações exigidas por lei, com transparência, acesso simplificado e inteligível, além de dados relevantes para o relacionamento entre Estado e Sociedade, de modo a promover maior controle social e facilitar a fiscalização dos Órgãos de Controle Externos. As Assembleias e Câmaras continuariam com autonomia para criarem seus Portais, desde que neles esteja contido o referido layout .

Por fim, espera-se que esta pesquisa possa contribuir, de alguma forma, para que as Assembleias identifiquem falhas e lacunas na disponibilização de informações à sociedade, além de subsidiar inferências e decisões sobre transparência eletrônica. Que sirva como fonte para futuras pesquisas na administração pública em geral. Espera-se ainda que a sociedade possa utilizar como referência e caminho para obter informações em outros portais, e que efetivamente cada cidadão se torne sujeito ativo no processo de comunicação e construção na busca da **accountability real**, de modo a tornar a gestão pública mais democrática.

ACCOUNTABILITY REAL não se limita a pura e simples prestação de contas através de uma equação matemática de crédito e débito, para fins de atendimento das imposições da legislação, mais sim efetivamente uma prestação de contas qualitativa que corresponda as necessidades e anseios sociais daqueles que são os verdadeiros provedores e destinatários do erário publico.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Víctor; COURTIS, Christian. El acceso a la información como derecho. **Anuario de Derecho a la Información**, v. 1, p. 137-159, 2000.

ABRUCIO, Fernando L.; LOUREIRO, Maria R. Finanças públicas, democracia e accountability: debate teórico e o caso brasileiro. **ARVATE, Paulo R.; BIDERMAN, Ciro. Economia do setor público no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier**, p. 75-102, 2004.

ANGÉLICO, Fabiano; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. Acesso à informação e ação comunicativa: novo trunfo para a gestão social. **Desenvolvimento em Questão**, v. 10, n. 21, p. 7-27, 2012.

ANTUNES, Chussy Karlla Souza; FREITAS, NMB. Ouvidoria: inter-relação entre o controle social e o controle interno. **I Seminário UFPE de Ciências Contábeis**, 2007.

BARBOSA, Alexandre Fernandes; FARIA, Fernando Inácio de; PINTO, Sólton Lemos. Governo eletrônico: um modelo de referência para a sua implementação. In: **Congresso Anual de Tecnologia de Informação–CATI**. 2004.

BEVIR, Mark. GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA: UMA GENEALOGIA¹. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 39, p. 103-114, 2011.

BOBBIO, Norberto. Teoria geral da política - a filosofia e as lições dos clássicos. Trad. Daniela Beccaccia Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BRAGA, L. V. *et al.* O papel do governo eletrônico no fortalecimento da governança do setor público. **Revista do Serviço Público**. Brasília, ano 59, n.1, p.05-21, jan./mar. 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000**. Lei de Responsabilidade Fiscal. Brasília: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2000.

BRASIL. **Lei Complementar nº 131, de 27 de Maio de 2009**. Lei da Transparência. Brasília: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2009.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Lei de Acesso à Informação. Brasília: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2011.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Cadernos MARE da Reforma do Estado, Brasília: MARE, 1997.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. São Paulo: FGV, 2006.

CAMPOS, Anna Maria. **Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português?** Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, FGV, v. 24, n.2, fev/abr. 1990.

CARDOSO, Regina Luna dos Santos & SANTOS, Luiz Alberto. **Avaliação de desempenho da ação governamental no Brasil: Problemas e Perspectivas**. XV Concurso de Ensayos del CLAD "Control y Evaluación del Desempeño Gubernamental". Caracas, 2001.

CASTELLS, Manuel. **Comunicación y poder**. Madrid: Alianza Editorial, 2009.

CENEVIVA, R.; FARAH, M. F. S. Democracia, avaliação e *accountability*: a avaliação de políticas públicas como instrumento de controle democrático. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, II, 2006, São Paulo. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2006.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração: teoria, processo e prática**. 2.ed. CONTROLADORIA-GERAL, DA UNIÃO. Política Brasileira de Acesso a Informações Públicas: garantia democrática do direito à informação, transparência e participação cidadã. 2010. 2012.

CORBARI, Ely Célia. **Accountability e Controle Social: Desafio à Construção da Cidadania**. Cadernos da Escola de Negócios da UniBrasil, Jan/Jun 2004. Disponível em: <<http://www.unibrasil.com.br/publicacoes/negocios/2/f.pdf>>. Acesso em: 25/04/2015.

DA SILVA, Cristiane G. **MECPC – Metodologia para Construção de Portais Corporativos**. 2008. 195 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação) – Centro de Informática, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

DA SILVA FIGUEIREDO, Vanuza; DOS SANTOS, Waldir Jorge Ladeira. Transparência e controle social na administração pública. **Temas de Administração Pública**, v. 8, n. 1, 2013.

DE OLIVEIRA, Rafael Santos; RAMINELLI, Francieli Puntel. O Direito ao Acesso à Informação na Construção da Democracia Participativa: uma análise da página do Conselho Nacional de Justiça no Facebook. **Revista Sequência**, v. 35, n. 69, 2014.

DE OLIVEIRA ZURRA, Rômulo Jose et al. E-legislative and Accountability: The Case of Brazil. **Mediterranean Journal of Social Sciences**, v. 4, n. 11, p. 590, 2013.

DE PAULA, Joelise Collyer Teixeira. **O processo de institucionalização da atividade de auditoria da controladoria geral do município de Fortaleza: uma análise sob a perspectiva da teoria institucional**. 2006. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, CE, Brasil.

DE PINHO, José Antonio Gomes; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. Accountability: já podemos traduzi-la para o português?. **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 6, p. 1343-1368, 2009.

DINIZ, E. H. et al. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 43 (1):23- 48, jan./fev. 2009.

DUBNICK, M. Accountability as a meta-problem. **Minnowbrook III, Lake Placid, NY, September**, p. 5-7, 2008.

ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. The Democracy Index 2010. Disponível em: <https://www.eiu.com/public/topical_report.aspx?campaignid=demo2010>. Acesso em: 6 jun. 2012.

FEU, Carlos Henrique. **Controle interno na Administração Pública: um eficaz instrumento de accountability**. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/4370/controle-interno-na-administracao-publica>> Acesso em 25/04/2015.

FILGUEIRAS, Fernando. Além da Transparência: Accountability e Política da Publicidade, Lua Nova, São Paulo, 84, p.65-94, 2011, p.71.

FREIRE, G. M. C. A.; SALES, T. S. **As Assembléias Legislativas Estaduais e a possibilidade de concretização da ciberdemocracia**. In: ENCONTRO NACIONAL DA CONPEDI, XIX, 2010, Fortaleza. **Anais...** Florianópolis: CONPEDI, 2010.

GARCIA, Thais Helena Bigliuzzi et al. A democracia na era do governo eletrônico. 2014.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. In: **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Editora Atlas, 6ª edição, São Paulo/SP, 2008.

GRUENBERG, Christian. Identificando posibles puntos de entrada para una alianza entre las estrategias de Derechos Humanos y Anti-Corrupción. **The International Council on Human Rights Policy**, p. 1-47, 2007.

HEIDEMANN, Francisco G & KISSLER, Leo. **Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade?** Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro. Maio/Jun. 2006

INTOSAI- **Diretrizes para as Normas de Controle Interno do Setor Público** Disponível em: <http://www.tce.ba.gov.br/files/publicacoes/serie_traducoes/intosai_dirtrizes_p_controle_interno.pdf> Acesso em 15-05-2015.

JAMBEIRO, O. *et al.* e-Governo, Participação e Transparência de Gestão. In: Conferência ACORN-REDECOM, V, 2011, **Anais...** Lima, 2011.

KAUARK, Fabiana; MANHÃES, Fernanda Castro; e MEDEIROS, Carlos Henrique. Metodologia da Pesquisa: Um Guia Prático. Via Literatum Editora, Itabuna/Bahia, 2010.

KLIKSBERG, Bernardo. **Como transformar o Estado: para além de mitos e dogmas.** Brasília: ENAP, 1992.

LAMY, Marcelo. Metodologia da Pesquisa Jurídica: técnicas de investigação, argumentação e redação. Elsevier Editora, Rio de Janeiro/RJ, 2011.

LEME, MURILO OLIVEIRA. Portal Corporativo de Gestão do Conhecimento em Projetos: Estudo de Caso em Empresa de Telecomunicações. 2005.

LÉVY, Pierre; LEMOS, André. Ciberdemocracia. São Paulo: 34, 2002. **Cibercultura. São Paulo**, v. 34, 1999.

LOPES, Francisco Cristiano; FREIRE, GMC de A. Governo eletrônico e accountability: avaliação da publicização das contas públicas dos estados brasileiros. Anais. XIX Encontro Nacional do CONPEDI, p. 7271-7283, 2010.

MARTINUZZO, A. J. Governo Eletrônico no Brasil: Paradigmas Políticos da Gênese. **Informática Pública**, Belo Horizonte, vol. 9 (2): 15-28, 2007.

MATIAS-PEREIRA, José. A governança corporativa aplicada no setor público brasileiro. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 2, n. 1, p. 109-134, 2010.

MATTEI, Rejane Esther Vieira. Accountability, Democracia e Cidadania Organizada: Uma Análise do Conceito de Accountability como Ferramenta de Controle e Transparência na Gestão Pública. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/accountability-democracia-e-cidadania-organizada-uma-analise-do-conceito-de-accountability-como-ferramenta-de-controle-e-transparencia-na-gestao-publica/35351/>>. Publicado em 3-09-2009. Acesso em: 15-05-2015

MATTEI, Rejane Esther Vieira. TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL E ACCOUNTABILITY NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ANÁLISE SOBRE AS CONTAS PÚBLICAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA (MPSC). Revista Direito e Política, v. 7, n. 3, p. 2489-2517, 2012.

MCGEE, Rosie; GAVENTA, John. **Shifting power? Assessing the impact of transparency and accountability initiatives.** IDS Working Papers, v. 2011, n. 383, p. 1-39, 2011.

MESSNER, Martin. The limits of accountability. **Accounting, Organizations and Society**, v. 34, n. 8, p. 918-938, 2009.

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito. Editora Saraiva, 5ª edição, São Paulo/SP, 2009.

MORIGI, Valdir Jose; VEIGA, Alexandre. ESFERA PÚBLICA INFORMACIONAL: os arquivos na construção da cidadania. **Informação & Sociedade**, v. 17, n. 2, 2007.

NETO, Orion Augusto Platt et al. Publicidade e transparência das contas públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 18, n. 1, p. 75-94, 2007.

PAES, Eneida Bastos. A influência internacional na construção do direito de acesso à informação no Brasil. 2012.

PEIXOTO, T.; WEGENAST, T. A. Democracia eletrônica no Brasil e no Mundo. **Revista do Legislativo**, Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Minas Gerais, n. 43, p. 152-165, jan. 2011.

PETERS, B. Guy. **Bureaucracy and democracy**. Public Organization Review, v. 10, n. 3, p. 209-222, 2010.

PERES-NETO, Luiz. Accountability, Transparência e a Comunicação Organizacional. In:XXIII Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Pará, mai 2014. Anais... Belém, 2014

PINHO, J A G. de. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 42(3):471-93, maio/jun. 2008.

PIRES, Maria Coeli Simões; COSTA, Mila Batista Leite Corrêa da; CORDEIRO, Caio Barros. Acesso à informação pública, responsabilidade estendida e novos desafios à luz do modelo de governança democrática. 2013.

POLLITT, Christopher; HUPE, Peter. Talking about government: The role of magic concepts. **Public Management Review**, v. 13, n. 5, p. 641-658, 2011.

PRADO, O. **Governo eletrônico e transparência**: a publicização das contas públicas das capitais brasileiras. 2004. 180 p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2004.

RAUPP, Fabiano Maury. **Construindo a accountability em Câmaras Municipais do Estado de Santa Catarina**: uma investigação nos portais eletrônicos. 2011. 193 f. Tese (Doutorado em Administração) – Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

RAUPP, Fabiano Maury; PINHO, José Antonio Gomes de. PRESTAÇÃO DE CONTAS NOS PORTAIS ELETRÔNICOS DE ASSEMBLEIAS LEGISLATIVAS: UM ESTUDO APÓS A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO. **Gestão & Planejamento-G&P**, v. 15, n. 1, 2014.

RIBEIRO, G. W. **Informação, aprendizagem e inovação nas Câmaras Municipais de Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2010.

RODRIGUES, Miriane Pires; BRAGA, Sérgio Soares. Efeitos da lei da transparência e da lei da informação na administração pública paranaense: o caso dos municípios de Curitiba, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu e Ponta Grossa. **Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico**, n. 8, 2013.

ROVER, Aires José. O governo eletrônico e a inclusão digital: duas faces da mesma moeda chamada democracia. **Inclusão digital e governo eletrônico**. Zaragoza: **Prensas Universitarias de Zaragoza, Lefis series**, v. 3, p. 9-34, 2008.

ROVER, Aires José; MEZZARROBA, Orides. NOVAS TECNOLOGIAS: o governo eletrônico na perspectiva da governança. **Org.) Vladimir Oliveira da Silveira e Orides Mezzaroba. Empresa, sustentabilidade e funcionalização do Direto**. São Paulo: **Editora Revista dos Tribunais**, 2011.

RUEDIGER, Marco Aurélio. Governança democrática na era da informação. **RAP**, p. 1257-1280, 2003.

SANTOS, E. M. **Desenvolvimento e implementação de padrões de interoperabilidade em governo eletrônico no Brasil**. 2008. 184f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SANTOS, G. S. O uso de meios eletrônicos no relacionamento do parlamentar com o cidadão nos municípios brasileiros. **Organização & Sociedade**, Salvador, v.12, n.35, p.69- 89, out./dez. 2005.

SANTOS, J. C. S. **Informação pública e participação política em rede: uma análise da governança eletrônica nos *websites* dos deputados do Estado da Bahia**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, 2011.

SANTOS, LA dos; CARDOSO, RL dos S. Avaliação de desempenho da ação governamental no Brasil: problemas e perspectivas. **Trabalho apresentado e vencedor do 1º Lugar no XV Concurso de Ensayos del CLAD “Control y Evaluación del Desempeño Gubernamental”**, Caracas, 2001.

SANTOS, Paloma Maria; BERNARDES, Mariele Berger; MEZZARROBA, Orides. E-democracia: possibilidades e a experiência brasileira frente aos novos sistemas. **Democracia eletrônica**. Zaragoza: **Prensas Universitarias**, p. 53-71, 2010.

SANTOS, Suani Alves et al. Avaliação de Disclosure Obrigatório de Informações Administrativas nos Portais de Transparência das Assembléias Legislativas da Região Norte. In: **IV Congresso Nacional de Administração e Ciências Contábeis-AdCont 2013**. 2014.

SCHARTZ, R. *Managing government-third sector collaboration: accountability, ambiguity, and politics*. International Journal of Public Administration. 2001.

SILVA, Sivaldo Pereira. Exigências democráticas e dimensões analíticas para a interface digital do Estado. **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, p. 123-146, 2011.

STIGLITZ, Joseph. Transparency in government. **The right to tell: The role of mass media in economic development**, p. 27-44, 2002.

TEJERA, Marta Helena Dornelles. Ciberdemocracia e movimento dos trabalhadores rurais sem terra: práticas comunicacionais no terreno da esfera pública virtual. 2012.

VIEIRA, Cleiton. **O controle interno nas câmaras municipais, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal**. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/bf_bancos/e0001565.pdf>. Publicado em 2008. Acesso em 15-05-2015.

ZEPEDA, Jesús Rodríguez. **Estado y transparencia: un paseo por la filosofía política**. Instituto Federal de Acceso a la Información Pública, 2004.

ZURRA, R. J. O.; CARVALHO, M. A. O E-Legislativo como ferramenta de transparência na administração pública brasileira. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNANÇA, III, 2008, Salvador. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Planilha de Mensuração e Análise dos Portais das 26 Assembleias Legislativas Estaduais do Brasil e da Câmara Legislativa do Distrito Federal (fls. 124 a 177).



	Requisitos	Descrição	Pesos			Resultado
			0	1	2	
1 FUNÇÃO ADMINISTRATIVA	Estrutura Orgânica	Disponibiliza o organograma da estrutura orgânica	0			40,00%
	Competências	Disponibiliza a descrição das atividades de cada unidade administrativa e os serviços que elas oferecem	0			
	Lista de servidores públicos	Disponibiliza a lista dos servidores públicos de todos os níveis hierárquicos e departamentos			0,227272	
	Remuneração dos servidores	Disponibiliza a remuneração mensal por cargo			0,227272	
	Objetivos e metas das unidades administrativas	Disponibiliza as metas e objetivos das unidades administrativas em conformidade com seus programas operacionais	0			
				0,454544		
2 CONTROLE INTERNO	Informações sobre bens materiais e Gestão Fiscal	Disponibiliza relatório periódico da gestão fiscal do Parlamento			0,227272	25,00%
		Disponibiliza informações relativas à alocação, guarda e condições dos veículos, espaços físicos, bens móveis e imóveis em geral e de todos os recursos materiais que dispõe o Parlamento.	0			
	Alocação de recursos financeiros	Disponibiliza informação sobre a aplicação e destino final dos recursos econômicos do Parlamento	0			
	Verba de Gabinete e indenizatória	Disponibiliza o total da verba de gabinete e indenizatória do parlamentar, assim como a especificação das despesas	0			
	Informe anual de transparência	Disponibiliza um informe público das atividades realizadas durante todo o ano	0			
	Resultados de Auditorias	Disponibiliza os resultados das auditorias internas	0			
	Denúncia contra deputado ou funcionário do Poder	Disponibiliza link de denúncia contra deputados ou funcionários do Poder direto para a Ouvidoria da Casa	0			
	Lei de Acesso a Informação (LAI)	Divulgação da execução orçamentária em tempo real em conformidade com as exigências da Lei 12527 Lei de acesso a Informação (LAI).			0,227272	
			0,454544			
3 TRABALHO LEGISLATIVO	Ordem do dia	Disponibiliza a ordem do dia das sessões plenárias	0			14,29%
	Gazeta Parlamentar	Dispõe de uma Gazeta Parlamentar eletrônica	0			
	Proposições	Disponibiliza acesso a proposições como: projetos de lei, decretos, requerimentos e indicações		0,113636		
	Votações nominais	Disponibiliza o registro do voto por cada legislador nos casos de criação de novas leis e reformas legais, assim como nos pontos de acordo, eleição da mesa diretora	0			
	Informações de viagens oficiais e recursos	Disponibiliza informações sobre a viagens oficiais que os legisladores realizam com o recursos do Parlamento	0			
	Canal Web (TV ou rádio Web)	Permite que o cidadão possa acompanhar as sessões plenárias pela TV ou rádio Web		0,113636		
	Frequência Parlamentar	Disponibiliza a frequência dos deputados	0			
			0,227272			

4 TRABALHO DAS COMISSÕES	Membros das Comissões	Disponibiliza a lista dos Membros das Comissões	0			0,00%
	Resultados de Investigações	Disponibiliza os resultados dos estudos ou investigações de natureza econômica, política e social que são realizados pelas Comissões	0			
	Informes das Comissões	Disponibiliza informes dos trabalhos realizados pelas comissões	0			
	Relatórios das Comissões	Identificar a formalização de relatórios sobre os trabalhos realizados, os resultados e desempenho das Comissões	0			
			0			
5 CONCESSÕES, PERMISSÕES E CONTRATOS	Concessões e permissões	Disponibiliza as concessões, permissões ou autorizações realizadas pela Casa.	0			41,67%
	Contratações	Disponibiliza informações de obras públicas, os bens adquiridos, arrendados e os serviços contratados		0,113636		
		Disponibiliza o valor dos contratos		0,113636		
		Disponibiliza o nome do contratado, da pessoa física ou jurídica com quem o contrato foi celebrado		0,113636		
		Disponibiliza os prazos de cumprimento dos contratos		0,113636		
		Disponibiliza o objeto contratual e suas alterações posteriores		0,113636		
			0,568180			
6 ARQUIVO HISTÓRICO E SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS	Arquivo histórico	Disponibiliza um arquivo histórico do Parlamento catalogados e classificados por tema, assim como a organização dos arquivos das unidades administrativas colocadas a disposição	0			0,00%
	Serviços de Biblioteca e Arquivo	Disponibiliza ao público a consulta on-line da biblioteca do Parlamento e do arquivo histórico	0			
	Trâmites e requisitos de acesso à Biblioteca e ao Arquivo	Disponibiliza os trâmites, requisitos e formatos para o uso da Biblioteca e do arquivo histórico	0			
			0			
7 CONTROLES EXTERNOS	Orçamento Geral do Estado	Disponibiliza em link específico para acessar o Orçamento Geral do Estado, assim como as alterações no decorrer da execução orçamentária		0,113636		25,00%
	Site de outros órgãos	Disponibiliza o endereço eletrônico dos órgãos onde deverão obter outras informações (TCE, TJE, Governo Estadual, Governo Federal, Senado, Câmara)		0,113636		
	Diário Oficial do Estado	Disponibiliza link de acesso ao Diário Oficial do Estado	0			
	Diário Oficial do Legislativo Eletrônico	Disponibiliza link do Diário Oficial da Assembleia Legislativa	0			
			0,227272			
8 CANAL DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	Canal de contato com o Parlamentar	Disponibiliza um canal de contato com os parlamentares, não só de caráter informativo de suas ações, projetos e leis, mas também para sugestões e dúvidas.	0			28,57%
	Perguntas e respostas	Disponibiliza os principais questionamentos encaminhados pela sociedade, assim como, suas respectivas respostas.	0			
	Canal de denúncias	Disponibiliza um canal específico para denúncias com acompanhamento das providências e resultados.	0			
	Formulário de Solicitação	Solicitação das informações exigidas pela Lei 12.527/2011 - Se existe um canal de comunicação com mecanismos e procedimentos para fins de atendimento das exigências da Lei de acesso a Informação (LAI).			0,227272	
	Sites das Câmaras Municipais	Disponibiliza um link no site da Assembleia com os sites de todas as Câmaras Legislativas do Estado, permitindo assim, a comunicação e integração dos cidadãos do interior do Estado.	0			
	Redes Sociais Institucional (Facebook, Twitter, entre outras)	Disponibiliza link das redes sociais institucionais do Poder Legislativo.			0,227272	
	Canal de Comunicação com as Comissões Permanentes e Temporárias	Canal de comunicação direto, individual e específico de cada Comissão Técnica Permanente e Temporária, o qual deve além de disponibilizar informações sobre os trabalhos que ela vem realizando	0			
			0,454544			
PONTUAÇÃO						21,82%

	Requisitos	Descrição	Pesos			Resultado
			0	1	2	
1 FUNÇÃO ADMINISTRATIVA	Estrutura Orgânica	Disponibiliza o organograma da estrutura orgânica	0			40%
	Competências	Disponibiliza a descrição das atividades de cada unidade administrativa e os serviços que elas oferecem	0			
	Lista de servidores públicos	Disponibiliza a lista dos servidores públicos de todos os níveis hierárquicos e departamentos			0,227272	
	Remuneração dos servidores	Disponibiliza a remuneração mensal por cargo			0,227272	
	Objetivos e metas das unidades administrativas	Disponibiliza as metas e objetivos das unidades administrativas em conformidade com seus programas operacionais	0			
				0,454544		
2 CONTROLE INTERNO	Informações sobre bens materiais e Gestão Fiscal	Disponibiliza relatório periódico da gestão fiscal do Parlamento			0,227272	50%
		Disponibiliza informações relativas à alocação, guarda e condições dos veículos, espaços físicos, bens móveis e imóveis em geral e de todos os recursos materiais que dispõe o Parlamento.	0			
	Alocação de recursos financeiros	Disponibiliza informação sobre a aplicação e destino final dos recursos econômicos do Parlamento			0,227272	
	Verba de Gabinete e indenizatória	Disponibiliza o total da verba de gabinete e indenizatória do parlamentar, assim como a especificação das despesas	0			
	Informe anual de transparência	Disponibiliza um informe público das atividades realizadas durante todo o ano	0			
	Resultados de Auditorias	Disponibiliza os resultados das auditorias internas	0			
	Denúncia contra deputado ou funcionário do Poder	Disponibiliza link de denúncia contra deputados ou funcionários do Poder direto para a Ouvidoria da Casa			0,227272	
	Lei de Acesso a Informação (LAI)	Divulgação da execução orçamentária em tempo real em conformidade com as exigências da Lei 12527 Lei de acesso a Informação (LAI).			0,227272	
			0,909088			
3 TRABALHO LEGISLATIVO	Ordem do dia	Disponibiliza a ordem do dia das sessões plenárias			0,227272	57,14%
	Gazeta Parlamentar	Dispõe de uma Gazeta Parlamentar eletrônica			0,227272	
	Proposições	Disponibiliza acesso a proposições como: projetos de lei, decretos, requerimentos e indicações			0,227272	
	Votações nominais	Disponibiliza o registro do voto por cada legislador nos casos de criação de novas leis e reformas legais, assim como nos pontos de acordo, eleição da mesa diretora	0			
	Informações de viagens oficiais e recursos	Disponibiliza informações sobre a viagens oficiais que os legisladores realizam com o recursos do Parlamento	0			
	Canal Web (TV ou rádio Web)	Permite que o cidadão possa acompanhar as sessões plenárias pela TV ou rádio Web			0,227272	
	Frequência Parlamentar	Disponibiliza a frequência dos deputados	0			
			0,909088			

4 TRABALHO DAS COMISSÕES	Membros das Comissões	Disponibiliza a lista dos Membros das Comissões			0,227272	50%
	Resultados de Investigações	Disponibiliza os resultados dos estudos ou investigações de natureza econômica, política e social que são realizados pelas Comissões	0			
	Informes das Comissões	Disponibiliza informes dos trabalhos realizados pelas comissões	0			
	Relatórios das Comissões	Identificar a formalização de relatórios sobre os trabalhos realizados, os resultado e desempenho das Comissões			0,227272	
			0,454544			
5 CONCESSÕES, PERMISSÕES E CONTRATOS	Concessões e permissões	Disponibiliza as concessões, permissões ou autorizações realizadas pela Casa.			0,227272	16,67%
	Contratações	Disponibiliza informações de obras públicas, os bens adquiridos, arrendados e os serviços contratados	0			
		Disponibiliza o valor dos contratos	0			
		Disponibiliza o nome do contratado, da pessoa física ou jurídica com quem o contrato foi celebrado	0			
		Disponibiliza os prazos de cumprimento dos contratos	0			
		Disponibiliza o objeto contratual e suas alterações posteriores	0			
			0,227272			
6 ARQUIVO HISTÓRICO E SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS	Arquivo histórico	Disponibiliza um arquivo histórico do Parlamento catalogados e classificados por tema, assim como a organização dos arquivos das unidades administrativas colocadas a disposição		0,113636		16,67%
	Serviços de Biblioteca e Arquivo	Disponibiliza ao público a consulta on-line da biblioteca do Parlamento e do arquivo histórico	0			
	Trâmites e requisitos de acesso à Biblioteca e ao Arquivo	Disponibiliza os trâmites, requisitos e formatos para o uso da Biblioteca e do arquivo histórico	0			
			0,113636			
7 CONTROLES EXTERNOS	Orçamento Geral do Estado	Disponibiliza em link específico para acessar o Orçamento Geral do Estado, assim como as alterações no decorrer da execução orçamentária			0,227272	75,01%
	Site de outros órgãos	Disponibiliza o endereço eletrônico dos órgãos onde deverão obter outras informações (TCE, TJE, Governo Estadual, Governo Federal, Senado, Câmara)			0,227272	
	Diário Oficial do Estado	Disponibiliza link de acesso ao Diário Oficial do Estado			0,227272	
	Diário Oficial do Legislativo Eletrônico	Disponibiliza link do Diário Oficial da Assembleia Legislativa	0			
			0,681816			
8 CANAL DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	Canal de contato com o Parlamentar	Disponibiliza um canal de contato com os parlamentares, não só de caráter informativo de suas ações, projetos e leis, mas também para sugestões e dúvidas.			0,227272	57,14%
	Perguntas e respostas	Disponibiliza os principais questionamentos encaminhados pela sociedade, assim como, suas respectivas respostas.	0			
	Canal de denúncias	Disponibiliza um canal específico para denúncias com acompanhamento das providências e resultados.			0,227272	
	Formulário de Solicitação	Solicitação das informações exigidas pela Lei 12.527/2011 - Se existe um canal de comunicação com mecanismos e procedimentos para fins de atendimento das exigências da Lei de acesso a Informação (LAI).			0,227272	
	Sites das Câmaras Municipais	Disponibiliza um link no site da Assembleia com os sites de todas as Câmaras Legislativas do Estado, permitindo assim, a comunicação e integração dos cidadãos do interior do Estado.	0			
	Redes Sociais Institucional (Facebook, Twitter, entre outras)	Disponibiliza link das redes sociais institucionais do Poder Legislativo.			0,227272	
	Canal de Comunicação com as Comissões Permanentes e Temporárias	Canal de comunicação direto, individual e específico de cada Comissão Técnica Permanente e Temporária, o qual deve além de disponibilizar informações sobre os trabalhos que ela vem realizando	0			
			0,909088			
PONTUAÇÃO						45,33%



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DO ESTADO DO
AMAZONAS**

	Requisitos	Descrição	Pesos			Resultado
			0	1	2	
1 FUNÇÃO ADMINISTRATIVA	Estrutura Orgânica	Disponibiliza o organograma da estrutura orgânica	0			40%
	Competências	Disponibiliza a descrição das atividades de cada unidade administrativa e os serviços que elas oferecem			0,227272	
	Lista de servidores públicos	Disponibiliza a lista dos servidores públicos de todos os níveis hierárquicos e departamentos	0			
	Remuneração dos servidores	Disponibiliza a remuneração mensal por cargo			0,227272	
	Objetivos e metas das unidades administrativas	Disponibiliza as metas e objetivos das unidades administrativas em conformidade com seus programas operacionais	0			
				0,454544		
2 CONTROLE INTERNO	Informações sobre bens materiais e Gestão Fiscal	Disponibiliza relatório periódico da gestão fiscal do Parlamento			0,227272	56,25%
		Disponibiliza informações relativas à alocação, guarda e condições dos veículos, espaços físicos, bens móveis e imóveis em geral e de todos os recursos materiais que dispõe o Parlamento.	0			
	Alocação de recursos financeiros	Disponibiliza informação sobre a aplicação e destino final dos recursos econômicos do Parlamento			0,227272	
	Verba de Gabinete e indenizatória	Disponibiliza o total da verba de gabinete e indenizatória do parlamentar, assim como a especificação das despesas		0,113636		
	Informe anual de transparência	Disponibiliza um informe público das atividades realizadas durante todo o ano	0			
	Resultados de Auditorias	Disponibiliza os resultados das auditorias internas	0			
	Denúncia contra deputado ou funcionário do Poder	Disponibiliza link de denúncia contra deputados ou funcionários do Poder direto para a Ouvidoria da Casa			0,227272	
	Lei de Acesso a Informação (LAI)	Divulgação da execução orçamentária em tempo real em conformidade com as exigências da Lei 12527 Lei de acesso a Informação (LAI).			0,227272	
			1,022724			
3 TRABALHO LEGISLATIVO	Ordem do dia	Disponibiliza a ordem do dia das sessões plenárias			0,227272	85,71%
	Gazeta Parlamentar	Dispõe de uma Gazeta Parlamentar eletrônica	0			
	Proposições	Disponibiliza acesso a proposições como: projetos de lei, decretos, requerimentos e indicações			0,227272	
	Votações nominais	Disponibiliza o registro do voto por cada legislador nos casos de criação de novas leis e reformas legais, assim como nos pontos de acordo, eleição da mesa diretora			0,227272	
	Informações de viagens oficiais e recursos	Disponibiliza informações sobre a viagens oficiais que os legisladores realizam com o recursos do Parlamento			0,227272	
	Canal Web (TV ou rádio Web)	Permite que o cidadão possa acompanhar as sessões plenárias pela TV ou rádio Web			0,227272	
	Frequência Parlamentar	Disponibiliza a frequência dos deputados			0,227272	
			1,363632			

4 TRABALHO DAS COMISSÕES	Membros das Comissões	Disponibiliza a lista dos Membros das Comissões			0,227272	75,01%
	Resultados de Investigações	Disponibiliza os resultados dos estudos ou investigações de natureza econômica, política e social que são realizados pelas Comissões	0			
	Informes das Comissões	Disponibiliza informes dos trabalhos realizados pelas comissões			0,227272	
	Relatórios das Comissões	Identificar a formalização de relatórios sobre os trabalhos realizados, os resultado e desempenho das Comissões			0,227272	
			0,681816			
5 CONCESSÕES, PERMISSÕES E CONTRATOS	Concessões e permissões	Disponibiliza as concessões, permissões ou autorizações realizadas pela Casa.		0,113636		50%
	Contratações	Disponibiliza informações de obras públicas, os bens adquiridos, arrendados e os serviços contratados		0,113636		
		Disponibiliza o valor dos contratos		0,113636		
		Disponibiliza o nome do contratado, da pessoa física ou jurídica com quem o contrato foi celebrado		0,113636		
		Disponibiliza os prazos de cumprimento dos contratos		0,113636		
		Disponibiliza o objeto contratual e suas alterações posteriores		0,113636		
			0,681816			
6 ARQUIVO HISTÓRICO E SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS	Arquivo histórico	Disponibiliza um arquivo histórico do Parlamento catalogados e classificados por tema, assim como a organização dos arquivos das unidades administrativas colocadas a disposição			0,227272	100%
	Serviços de Biblioteca e Arquivo	Disponibiliza ao público a consulta on-line da biblioteca do Parlamento e do arquivo histórico			0,227272	
	Trâmites e requisitos de acesso à Biblioteca e ao Arquivo	Disponibiliza os trâmites, requisitos e formatos para o uso da Biblioteca e do arquivo histórico			0,227272	
			0,681816			
7 CONTROLES EXTERNOS	Orçamento Geral do Estado	Disponibiliza em link específico para acessar o Orçamento Geral do Estado, assim como as alterações no decorrer da execução orçamentária			0,227272	100%
	Site de outros órgãos	Disponibiliza o endereço eletrônico dos órgãos onde deverão obter outras informações (TCE, TJE, Governo Estadual, Governo Federal, Senado, Câmara)			0,227272	
	Diário Oficial do Estado	Disponibiliza link de acesso ao Diário Oficial do Estado			0,227272	
	Diário Oficial do Legislativo Eletrônico	Disponibiliza link do Diário Oficial da Assembleia Legislativa			0,227272	
			0,909088			
8 CANAL DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	Canal de contato com o Parlamentar	Disponibiliza um canal de contato com os parlamentares, não só de caráter informativo de suas ações, projetos e leis, mas também para sugestões e dúvidas.			0,227272	100%
	Perguntas e respostas	Disponibiliza os principais questionamentos encaminhados pela sociedade, assim como, suas respectivas respostas.			0,227272	
	Canal de denúncias	Disponibiliza um canal específico para denúncias com acompanhamento das providências e resultados.			0,227272	
	Formulário de Solicitação	Solicitação das informações exigidas pela Lei 12.527/2011 - Se existe um canal de comunicação com mecanismos e procedimentos para fins de atendimento das exigências da Lei de acesso a Informação (LAI).			0,227272	
	Sites das Câmaras Municipais	Disponibiliza um link no site da Assembleia com os sites de todas as Câmaras Legislativas do Estado, permitindo assim, a comunicação e integração dos cidadãos do interior do Estado.			0,227272	
	Redes Sociais Institucional (Facebook, Twitter, entre outras)	Disponibiliza link das redes sociais institucionais do Poder Legislativo.			0,227272	
	Canal de Comunicação com as Comissões Permanentes e Temporárias	Canal de comunicação direto, individual e específico de cada Comissão Técnica Permanente e Temporária, o qual deve além de disponibilizar informações sobre os trabalhos que ela vem realizando			0,227272	
			1,590904			
PONTUAÇÃO						75,87%

	Requisitos	Descrição	Pesos			Resultado
			0	1	2	
1 FUNÇÃO ADMINISTRATIVA	Estrutura Orgânica	Disponibiliza o organograma da estrutura orgânica	0			40%
	Competências	Disponibiliza a descrição das atividades de cada unidade administrativa e os serviços que elas oferecem	0			
	Lista de servidores públicos	Disponibiliza a lista dos servidores públicos de todos os níveis hierárquicos e departamentos			0,227272	
	Remuneração dos servidores	Disponibiliza a remuneração mensal por cargo			0,227272	
	Objetivos e metas das unidades administrativas	Disponibiliza as metas e objetivos das unidades administrativas em conformidade com seus programas operacionais	0			
				0,454544		
2 CONTROLE INTERNO	Informações sobre bens materiais e Gestão Fiscal	Disponibiliza relatório periódico da gestão fiscal do Parlamento			0,227272	43,75%
		Disponibiliza informações relativas à alocação, guarda e condições dos veículos, espaços físicos, bens móveis e imóveis em geral e de todos os recursos materiais que dispõe o Parlamento.	0			
	Alocação de recursos financeiros	Disponibiliza informação sobre a aplicação e destino final dos recursos econômicos do Parlamento			0,227272	
	Verba de Gabinete e indenizatória	Disponibiliza o total da verba de gabinete e indenizatória do parlamentar, assim como a especificação das despesas		0,113636		
	Informe anual de transparência	Disponibiliza um informe público das atividades realizadas durante todo o ano	0			
	Resultados de Auditorias	Disponibiliza os resultados das auditorias internas	0			
	Denúncia contra deputado ou funcionário do Poder	Disponibiliza link de denúncia contra deputados ou funcionários do Poder direto para a Ouvidoria da Casa	0			
	Lei de Acesso a Informação (LAI)	Divulgação da execução orçamentária em tempo real em conformidade com as exigências da Lei 12527 Lei de acesso a Informação (LAI).			0,227272	
			0,795452			
3 TRABALHO LEGISLATIVO	Ordem do dia	Disponibiliza a ordem do dia das sessões plenárias			0,227272	64,29%
	Gazeta Parlamentar	Dispõe de uma Gazeta Parlamentar eletrônica		0,113636		
	Proposições	Disponibiliza acesso a proposições como: projetos de lei, decretos, requerimentos e indicações			0,227272	
	Votações nominais	Disponibiliza o registro do voto por cada legislador nos casos de criação de novas leis e reformas legais, assim como nos pontos de acordo, eleição da mesa diretora	0			
	Informações de viagens oficiais e recursos	Disponibiliza informações sobre a viagens oficiais que os legisladores realizam com o recursos do Parlamento			0,227272	
	Canal Web (TV ou rádio Web)	Permite que o cidadão possa acompanhar as sessões plenárias pela TV ou rádio Web			0,227272	
	Frequência Parlamentar	Disponibiliza a frequência dos deputados	0			
			1,022718			

4 TRABALHO DAS COMISSÕES	Membros das Comissões	Disponibiliza a lista dos Membros das Comissões			0,227272	25%
	Resultados de Investigações	Disponibiliza os resultados dos estudos ou investigações de natureza econômica, política e social que são realizados pelas Comissões	0			
	Informes das Comissões	Disponibiliza informes dos trabalhos realizados pelas comissões	0			
	Relatórios das Comissões	Identificar a formalização de relatórios sobre os trabalhos realizados, os resultado e desempenho das Comissões	0			
			0,227272			
5 CONCESSÕES, PERMISSÕES E CONTRATOS	Concessões e permissões	Disponibiliza as concessões, permissões ou autorizações realizadas pela Casa.			0,227272	100%
	Contratações	Disponibiliza informações de obras públicas, os bens adquiridos, arrendados e os serviços contratados			0,227272	
		Disponibiliza o valor dos contratos			0,227272	
		Disponibiliza o nome do contratado, da pessoa física ou jurídica com quem o contrato foi celebrado			0,227272	
		Disponibiliza os prazos de cumprimento dos contratos			0,227272	
		Disponibiliza o objeto contratual e suas alterações posteriores			0,227272	
			1,363632			
6 ARQUIVO HISTÓRICO E SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS	Arquivo histórico	Disponibiliza um arquivo histórico do Parlamento catalogados e classificados por tema, assim como a organização dos arquivos das unidades administrativas colocadas a disposição	0			0%
	Serviços de Biblioteca e Arquivo	Disponibiliza ao público a consulta on-line da biblioteca do Parlamento e do arquivo histórico	0			
	Trâmites e requisitos de acesso à Biblioteca e ao Arquivo	Disponibiliza os trâmites, requisitos e formatos para o uso da Biblioteca e do arquivo histórico	0			
			0			
7 CONTROLES EXTERNOS	Orçamento Geral do Estado	Disponibiliza em link específico para acessar o Orçamento Geral do Estado, assim como as alterações no decorrer da execução orçamentária	0			25%
	Site de outros órgãos	Disponibiliza o endereço eletrônico dos órgãos onde deverão obter outras informações (TCE, TJE, Governo Estadual, Governo Federal, Senado, Câmara)	0			
	Diário Oficial do Estado	Disponibiliza link de acesso ao Diário Oficial do Estado	0			
	Diário Oficial do Legislativo Eletrônico	Disponibiliza link do Diário Oficial da Assembleia Legislativa			0,227272	
			0,227272			
8 CANAL DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	Canal de contato com o Parlamentar	Disponibiliza um canal de contato com os parlamentares, não só de caráter informativo de suas ações, projetos e leis, mas também para sugestões e dúvidas.	0			42,86%
	Perguntas e respostas	Disponibiliza os principais questionamentos encaminhados pela sociedade, assim como, suas respectivas respostas.			0,227272	
	Canal de denúncias	Disponibiliza um canal específico para denúncias com acompanhamento das providências e resultados.			0,227272	
	Formulário de Solicitação	Solicitação das informações exigidas pela Lei 12.527/2011 - Se existe um canal de comunicação com mecanismos e procedimentos para fins de atendimento das exigências da Lei de acesso a Informação (LAI).			0,227272	
	Sites das Câmaras Municipais	Disponibiliza um link no site da Assembleia com os sites de todas as Câmaras Legislativas do Estado, permitindo assim, a comunicação e integração dos cidadãos do interior do Estado.	0			
	Redes Sociais Institucional (Facebook, Twitter, entre outras)	Disponibiliza link das redes sociais institucionais do Poder Legislativo.	0			
	Canal de Comunicação com as Comissões Permanentes e Temporárias	Canal de comunicação direto, individual e específico de cada Comissão Técnica Permanente e Temporária, o qual deve além de disponibilizar informações sobre os trabalhos que ela vem realizando	0			
			0,681816			
PONTUAÇÃO						42,61%

		CONTATO DOS DEPUTADOS		WEBMAIL		
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA						
1 FUNÇÃO ADMINISTRATIVA	Requisitos	Descrição	Pesos			Resultado
			0	1	2	
1 FUNÇÃO ADMINISTRATIVA	Estrutura Orgânica	Disponibiliza o organograma da estrutura orgânica			0,227272	60%
	Competências	Disponibiliza a descrição das atividades de cada unidade administrativa e os serviços que elas oferecem	0			
	Lista de servidores públicos	Disponibiliza a lista dos servidores públicos de todos os níveis hierárquicos e departamentos			0,227272	
	Remuneração dos servidores	Disponibiliza a remuneração mensal por cargo			0,227272	
	Objetivos e metas das unidades administrativas	Disponibiliza as metas e objetivos das unidades administrativas em conformidade com seus programas operacionais	0			
				0,681816		
2 CONTROLE INTERNO	Informações sobre bens materiais e Gestão Fiscal	Disponibiliza relatório periódico da gestão fiscal do Parlamento			0,227272	50%
		Disponibiliza informações relativas à alocação, guarda e condições dos veículos, espaços físicos, bens móveis e imóveis em geral e de todos os recursos materiais que dispõe o Parlamento.	0			
	Alocação de recursos financeiros	Disponibiliza informação sobre a aplicação e destino final dos recursos econômicos do Parlamento			0,227272	
	Verba de Gabinete e indenizatória	Disponibiliza o total da verba de gabinete e indenizatória do parlamentar, assim como a especificação das despesas	0			
	Informe anual de transparência	Disponibiliza um informe público das atividades realizadas durante todo o ano	0			
	Resultados de Auditorias	Disponibiliza os resultados das auditorias internas	0			
	Denúncia contra deputado ou funcionário do Poder	Disponibiliza link de denúncia contra deputados ou funcionários do Poder direto para a Ouvidoria da Casa			0,227272	
	Lei de Acesso a Informação (LAI)	Divulgação da execução orçamentária em tempo real em conformidade com as exigências da Lei 12527 Lei de acesso a Informação (LAI).			0,227272	
			0,909088			
3 TRABALHO LEGISLATIVO	Ordem do dia	Disponibiliza a ordem do dia das sessões plenárias			0,227272	57,14%
	Gazeta Parlamentar	Dispõe de uma Gazeta Parlamentar eletrônica	0			
	Proposições	Disponibiliza acesso a proposições como: projetos de lei, decretos, requerimentos e indicações			0,227272	
	Votações nominais	Disponibiliza o registro do voto por cada legislador nos casos de criação de novas leis e reformas legais, assim como nos pontos de acordo, eleição da mesa diretora	0			
	Informações de viagens oficiais e recursos	Disponibiliza informações sobre a viagens oficiais que os legisladores realizam com o recursos do Parlamento	0			
	Canal Web (TV ou rádio Web)	Permite que o cidadão possa acompanhar as sessões plenárias pela TV ou rádio Web			0,227272	
	Frequência Parlamentar	Disponibiliza a frequência dos deputados			0,227272	
			0,909088			

4 TRABALHO DAS COMISSÕES	Membros das Comissões	Disponibiliza a lista dos Membros das Comissões			0,227272	25%
	Resultados de Investigações	Disponibiliza os resultados dos estudos ou investigações de natureza econômica, política e social que são realizados pelas Comissões	0			
	Informes das Comissões	Disponibiliza informes dos trabalhos realizados pelas comissões	0			
	Relatórios das Comissões	Identificar a formalização de relatórios sobre os trabalhos realizados, os resultado e desempenho das Comissões	0		0,227272	
5 CONCESSÕES, PERMISSÕES E CONTRATOS	Concessões e permissões	Disponibiliza as concessões, permissões ou autorizações realizadas pela Casa.			0,227272	100%
	Contratações	Disponibiliza informações de obras públicas, os bens adquiridos, arrendados e os serviços contratados			0,227272	
		Disponibiliza o valor dos contratos			0,227272	
		Disponibiliza o nome do contratado, da pessoa física ou jurídica com quem o contrato foi celebrado			0,227272	
		Disponibiliza os prazos de cumprimento dos contratos			0,227272	
		Disponibiliza o objeto contratual e suas alterações posteriores			0,227272	
			1,363632			
6 ARQUIVO HISTÓRICO E SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS	Arquivo histórico	Disponibiliza um arquivo histórico do Parlamento catalogados e classificados por tema, assim como a organização dos arquivos das unidades administrativas colocadas a disposição	0			66,67%
	Serviços de Biblioteca e Arquivo	Disponibiliza ao público a consulta on-line da biblioteca do Parlamento e do arquivo histórico			0,227272	
	Trâmites e requisitos de acesso à Biblioteca e ao Arquivo	Disponibiliza os trâmites, requisitos e formatos para o uso da Biblioteca e do arquivo histórico			0,227272	
					0,544544	
7 CONTROLES EXTERNOS	Orçamento Geral do Estado	Disponibiliza em link específico para acessar o Orçamento Geral do Estado, assim como as alterações no decorrer da execução orçamentária			0,227272	75,01%
	Site de outros órgãos	Disponibiliza o endereço eletrônico dos órgãos onde deverão obter outras informações (TCE, TJE, Governo Estadual, Governo Federal, Senado, Câmara)			0,227272	
	Diário Oficial do Estado	Disponibiliza link de acesso ao Diário Oficial do Estado	0			
	Diário Oficial do Legislativo Eletrônico	Disponibiliza link do Diário Oficial da Assembleia Legislativa			0,227272	
					0,681816	
8 CANAL DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	Canal de contato com o Parlamentar	Disponibiliza um canal de contato com os parlamentares, não só de caráter informativo de suas ações, projetos e leis, mas também para sugestões e dúvidas.			0,227272	71,43%
	Perguntas e respostas	Disponibiliza os principais questionamentos encaminhados pela sociedade, assim como, suas respectivas respostas.	0			
	Canal de denúncias	Disponibiliza um canal específico para denúncias com acompanhamento das providências e resultados.			0,227272	
	Formulário de Solicitação	Solicitação das informações exigidas pela Lei 12.527/2011 - Se existe um canal de comunicação com mecanismos e procedimentos para fins de atendimento das exigências da Lei de acesso a Informação (LAI).			0,227272	
	Sites das Câmaras Municipais	Disponibiliza um link no site da Assembleia com os sites de todas as Câmaras Legislativas do Estado, permitindo assim, a comunicação e integração dos cidadãos do interior do Estado.			0,227272	
	Redes Sociais Institucional (Facebook, Twitter, entre outras)	Disponibiliza link das redes sociais institucionais do Poder Legislativo.	0			
	Canal de Comunicação com as Comissões Permanentes e Temporárias	Canal de comunicação direto, individual e específico de cada Comissão Técnica Permanente e Temporária, o qual deve além de disponibilizar informações sobre os trabalhos que ela vem realizando			0,227272	
					1,136360	
PONTUAÇÃO						63,16%

Fortaleza, 22 de Setembro de 2015


**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

Previsão do Tempo no Ceará



	Requisitos	Descrição	Pesos			Resultado
			0	1	2	
1 FUNÇÃO ADMINISTRATIVA	Estrutura Orgânica	Disponibiliza o organograma da estrutura orgânica	0			40%
	Competências	Disponibiliza a descrição das atividades de cada unidade administrativa e os serviços que elas oferecem	0			
	Lista de servidores públicos	Disponibiliza a lista dos servidores públicos de todos os níveis hierárquicos e departamentos			0,227272	
	Remuneração dos servidores	Disponibiliza a remuneração mensal por cargo			0,227272	
	Objetivos e metas das unidades administrativas	Disponibiliza as metas e objetivos das unidades administrativas em conformidade com seus programas operacionais	0			
				0,454544		
2 CONTROLE INTERNO	Informações sobre bens materiais e Gestão Fiscal	Disponibiliza relatório periódico da gestão fiscal do Parlamento			0,227272	68,75%
		Disponibiliza informações relativas à alocação, guarda e condições dos veículos, espaços físicos, bens móveis e imóveis em geral e de todos os recursos materiais que dispõe o Parlamento.	0			
	Alocação de recursos financeiros	Disponibiliza informação sobre a aplicação e destino final dos recursos econômicos do Parlamento			0,227272	
	Verba de Gabinete e indenizatória	Disponibiliza o total da verba de gabinete e indenizatória do parlamentar, assim como a especificação das despesas		0,113636		
	Informe anual de transparência	Disponibiliza um informe público das atividades realizadas durante todo o ano			0,227272	
	Resultados de Auditorias	Disponibiliza os resultados das auditorias internas	0			
	Denúncia contra deputado ou funcionário do Poder	Disponibiliza link de denúncia contra deputados ou funcionários do Poder direto para a Ouvidoria da Casa			0,227272	
	Lei de Acesso a Informação (LAI)	Divulgação da execução orçamentária em tempo real em conformidade com as exigências da Lei 12527 Lei de acesso a Informação (LAI).			0,227272	
			1,249996			
3 TRABALHO LEGISLATIVO	Ordem do dia	Disponibiliza a ordem do dia das sessões plenárias			0,227272	57,14%
	Gazeta Parlamentar	Dispõe de uma Gazeta Parlamentar eletrônica			0,227272	
	Proposições	Disponibiliza acesso a proposições como: projetos de lei, decretos, requerimentos e indicações			0,227272	
	Votações nominais	Disponibiliza o registro do voto por cada legislador nos casos de criação de novas leis e reformas legais, assim como nos pontos de acordo, eleição da mesa diretora	0			
	Informações de viagens oficiais e recursos	Disponibiliza informações sobre a viagens oficiais que os legisladores realizam com o recursos do Parlamento	0			
	Canal Web (TV ou rádio Web)	Permite que o cidadão possa acompanhar as sessões plenárias pela TV ou rádio Web			0,227272	
	Frequência Parlamentar	Disponibiliza a frequência dos deputados	0			
			0,909088			

4 TRABALHO DAS COMISSÕES	Membros das Comissões	Disponibiliza a lista dos Membros das Comissões			0,227272	75,01
	Resultados de Investigações	Disponibiliza os resultados dos estudos ou investigações de natureza econômica, política e social que são realizados pelas Comissões	0			
	Informes das Comissões	Disponibiliza informes dos trabalhos realizados pelas comissões			0,227272	
	Relatórios das Comissões	Identificar a formalização de relatórios sobre os trabalhos realizados, os resultado e desempenho das Comissões			0,227272	
			0,681816			
5 CONCESSÕES, PERMISSÕES E CONTRATOS	Concessões e permissões	Disponibiliza as concessões, permissões ou autorizações realizadas pela Casa.		0,113636		8,33%
	Contratações	Disponibiliza informações de obras públicas, os bens adquiridos, arrendados e os serviços contratados	0			
		Disponibiliza o valor dos contratos	0			
		Disponibiliza o nome do contratado, da pessoa física ou jurídica com quem o contrato foi celebrado	0			
		Disponibiliza os prazos de cumprimento dos contratos	0			
		Disponibiliza o objeto contratual e suas alterações posteriores	0			
			0,113636			
6 ARQUIVO HISTÓRICO E SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS	Arquivo histórico	Disponibiliza um arquivo histórico do Parlamento catalogados e classificados por tema, assim como a organização dos arquivos das unidades administrativas colocadas a disposição	0			66,67%
	Serviços de Biblioteca e Arquivo	Disponibiliza ao público a consulta on-line da biblioteca do Parlamento e do arquivo histórico			0,227272	
	Trâmites e requisitos de acesso à Biblioteca e ao Arquivo	Disponibiliza os trâmites, requisitos e formatos para o uso da Biblioteca e do arquivo histórico			0,227272	
			0,454544			
7 CONTROLES EXTERNOS	Orçamento Geral do Estado	Disponibiliza em link específico para acessar o Orçamento Geral do Estado, assim como as alterações no decorrer da execução orçamentária			0,227272	75,01%
	Site de outros órgãos	Disponibiliza o endereço eletrônico dos órgãos onde deverão obter outras informações (TCE, TJE, Governo Estadual, Governo Federal, Senado, Câmara)			0,227272	
	Diário Oficial do Estado	Disponibiliza link de acesso ao Diário Oficial do Estado			0,227272	
	Diário Oficial do Legislativo Eletrônico	Disponibiliza link do Diário Oficial da Assembleia Legislativa	0			
			0,681816			
8 CANAL DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	Canal de contato com o Parlamentar	Disponibiliza um canal de contato com os parlamentares, não só de caráter informativo de suas ações, projetos e leis, mas também para sugestões e dúvidas.			0,227272	57,14%
	Perguntas e respostas	Disponibiliza os principais questionamentos encaminhados pela sociedade, assim como, suas respectivas respostas.	0			
	Canal de denúncias	Disponibiliza um canal específico para denúncias com acompanhamento das providências e resultados.			0,227272	
	Formulário de Solicitação	Solicitação das informações exigidas pela Lei 12.527/2011 - Se existe um canal de comunicação com mecanismos e procedimentos para fins de atendimento das exigências da Lei de acesso a Informação (LAI).	0			
	Sites das Câmaras Municipais	Disponibiliza um link no site da Assembleia com os sites de todas as Câmaras Legislativas do Estado, permitindo assim, a comunicação e integração dos cidadãos do interior do Estado.	0			
	Redes Sociais Institucional (Facebook, Twitter, entre outras)	Disponibiliza link das redes sociais institucionais do Poder Legislativo.			0,227272	
	Canal de Comunicação com as Comissões Permanentes e Temporárias	Canal de comunicação direto, individual e específico de cada Comissão Técnica Permanente e Temporária, o qual deve além de disponibilizar informações sobre os trabalhos que ela vem realizando			0,227272	
			0,909088			
PONTUAÇÃO						56,01%

		Pesos			Resultado	
		0	1	2		
1 FUNÇÃO ADMINISTRATIVA	Requisitos	Descrição				
	Estrutura Orgânica	Disponibiliza o organograma da estrutura orgânica			0,227272	
	Competências	0			40%	
	Lista de servidores públicos	0				
	Remuneração dos servidores			0,227272		
	Objetivos e metas das unidades administrativas	0				
			0,454544			
2 CONTROLE INTERNO	Informações sobre bens materiais e Gestão Fiscal	Disponibiliza relatório periódico da gestão fiscal do Parlamento			0,227272	
		0			56,25%	
	Alocação de recursos financeiros	Disponibiliza informação sobre a aplicação e destino final dos recursos econômicos do Parlamento				0,227272
	Verba de Gabinete e indenizatória		0,113636			
	Informe anual de transparência	0				
	Resultados de Auditorias	0				
	Denúncia contra deputado ou funcionário do Poder			0,227272		
	Lei de Acesso a Informação (LAI)	Divulgação da execução orçamentária em tempo real em conformidade com as exigências da Lei 12527 Lei de acesso a Informação (LAI).				0,227272
			1,022724			
3 TRABALHO LEGISLATIVO	Ordem do dia	Disponibiliza a ordem do dia das sessões plenárias			0,227272	
	Gazeta Parlamentar	0			42,86%	
	Proposições	Disponibiliza acesso a proposições como: projetos de lei, decretos, requerimentos e indicações				0,227272
	Votações nominais	0				
	Informações de viagens oficiais e recursos	0				
	Canal Web (TV ou rádio Web)			0,227272		
	Frequência Parlamentar	0				
			0,681816			

4 TRABALHO DAS COMISSÕES	Membros das Comissões	Disponibiliza a lista dos Membros das Comissões			0,227272	50%
	Resultados de Investigações	Disponibiliza os resultados dos estudos ou investigações de natureza econômica, política e social que são realizados pelas Comissões	0			
	Informes das Comissões	Disponibiliza informes dos trabalhos realizados pelas comissões			0,227272	
	Relatórios das Comissões	Identificar a formalização de relatórios sobre os trabalhos realizados, os resultado e desempenho das Comissões	0			
5 CONCESSÕES, PERMISSÕES E CONTRATOS	Concessões e permissões	Disponibiliza as concessões, permissões ou autorizações realizadas pela Casa.			0,227272	100%
	Contratações	Disponibiliza informações de obras públicas, os bens adquiridos, arrendados e os serviços contratados			0,227272	
		Disponibiliza o valor dos contratos			0,227272	
		Disponibiliza o nome do contratado, da pessoa física ou jurídica com quem o contrato foi celebrado			0,227272	
		Disponibiliza os prazos de cumprimento dos contratos			0,227272	
		Disponibiliza o objeto contratual e suas alterações posteriores			0,227272	
6 ARQUIVO HISTÓRICO E SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS	Arquivo histórico	Disponibiliza um arquivo histórico do Parlamento catalogados e classificados por tema, assim como a organização dos arquivos das unidades administrativas colocadas a disposição			0,227272	100%
	Serviços de Biblioteca e Arquivo	Disponibiliza ao público a consulta on-line da biblioteca do Parlamento e do arquivo histórico			0,227272	
	Trâmites e requisitos de acesso à Biblioteca e ao Arquivo	Disponibiliza os trâmites, requisitos e formatos para o uso da Biblioteca e do arquivo histórico			0,227272	
7 CONTROLES EXTERNOS	Orçamento Geral do Estado	Disponibiliza em link específico para acessar o Orçamento Geral do Estado, assim como as alterações no decorrer da execução orçamentária	0			25%
	Site de outros órgãos	Disponibiliza o endereço eletrônico dos órgãos onde deverão obter outras informações (TCE, TJE, Governo Estadual, Governo Federal, Senado, Câmara)	0			
	Diário Oficial do Estado	Disponibiliza link de acesso ao Diário Oficial do Estado	0			
	Diário Oficial do Legislativo Eletrônico	Disponibiliza link do Diário Oficial da Assembleia Legislativa			0,227272	
8 CANAL DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	Canal de contato com o Parlamentar	Disponibiliza um canal de contato com os parlamentares, não só de caráter informativo de suas ações, projetos e leis, mas também para sugestões e dúvidas.			0,227272	64,29%
	Perguntas e respostas	Disponibiliza os principais questionamentos encaminhados pela sociedade, assim como, suas respectivas respostas.			0,227272	
	Canal de denúncias	Disponibiliza um canal específico para denúncias com acompanhamento das providências e resultados.			0,227272	
	Formulário de Solicitação	Solicitação das informações exigidas pela Lei 12.527/2011 - Se existe um canal de comunicação com mecanismos e procedimentos para fins de atendimento das exigências da Lei de acesso a Informação (LAI).	0			
	Sites das Câmaras Municipais	Disponibiliza um link no site da Assembleia com os sites de todas as Câmaras Legislativas do Estado, permitindo assim, a comunicação e integração dos cidadãos do interior do Estado.	0			
	Redes Sociais Institucional (Facebook, Twitter, entre outras)	Disponibiliza link das redes sociais institucionais do Poder Legislativo.		0,113636		
	Canal de Comunicação com as Comissões Permanentes e Temporárias	Canal de comunicação direto, individual e específico de cada Comissão Técnica Permanente e Temporária, o qual deve além de disponibilizar informações sobre os trabalhos que ela vem realizando			0,227272	
PONTUAÇÃO						59,80%



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO



1

	Requisitos	Descrição	Pesos			Resultado
			0	1	2	
1 FUNÇÃO ADMINISTRATIVA	Estrutura Orgânica	Disponibiliza o organograma da estrutura orgânica	0			40%
	Competências	Disponibiliza a descrição das atividades de cada unidade administrativa e os serviços que elas oferecem	0			
	Lista de servidores públicos	Disponibiliza a lista dos servidores públicos de todos os níveis hierárquicos e departamentos			0,227272	
	Remuneração dos servidores	Disponibiliza a remuneração mensal por cargo			0,227272	
	Objetivos e metas das unidades administrativas	Disponibiliza as metas e objetivos das unidades administrativas em conformidade com seus programas operacionais	0			
			0,454544			
2 CONTROLE INTERNO	Informações sobre bens materiais e Gestão Fiscal	Disponibiliza relatório periódico da gestão fiscal do Parlamento			0,227272	56,25%
		Disponibiliza informações relativas à alocação, guarda e condições dos veículos, espaços físicos, bens móveis e imóveis em geral e de todos os recursos materiais que dispõe o Parlamento.	0			
	Alocação de recursos financeiros	Disponibiliza informação sobre a aplicação e destino final dos recursos econômicos do Parlamento			0,227272	
	Verba de Gabinete e indenizatória	Disponibiliza o total da verba de gabinete e indenizatória do parlamentar, assim como a especificação das despesas		0,113636		
	Informe anual de transparência	Disponibiliza um informe público das atividades realizadas durante todo o ano	0			
	Resultados de Auditorias	Disponibiliza os resultados das auditorias internas	0			
	Denúncia contra deputado ou funcionário do Poder	Disponibiliza link de denúncia contra deputados ou funcionários do Poder direto para a Ouvidoria da Casa			0,227272	
	Lei de Acesso a Informação (LAI)	Divulgação da execução orçamentária em tempo real em conformidade com as exigências da Lei 12527 Lei de acesso a Informação (LAI).			0,227272	
			1,022724			
3 TRABALHO LEGISLATIVO	Ordem do dia	Disponibiliza a ordem do dia das sessões plenárias			0,227272	71,43%
	Gazeta Parlamentar	Dispõe de uma Gazeta Parlamentar eletrônica	0			
	Proposições	Disponibiliza acesso a proposições como: projetos de lei, decretos, requerimentos e indicações			0,227272	
	Votações nominais	Disponibiliza o registro do voto por cada legislador nos casos de criação de novas leis e reformas legais, assim como nos pontos de acordo, eleição da mesa diretora	0			
	Informações de viagens oficiais e recursos	Disponibiliza informações sobre a viagens oficiais que os legisladores realizam com o recursos do Parlamento			0,227272	
	Canal Web (TV ou rádio Web)	Permite que o cidadão possa acompanhar as sessões plenárias pela TV ou rádio Web			0,227272	
	Frequência Parlamentar	Disponibiliza a frequência dos deputados			0,227272	
			1,13636			

4 TRABALHO DAS COMISSÕES	Membros das Comissões	Disponibiliza a lista dos Membros das Comissões			0,227272	25%
	Resultados de Investigações	Disponibiliza os resultados dos estudos ou investigações de natureza econômica, política e social que são realizados pelas Comissões	0			
	Informes das Comissões	Disponibiliza informes dos trabalhos realizados pelas comissões	0			
	Relatórios das Comissões	Identificar a formalização de relatórios sobre os trabalhos realizados, os resultado e desempenho das Comissões	0			
			0,227272			
5 CONCESSÕES, PERMISSÕES E CONTRATOS	Concessões e permissões	Disponibiliza as concessões, permissões ou autorizações realizadas pela Casa.			0,227272	100%
	Contratações	Disponibiliza informações de obras públicas, os bens adquiridos, arrendados e os serviços contratados			0,227272	
		Disponibiliza o valor dos contratos			0,227272	
		Disponibiliza o nome do contratado, da pessoa física ou jurídica com quem o contrato foi celebrado			0,227272	
		Disponibiliza os prazos de cumprimento dos contratos			0,227272	
		Disponibiliza o objeto contratual e suas alterações posteriores			0,227272	
			1,363632			
6 ARQUIVO HISTÓRICO E SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS	Arquivo histórico	Disponibiliza um arquivo histórico do Parlamento catalogados e classificados por tema, assim como a organização dos arquivos das unidades administrativas colocadas a disposição		0,113636		83,34%
	Serviços de Biblioteca e Arquivo	Disponibiliza ao público a consulta on-line da biblioteca do Parlamento e do arquivo histórico			0,227272	
	Trâmites e requisitos de acesso à Biblioteca e ao Arquivo	Disponibiliza os trâmites, requisitos e formatos para o uso da Biblioteca e do arquivo histórico			0,227272	
			0,568180			
7 CONTROLES EXTERNOS	Orçamento Geral do Estado	Disponibiliza em link específico para acessar o Orçamento Geral do Estado, assim como as alterações no decorrer da execução orçamentária			0,227272	100%
	Site de outros órgãos	Disponibiliza o endereço eletrônico dos órgãos onde deverão obter outras informações (TCE, TJE, Governo Estadual, Governo Federal, Senado, Câmara)			0,227272	
	Diário Oficial do Estado	Disponibiliza link de acesso ao Diário Oficial do Estado			0,227272	
	Diário Oficial do Legislativo Eletrônico	Disponibiliza link do Diário Oficial da Assembleia Legislativa			0,227272	
			0,681816			
8 CANAL DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	Canal de contato com o Parlamentar	Disponibiliza um canal de contato com os parlamentares, não só de caráter informativo de suas ações, projetos e leis, mas também para sugestões e dúvidas.			0,227272	42,86%
	Perguntas e respostas	Disponibiliza os principais questionamentos encaminhados pela sociedade, assim como, suas respectivas respostas.	0			
	Canal de denúncias	Disponibiliza um canal específico para denúncias com acompanhamento das providências e resultados.			0,227272	
	Formulário de Solicitação	Solicitação das informações exigidas pela Lei 12.527/2011 - Se existe um canal de comunicação com mecanismos e procedimentos para fins de atendimento das exigências da Lei de acesso a Informação (LAI).	0			
	Sites das Câmaras Municipais	Disponibiliza um link no site da Assembleia com os sites de todas as Câmaras Legislativas do Estado, permitindo assim, a comunicação e integração dos cidadãos do interior do Estado.	0			
	Redes Sociais Institucional (Facebook, Twitter, entre outras)	Disponibiliza link das redes sociais institucionais do Poder Legislativo.			0,227272	
	Canal de Comunicação com as Comissões Permanentes e Temporárias	Canal de comunicação direto, individual e específico de cada Comissão Técnica Permanente e Temporária, o qual deve além de disponibilizar informações sobre os trabalhos que ela vem realizando	0			
			0,681816			
PONTUAÇÃO						64,86%



	Requisitos	Descrição	Pesos			Resultado
			0	1	2	
1 FUNÇÃO ADMINISTRATIVA	Estrutura Orgânica	Disponibiliza o organograma da estrutura orgânica			0,227272	80%
	Competências	Disponibiliza a descrição das atividades de cada unidade administrativa e os serviços que elas oferecem			0,227272	
	Lista de servidores públicos	Disponibiliza a lista dos servidores públicos de todos os níveis hierárquicos e departamentos			0,227272	
	Remuneração dos servidores	Disponibiliza a remuneração mensal por cargo			0,227272	
	Objetivos e metas das unidades administrativas	Disponibiliza as metas e objetivos das unidades administrativas em conformidade com seus programas operacionais	0			
				0,909088		
2 CONTROLE INTERNO	Informações sobre bens materiais e Gestão Fiscal	Disponibiliza relatório periódico da gestão fiscal do Parlamento			0,227272	56,25%
		Disponibiliza informações relativas à alocação, guarda e condições dos veículos, espaços físicos, bens móveis e imóveis em geral e de todos os recursos materiais que dispõe o Parlamento.	0			
	Alocação de recursos financeiros	Disponibiliza informação sobre a aplicação e destino final dos recursos econômicos do Parlamento			0,227272	
	Verba de Gabinete e indenizatória	Disponibiliza o total da verba de gabinete e indenizatória do parlamentar, assim como a especificação das despesas		0,113636		
	Informe anual de transparência	Disponibiliza um informe público das atividades realizadas durante todo o ano	0			
	Resultados de Auditorias	Disponibiliza os resultados das auditorias internas	0			
	Denúncia contra deputado ou funcionário do Poder	Disponibiliza link de denúncia contra deputados ou funcionários do Poder direto para a Ouvidoria da Casa			0,227272	
	Lei de Acesso a Informação (LAI)	Divulgação da execução orçamentária em tempo real em conformidade com as exigências da Lei 12527 Lei de acesso a Informação (LAI).			0,227272	
			1,022724			
3 TRABALHO LEGISLATIVO	Ordem do dia	Disponibiliza a ordem do dia das sessões plenárias			0,227272	64,29%
	Gazeta Parlamentar	Dispõe de uma Gazeta Parlamentar eletrônica	0			
	Proposições	Disponibiliza acesso a proposições como: projetos de lei, decretos, requerimentos e indicações		0,113636		
	Votações nominais	Disponibiliza o registro do voto por cada legislador nos casos de criação de novas leis e reformas legais, assim como nos pontos de acordo, eleição da mesa diretora	0			
	Informações de viagens oficiais e recursos	Disponibiliza informações sobre a viagens oficiais que os legisladores realizam com o recursos do Parlamento			0,227272	
	Canal Web (TV ou rádio Web)	Permite que o cidadão possa acompanhar as sessões plenárias pela TV ou rádio Web			0,227272	
	Frequência Parlamentar	Disponibiliza a frequência dos deputados			0,227272	
			1,022724			

4 TRABALHO DAS COMISSÕES	Membros das Comissões	Disponibiliza a lista dos Membros das Comissões			0,227272	75,01%
	Resultados de Investigações	Disponibiliza os resultados dos estudos ou investigações de natureza econômica, política e social que são realizados pelas Comissões	0			
	Informes das Comissões	Disponibiliza informes dos trabalhos realizados pelas comissões			0,227272	
	Relatórios das Comissões	Identificar a formalização de relatórios sobre os trabalhos realizados, os resultado e desempenho das Comissões			0,227272	
			0,681816			
5 CONCESSÕES, PERMISSÕES E CONTRATOS	Concessões e permissões	Disponibiliza as concessões, permissões ou autorizações realizadas pela Casa.			0,227272	100%
	Contratações	Disponibiliza informações de obras públicas, os bens adquiridos, arrendados e os serviços contratados			0,227272	
		Disponibiliza o valor dos contratos			0,227272	
		Disponibiliza o nome do contratado, da pessoa física ou jurídica com quem o contrato foi celebrado			0,227272	
		Disponibiliza os prazos de cumprimento dos contratos			0,227272	
		Disponibiliza o objeto contratual e suas alterações posteriores			0,227272	
			1,363632			
6 ARQUIVO HISTÓRICO E SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS	Arquivo histórico	Disponibiliza um arquivo histórico do Parlamento catalogados e classificados por tema, assim como a organização dos arquivos das unidades administrativas colocadas a disposição			0	0%
	Serviços de Biblioteca e Arquivo	Disponibiliza ao público a consulta on-line da biblioteca do Parlamento e do arquivo histórico			0	
	Trâmites e requisitos de acesso à Biblioteca e ao Arquivo	Disponibiliza os trâmites, requisitos e formatos para o uso da Biblioteca e do arquivo histórico			0	
			0			
7 CONTROLES EXTERNOS	Orçamento Geral do Estado	Disponibiliza em link específico para acessar o Orçamento Geral do Estado, assim como as alterações no decorrer da execução orçamentária	0			50%
	Site de outros órgãos	Disponibiliza o endereço eletrônico dos órgãos onde deverão obter outras informações (TCE, TJE, Governo Estadual, Governo Federal, Senado, Câmara)			0,227272	
	Diário Oficial do Estado	Disponibiliza link de acesso ao Diário Oficial do Estado	0			
	Diário Oficial do Legislativo Eletrônico	Disponibiliza link do Diário Oficial da Assembleia Legislativa			0,227272	
			0,454544			
8 CANAL DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	Canal de contato com o Parlamentar	Disponibiliza um canal de contato com os parlamentares, não só de caráter informativo de suas ações, projetos e leis, mas também para sugestões e dúvidas.			0,227272	100%
	Perguntas e respostas	Disponibiliza os principais questionamentos encaminhados pela sociedade, assim como, suas respectivas respostas.			0,227272	
	Canal de denúncias	Disponibiliza um canal específico para denúncias com acompanhamento das providências e resultados.			0,227272	
	Formulário de Solicitação	Solicitação das informações exigidas pela Lei 12.527/2011 - Se existe um canal de comunicação com mecanismos e procedimentos para fins de atendimento das exigências da Lei de acesso a Informação (LAI).			0,227272	
	Sites das Câmaras Municipais	Disponibiliza um link no site da Assembleia com os sites de todas as Câmaras Legislativas do Estado, permitindo assim, a comunicação e integração dos cidadãos do interior do Estado.			0,227272	
	Redes Sociais Institucional (Facebook, Twitter, entre outras)	Disponibiliza link das redes sociais institucionais do Poder Legislativo.			0,227272	
	Canal de Comunicação com as Comissões Permanentes e Temporárias	Canal de comunicação direto, individual e específico de cada Comissão Técnica Permanente e Temporária, o qual deve além de disponibilizar informações sobre os trabalhos que ela vem realizando			0,227272	
			1,590904			
PONTUAÇÃO						65,69%

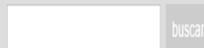
		Pesos			Resultado
		0	1	2	
1 FUNÇÃO ADMINISTRATIVA	Requisitos	Descrição			
	Estrutura Orgânica	Disponibiliza o organograma da estrutura orgânica			0,227272
	Competências	0			
	Lista de servidores públicos	Disponibiliza a lista dos servidores públicos de todos os níveis hierárquicos e departamentos			0,227272
	Remuneração dos servidores	Disponibiliza a remuneração mensal por cargo			0,227272
	Objetivos e metas das unidades administrativas	Disponibiliza as metas e objetivos das unidades administrativas em conformidade com seus programas operacionais			0,227272
		0,909088			80%
2 CONTROLE INTERNO	Informações sobre bens materiais e Gestão Fiscal	Disponibiliza relatório periódico da gestão fiscal do Parlamento			0,227272
		0			
	Alocação de recursos financeiros	Disponibiliza informação sobre a aplicação e destino final dos recursos econômicos do Parlamento			0,227272
	Verba de Gabinete e indenizatória	0			
	Informe anual de transparência	0			
	Resultados de Auditorias	0			
	Denúncia contra deputado ou funcionário do Poder	Disponibiliza link de denúncia contra deputados ou funcionários do Poder direto para a Ouvidoria da Casa			0,227272
	Lei de Acesso a Informação (LAI)	Divulgação da execução orçamentária em tempo real em conformidade com as exigências da Lei 12527 Lei de acesso a Informação (LAI).			0,227272
		0,909088			50%
3 TRABALHO LEGISLATIVO	Ordem do dia	Disponibiliza a ordem do dia das sessões plenárias			0,227272
	Gazeta Parlamentar	Dispõe de uma Gazeta Parlamentar eletrônica			0,227272
	Proposições	Disponibiliza acesso a proposições como: projetos de lei, decretos, requerimentos e indicações			0,227272
	Votações nominais	0			
	Informações de viagens oficiais e recursos	Disponibiliza informações sobre a viagens oficiais que os legisladores realizam com o recursos do Parlamento			0,227272
	Canal Web (TV ou rádio Web)	Permite que o cidadão possa acompanhar as sessões plenárias pela TV ou rádio Web			0,227272
	Frequência Parlamentar	Disponibiliza a frequência dos deputados			0,227272
		1,363632			

4 TRABALHO DAS COMISSÕES	Membros das Comissões	Disponibiliza a lista dos Membros das Comissões			0,227272	25%
	Resultados de Investigações	Disponibiliza os resultados dos estudos ou investigações de natureza econômica, política e social que são realizados pelas Comissões	0			
	Informes das Comissões	Disponibiliza informes dos trabalhos realizados pelas comissões	0			
	Relatórios das Comissões	Identificar a formalização de relatórios sobre os trabalhos realizados, os resultado e desempenho das Comissões	0		0,227272	
5 CONCESSÕES, PERMISSÕES E CONTRATOS	Concessões e permissões	Disponibiliza as concessões, permissões ou autorizações realizadas pela Casa.			0,227272	83,34%
	Contratações	Disponibiliza informações de obras públicas, os bens adquiridos, arrendados e os serviços contratados			0,227272	
		Disponibiliza o valor dos contratos	0			
		Disponibiliza o nome do contratado, da pessoa física ou jurídica com quem o contrato foi celebrado			0,227272	
		Disponibiliza os prazos de cumprimento dos contratos			0,227272	
		Disponibiliza o objeto contratual e suas alterações posteriores			0,227272	
				1,13636		
6 ARQUIVO HISTÓRICO E SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS	Arquivo histórico	Disponibiliza um arquivo histórico do Parlamento catalogados e classificados por tema, assim como a organização dos arquivos das unidades administrativas colocadas a disposição		0,113636		33,33%
	Serviços de Biblioteca e Arquivo	Disponibiliza ao público a consulta on-line da biblioteca do Parlamento e do arquivo histórico	0			
	Trâmites e requisitos de acesso à Biblioteca e ao Arquivo	Disponibiliza os trâmites, requisitos e formatos para o uso da Biblioteca e do arquivo histórico		0,113636		
					0,227272	
7 CONTROLES EXTERNOS	Orçamento Geral do Estado	Disponibiliza em link específico para acessar o Orçamento Geral do Estado, assim como as alterações no decorrer da execução orçamentária	0			25%
	Site de outros órgãos	Disponibiliza o endereço eletrônico dos órgãos onde deverão obter outras informações (TCE, TJE, Governo Estadual, Governo Federal, Senado, Câmara)	0			
	Diário Oficial do Estado	Disponibiliza link de acesso ao Diário Oficial do Estado			0,227272	
	Diário Oficial do Legislativo Eletrônico	Disponibiliza link do Diário Oficial da Assembleia Legislativa	0		0,227272	
8 CANAL DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	Canal de contato com o Parlamentar	Disponibiliza um canal de contato com os parlamentares, não só de caráter informativo de suas ações, projetos e leis, mas também para sugestões e dúvidas.			0,227272	71,43%
	Perguntas e respostas	Disponibiliza os principais questionamentos encaminhados pela sociedade, assim como, suas respectivas respostas.			0,227272	
	Canal de denúncias	Disponibiliza um canal específico para denúncias com acompanhamento das providências e resultados.			0,227272	
	Formulário de Solicitação	Solicitação das informações exigidas pela Lei 12.527/2011 - Se existe um canal de comunicação com mecanismos e procedimentos para fins de atendimento das exigências da Lei de acesso a Informação (LAI).			0,227272	
	Sites das Câmaras Municipais	Disponibiliza um link no site da Assembleia com os sites de todas as Câmaras Legislativas do Estado, permitindo assim, a comunicação e integração dos cidadãos do interior do Estado.	0			
	Redes Sociais Institucional (Facebook, Twitter, entre outras)	Disponibiliza link das redes sociais institucionais do Poder Legislativo.			0,227272	
	Canal de Comunicação com as Comissões Permanentes e Temporárias	Canal de comunicação direto, individual e específico de cada Comissão Técnica Permanente e Temporária, o qual deve além de disponibilizar informações sobre os trabalhos que ela vem realizando	0			
					1,13636	
PONTUAÇÃO						56,73%



	Requisitos	Descrição	Pesos			Resultado
			0	1	2	
1 FUNÇÃO ADMINISTRATIVA	Estrutura Orgânica	Disponibiliza o organograma da estrutura orgânica			0,227272	60%
	Competências	Disponibiliza a descrição das atividades de cada unidade administrativa e os serviços que elas oferecem	0			
	Lista de servidores públicos	Disponibiliza a lista dos servidores públicos de todos os níveis hierárquicos e departamentos			0,227272	
	Remuneração dos servidores	Disponibiliza a remuneração mensal por cargo			0,227272	
	Objetivos e metas das unidades administrativas	Disponibiliza as metas e objetivos das unidades administrativas em conformidade com seus programas operacionais	0			
				0,681816		
2 CONTROLE INTERNO	Informações sobre bens materiais e Gestão Fiscal	Disponibiliza relatório periódico da gestão fiscal do Parlamento			0,227272	18,75%
		Disponibiliza informações relativas à alocação, guarda e condições dos veículos, espaços físicos, bens móveis e imóveis em geral e de todos os recursos materiais que dispõe o Parlamento.	0			
	Alocação de recursos financeiros	Disponibiliza informação sobre a aplicação e destino final dos recursos econômicos do Parlamento	0			
	Verba de Gabinete e indenizatória	Disponibiliza o total da verba de gabinete e indenizatória do parlamentar, assim como a especificação das despesas		0,113636		
	Informe anual de transparência	Disponibiliza um informe público das atividades realizadas durante todo o ano	0			
	Resultados de Auditorias	Disponibiliza os resultados das auditorias internas	0			
	Denúncia contra deputado ou funcionário do Poder	Disponibiliza link de denúncia contra deputados ou funcionários do Poder direto para a Ouvidoria da Casa	0			
	Lei de Acesso a Informação (LAI)	Divulgação da execução orçamentária em tempo real em conformidade com as exigências da Lei 12527 Lei de acesso a Informação (LAI).	0			
			0,340908			
3 TRABALHO LEGISLATIVO	Ordem do dia	Disponibiliza a ordem do dia das sessões plenárias			0,227272	42,86%
	Gazeta Parlamentar	Dispõe de uma Gazeta Parlamentar eletrônica	0			
	Proposições	Disponibiliza acesso a proposições como: projetos de lei, decretos, requerimentos e indicações			0,227272	
	Votações nominais	Disponibiliza o registro do voto por cada legislador nos casos de criação de novas leis e reformas legais, assim como nos pontos de acordo, eleição da mesa diretora	0			
	Informações de viagens oficiais e recursos	Disponibiliza informações sobre a viagens oficiais que os legisladores realizam com o recursos do Parlamento	0			
	Canal Web (TV ou rádio Web)	Permite que o cidadão possa acompanhar as sessões plenárias pela TV ou rádio Web			0,227272	
	Frequência Parlamentar	Disponibiliza a frequência dos deputados	0			
			0,681816			

4 TRABALHO DAS COMISSÕES	Membros das Comissões	Disponibiliza a lista dos Membros das Comissões			0,227272	75,01%
	Resultados de Investigações	Disponibiliza os resultados dos estudos ou investigações de natureza econômica, política e social que são realizados pelas Comissões	0			
	Informes das Comissões	Disponibiliza informes dos trabalhos realizados pelas comissões			0,227272	
	Relatórios das Comissões	Identificar a formalização de relatórios sobre os trabalhos realizados, os resultado e desempenho das Comissões			0,227272	
			0,681816			
5 CONCESSÕES, PERMISSÕES E CONTRATOS	Concessões e permissões	Disponibiliza as concessões, permissões ou autorizações realizadas pela Casa.		0,113636		83,34%
	Contratações	Disponibiliza informações de obras públicas, os bens adquiridos, arrendados e os serviços contratados		0,113636		
		Disponibiliza o valor dos contratos			0,227272	
		Disponibiliza o nome do contratado, da pessoa física ou jurídica com quem o contrato foi celebrado			0,227272	
		Disponibiliza os prazos de cumprimento dos contratos			0,227272	
		Disponibiliza o objeto contratual e suas alterações posteriores			0,227272	
			1,13636			
6 ARQUIVO HISTÓRICO E SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS	Arquivo histórico	Disponibiliza um arquivo histórico do Parlamento catalogados e classificados por tema, assim como a organização dos arquivos das unidades administrativas colocadas a disposição	0			33,33%
	Serviços de Biblioteca e Arquivo	Disponibiliza ao público a consulta on-line da biblioteca do Parlamento e do arquivo histórico	0			
	Trâmites e requisitos de acesso à Biblioteca e ao Arquivo	Disponibiliza os trâmites, requisitos e formatos para o uso da Biblioteca e do arquivo histórico			0,227272	
			0,227272			
7 CONTROLES EXTERNOS	Orçamento Geral do Estado	Disponibiliza em link específico para acessar o Orçamento Geral do Estado, assim como as alterações no decorrer da execução orçamentária	0			75,01%
	Site de outros órgãos	Disponibiliza o endereço eletrônico dos órgãos onde deverão obter outras informações (TCE, TJE, Governo Estadual, Governo Federal, Senado, Câmara)			0,227272	
	Diário Oficial do Estado	Disponibiliza link de acesso ao Diário Oficial do Estado			0,227272	
	Diário Oficial do Legislativo Eletrônico	Disponibiliza link do Diário Oficial da Assembleia Legislativa			0,227272	
8 CANAL DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	Canal de contato com o Parlamentar	Disponibiliza um canal de contato com os parlamentares, não só de caráter informativo de suas ações, projetos e leis, mas também para sugestões e dúvidas.			0,227272	50%
	Perguntas e respostas	Disponibiliza os principais questionamentos encaminhados pela sociedade, assim como, suas respectivas respostas.	0			
	Canal de denúncias	Disponibiliza um canal específico para denúncias com acompanhamento das providências e resultados.	0			
	Formulário de Solicitação	Solicitação das informações exigidas pela Lei 12.527/2011 - Se existe um canal de comunicação com mecanismos e procedimentos para fins de atendimento das exigências da Lei de acesso a Informação (LAI).			0,227272	
	Sites das Câmaras Municipais	Disponibiliza um link no site da Assembleia com os sites de todas as Câmaras Legislativas do Estado, permitindo assim, a comunicação e integração dos cidadãos do interior do Estado.			0,227272	
	Redes Sociais Institucional (Facebook, Twitter, entre outras)	Disponibiliza link das redes sociais institucionais do Poder Legislativo.		0,113636		
	Canal de Comunicação com as Comissões Permanentes e Temporárias	Canal de comunicação direto, individual e específico de cada Comissão Técnica Permanente e Temporária, o qual deve além de disponibilizar informações sobre os trabalhos que ela vem realizando	0			
			0,795452			
PONTUAÇÃO						54,79%



	Requisitos	Descrição	Pesos			Resultado
			0	1	2	
1 FUNÇÃO ADMINISTRATIVA	Estrutura Orgânica	Disponibiliza o organograma da estrutura orgânica	0			0%
	Competências	Disponibiliza a descrição das atividades de cada unidade administrativa e os serviços que elas oferecem	0			
	Lista de servidores públicos	Disponibiliza a lista dos servidores públicos de todos os níveis hierárquicos e departamentos	0			
	Remuneração dos servidores	Disponibiliza a remuneração mensal por cargo	0			
	Objetivos e metas das unidades administrativas	Disponibiliza as metas e objetivos das unidades administrativas em conformidade com seus programas operacionais	0			
				0		
2 CONTROLE INTERNO	Informações sobre bens materiais e Gestão Fiscal	Disponibiliza relatório periódico da gestão fiscal do Parlamento			0,227272	12,50%
		Disponibiliza informações relativas à alocação, guarda e condições dos veículos, espaços físicos, bens móveis e imóveis em geral e de todos os recursos materiais que dispõe o Parlamento.	0			
	Alocação de recursos financeiros	Disponibiliza informação sobre a aplicação e destino final dos recursos econômicos do Parlamento	0			
	Verba de Gabinete e indenizatória	Disponibiliza o total da verba de gabinete e indenizatória do parlamentar, assim como a especificação das despesas	0			
	Informe anual de transparência	Disponibiliza um informe público das atividades realizadas durante todo o ano	0			
	Resultados de Auditorias	Disponibiliza os resultados das auditorias internas	0			
	Denúncia contra deputado ou funcionário do Poder	Disponibiliza link de denúncia contra deputados ou funcionários do Poder direto para a Ouvidoria da Casa	0			
	Lei de Acesso a Informação (LAI)	Divulgação da execução orçamentária em tempo real em conformidade com as exigências da Lei 12527 Lei de acesso a Informação (LAI).	0			
			0,227272			
3 TRABALHO LEGISLATIVO	Ordem do dia	Disponibiliza a ordem do dia das sessões plenárias			0,227272	42,86%
	Gazeta Parlamentar	Dispõe de uma Gazeta Parlamentar eletrônica	0			
	Proposições	Disponibiliza acesso a proposições como: projetos de lei, decretos, requerimentos e indicações	0			
	Votações nominais	Disponibiliza o registro do voto por cada legislador nos casos de criação de novas leis e reformas legais, assim como nos pontos de acordo, eleição da mesa diretora	0			
	Informações de viagens oficiais e recursos	Disponibiliza informações sobre a viagens oficiais que os legisladores realizam com o recursos do Parlamento			0,227272	
	Canal Web (TV ou rádio Web)	Permite que o cidadão possa acompanhar as sessões plenárias pela TV ou rádio Web			0,227272	
	Frequência Parlamentar	Disponibiliza a frequência dos deputados	0			
			0,681816			

4 TRABALHO DAS COMISSÕES	Membros das Comissões	Disponibiliza a lista dos Membros das Comissões			0,227272	25%
	Resultados de Investigações	Disponibiliza os resultados dos estudos ou investigações de natureza econômica, política e social que são realizados pelas Comissões	0			
	Informes das Comissões	Disponibiliza informes dos trabalhos realizados pelas comissões	0			
	Relatórios das Comissões	Identificar a formalização de relatórios sobre os trabalhos realizados, os resultados e desempenho das Comissões	0			
			0,227272			
5 CONCESSÕES, PERMISSÕES E CONTRATOS	Concessões e permissões	Disponibiliza as concessões, permissões ou autorizações realizadas pela Casa.			0,227272	16,67%
	Contratações	Disponibiliza informações de obras públicas, os bens adquiridos, arrendados e os serviços contratados	0			
		Disponibiliza o valor dos contratos	0			
		Disponibiliza o nome do contratado, da pessoa física ou jurídica com quem o contrato foi celebrado	0			
		Disponibiliza os prazos de cumprimento dos contratos	0			
		Disponibiliza o objeto contratual e suas alterações posteriores	0			
			0,227272			
6 ARQUIVO HISTÓRICO E SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS	Arquivo histórico	Disponibiliza um arquivo histórico do Parlamento catalogados e classificados por tema, assim como a organização dos arquivos das unidades administrativas colocadas a disposição	0			0%
	Serviços de Biblioteca e Arquivo	Disponibiliza ao público a consulta on-line da biblioteca do Parlamento e do arquivo histórico	0			
	Trâmites e requisitos de acesso à Biblioteca e ao Arquivo	Disponibiliza os trâmites, requisitos e formatos para o uso da Biblioteca e do arquivo histórico	0			
			0			
7 CONTROLES EXTERNOS	Orçamento Geral do Estado	Disponibiliza em link específico para acessar o Orçamento Geral do Estado, assim como as alterações no decorrer da execução orçamentária	0			25%
	Site de outros órgãos	Disponibiliza o endereço eletrônico dos órgãos onde deverão obter outras informações (TCE, TJE, Governo Estadual, Governo Federal, Senado, Câmara)	0			
	Diário Oficial do Estado	Disponibiliza link de acesso ao Diário Oficial do Estado	0			
	Diário Oficial do Legislativo Eletrônico	Disponibiliza link do Diário Oficial da Assembleia Legislativa			0,227272	
			0,227272			
8 CANAL DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	Canal de contato com o Parlamentar	Disponibiliza um canal de contato com os parlamentares, não só de caráter informativo de suas ações, projetos e leis, mas também para sugestões e dúvidas.			0,227272	28,57%
	Perguntas e respostas	Disponibiliza os principais questionamentos encaminhados pela sociedade, assim como, suas respectivas respostas.	0			
	Canal de denúncias	Disponibiliza um canal específico para denúncias com acompanhamento das providências e resultados.	0			
	Formulário de Solicitação	Solicitação das informações exigidas pela Lei 12.527/2011 - Se existe um canal de comunicação com mecanismos e procedimentos para fins de atendimento das exigências da Lei de acesso a Informação (LAI).	0			
	Sites das Câmaras Municipais	Disponibiliza um link no site da Assembleia com os sites de todas as Câmaras Legislativas do Estado, permitindo assim, a comunicação e integração dos cidadãos do interior do Estado.	0			
	Redes Sociais Institucional (Facebook, Twitter, entre outras)	Disponibiliza link das redes sociais institucionais do Poder Legislativo.			0,227272	
	Canal de Comunicação com as Comissões Permanentes e Temporárias	Canal de comunicação direto, individual e específico de cada Comissão Técnica Permanente e Temporária, o qual deve além de disponibilizar informações sobre os trabalhos que ela vem realizando	0			
			0,454544			
PONTUAÇÃO						18,83%

Perguntas Frequentes ? Fale com: **POLÍTICAS PÚBLICAS** **TRANSPARÊNCIA** LOGIN Cadastre-se Boletins por Email Extranet Webmail

A Assembleia Deputados Ouvidoria Procon | Sala de Imprensa | Apoio às Câmaras | Escola do Legislativo

ASSEMBLEIA DE MINAS Poder e Voz do Cidadão

Acesso Rápido Buscar no Portal

	Requisitos	Descrição	Pesos			Resultado
			0	1	2	
1 FUNÇÃO ADMINISTRATIVA	Estrutura Orgânica	Disponibiliza o organograma da estrutura orgânica			0,227272	80%
	Competências	Disponibiliza a descrição das atividades de cada unidade administrativa e os serviços que elas oferecem			0,227272	
	Lista de servidores públicos	Disponibiliza a lista dos servidores públicos de todos os níveis hierárquicos e departamentos	0			
	Remuneração dos servidores	Disponibiliza a remuneração mensal por cargo			0,227272	
	Objetivos e metas das unidades administrativas	Disponibiliza as metas e objetivos das unidades administrativas em conformidade com seus programas operacionais			0,227272	
					0,909088	
2 CONTROLE INTERNO	Informações sobre bens materiais e Gestão Fiscal	Disponibiliza relatório periódico da gestão fiscal do Parlamento			0,227272	68,75%
		Disponibiliza informações relativas à alocação, guarda e condições dos veículos, espaços físicos, bens móveis e imóveis em geral e de todos os recursos materiais que dispõe o Parlamento.	0			
	Alocação de recursos financeiros	Disponibiliza informação sobre a aplicação e destino final dos recursos econômicos do Parlamento			0,227272	
	Verba de Gabinete e indenizatória	Disponibiliza o total da verba de gabinete e indenizatória do parlamentar, assim como a especificação das despesas		0,113636		
	Informe anual de transparência	Disponibiliza um informe público das atividades realizadas durante todo o ano			0,227272	
	Resultados de Auditorias	Disponibiliza os resultados das auditorias internas	0			
	Denúncia contra deputado ou funcionário do Poder	Disponibiliza link de denúncia contra deputados ou funcionários do Poder direto para a Ouvidoria da Casa			0,227272	
	Lei de Acesso a Informação (LAI)	Divulgação da execução orçamentária em tempo real em conformidade com as exigências da Lei 12527 Lei de acesso a Informação (LAI).			0,227272	
				1,249996		
3 TRABALHO LEGISLATIVO	Ordem do dia	Disponibiliza a ordem do dia das sessões plenárias			0,227272	71,43%
	Gazeta Parlamentar	Dispõe de uma Gazeta Parlamentar eletrônica			0,227272	
	Proposições	Disponibiliza acesso a proposições como: projetos de lei, decretos, requerimentos e indicações			0,227272	
	Votações nominais	Disponibiliza o registro do voto por cada legislador nos casos de criação de novas leis e reformas legais, assim como nos pontos de acordo, eleição da mesa diretora			0,227272	
	Informações de viagens oficiais e recursos	Disponibiliza informações sobre a viagens oficiais que os legisladores realizam com o recursos do Parlamento	0			
	Canal Web (TV ou rádio Web)	Permite que o cidadão possa acompanhar as sessões plenárias pela TV ou rádio Web			0,227272	
	Frequência Parlamentar	Disponibiliza a frequência dos deputados	0			
				1,136360		

4 TRABALHO DAS COMISSÕES	Membros das Comissões	Disponibiliza a lista dos Membros das Comissões			0,227272	50%
	Resultados de Investigações	Disponibiliza os resultados dos estudos ou investigações de natureza econômica, política e social que são realizados pelas Comissões	0			
	Informes das Comissões	Disponibiliza informes dos trabalhos realizados pelas comissões			0,227272	
	Relatórios das Comissões	Identificar a formalização de relatórios sobre os trabalhos realizados, os resultado e desempenho das Comissões	0			
5 CONCESSÕES, PERMISSÕES E CONTRATOS	Concessões e permissões	Disponibiliza as concessões, permissões ou autorizações realizadas pela Casa.			0,227272	100%
	Contratações	Disponibiliza informações de obras públicas, os bens adquiridos, arrendados e os serviços contratados			0,227272	
		Disponibiliza o valor dos contratos			0,227272	
		Disponibiliza o nome do contratado, da pessoa física ou jurídica com quem o contrato foi celebrado			0,227272	
		Disponibiliza os prazos de cumprimento dos contratos			0,227272	
		Disponibiliza o objeto contratual e suas alterações posteriores			0,227272	
6 ARQUIVO HISTÓRICO E SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS	Arquivo histórico	Disponibiliza um arquivo histórico do Parlamento catalogados e classificados por tema, assim como a organização dos arquivos das unidades administrativas colocadas a disposição			0,227272	100%
	Serviços de Biblioteca e Arquivo	Disponibiliza ao público a consulta on-line da biblioteca do Parlamento e do arquivo histórico			0,227272	
	Trâmites e requisitos de acesso à Biblioteca e ao Arquivo	Disponibiliza os trâmites, requisitos e formatos para o uso da Biblioteca e do arquivo histórico			0,227272	
7 CONTROLES EXTERNOS	Orçamento Geral do Estado	Disponibiliza em link específico para acessar o Orçamento Geral do Estado, assim como as alterações no decorrer da execução orçamentária			0,227272	75,01%
	Site de outros órgãos	Disponibiliza o endereço eletrônico dos órgãos onde deverão obter outras informações (TCE, TJE, Governo Estadual, Governo Federal, Senado, Câmara)			0,227272	
	Diário Oficial do Estado	Disponibiliza link de acesso ao Diário Oficial do Estado	0			
	Diário Oficial do Legislativo Eletrônico	Disponibiliza link do Diário Oficial da Assembleia Legislativa			0,227272	
8 CANAL DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	Canal de contato com o Parlamentar	Disponibiliza um canal de contato com os parlamentares, não só de caráter informativo de suas ações, projetos e leis, mas também para sugestões e dúvidas.			0,227272	85,71%
	Perguntas e respostas	Disponibiliza os principais questionamentos encaminhados pela sociedade, assim como, suas respectivas respostas.			0,227272	
	Canal de denúncias	Disponibiliza um canal específico para denúncias com acompanhamento das providências e resultados.			0,227272	
	Formulário de Solicitação	Solicitação das informações exigidas pela Lei 12.527/2011 - Se existe um canal de comunicação com mecanismos e procedimentos para fins de atendimento das exigências da Lei de acesso a Informação (LAI).			0,227272	
	Sites das Câmaras Municipais	Disponibiliza um link no site da Assembleia com os sites de todas as Câmaras Legislativas do Estado, permitindo assim, a comunicação e integração dos cidadãos do interior do Estado.			0,227272	
	Redes Sociais Institucional (Facebook, Twitter, entre outras)	Disponibiliza link das redes sociais institucionais do Poder Legislativo.			0,227272	
	Canal de Comunicação com as Comissões Permanentes e Temporárias	Canal de comunicação direto, individual e específico de cada Comissão Técnica Permanente e Temporária, o qual deve além de disponibilizar informações sobre os trabalhos que ela vem realizando	0			
PONTUAÇÃO						78,86%



	Requisitos	Descrição	Pesos			Resultado
			0	1	2	
1 FUNÇÃO ADMINISTRATIVA	Estrutura Orgânica	Disponibiliza o organograma da estrutura orgânica	0			40%
	Competências	Disponibiliza a descrição das atividades de cada unidade administrativa e os serviços que elas oferecem	0			
	Lista de servidores públicos	Disponibiliza a lista dos servidores públicos de todos os níveis hierárquicos e departamentos			0,227272	
	Remuneração dos servidores	Disponibiliza a remuneração mensal por cargo			0,227272	
	Objetivos e metas das unidades administrativas	Disponibiliza as metas e objetivos das unidades administrativas em conformidade com seus programas operacionais	0			
				0,454544		
2 CONTROLE INTERNO	Informações sobre bens materiais e Gestão Fiscal	Disponibiliza relatório periódico da gestão fiscal do Parlamento			0,227272	50%
		Disponibiliza informações relativas à alocação, guarda e condições dos veículos, espaços físicos, bens móveis e imóveis em geral e de todos os recursos materiais que dispõe o Parlamento.	0			
	Alocação de recursos financeiros	Disponibiliza informação sobre a aplicação e destino final dos recursos econômicos do Parlamento			0,227272	
	Verba de Gabinete e indenizatória	Disponibiliza o total da verba de gabinete e indenizatória do parlamentar, assim como a especificação das despesas	0			
	Informe anual de transparência	Disponibiliza um informe público das atividades realizadas durante todo o ano	0			
	Resultados de Auditorias	Disponibiliza os resultados das auditorias internas	0			
	Denúncia contra deputado ou funcionário do Poder	Disponibiliza link de denúncia contra deputados ou funcionários do Poder direto para a Ouvidoria da Casa			0,227272	
	Lei de Acesso a Informação (LAI)	Divulgação da execução orçamentária em tempo real em conformidade com as exigências da Lei 12527 Lei de acesso a Informação (LAI).			0,227272	
			0,909088			
3 TRABALHO LEGISLATIVO	Ordem do dia	Disponibiliza a ordem do dia das sessões plenárias	0			42,86%
	Gazeta Parlamentar	Dispõe de uma Gazeta Parlamentar eletrônica	0			
	Proposições	Disponibiliza acesso a proposições como: projetos de lei, decretos, requerimentos e indicações			0,227272	
	Votações nominais	Disponibiliza o registro do voto por cada legislador nos casos de criação de novas leis e reformas legais, assim como nos pontos de acordo, eleição da mesa diretora	0			
	Informações de viagens oficiais e recursos	Disponibiliza informações sobre a viagens oficiais que os legisladores realizam com o recursos do Parlamento			0,227272	
	Canal Web (TV ou rádio Web)	Permite que o cidadão possa acompanhar as sessões plenárias pela TV ou rádio Web			0,227272	
	Frequência Parlamentar	Disponibiliza a frequência dos deputados	0			
			0,681816			

4 TRABALHO DAS COMISSÕES	Membros das Comissões	Disponibiliza a lista dos Membros das Comissões			0,227272	25%
	Resultados de Investigações	Disponibiliza os resultados dos estudos ou investigações de natureza econômica, política e social que são realizados pelas Comissões	0			
	Informes das Comissões	Disponibiliza informes dos trabalhos realizados pelas comissões	0			
	Relatórios das Comissões	Identificar a formalização de relatórios sobre os trabalhos realizados, os resultado e desempenho das Comissões	0		0,227272	
5 CONCESSÕES, PERMISSÕES E CONTRATOS	Concessões e permissões	Disponibiliza as concessões, permissões ou autorizações realizadas pela Casa.			0,227272	16,67%
	Contratações	Disponibiliza informações de obras públicas, os bens adquiridos, arrendados e os serviços contratados	0			
		Disponibiliza o valor dos contratos	0			
		Disponibiliza o nome do contratado, da pessoa física ou jurídica com quem o contrato foi celebrado	0			
		Disponibiliza os prazos de cumprimento dos contratos	0			
		Disponibiliza o objeto contratual e suas alterações posteriores	0			
				0,227272		
6 ARQUIVO HISTÓRICO E SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS	Arquivo histórico	Disponibiliza um arquivo histórico do Parlamento catalogados e classificados por tema, assim como a organização dos arquivos das unidades administrativas colocadas a disposição	0			33,33
	Serviços de Biblioteca e Arquivo	Disponibiliza ao público a consulta on-line da biblioteca do Parlamento e do arquivo histórico	0			
	Trâmites e requisitos de acesso à Biblioteca e ao Arquivo	Disponibiliza os trâmites, requisitos e formatos para o uso da Biblioteca e do arquivo histórico			0,227272	
					0,227272	
7 CONTROLES EXTERNOS	Orçamento Geral do Estado	Disponibiliza em link específico para acessar o Orçamento Geral do Estado, assim como as alterações no decorrer da execução orçamentária	0			0%
	Site de outros órgãos	Disponibiliza o endereço eletrônico dos órgãos onde deverão obter outras informações (TCE, TJE, Governo Estadual, Governo Federal, Senado, Câmara)	0			
	Diário Oficial do Estado	Disponibiliza link de acesso ao Diário Oficial do Estado	0			
	Diário Oficial do Legislativo Eletrônico	Disponibiliza link do Diário Oficial da Assembleia Legislativa	0			
					0	
8 CANAL DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	Canal de contato com o Parlamentar	Disponibiliza um canal de contato com os parlamentares, não só de caráter informativo de suas ações, projetos e leis, mas também para sugestões e dúvidas.			0,227272	42,86%
	Perguntas e respostas	Disponibiliza os principais questionamentos encaminhados pela sociedade, assim como, suas respectivas respostas.	0			
	Canal de denúncias	Disponibiliza um canal específico para denúncias com acompanhamento das providências e resultados.			0,227272	
	Formulário de Solicitação	Solicitação das informações exigidas pela Lei 12.527/2011 - Se existe um canal de comunicação com mecanismos e procedimentos para fins de atendimento das exigências da Lei de acesso a Informação (LAI).	0			
	Sites das Câmaras Municipais	Disponibiliza um link no site da Assembleia com os sites de todas as Câmaras Legislativas do Estado, permitindo assim, a comunicação e integração dos cidadãos do interior do Estado.	0			
	Redes Sociais Institucional (Facebook, Twitter, entre outras)	Disponibiliza link das redes sociais institucionais do Poder Legislativo.			0,227272	
	Canal de Comunicação com as Comissões Permanentes e Temporárias	Canal de comunicação direto, individual e específico de cada Comissão Técnica Permanente e Temporária, o qual deve além de disponibilizar informações sobre os trabalhos que ela vem realizando	0			
					0,681816	
PONTUAÇÃO						31,34%



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PARANÁ

Siga-nos:



TRANSPARÊNCIA

	Requisitos	Descrição	Pesos			Resultado
			0	1	2	
1 FUNÇÃO ADMINISTRATIVA	Estrutura Orgânica	Disponibiliza o organograma da estrutura orgânica	0			40%
	Competências	Disponibiliza a descrição das atividades de cada unidade administrativa e os serviços que elas oferecem				
	Lista de servidores públicos	Disponibiliza a lista dos servidores públicos de todos os níveis hierárquicos e departamentos			0,227272	
	Remuneração dos servidores	Disponibiliza a remuneração mensal por cargo			0,227272	
	Objetivos e metas das unidades administrativas	Disponibiliza as metas e objetivos das unidades administrativas em conformidade com seus programas operacionais	0			
			0,454544			
2 CONTROLE INTERNO	Informações sobre bens materiais e Gestão Fiscal	Disponibiliza relatório periódico da gestão fiscal do Parlamento			0,227272	43,75%
		Disponibiliza informações relativas à alocação, guarda e condições dos veículos, espaços físicos, bens móveis e imóveis em geral e de todos os recursos materiais que dispõe o Parlamento.	0			
	Alocação de recursos financeiros	Disponibiliza informação sobre a aplicação e destino final dos recursos econômicos do Parlamento			0,227272	
	Verba de Gabinete e indenizatória	Disponibiliza o total da verba de gabinete e indenizatória do parlamentar, assim como a especificação das despesas		0,113636		
	Informe anual de transparência	Disponibiliza um informe público das atividades realizadas durante todo o ano	0			
	Resultados de Auditorias	Disponibiliza os resultados das auditorias internas	0			
	Denúncia contra deputado ou funcionário do Poder	Disponibiliza link de denúncia contra deputados ou funcionários do Poder direto para a Ouvidoria da Casa			0,227272	
	Lei de Acesso a Informação (LAI)	Divulgação da execução orçamentária em tempo real em conformidade com as exigências da Lei 12527 Lei de acesso a Informação (LAI).	0			
			0,795452			
3 TRABALHO LEGISLATIVO	Ordem do dia	Disponibiliza a ordem do dia das sessões plenárias			0,227272	85,71%
	Gazeta Parlamentar	Dispõe de uma Gazeta Parlamentar eletrônica	0			
	Proposições	Disponibiliza acesso a proposições como: projetos de lei, decretos, requerimentos e indicações			0,227272	
	Votações nominais	Disponibiliza o registro do voto por cada legislador nos casos de criação de novas leis e reformas legais, assim como nos pontos de acordo, eleição da mesa diretora			0,227272	
	Informações de viagens oficiais e recursos	Disponibiliza informações sobre a viagens oficiais que os legisladores realizam com o recursos do Parlamento			0,227272	
	Canal Web (TV ou rádio Web)	Permite que o cidadão possa acompanhar as sessões plenárias pela TV ou rádio Web			0,227272	
	Frequência Parlamentar	Disponibiliza a frequência dos deputados			0,227272	
			1,363632			

4 TRABALHO DAS COMISSÕES	Membros das Comissões	Disponibiliza a lista dos Membros das Comissões			0,2272720	25%
	Resultados de Investigações	Disponibiliza os resultados dos estudos ou investigações de natureza econômica, política e social que são realizados pelas Comissões	0			
	Informes das Comissões	Disponibiliza informes dos trabalhos realizados pelas comissões	0			
	Relatórios das Comissões	Identificar a formalização de relatórios sobre os trabalhos realizados, os resultado e desempenho das Comissões	0		0,227272	
5 CONCESSÕES, PERMISSÕES E CONTRATOS	Concessões e permissões	Disponibiliza as concessões, permissões ou autorizações realizadas pela Casa.			0,227272	100%
	Contratações	Disponibiliza informações de obras públicas, os bens adquiridos, arrendados e os serviços contratados			0,227272	
		Disponibiliza o valor dos contratos			0,227272	
		Disponibiliza o nome do contratado, da pessoa física ou jurídica com quem o contrato foi celebrado			0,227272	
		Disponibiliza os prazos de cumprimento dos contratos			0,227272	
		Disponibiliza o objeto contratual e suas alterações posteriores			0,227272	
				1,363632		
6 ARQUIVO HISTÓRICO E SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS	Arquivo histórico	Disponibiliza um arquivo histórico do Parlamento catalogados e classificados por tema, assim como a organização dos arquivos das unidades administrativas colocadas a disposição		0,113636		33,33
	Serviços de Biblioteca e Arquivo	Disponibiliza ao público a consulta on-line da biblioteca do Parlamento e do arquivo histórico		0,113636		
	Trâmites e requisitos de acesso à Biblioteca e ao Arquivo	Disponibiliza os trâmites, requisitos e formatos para o uso da Biblioteca e do arquivo histórico	0		0,227272	
7 CONTROLES EXTERNOS	Orçamento Geral do Estado	Disponibiliza em link específico para acessar o Orçamento Geral do Estado, assim como as alterações no decorrer da execução orçamentária			0,227272	75,01%
	Site de outros órgãos	Disponibiliza o endereço eletrônico dos órgãos onde deverão obter outras informações (TCE, TJE, Governo Estadual, Governo Federal, Senado, Câmara)			0,227272	
	Diário Oficial do Estado	Disponibiliza link de acesso ao Diário Oficial do Estado	0			
	Diário Oficial do Legislativo Eletrônico	Disponibiliza link do Diário Oficial da Assembleia Legislativa			0,227272	
					0,681816	
8 CANAL DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	Canal de contato com o Parlamentar	Disponibiliza um canal de contato com os parlamentares, não só de caráter informativo de suas ações, projetos e leis, mas também para sugestões e dúvidas.			0,227272	57,14%
	Perguntas e respostas	Disponibiliza os principais questionamentos encaminhados pela sociedade, assim como, suas respectivas respostas.	0			
	Canal de denúncias	Disponibiliza um canal específico para denúncias com acompanhamento das providências e resultados.			0,227272	
	Formulário de Solicitação	Solicitação das informações exigidas pela Lei 12.527/2011 - Se existe um canal de comunicação com mecanismos e procedimentos para fins de atendimento das exigências da Lei de acesso a Informação (LAI).			0,227272	
	Sites das Câmaras Municipais	Disponibiliza um link no site da Assembleia com os sites de todas as Câmaras Legislativas do Estado, permitindo assim, a comunicação e integração dos cidadãos do interior do Estado.	0			
	Redes Sociais Institucional (Facebook, Twitter, entre outras)	Disponibiliza link das redes sociais institucionais do Poder Legislativo.			0,227272	
	Canal de Comunicação com as Comissões Permanentes e Temporárias	Canal de comunicação direto, individual e específico de cada Comissão Técnica Permanente e Temporária, o qual deve além de disponibilizar informações sobre os trabalhos que ela vem realizando	0			
					0,909088	
PONTUAÇÃO						57,49%

		Requisitos	Descrição	Pesos			Resultado
				0	1	2	
1 FUNÇÃO ADMINISTRATIVA	Estrutura Orgânica	Disponibiliza o organograma da estrutura orgânica			0,227272	60%	
	Competências	Disponibiliza a descrição das atividades de cada unidade administrativa e os serviços que elas oferecem			0,227272		
	Lista de servidores públicos	Disponibiliza a lista dos servidores públicos de todos os níveis hierárquicos e departamentos	0				
	Remuneração dos servidores	Disponibiliza a remuneração mensal por cargo			0,227272		
	Objetivos e metas das unidades administrativas	Disponibiliza as metas e objetivos das unidades administrativas em conformidade com seus programas operacionais	0				
				0,681816			
2 CONTROLE INTERNO	Informações sobre bens materiais e Gestão Fiscal	Disponibiliza relatório periódico da gestão fiscal do Parlamento	0			43,75%	
		Disponibiliza informações relativas à alocação, guarda e condições dos veículos, espaços físicos, bens móveis e imóveis em geral e de todos os recursos materiais que dispõe o Parlamento.	0				
	Alocação de recursos financeiros	Disponibiliza informação sobre a aplicação e destino final dos recursos econômicos do Parlamento			0,227272		
	Verba de Gabinete e indenizatória	Disponibiliza o total da verba de gabinete e indenizatória do parlamentar, assim como a especificação das despesas		0,113636			
	Informe anual de transparência	Disponibiliza um informe público das atividades realizadas durante todo o ano	0				
	Resultados de Auditorias	Disponibiliza os resultados das auditorias internas	0				
	Denúncia contra deputado ou funcionário do Poder	Disponibiliza link de denúncia contra deputados ou funcionários do Poder direto para a Ouvidoria da Casa			0,227272		
	Lei de Acesso a Informação (LAI)	Divulgação da execução orçamentária em tempo real em conformidade com as exigências da Lei 12527 Lei de acesso a Informação (LAI).	0				
			0,795452				
3 TRABALHO LEGISLATIVO	Ordem do dia	Disponibiliza a ordem do dia das sessões plenárias			0,227272	42,86%	
	Gazeta Parlamentar	Dispõe de uma Gazeta Parlamentar eletrônica	0				
	Proposições	Disponibiliza acesso a proposições como: projetos de lei, decretos, requerimentos e indicações			0,227272		
	Votações nominais	Disponibiliza o registro do voto por cada legislador nos casos de criação de novas leis e reformas legais, assim como nos pontos de acordo, eleição da mesa diretora	0				
	Informações de viagens oficiais e recursos	Disponibiliza informações sobre a viagens oficiais que os legisladores realizam com o recursos do Parlamento	0				
	Canal Web (TV ou rádio Web)	Permite que o cidadão possa acompanhar as sessões plenárias pela TV ou rádio Web			0,227272		
	Frequência Parlamentar	Disponibiliza a frequência dos deputados	0				
			0,681816				

4 TRABALHO DAS COMISSÕES	Membros das Comissões	Disponibiliza a lista dos Membros das Comissões			0,227272	50%
	Resultados de Investigações	Disponibiliza os resultados dos estudos ou investigações de natureza econômica, política e social que são realizados pelas Comissões	0			
	Informes das Comissões	Disponibiliza informes dos trabalhos realizados pelas comissões			0,227272	
	Relatórios das Comissões	Identificar a formalização de relatórios sobre os trabalhos realizados, os resultados e desempenho das Comissões	0			
5 CONCESSÕES, PERMISSÕES E CONTRATOS	Concessões e permissões	Disponibiliza as concessões, permissões ou autorizações realizadas pela Casa.	0			0%
	Contratações	Disponibiliza informações de obras públicas, os bens adquiridos, arrendados e os serviços contratados	0			
		Disponibiliza o valor dos contratos	0			
		Disponibiliza o nome do contratado, da pessoa física ou jurídica com quem o contrato foi celebrado	0			
		Disponibiliza os prazos de cumprimento dos contratos	0			
		Disponibiliza o objeto contratual e suas alterações posteriores	0			
6 ARQUIVO HISTÓRICO E SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS	Arquivo histórico	Disponibiliza um arquivo histórico do Parlamento catalogados e classificados por tema, assim como a organização dos arquivos das unidades administrativas colocadas a disposição	0			0%
	Serviços de Biblioteca e Arquivo	Disponibiliza ao público a consulta on-line da biblioteca do Parlamento e do arquivo histórico	0			
	Trâmites e requisitos de acesso à Biblioteca e ao Arquivo	Disponibiliza os trâmites, requisitos e formatos para o uso da Biblioteca e do arquivo histórico	0			
7 CONTROLES EXTERNOS	Orçamento Geral do Estado	Disponibiliza em link específico para acessar o Orçamento Geral do Estado, assim como as alterações no decorrer da execução orçamentária			0,227272	75,01%
	Site de outros órgãos	Disponibiliza o endereço eletrônico dos órgãos onde deverão obter outras informações (TCE, TJE, Governo Estadual, Governo Federal, Senado, Câmara)			0,227272	
	Diário Oficial do Estado	Disponibiliza link de acesso ao Diário Oficial do Estado			0,227272	
	Diário Oficial do Legislativo Eletrônico	Disponibiliza link do Diário Oficial da Assembleia Legislativa	0			
8 CANAL DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	Canal de contato com o Parlamentar	Disponibiliza um canal de contato com os parlamentares, não só de caráter informativo de suas ações, projetos e leis, mas também para sugestões e dúvidas.			0,227272	71,43%
	Perguntas e respostas	Disponibiliza os principais questionamentos encaminhados pela sociedade, assim como, suas respectivas respostas.			0,227272	
	Canal de denúncias	Disponibiliza um canal específico para denúncias com acompanhamento das providências e resultados.			0,227272	
	Formulário de Solicitação	Solicitação das informações exigidas pela Lei 12.527/2011 - Se existe um canal de comunicação com mecanismos e procedimentos para fins de atendimento das exigências da Lei de acesso a Informação (LAI).			0,227272	
	Sites das Câmaras Municipais	Disponibiliza um link no site da Assembleia com os sites de todas as Câmaras Legislativas do Estado, permitindo assim, a comunicação e integração dos cidadãos do interior do Estado.	0			
	Redes Sociais Institucional (Facebook, Twitter, entre outras)	Disponibiliza link das redes sociais institucionais do Poder Legislativo.			0,227272	
	Canal de Comunicação com as Comissões Permanentes e Temporárias	Canal de comunicação direto, individual e específico de cada Comissão Técnica Permanente e Temporária, o qual deve além de disponibilizar informações sobre os trabalhos que ela vem realizando	0			
PONTUAÇÃO					42,88%	



	Requisitos	Descrição	Pesos			Resultado
			0	1	2	
1 FUNÇÃO ADMINISTRATIVA	Estrutura Orgânica	Disponibiliza o organograma da estrutura orgânica			0,227272	60%
	Competências	Disponibiliza a descrição das atividades de cada unidade administrativa e os serviços que elas oferecem			0,227272	
	Lista de servidores públicos	Disponibiliza a lista dos servidores públicos de todos os níveis hierárquicos e departamentos	0			
	Remuneração dos servidores	Disponibiliza a remuneração mensal por cargo			0,227272	
	Objetivos e metas das unidades administrativas	Disponibiliza as metas e objetivos das unidades administrativas em conformidade com seus programas operacionais	0			
				0,681816		
2 CONTROLE INTERNO	Informações sobre bens materiais e Gestão Fiscal	Disponibiliza relatório periódico da gestão fiscal do Parlamento			0,227272	56.25%
		Disponibiliza informações relativas à alocação, guarda e condições dos veículos, espaços físicos, bens móveis e imóveis em geral e de todos os recursos materiais que dispõe o Parlamento.	0			
	Alocação de recursos financeiros	Disponibiliza informação sobre a aplicação e destino final dos recursos econômicos do Parlamento			0,227272	
	Verba de Gabinete e indenizatória	Disponibiliza o total da verba de gabinete e indenizatória do parlamentar, assim como a especificação das despesas		0,113636		
	Informe anual de transparência	Disponibiliza um informe público das atividades realizadas durante todo o ano	0			
	Resultados de Auditorias	Disponibiliza os resultados das auditorias internas	0			
	Denúncia contra deputado ou funcionário do Poder	Disponibiliza link de denúncia contra deputados ou funcionários do Poder direto para a Ouvidoria da Casa			0,227272	
	Lei de Acesso a Informação (LAI)	Divulgação da execução orçamentária em tempo real em conformidade com as exigências da Lei 12527 Lei de acesso a Informação (LAI).			0,227272	
			1,022724			
3 TRABALHO LEGISLATIVO	Ordem do dia	Disponibiliza a ordem do dia das sessões plenárias			0,227272	57,14%
	Gazeta Parlamentar	Dispõe de uma Gazeta Parlamentar eletrônica			0,227272	
	Proposições	Disponibiliza acesso a proposições como: projetos de lei, decretos, requerimentos e indicações			0,227272	
	Votações nominais	Disponibiliza o registro do voto por cada legislador nos casos de criação de novas leis e reformas legais, assim como nos pontos de acordo, eleição da mesa diretora	0			
	Informações de viagens oficiais e recursos	Disponibiliza informações sobre a viagens oficiais que os legisladores realizam com o recursos do Parlamento	0			
	Canal Web (TV ou rádio Web)	Permite que o cidadão possa acompanhar as sessões plenárias pela TV ou rádio Web			0,227272	
	Frequência Parlamentar	Disponibiliza a frequência dos deputados	0			
			0,909088			

4 TRABALHO DAS COMISSÕES	Membros das Comissões	Disponibiliza a lista dos Membros das Comissões			0,227272	25%
	Resultados de Investigações	Disponibiliza os resultados dos estudos ou investigações de natureza econômica, política e social que são realizados pelas Comissões	0			
	Informes das Comissões	Disponibiliza informes dos trabalhos realizados pelas comissões	0			
	Relatórios das Comissões	Identificar a formalização de relatórios sobre os trabalhos realizados, os resultados e desempenho das Comissões	0		0,227272	
5 CONCESSÕES, PERMISSÕES E CONTRATOS	Concessões e permissões	Disponibiliza as concessões, permissões ou autorizações realizadas pela Casa.			0,227272	91,67%
	Contratações	Disponibiliza informações de obras públicas, os bens adquiridos, arrendados e os serviços contratados		0,113636		
		Disponibiliza o valor dos contratos			0,227272	
		Disponibiliza o nome do contratado, da pessoa física ou jurídica com quem o contrato foi celebrado			0,227272	
		Disponibiliza os prazos de cumprimento dos contratos			0,227272	
		Disponibiliza o objeto contratual e suas alterações posteriores			0,227272	
			1,249996			
6 ARQUIVO HISTÓRICO E SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS	Arquivo histórico	Disponibiliza um arquivo histórico do Parlamento catalogados e classificados por tema, assim como a organização dos arquivos das unidades administrativas colocadas a disposição	0			0%
	Serviços de Biblioteca e Arquivo	Disponibiliza ao público a consulta on-line da biblioteca do Parlamento e do arquivo histórico	0			
	Trâmites e requisitos de acesso à Biblioteca e ao Arquivo	Disponibiliza os trâmites, requisitos e formatos para o uso da Biblioteca e do arquivo histórico	0		0	
7 CONTROLES EXTERNOS	Orçamento Geral do Estado	Disponibiliza em link específico para acessar o Orçamento Geral do Estado, assim como as alterações no decorrer da execução orçamentária			0,227272	50%
	Site de outros órgãos	Disponibiliza o endereço eletrônico dos órgãos onde deverão obter outras informações (TCE, TJE, Governo Estadual, Governo Federal, Senado, Câmara)	0			
	Diário Oficial do Estado	Disponibiliza link de acesso ao Diário Oficial do Estado	0			
	Diário Oficial do Legislativo Eletrônico	Disponibiliza link do Diário Oficial da Assembleia Legislativa			0,227272	
8 CANAL DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	Canal de contato com o Parlamentar	Disponibiliza um canal de contato com os parlamentares, não só de caráter informativo de suas ações, projetos e leis, mas também para sugestões e dúvidas.			0,227272	71,43%
	Perguntas e respostas	Disponibiliza os principais questionamentos encaminhados pela sociedade, assim como, suas respectivas respostas.			0,227272	
	Canal de denúncias	Disponibiliza um canal específico para denúncias com acompanhamento das providências e resultados.			0,227272	
	Formulário de Solicitação	Solicitação das informações exigidas pela Lei 12.527/2011 - Se existe um canal de comunicação com mecanismos e procedimentos para fins de atendimento das exigências da Lei de acesso a Informação (LAI).			0,227272	
	Sites das Câmaras Municipais	Disponibiliza um link no site da Assembleia com os sites de todas as Câmaras Legislativas do Estado, permitindo assim, a comunicação e integração dos cidadãos do interior do Estado.	0			
	Redes Sociais Institucional (Facebook, Twitter, entre outras)	Disponibiliza link das redes sociais institucionais do Poder Legislativo.			0,227272	
	Canal de Comunicação com as Comissões Permanentes e Temporárias	Canal de comunicação direto, individual e específico de cada Comissão Técnica Permanente e Temporária, o qual deve além de disponibilizar informações sobre os trabalhos que ela vem realizando	0			
					1,13636	
PONTUAÇÃO						51,44%



	Requisitos	Descrição	Pesos			Resultado
			0	1	2	
1 FUNÇÃO ADMINISTRATIVA	Estrutura Orgânica	Disponibiliza o organograma da estrutura orgânica	0			40%
	Competências	Disponibiliza a descrição das atividades de cada unidade administrativa e os serviços que elas oferecem	0			
	Lista de servidores públicos	Disponibiliza a lista dos servidores públicos de todos os níveis hierárquicos e departamentos			0,227272	
	Remuneração dos servidores	Disponibiliza a remuneração mensal por cargo			0,227272	
	Objetivos e metas das unidades administrativas	Disponibiliza as metas e objetivos das unidades administrativas em conformidade com seus programas operacionais	0			
				0,454544		
2 CONTROLE INTERNO	Informações sobre bens materiais e Gestão Fiscal	Disponibiliza relatório periódico da gestão fiscal do Parlamento			0,227272	31,25%
		Disponibiliza informações relativas à alocação, guarda e condições dos veículos, espaços físicos, bens móveis e imóveis em geral e de todos os recursos materiais que dispõe o Parlamento.	0			
	Alocação de recursos financeiros	Disponibiliza informação sobre a aplicação e destino final dos recursos econômicos do Parlamento	0			
	Verba de Gabinete e indenizatória	Disponibiliza o total da verba de gabinete e indenizatória do parlamentar, assim como a especificação das despesas		0113636		
	Informe anual de transparência	Disponibiliza um informe público das atividades realizadas durante todo o ano	0			
	Resultados de Auditorias	Disponibiliza os resultados das auditorias internas	0			
	Denúncia contra deputado ou funcionário do Poder	Disponibiliza link de denúncia contra deputados ou funcionários do Poder direto para a Ouvidoria da Casa			0,227272	
	Lei de Acesso a Informação (LAI)	Divulgação da execução orçamentária em tempo real em conformidade com as exigências da Lei 12527 Lei de acesso a Informação (LAI).	0			
			0,56818			
3 TRABALHO LEGISLATIVO	Ordem do dia	Disponibiliza a ordem do dia das sessões plenárias			0,227272	42,86%
	Gazeta Parlamentar	Dispõe de uma Gazeta Parlamentar eletrônica	0			
	Proposições	Disponibiliza acesso a proposições como: projetos de lei, decretos, requerimentos e indicações			0,227272	
	Votações nominais	Disponibiliza o registro do voto por cada legislador nos casos de criação de novas leis e reformas legais, assim como nos pontos de acordo, eleição da mesa diretora	0			
	Informações de viagens oficiais e recursos	Disponibiliza informações sobre a viagens oficiais que os legisladores realizam com o recursos do Parlamento	0			
	Canal Web (TV ou rádio Web)	Permite que o cidadão possa acompanhar as sessões plenárias pela TV ou rádio Web			0,227272	
	Frequência Parlamentar	Disponibiliza a frequência dos deputados	0			
			0,681816			

4 TRABALHO DAS COMISSÕES	Membros das Comissões	Disponibiliza a lista dos Membros das Comissões			0,227272	25%
	Resultados de Investigações	Disponibiliza os resultados dos estudos ou investigações de natureza econômica, política e social que são realizados pelas Comissões	0			
	Informes das Comissões	Disponibiliza informes dos trabalhos realizados pelas comissões	0			
	Relatórios das Comissões	Identificar a formalização de relatórios sobre os trabalhos realizados, os resultado e desempenho das Comissões	0		0,227272	
5 CONCESSÕES, PERMISSÕES E CONTRATOS	Concessões e permissões	Disponibiliza as concessões, permissões ou autorizações realizadas pela Casa.			0,227272	100%
	Contratações	Disponibiliza informações de obras públicas, os bens adquiridos, arrendados e os serviços contratados			0,227272	
		Disponibiliza o valor dos contratos			0,227272	
		Disponibiliza o nome do contratado, da pessoa física ou jurídica com quem o contrato foi celebrado			0,227272	
		Disponibiliza os prazos de cumprimento dos contratos			0,227272	
		Disponibiliza o objeto contratual e suas alterações posteriores			0,227272	
				1,363632		
6 ARQUIVO HISTÓRICO E SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS	Arquivo histórico	Disponibiliza um arquivo histórico do Parlamento catalogados e classificados por tema, assim como a organização dos arquivos das unidades administrativas colocadas a disposição	0			66,67%
	Serviços de Biblioteca e Arquivo	Disponibiliza ao público a consulta on-line da biblioteca do Parlamento e do arquivo histórico			0,227272	
	Trâmites e requisitos de acesso à Biblioteca e ao Arquivo	Disponibiliza os trâmites, requisitos e formatos para o uso da Biblioteca e do arquivo histórico			0,227272	
					0,454544	
7 CONTROLES EXTERNOS	Orçamento Geral do Estado	Disponibiliza em link específico para acessar o Orçamento Geral do Estado, assim como as alterações no decorrer da execução orçamentária	0			50%
	Site de outros órgãos	Disponibiliza o endereço eletrônico dos órgãos onde deverão obter outras informações (TCE, TJE, Governo Estadual, Governo Federal, Senado, Câmara)			0,227272	
	Diário Oficial do Estado	Disponibiliza link de acesso ao Diário Oficial do Estado	0			
	Diário Oficial do Legislativo Eletrônico	Disponibiliza link do Diário Oficial da Assembleia Legislativa			0,227272	
					0,454544	
8 CANAL DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	Canal de contato com o Parlamentar	Disponibiliza um canal de contato com os parlamentares, não só de caráter informativo de suas ações, projetos e leis, mas também para sugestões e dúvidas.			0,227272	35,71%
	Perguntas e respostas	Disponibiliza os principais questionamentos encaminhados pela sociedade, assim como, suas respectivas respostas.	0			
	Canal de denúncias	Disponibiliza um canal específico para denúncias com acompanhamento das providências e resultados.			0,227272	
	Formulário de Solicitação	Solicitação das informações exigidas pela Lei 12.527/2011 - Se existe um canal de comunicação com mecanismos e procedimentos para fins de atendimento das exigências da Lei de acesso a Informação (LAI).	0			
	Sites das Câmaras Municipais	Disponibiliza um link no site da Assembleia com os sites de todas as Câmaras Legislativas do Estado, permitindo assim, a comunicação e integração dos cidadãos do interior do Estado.	0			
	Redes Sociais Institucional (Facebook, Twitter, entre outras)	Disponibiliza link das redes sociais institucionais do Poder Legislativo.			0,113636	
	Canal de Comunicação com as Comissões Permanentes e Temporárias	Canal de comunicação direto, individual e específico de cada Comissão Técnica Permanente e Temporária, o qual deve além de disponibilizar informações sobre os trabalhos que ela vem realizando	0			
					0,568180	
PONTUAÇÃO						48,94%

	Requisitos	Descrição	Pesos			Resultado
			0	1	2	
1 FUNÇÃO ADMINISTRATIVA	Estrutura Orgânica	Disponibiliza o organograma da estrutura orgânica			0,227272	80%
	Competências	Disponibiliza a descrição das atividades de cada unidade administrativa e os serviços que elas oferecem			0,227272	
	Lista de servidores públicos	Disponibiliza a lista dos servidores públicos de todos os níveis hierárquicos e departamentos			0,227272	
	Remuneração dos servidores	Disponibiliza a remuneração mensal por cargo			0,227272	
	Objetivos e metas das unidades administrativas	Disponibiliza as metas e objetivos das unidades administrativas em conformidade com seus programas operacionais	0			
				0,909088		
2 CONTROLE INTERNO	Informações sobre bens materiais e Gestão Fiscal	Disponibiliza relatório periódico da gestão fiscal do Parlamento			0,227272	75%
		Disponibiliza informações relativas à alocação, guarda e condições dos veículos, espaços físicos, bens móveis e imóveis em geral e de todos os recursos materiais que dispõe o Parlamento.	0			
	Alocação de recursos financeiros	Disponibiliza informação sobre a aplicação e destino final dos recursos econômicos do Parlamento			0,227272	
	Verba de Gabinete e indenizatória	Disponibiliza o total da verba de gabinete e indenizatória do parlamentar, assim como a especificação das despesas			0,227272	
	Informe anual de transparência	Disponibiliza um informe público das atividades realizadas durante todo o ano			0,227272	
	Resultados de Auditorias	Disponibiliza os resultados das auditorias internas	0			
	Denúncia contra deputado ou funcionário do Poder	Disponibiliza link de denúncia contra deputados ou funcionários do Poder direto para a Ouvidoria da Casa			0,227272	
	Lei de Acesso a Informação (LAI)	Divulgação da execução orçamentária em tempo real em conformidade com as exigências da Lei 12527 Lei de acesso a Informação (LAI).			0,227272	
			1,363632			
3 TRABALHO LEGISLATIVO	Ordem do dia	Disponibiliza a ordem do dia das sessões plenárias			0,227272	85,71%
	Gazeta Parlamentar	Dispõe de uma Gazeta Parlamentar eletrônica	0			
	Proposições	Disponibiliza acesso a proposições como: projetos de lei, decretos, requerimentos e indicações			0,227272	
	Votações nominais	Disponibiliza o registro do voto por cada legislador nos casos de criação de novas leis e reformas legais, assim como nos pontos de acordo, eleição da mesa diretora			0,227272	
	Informações de viagens oficiais e recursos	Disponibiliza informações sobre a viagens oficiais que os legisladores realizam com o recursos do Parlamento			0,227272	
	Canal Web (TV ou rádio Web)	Permite que o cidadão possa acompanhar as sessões plenárias pela TV ou rádio Web			0,227272	
	Frequência Parlamentar	Disponibiliza a frequência dos deputados			0,227272	
			1,363632			

4 TRABALHO DAS COMISSÕES	Membros das Comissões	Disponibiliza a lista dos Membros das Comissões			0,227272	100%
	Resultados de Investigações	Disponibiliza os resultados dos estudos ou investigações de natureza econômica, política e social que são realizados pelas Comissões			0,227272	
	Informes das Comissões	Disponibiliza informes dos trabalhos realizados pelas comissões			0,227272	
	Relatórios das Comissões	Identificar a formalização de relatórios sobre os trabalhos realizados, os resultados e desempenho das Comissões			0,227272	
			0,909088			
5 CONCESSÕES, PERMISSÕES E CONTRATOS	Concessões e permissões	Disponibiliza as concessões, permissões ou autorizações realizadas pela Casa.			0,227272	100%
	Contratações	Disponibiliza informações de obras públicas, os bens adquiridos, arrendados e os serviços contratados			0,227272	
		Disponibiliza o valor dos contratos			0,227272	
		Disponibiliza o nome do contratado, da pessoa física ou jurídica com quem o contrato foi celebrado			0,227272	
		Disponibiliza os prazos de cumprimento dos contratos			0,227272	
		Disponibiliza o objeto contratual e suas alterações posteriores			0,227272	
			1,363632			
6 ARQUIVO HISTÓRICO E SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS	Arquivo histórico	Disponibiliza um arquivo histórico do Parlamento catalogados e classificados por tema, assim como a organização dos arquivos das unidades administrativas colocadas a disposição			0,227272	100%
	Serviços de Biblioteca e Arquivo	Disponibiliza ao público a consulta on-line da biblioteca do Parlamento e do arquivo histórico			0,227272	
	Trâmites e requisitos de acesso à Biblioteca e ao Arquivo	Disponibiliza os trâmites, requisitos e formatos para o uso da Biblioteca e do arquivo histórico			0,227272	
			0,681816			
7 CONTROLES EXTERNOS	Orçamento Geral do Estado	Disponibiliza em link específico para acessar o Orçamento Geral do Estado, assim como as alterações no decorrer da execução orçamentária			0,227272	75,01%
	Site de outros órgãos	Disponibiliza o endereço eletrônico dos órgãos onde deverão obter outras informações (TCE, TJE, Governo Estadual, Governo Federal, Senado, Câmara)			0,227272	
	Diário Oficial do Estado	Disponibiliza link de acesso ao Diário Oficial do Estado	0			
	Diário Oficial do Legislativo Eletrônico	Disponibiliza link do Diário Oficial da Assembleia Legislativa			0,227272	
			0,681816			
8 CANAL DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	Canal de contato com o Parlamentar	Disponibiliza um canal de contato com os parlamentares, não só de caráter informativo de suas ações, projetos e leis, mas também para sugestões e dúvidas.			0,227272	100%
	Perguntas e respostas	Disponibiliza os principais questionamentos encaminhados pela sociedade, assim como, suas respectivas respostas.			0,227272	
	Canal de denúncias	Disponibiliza um canal específico para denúncias com acompanhamento das providências e resultados.			0,227272	
	Formulário de Solicitação	Solicitação das informações exigidas pela Lei 12.527/2011 - Se existe um canal de comunicação com mecanismos e procedimentos para fins de atendimento das exigências da Lei de acesso a Informação (LAI).			0,227272	
	Sites das Câmaras Municipais	Disponibiliza um link no site da Assembleia com os sites de todas as Câmaras Legislativas do Estado, permitindo assim, a comunicação e integração dos cidadãos do interior do Estado.			0,227272	
	Redes Sociais Institucional (Facebook, Twitter, entre outras)	Disponibiliza link das redes sociais institucionais do Poder Legislativo.			0,227272	
	Canal de Comunicação com as Comissões Permanentes e Temporárias	Canal de comunicação direto, individual e específico de cada Comissão Técnica Permanente e Temporária, o qual deve além de disponibilizar informações sobre os trabalhos que ela vem realizando			0,227272	
			1,590904			
PONTUAÇÃO						89,47%



	Requisitos	Descrição	Pesos			Resultado
			0	1	2	
1 FUNÇÃO ADMINISTRATIVA	Estrutura Orgânica	Disponibiliza o organograma da estrutura orgânica			0,227272	80%
	Competências	Disponibiliza a descrição das atividades de cada unidade administrativa e os serviços que elas oferecem			0,227272	
	Lista de servidores públicos	Disponibiliza a lista dos servidores públicos de todos os níveis hierárquicos e departamentos			0,227272	
	Remuneração dos servidores	Disponibiliza a remuneração mensal por cargo			0,227272	
	Objetivos e metas das unidades administrativas	Disponibiliza as metas e objetivos das unidades administrativas em conformidade com seus programas operacionais	0			
				0,909088		
2 CONTROLE INTERNO	Informações sobre bens materiais e Gestão Fiscal	Disponibiliza relatório periódico da gestão fiscal do Parlamento			0,227272	31,25%
		Disponibiliza informações relativas à alocação, guarda e condições dos veículos, espaços físicos, bens móveis e imóveis em geral e de todos os recursos materiais que dispõe o Parlamento.	0			
	Alocação de recursos financeiros	Disponibiliza informação sobre a aplicação e destino final dos recursos econômicos do Parlamento	0			
	Verba de Gabinete e indenizatória	Disponibiliza o total da verba de gabinete e indenizatória do parlamentar, assim como a especificação das despesas		0,113636		
	Informe anual de transparência	Disponibiliza um informe público das atividades realizadas durante todo o ano	0			
	Resultados de Auditorias	Disponibiliza os resultados das auditorias internas	0			
	Denúncia contra deputado ou funcionário do Poder	Disponibiliza link de denúncia contra deputados ou funcionários do Poder direto para a Ouvidoria da Casa	0			
	Lei de Acesso a Informação (LAI)	Divulgação da execução orçamentária em tempo real em conformidade com as exigências da Lei 12527 Lei de acesso a Informação (LAI).			0,227272	
			0,568180			
3 TRABALHO LEGISLATIVO	Ordem do dia	Disponibiliza a ordem do dia das sessões plenárias	0			28,57%
	Gazeta Parlamentar	Dispõe de uma Gazeta Parlamentar eletrônica			0,227272	
	Proposições	Disponibiliza acesso a proposições como: projetos de lei, decretos, requerimentos e indicações	0			
	Votações nominais	Disponibiliza o registro do voto por cada legislador nos casos de criação de novas leis e reformas legais, assim como nos pontos de acordo, eleição da mesa diretora	0			
	Informações de viagens oficiais e recursos	Disponibiliza informações sobre a viagens oficiais que os legisladores realizam com o recursos do Parlamento	0			
	Canal Web (TV ou rádio Web)	Permite que o cidadão possa acompanhar as sessões plenárias pela TV ou rádio Web			0,227272	
	Frequência Parlamentar	Disponibiliza a frequência dos deputados	0			
			0,454544			

4 TRABALHO DAS COMISSÕES	Membros das Comissões	Disponibiliza a lista dos Membros das Comissões			0,227272	25%
	Resultados de Investigações	Disponibiliza os resultados dos estudos ou investigações de natureza econômica, política e social que são realizados pelas Comissões	0			
	Informes das Comissões	Disponibiliza informes dos trabalhos realizados pelas comissões	0			
	Relatórios das Comissões	Identificar a formalização de relatórios sobre os trabalhos realizados, os resultado e desempenho das Comissões	0		0,227272	
5 CONCESSÕES, PERMISSÕES E CONTRATOS	Concessões e permissões	Disponibiliza as concessões, permissões ou autorizações realizadas pela Casa.		0,113636		8,33%
	Contratações	Disponibiliza informações de obras públicas, os bens adquiridos, arrendados e os serviços contratados	0			
		Disponibiliza o valor dos contratos	0			
		Disponibiliza o nome do contratado, da pessoa física ou jurídica com quem o contrato foi celebrado	0			
		Disponibiliza os prazos de cumprimento dos contratos	0			
		Disponibiliza o objeto contratual e suas alterações posteriores	0			
				0,113636		
6 ARQUIVO HISTÓRICO E SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS	Arquivo histórico	Disponibiliza um arquivo histórico do Parlamento catalogados e classificados por tema, assim como a organização dos arquivos das unidades administrativas colocadas a disposição	0			0%
	Serviços de Biblioteca e Arquivo	Disponibiliza ao público a consulta on-line da biblioteca do Parlamento e do arquivo histórico	0			
	Trâmites e requisitos de acesso à Biblioteca e ao Arquivo	Disponibiliza os trâmites, requisitos e formatos para o uso da Biblioteca e do arquivo histórico	0		0	
7 CONTROLES EXTERNOS	Orçamento Geral do Estado	Disponibiliza em link específico para acessar o Orçamento Geral do Estado, assim como as alterações no decorrer da execução orçamentária	0			25%
	Site de outros órgãos	Disponibiliza o endereço eletrônico dos órgãos onde deverão obter outras informações (TCE, TJE, Governo Estadual, Governo Federal, Senado, Câmara)			0,227272	
	Diário Oficial do Estado	Disponibiliza link de acesso ao Diário Oficial do Estado	0			
	Diário Oficial do Legislativo Eletrônico	Disponibiliza link do Diário Oficial da Assembleia Legislativa	0		0,227272	
8 CANAL DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	Canal de contato com o Parlamentar	Disponibiliza um canal de contato com os parlamentares, não só de caráter informativo de suas ações, projetos e leis, mas também para sugestões e dúvidas.			0,227272	42,86%
	Perguntas e respostas	Disponibiliza os principais questionamentos encaminhados pela sociedade, assim como, suas respectivas respostas.	0			
	Canal de denúncias	Disponibiliza um canal específico para denúncias com acompanhamento das providências e resultados.	0			
	Formulário de Solicitação	Solicitação das informações exigidas pela Lei 12.527/2011 - Se existe um canal de comunicação com mecanismos e procedimentos para fins de atendimento das exigências da Lei de acesso a Informação (LAI).			0,227272	
	Sites das Câmaras Municipais	Disponibiliza um link no site da Assembleia com os sites de todas as Câmaras Legislativas do Estado, permitindo assim, a comunicação e integração dos cidadãos do interior do Estado.	0			
	Redes Sociais Institucional (Facebook, Twitter, entre outras)	Disponibiliza link das redes sociais institucionais do Poder Legislativo.			0,227272	
	Canal de Comunicação com as Comissões Permanentes e Temporárias	Canal de comunicação direto, individual e específico de cada Comissão Técnica Permanente e Temporária, o qual deve além de disponibilizar informações sobre os trabalhos que ela vem realizando	0			
					0,681816	
PONTUAÇÃO						30,13%

  16-56-15						
	Requisitos	Descrição	Pesos			Resultado
			0	1	2	
1 FUNÇÃO ADMINISTRATIVA	Estrutura Orgânica	Disponibiliza o organograma da estrutura orgânica	0			40%
	Competências	Disponibiliza a descrição das atividades de cada unidade administrativa e os serviços que elas oferecem			0,227272	
	Lista de servidores públicos	Disponibiliza a lista dos servidores públicos de todos os níveis hierárquicos e departamentos	0			
	Remuneração dos servidores	Disponibiliza a remuneração mensal por cargo			0,227272	
	Objetivos e metas das unidades administrativas	Disponibiliza as metas e objetivos das unidades administrativas em conformidade com seus programas operacionais	0			
				0,454544		
2 CONTROLE INTERNO	Informações sobre bens materiais e Gestão Fiscal	Disponibiliza relatório periódico da gestão fiscal do Parlamento			0,227272	62,50%
		Disponibiliza informações relativas à alocação, guarda e condições dos veículos, espaços físicos, bens móveis e imóveis em geral e de todos os recursos materiais que dispõe o Parlamento.	0			
	Alocação de recursos financeiros	Disponibiliza informação sobre a aplicação e destino final dos recursos econômicos do Parlamento			0,227272	
	Verba de Gabinete e indenizatória	Disponibiliza o total da verba de gabinete e indenizatória do parlamentar, assim como a especificação das despesas	0			
	Informe anual de transparência	Disponibiliza um informe público das atividades realizadas durante todo o ano			0,227272	
	Resultados de Auditorias	Disponibiliza os resultados das auditorias internas	0			
	Denúncia contra deputado ou funcionário do Poder	Disponibiliza link de denúncia contra deputados ou funcionários do Poder direto para a Ouvidoria da Casa			0,227272	
	Lei de Acesso a Informação (LAI)	Divulgação da execução orçamentária em tempo real em conformidade com as exigências da Lei 12527 Lei de acesso a Informação (LAI).			0,227272	
			1,136360			
3 TRABALHO LEGISLATIVO	Ordem do dia	Disponibiliza a ordem do dia das sessões plenárias			0,227272	85,71%
	Gazeta Parlamentar	Dispõe de uma Gazeta Parlamentar eletrônica			0,227272	
	Proposições	Disponibiliza acesso a proposições como: projetos de lei, decretos, requerimentos e indicações			0,227272	
	Votações nominais	Disponibiliza o registro do voto por cada legislador nos casos de criação de novas leis e reformas legais, assim como nos pontos de acordo, eleição da mesa diretora	0			
	Informações de viagens oficiais e recursos	Disponibiliza informações sobre a viagens oficiais que os legisladores realizam com o recursos do Parlamento			0,227272	
	Canal Web (TV ou rádio Web)	Permite que o cidadão possa acompanhar as sessões plenárias pela TV ou rádio Web			0,227272	
	Frequência Parlamentar	Disponibiliza a frequência dos deputados			0,227272	
			1,363632			

4 TRABALHO DAS COMISSÕES	Membros das Comissões	Disponibiliza a lista dos Membros das Comissões			0,227272	75,01%
	Resultados de Investigações	Disponibiliza os resultados dos estudos ou investigações de natureza econômica, política e social que são realizados pelas Comissões	0			
	Informes das Comissões	Disponibiliza informes dos trabalhos realizados pelas comissões			0,227272	
	Relatórios das Comissões	Identificar a formalização de relatórios sobre os trabalhos realizados, os resultado e desempenho das Comissões			0,227272	
			0,681816			
5 CONCESSÕES, PERMISSÕES E CONTRATOS	Concessões e permissões	Disponibiliza as concessões, permissões ou autorizações realizadas pela Casa.			0,227272	16,67%
	Contratações	Disponibiliza informações de obras públicas, os bens adquiridos, arrendados e os serviços contratados	0			
		Disponibiliza o valor dos contratos	0			
		Disponibiliza o nome do contratado, da pessoa física ou jurídica com quem o contrato foi celebrado	0			
		Disponibiliza os prazos de cumprimento dos contratos	0			
		Disponibiliza o objeto contratual e suas alterações posteriores	0			
			0,227272			
6 ARQUIVO HISTÓRICO E SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS	Arquivo histórico	Disponibiliza um arquivo histórico do Parlamento catalogados e classificados por tema, assim como a organização dos arquivos das unidades administrativas colocadas a disposição			0,227272	100%
	Serviços de Biblioteca e Arquivo	Disponibiliza ao público a consulta on-line da biblioteca do Parlamento e do arquivo histórico			0,227272	
	Trâmites e requisitos de acesso à Biblioteca e ao Arquivo	Disponibiliza os trâmites, requisitos e formatos para o uso da Biblioteca e do arquivo histórico			0,227272	
			0,681816			
7 CONTROLES EXTERNOS	Orçamento Geral do Estado	Disponibiliza em link específico para acessar o Orçamento Geral do Estado, assim como as alterações no decorrer da execução orçamentária			0,227272	75,01%
	Site de outros órgãos	Disponibiliza o endereço eletrônico dos órgãos onde deverão obter outras informações (TCE, TJE, Governo Estadual, Governo Federal, Senado, Câmara)			0,227272	
	Diário Oficial do Estado	Disponibiliza link de acesso ao Diário Oficial do Estado			0,227272	
	Diário Oficial do Legislativo Eletrônico	Disponibiliza link do Diário Oficial da Assembleia Legislativa	0			
			0,681816			
8 CANAL DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	Canal de contato com o Parlamentar	Disponibiliza um canal de contato com os parlamentares, não só de caráter informativo de suas ações, projetos e leis, mas também para sugestões e dúvidas.			0,227272	85,71%
	Perguntas e respostas	Disponibiliza os principais questionamentos encaminhados pela sociedade, assim como, suas respectivas respostas.			0,227272	
	Canal de denúncias	Disponibiliza um canal específico para denúncias com acompanhamento das providências e resultados.			0,227272	
	Formulário de Solicitação	Solicitação das informações exigidas pela Lei 12.527/2011 - Se existe um canal de comunicação com mecanismos e procedimentos para fins de atendimento das exigências da Lei de acesso a Informação (LAI).			0,227272	
	Sites das Câmaras Municipais	Disponibiliza um link no site da Assembleia com os sites de todas as Câmaras Legislativas do Estado, permitindo assim, a comunicação e integração dos cidadãos do interior do Estado.	0			
	Redes Sociais Institucional (Facebook, Twitter, entre outras)	Disponibiliza link das redes sociais institucionais do Poder Legislativo.			0,227272	
	Canal de Comunicação com as Comissões Permanentes e Temporárias	Canal de comunicação direto, individual e específico de cada Comissão Técnica Permanente e Temporária, o qual deve além de disponibilizar informações sobre os trabalhos que ela vem realizando			0,227272	
			1,363632			
PONTUAÇÃO						67,58%

 Assembleia Legislativa DO ESTADO DE RONDÔNIA						MAPA DO SITE ACESSIBILIDADE CONTATO				
Ir para o conteúdo Ir para o menu Ir para a busca Ir para o rodapé						<input type="text" value="Buscar no Site"/>				
	Requisitos	Descrição	Pesos			Resultado				
			0	1	2					
1 FUNÇÃO ADMINISTRATIVA	Estrutura Orgânica	Disponibiliza o organograma da estrutura orgânica			0,227272	40%				
	Competências	Disponibiliza a descrição das atividades de cada unidade administrativa e os serviços que elas oferecem			0,227272					
	Lista de servidores públicos	Disponibiliza a lista dos servidores públicos de todos os níveis hierárquicos e departamentos	0							
	Remuneração dos servidores	Disponibiliza a remuneração mensal por cargo	0							
	Objetivos e metas das unidades administrativas	Disponibiliza as metas e objetivos das unidades administrativas em conformidade com seus programas operacionais	0							
			0,454544							
2 CONTROLE INTERNO	Informações sobre bens materiais e Gestão Fiscal	Disponibiliza relatório periódico da gestão fiscal do Parlamento			0,227272	56,25%				
		Disponibiliza informações relativas à alocação, guarda e condições dos veículos, espaços físicos, bens móveis e imóveis em geral e de todos os recursos materiais que dispõe o Parlamento.	0							
	Alocação de recursos financeiros	Disponibiliza informação sobre a aplicação e destino final dos recursos econômicos do Parlamento			0,227272					
	Verba de Gabinete e indenizatória	Disponibiliza o total da verba de gabinete e indenizatória do parlamentar, assim como a especificação das despesas		0,113636						
	Informe anual de transparência	Disponibiliza um informe público das atividades realizadas durante todo o ano	0							
	Resultados de Auditorias	Disponibiliza os resultados das auditorias internas	0							
	Denúncia contra deputado ou funcionário do Poder	Disponibiliza link de denúncia contra deputados ou funcionários do Poder direto para a Ouvidoria da Casa			0,227272					
	Lei de Acesso a Informação (LAI)	Divulgação da execução orçamentária em tempo real em conformidade com as exigências da Lei 12527 Lei de acesso a Informação (LAI).			0,227272					
			1,022724							
3 TRABALHO LEGISLATIVO	Ordem do dia	Disponibiliza a ordem do dia das sessões plenárias			0,227272	71,43%				
	Gazeta Parlamentar	Dispõe de uma Gazeta Parlamentar eletrônica	0							
	Proposições	Disponibiliza acesso a proposições como: projetos de lei, decretos, requerimentos e indicações			0,227272					
	Votações nominais	Disponibiliza o registro do voto por cada legislador nos casos de criação de novas leis e reformas legais, assim como nos pontos de acordo, eleição da mesa diretora	0							
	Informações de viagens oficiais e recursos	Disponibiliza informações sobre a viagens oficiais que os legisladores realizam com o recursos do Parlamento			0,227272					
	Canal Web (TV ou rádio Web)	Permite que o cidadão possa acompanhar as sessões plenárias pela TV ou rádio Web			0,227272					
	Frequência Parlamentar	Disponibiliza a frequência dos deputados			0,227272					
			1,13636							

4 TRABALHO DAS COMISSÕES	Membros das Comissões	Disponibiliza a lista dos Membros das Comissões			0,227272	25%
	Resultados de Investigações	Disponibiliza os resultados dos estudos ou investigações de natureza econômica, política e social que são realizados pelas Comissões	0			
	Informes das Comissões	Disponibiliza informes dos trabalhos realizados pelas comissões	0			
	Relatórios das Comissões	Identificar a formalização de relatórios sobre os trabalhos realizados, os resultados e desempenho das Comissões	0			
			0,227272			
5 CONCESSÕES, PERMISSÕES E CONTRATOS	Concessões e permissões	Disponibiliza as concessões, permissões ou autorizações realizadas pela Casa.			0,227272	100%
	Contratações	Disponibiliza informações de obras públicas, os bens adquiridos, arrendados e os serviços contratados			0,227272	
		Disponibiliza o valor dos contratos			0,227272	
		Disponibiliza o nome do contratado, da pessoa física ou jurídica com quem o contrato foi celebrado			0,227272	
		Disponibiliza os prazos de cumprimento dos contratos			0,227272	
		Disponibiliza o objeto contratual e suas alterações posteriores			0,227272	
			1,363632			
6 ARQUIVO HISTÓRICO E SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS	Arquivo histórico	Disponibiliza um arquivo histórico do Parlamento catalogados e classificados por tema, assim como a organização dos arquivos das unidades administrativas colocadas a disposição	0			0%
	Serviços de Biblioteca e Arquivo	Disponibiliza ao público a consulta on-line da biblioteca do Parlamento e do arquivo histórico	0			
	Trâmites e requisitos de acesso à Biblioteca e ao Arquivo	Disponibiliza os trâmites, requisitos e formatos para o uso da Biblioteca e do arquivo histórico	0			
			0			
7 CONTROLES EXTERNOS	Orçamento Geral do Estado	Disponibiliza em link específico para acessar o Orçamento Geral do Estado, assim como as alterações no decorrer da execução orçamentária			0,227272	100%
	Site de outros órgãos	Disponibiliza o endereço eletrônico dos órgãos onde deverão obter outras informações (TCE, TJE, Governo Estadual, Governo Federal, Senado, Câmara)			0,227272	
	Diário Oficial do Estado	Disponibiliza link de acesso ao Diário Oficial do Estado			0,227272	
	Diário Oficial do Legislativo Eletrônico	Disponibiliza link do Diário Oficial da Assembleia Legislativa			0,227272	
			0,909088			
8 CANAL DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	Canal de contato com o Parlamentar	Disponibiliza um canal de contato com os parlamentares, não só de caráter informativo de suas ações, projetos e leis, mas também para sugestões e dúvidas.			0,227272	100%
	Perguntas e respostas	Disponibiliza os principais questionamentos encaminhados pela sociedade, assim como, suas respectivas respostas.			0,227272	
	Canal de denúncias	Disponibiliza um canal específico para denúncias com acompanhamento das providências e resultados.			0,227272	
	Formulário de Solicitação	Solicitação das informações exigidas pela Lei 12.527/2011 - Se existe um canal de comunicação com mecanismos e procedimentos para fins de atendimento das exigências da Lei de acesso a Informação (LAI).			0,227272	
	Sites das Câmaras Municipais	Disponibiliza um link no site da Assembleia com os sites de todas as Câmaras Legislativas do Estado, permitindo assim, a comunicação e integração dos cidadãos do interior do Estado.			0,227272	
	Redes Sociais Institucional (Facebook, Twitter, entre outras)	Disponibiliza link das redes sociais institucionais do Poder Legislativo.			0,227272	
	Canal de Comunicação com as Comissões Permanentes e Temporárias	Canal de comunicação direto, individual e específico de cada Comissão Técnica Permanente e Temporária, o qual deve além de disponibilizar informações sobre os trabalhos que ela vem realizando			0,227272	
			1,590904			
PONTUAÇÃO						61,59%

	Requisitos	Descrição	Pesos			Resultado
			0	1	2	
1 FUNÇÃO ADMINISTRATIVA	Estrutura Orgânica	Disponibiliza o organograma da estrutura orgânica	0			40%
	Competências	Disponibiliza a descrição das atividades de cada unidade administrativa e os serviços que elas oferecem			0,227272	
	Lista de servidores públicos	Disponibiliza a lista dos servidores públicos de todos os níveis hierárquicos e departamentos	0			
	Remuneração dos servidores	Disponibiliza a remuneração mensal por cargo			0,227272	
	Objetivos e metas das unidades administrativas	Disponibiliza as metas e objetivos das unidades administrativas em conformidade com seus programas operacionais	0			
				0,454544		
2 CONTROLE INTERNO	Informações sobre bens materiais e Gestão Fiscal	Disponibiliza relatório periódico da gestão fiscal do Parlamento	0			18,75%
		Disponibiliza informações relativas à alocação, guarda e condições dos veículos, espaços físicos, bens móveis e imóveis em geral e de todos os recursos materiais que dispõe o Parlamento.	0			
	Alocação de recursos financeiros	Disponibiliza informação sobre a aplicação e destino final dos recursos econômicos do Parlamento	0			
	Verba de Gabinete e indenizatória	Disponibiliza o total da verba de gabinete e indenizatória do parlamentar, assim como a especificação das despesas		0,113636		
	Informe anual de transparência	Disponibiliza um informe público das atividades realizadas durante todo o ano	0			
	Resultados de Auditorias	Disponibiliza os resultados das auditorias internas	0			
	Denúncia contra deputado ou funcionário do Poder	Disponibiliza link de denúncia contra deputados ou funcionários do Poder direto para a Ouvidoria da Casa	0			
	Lei de Acesso a Informação (LAI)	Divulgação da execução orçamentária em tempo real em conformidade com as exigências da Lei 12527 Lei de acesso a Informação (LAI).			0,227272	
			0,340908			
3 TRABALHO LEGISLATIVO	Ordem do dia	Disponibiliza a ordem do dia das sessões plenárias	0			14,29%
	Gazeta Parlamentar	Dispõe de uma Gazeta Parlamentar eletrônica			0,227272	
	Proposições	Disponibiliza acesso a proposições como: projetos de lei, decretos, requerimentos e indicações	0			
	Votações nominais	Disponibiliza o registro do voto por cada legislador nos casos de criação de novas leis e reformas legais, assim como nos pontos de acordo, eleição da mesa diretora	0			
	Informações de viagens oficiais e recursos	Disponibiliza informações sobre a viagens oficiais que os legisladores realizam com o recursos do Parlamento	0			
	Canal Web (TV ou rádio Web)	Permite que o cidadão possa acompanhar as sessões plenárias pela TV ou rádio Web	0			
	Frequência Parlamentar	Disponibiliza a frequência dos deputados	0			
			0,227272			

4 TRABALHO DAS COMISSÕES	Membros das Comissões	Disponibiliza a lista dos Membros das Comissões	0			0%
	Resultados de Investigações	Disponibiliza os resultados dos estudos ou investigações de natureza econômica, política e social que são realizados pelas Comissões	0			
	Informes das Comissões	Disponibiliza informes dos trabalhos realizados pelas comissões	0			
	Relatórios das Comissões	Identificar a formalização de relatórios sobre os trabalhos realizados, os resultados e desempenho das Comissões	0			
5 CONCESSÕES, PERMISSÕES E CONTRATOS	Concessões e permissões	Disponibiliza as concessões, permissões ou autorizações realizadas pela Casa.	0			0%
	Contratações	Disponibiliza informações de obras públicas, os bens adquiridos, arrendados e os serviços contratados	0			
		Disponibiliza o valor dos contratos	0			
		Disponibiliza o nome do contratado, da pessoa física ou jurídica com quem o contrato foi celebrado	0			
		Disponibiliza os prazos de cumprimento dos contratos	0			
		Disponibiliza o objeto contratual e suas alterações posteriores	0			
6 ARQUIVO HISTÓRICO E SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS	Arquivo histórico	Disponibiliza um arquivo histórico do Parlamento catalogados e classificados por tema, assim como a organização dos arquivos das unidades administrativas colocadas a disposição	0			0%
	Serviços de Biblioteca e Arquivo	Disponibiliza ao público a consulta on-line da biblioteca do Parlamento e do arquivo histórico	0			
	Trâmites e requisitos de acesso à Biblioteca e ao Arquivo	Disponibiliza os trâmites, requisitos e formatos para o uso da Biblioteca e do arquivo histórico	0			
7 CONTROLES EXTERNOS	Orçamento Geral do Estado	Disponibiliza em link específico para acessar o Orçamento Geral do Estado, assim como as alterações no decorrer da execução orçamentária			0,227272	50%
	Site de outros órgãos	Disponibiliza o endereço eletrônico dos órgãos onde deverão obter outras informações (TCE, TJE, Governo Estadual, Governo Federal, Senado, Câmara)	0			
	Diário Oficial do Estado	Disponibiliza link de acesso ao Diário Oficial do Estado	0			
	Diário Oficial do Legislativo Eletrônico	Disponibiliza link do Diário Oficial da Assembleia Legislativa			0,227272	
8 CANAL DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	Canal de contato com o Parlamentar	Disponibiliza um canal de contato com os parlamentares, não só de caráter informativo de suas ações, projetos e leis, mas também para sugestões e dúvidas.	0			0%
	Perguntas e respostas	Disponibiliza os principais questionamentos encaminhados pela sociedade, assim como, suas respectivas respostas.	0			
	Canal de denúncias	Disponibiliza um canal específico para denúncias com acompanhamento das providências e resultados.	0			
	Formulário de Solicitação	Solicitação das informações exigidas pela Lei 12.527/2011 - Se existe um canal de comunicação com mecanismos e procedimentos para fins de atendimento das exigências da Lei de acesso a Informação (LAI).	0			
	Sites das Câmaras Municipais	Disponibiliza um link no site da Assembleia com os sites de todas as Câmaras Legislativas do Estado, permitindo assim, a comunicação e integração dos cidadãos do interior do Estado.	0			
	Redes Sociais Institucional (Facebook, Twitter, entre outras)	Disponibiliza link das redes sociais institucionais do Poder Legislativo.	0			
	Canal de Comunicação com as Comissões Permanentes e Temporárias	Canal de comunicação direto, individual e específico de cada Comissão Técnica Permanente e Temporária, o qual deve além de disponibilizar informações sobre os trabalhos que ela vem realizando	0			
PONTUAÇÃO						15,38%



	Requisitos	Descrição	Pesos			Resultado	
			0	1	2		
1 FUNÇÃO ADMINISTRATIVA	Estrutura Orgânica	Disponibiliza o organograma da estrutura orgânica			0,227272	80%	
	Competências	Disponibiliza a descrição das atividades de cada unidade administrativa e os serviços que elas oferecem			0,227272		
	Lista de servidores públicos	Disponibiliza a lista dos servidores públicos de todos os níveis hierárquicos e departamentos			0,227272		
	Remuneração dos servidores	Disponibiliza a remuneração mensal por cargo			0,227272		
	Objetivos e metas das unidades administrativas	Disponibiliza as metas e objetivos das unidades administrativas em conformidade com seus programas operacionais	0				
			0,909088				
2 CONTROLE INTERNO	Informações sobre bens materiais e Gestão Fiscal	Disponibiliza relatório periódico da gestão fiscal do Parlamento			0,227272	68,75%	
		Disponibiliza informações relativas à alocação, guarda e condições dos veículos, espaços físicos, bens móveis e imóveis em geral e de todos os recursos materiais que dispõe o Parlamento.	0				
	Alocação de recursos financeiros	Disponibiliza informação sobre a aplicação e destino final dos recursos econômicos do Parlamento			0,227272		
	Verba de Gabinete e indenizatória	Disponibiliza o total da verba de gabinete e indenizatória do parlamentar, assim como a especificação das despesas		0,113636			
	Informe anual de transparência	Disponibiliza um informe público das atividades realizadas durante todo o ano			0,227272		
	Resultados de Auditorias	Disponibiliza os resultados das auditorias internas	0				
	Denúncia contra deputado ou funcionário do Poder	Disponibiliza link de denúncia contra deputados ou funcionários do Poder direto para a Ouvidoria da Casa			0,227272		
	Lei de Acesso a Informação (LAI)	Divulgação da execução orçamentária em tempo real em conformidade com as exigências da Lei 12527 Lei de acesso a Informação (LAI).			0,227272		
			1,249996				
3 TRABALHO LEGISLATIVO	Ordem do dia	Disponibiliza a ordem do dia das sessões plenárias			0,227272	100%	
	Gazeta Parlamentar	Dispõe de uma Gazeta Parlamentar eletrônica			0,227272		
	Proposições	Disponibiliza acesso a proposições como: projetos de lei, decretos, requerimentos e indicações			0,227272		
	Votações nominais	Disponibiliza o registro do voto por cada legislador nos casos de criação de novas leis e reformas legais, assim como nos pontos de acordo, eleição da mesa diretora			0,227272		
	Informações de viagens oficiais e recursos	Disponibiliza informações sobre a viagens oficiais que os legisladores realizam com o recursos do Parlamento			0,227272		
	Canal Web (TV ou rádio Web)	Permite que o cidadão possa acompanhar as sessões plenárias pela TV ou rádio Web			0,227272		
	Frequência Parlamentar	Disponibiliza a frequência dos deputados			0,227272		
			1,590904				

4 TRABALHO DAS COMISSÕES	Membros das Comissões	Disponibiliza a lista dos Membros das Comissões			0,227272	50%
	Resultados de Investigações	Disponibiliza os resultados dos estudos ou investigações de natureza econômica, política e social que são realizados pelas Comissões	0			
	Informes das Comissões	Disponibiliza informes dos trabalhos realizados pelas comissões			0,227272	
	Relatórios das Comissões	Identificar a formalização de relatórios sobre os trabalhos realizados, os resultado e desempenho das Comissões	0			
5 CONCESSÕES, PERMISSÕES E CONTRATOS	Concessões e permissões	Disponibiliza as concessões, permissões ou autorizações realizadas pela Casa.			0,227272	100%
	Contratações	Disponibiliza informações de obras públicas, os bens adquiridos, arrendados e os serviços contratados			0,227272	
		Disponibiliza o valor dos contratos			0,227272	
		Disponibiliza o nome do contratado, da pessoa física ou jurídica com quem o contrato foi celebrado			0,227272	
		Disponibiliza os prazos de cumprimento dos contratos			0,227272	
		Disponibiliza o objeto contratual e suas alterações posteriores			0,227272	
6 ARQUIVO HISTÓRICO E SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS	Arquivo histórico	Disponibiliza um arquivo histórico do Parlamento catalogados e classificados por tema, assim como a organização dos arquivos das unidades administrativas colocadas a disposição			0,227272	100%
	Serviços de Biblioteca e Arquivo	Disponibiliza ao público a consulta on-line da biblioteca do Parlamento e do arquivo histórico			0,227272	
	Trâmites e requisitos de acesso à Biblioteca e ao Arquivo	Disponibiliza os trâmites, requisitos e formatos para o uso da Biblioteca e do arquivo histórico			0,227272	
7 CONTROLES EXTERNOS	Orçamento Geral do Estado	Disponibiliza em link específico para acessar o Orçamento Geral do Estado, assim como as alterações no decorrer da execução orçamentária			0,227272	75,01%
	Site de outros órgãos	Disponibiliza o endereço eletrônico dos órgãos onde deverão obter outras informações (TCE, TJE, Governo Estadual, Governo Federal, Senado, Câmara)			0,227272	
	Diário Oficial do Estado	Disponibiliza link de acesso ao Diário Oficial do Estado	0			
	Diário Oficial do Legislativo Eletrônico	Disponibiliza link do Diário Oficial da Assembleia Legislativa			0,227272	
8 CANAL DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	Canal de contato com o Parlamentar	Disponibiliza um canal de contato com os parlamentares, não só de caráter informativo de suas ações, projetos e leis, mas também para sugestões e dúvidas.			0,227272	85,71%
	Perguntas e respostas	Disponibiliza os principais questionamentos encaminhados pela sociedade, assim como, suas respectivas respostas.			0,227272	
	Canal de denúncias	Disponibiliza um canal específico para denúncias com acompanhamento das providências e resultados.			0,227272	
	Formulário de Solicitação	Solicitação das informações exigidas pela Lei 12.527/2011 - Se existe um canal de comunicação com mecanismos e procedimentos para fins de atendimento das exigências da Lei de acesso a Informação (LAI).			0,227272	
	Sites das Câmaras Municipais	Disponibiliza um link no site da Assembleia com os sites de todas as Câmaras Legislativas do Estado, permitindo assim, a comunicação e integração dos cidadãos do interior do Estado.			0,227272	
	Redes Sociais Institucional (Facebook, Twitter, entre outras)	Disponibiliza link das redes sociais institucionais do Poder Legislativo.			0,227272	
	Canal de Comunicação com as Comissões Permanentes e Temporárias	Canal de comunicação direto, individual e específico de cada Comissão Técnica Permanente e Temporária, o qual deve além de disponibilizar informações sobre os trabalhos que ela vem realizando	0			
PONTUAÇÃO						82,44%



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

18ª Legislatura – São Paulo, 22 de Setembro de 2015

CENTRAL DE ATENDIMENTO

TRANSPARÊNCIA
ALESP

	Requisitos	Descrição	Pesos			Resultado
			0	1	2	
1 FUNÇÃO ADMINISTRATIVA	Estrutura Orgânica	Disponibiliza o organograma da estrutura orgânica			0,227272	60%
	Competências	Disponibiliza a descrição das atividades de cada unidade administrativa e os serviços que elas oferecem	0			
	Lista de servidores públicos	Disponibiliza a lista dos servidores públicos de todos os níveis hierárquicos e departamentos			0,227272	
	Remuneração dos servidores	Disponibiliza a remuneração mensal por cargo			0,227272	
	Objetivos e metas das unidades administrativas	Disponibiliza as metas e objetivos das unidades administrativas em conformidade com seus programas operacionais	0			
				0,681816		
2 CONTROLE INTERNO	Informações sobre bens materiais e Gestão Fiscal	Disponibiliza relatório periódico da gestão fiscal do Parlamento			0,227272	56,25%
		Disponibiliza informações relativas à alocação, guarda e condições dos veículos, espaços físicos, bens móveis e imóveis em geral e de todos os recursos materiais que dispõe o Parlamento.	0			
	Alocação de recursos financeiros	Disponibiliza informação sobre a aplicação e destino final dos recursos econômicos do Parlamento			0,227272	
	Verba de Gabinete e indenizatória	Disponibiliza o total da verba de gabinete e indenizatória do parlamentar, assim como a especificação das despesas	0			
	Informe anual de transparência	Disponibiliza um informe público das atividades realizadas durante todo o ano	0			
	Resultados de Auditorias	Disponibiliza os resultados das auditorias internas	0			
	Denúncia contra deputado ou funcionário do Poder	Disponibiliza link de denúncia contra deputados ou funcionários do Poder direto para a Ouvidoria da Casa			0,227272	
	Lei de Acesso a Informação (LAI)	Divulgação da execução orçamentária em tempo real em conformidade com as exigências da Lei 12527 Lei de acesso a Informação (LAI).			0,227272	
			1,022724			
3 TRABALHO LEGISLATIVO	Ordem do dia	Disponibiliza a ordem do dia das sessões plenárias			0,227272	57,14%
	Gazeta Parlamentar	Dispõe de uma Gazeta Parlamentar eletrônica	0			
	Proposições	Disponibiliza acesso a proposições como: projetos de lei, decretos, requerimentos e indicações			0,227272	
	Votações nominais	Disponibiliza o registro do voto por cada legislador nos casos de criação de novas leis e reformas legais, assim como nos pontos de acordo, eleição da mesa diretora			0,227272	
	Informações de viagens oficiais e recursos	Disponibiliza informações sobre a viagens oficiais que os legisladores realizam com o recursos do Parlamento	0			
	Canal Web (TV ou rádio Web)	Permite que o cidadão possa acompanhar as sessões plenárias pela TV ou rádio Web			0,227272	
	Frequência Parlamentar	Disponibiliza a frequência dos deputados	0			
			0,909088			

4 TRABALHO DAS COMISSÕES	Membros das Comissões	Disponibiliza a lista dos Membros das Comissões			0,227272	100%
	Resultados de Investigações	Disponibiliza os resultados dos estudos ou investigações de natureza econômica, política e social que são realizados pelas Comissões			0,227272	
	Informes das Comissões	Disponibiliza informes dos trabalhos realizados pelas comissões			0,227272	
	Relatórios das Comissões	Identificar a formalização de relatórios sobre os trabalhos realizados, os resultado e desempenho das Comissões			0,227272	
			0,909088			
5 CONCESSÕES, PERMISSÕES E CONTRATOS	Concessões e permissões	Disponibiliza as concessões, permissões ou autorizações realizadas pela Casa.			0,227272	100%
	Contratações	Disponibiliza informações de obras públicas, os bens adquiridos, arrendados e os serviços contratados			0,227272	
		Disponibiliza o valor dos contratos			0,227272	
		Disponibiliza o nome do contratado, da pessoa física ou jurídica com quem o contrato foi celebrado			0,227272	
		Disponibiliza os prazos de cumprimento dos contratos			0,227272	
		Disponibiliza o objeto contratual e suas alterações posteriores			0,227272	
			1,363632			
6 ARQUIVO HISTÓRICO E SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS	Arquivo histórico	Disponibiliza um arquivo histórico do Parlamento catalogados e classificados por tema, assim como a organização dos arquivos das unidades administrativas colocadas a disposição			0,227272	100%
	Serviços de Biblioteca e Arquivo	Disponibiliza ao público a consulta on-line da biblioteca do Parlamento e do arquivo histórico			0,227272	
	Trâmites e requisitos de acesso à Biblioteca e ao Arquivo	Disponibiliza os trâmites, requisitos e formatos para o uso da Biblioteca e do arquivo histórico			0,227272	
			0,681816			
7 CONTROLES EXTERNOS	Orçamento Geral do Estado	Disponibiliza em link específico para acessar o Orçamento Geral do Estado, assim como as alterações no decorrer da execução orçamentária			0,227272	75,01%
	Site de outros órgãos	Disponibiliza o endereço eletrônico dos órgãos onde deverão obter outras informações (TCE, TJE, Governo Estadual, Governo Federal, Senado, Câmara)			0,227272	
	Diário Oficial do Estado	Disponibiliza link de acesso ao Diário Oficial do Estado			0,227272	
	Diário Oficial do Legislativo Eletrônico	Disponibiliza link do Diário Oficial da Assembleia Legislativa	0			
			0,681616			
8 CANAL DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	Canal de contato com o Parlamentar	Disponibiliza um canal de contato com os parlamentares, não só de caráter informativo de suas ações, projetos e leis, mas também para sugestões e dúvidas.			0,227272	57,14%
	Perguntas e respostas	Disponibiliza os principais questionamentos encaminhados pela sociedade, assim como, suas respectivas respostas.	0			
	Canal de denúncias	Disponibiliza um canal específico para denúncias com acompanhamento das providências e resultados.	0			
	Formulário de Solicitação	Solicitação das informações exigidas pela Lei 12.527/2011 - Se existe um canal de comunicação com mecanismos e procedimentos para fins de atendimento das exigências da Lei de acesso a Informação (LAI).			0,227272	
	Sites das Câmaras Municipais	Disponibiliza um link no site da Assembleia com os sites de todas as Câmaras Legislativas do Estado, permitindo assim, a comunicação e integração dos cidadãos do interior do Estado.			0,227272	
	Redes Sociais Institucional (Facebook, Twitter, entre outras)	Disponibiliza link das redes sociais institucionais do Poder Legislativo.			0,227272	
	Canal de Comunicação com as Comissões Permanentes e Temporárias	Canal de comunicação direto, individual e específico de cada Comissão Técnica Permanente e Temporária, o qual deve além de disponibilizar informações sobre os trabalhos que ela vem realizando	0			
			0,909088			
PONTUAÇÃO						75,70%



Assembleia Legislativa
do Estado de Sergipe



A ALESE DEPUTADOS ATIVIDADE LEGISLATIVA LEGISLAÇÃO NOTÍCIAS TRANSPARÊNCIA SERVIDOR CONTATO Q

	Requisitos	Descrição	Pesos			Resultado
			0	1	2	
1 FUNÇÃO ADMINISTRATIVA	Estrutura Orgânica	Disponibiliza o organograma da estrutura orgânica			0,227272	60%
	Competências	Disponibiliza a descrição das atividades de cada unidade administrativa e os serviços que elas oferecem			0,227272	
	Lista de servidores públicos	Disponibiliza a lista dos servidores públicos de todos os níveis hierárquicos e departamentos	0			
	Remuneração dos servidores	Disponibiliza a remuneração mensal por cargo			0,227272	
	Objetivos e metas das unidades administrativas	Disponibiliza as metas e objetivos das unidades administrativas em conformidade com seus programas operacionais	0			
				0,681816		
2 CONTROLE INTERNO	Informações sobre bens materiais e Gestão Fiscal	Disponibiliza relatório periódico da gestão fiscal do Parlamento			0,227272	12,50%
		Disponibiliza informações relativas à alocação, guarda e condições dos veículos, espaços físicos, bens móveis e imóveis em geral e de todos os recursos materiais que dispõe o Parlamento.	0			
	Alocação de recursos financeiros	Disponibiliza informação sobre a aplicação e destino final dos recursos econômicos do Parlamento	0			
	Verba de Gabinete e indenizatória	Disponibiliza o total da verba de gabinete e indenizatória do parlamentar, assim como a especificação das despesas	0			
	Informe anual de transparência	Disponibiliza um informe público das atividades realizadas durante todo o ano	0			
	Resultados de Auditorias	Disponibiliza os resultados das auditorias internas	0			
	Denúncia contra deputado ou funcionário do Poder	Disponibiliza link de denúncia contra deputados ou funcionários do Poder direto para a Ouvidoria da Casa	0			
	Lei de Acesso a Informação (LAI)	Divulgação da execução orçamentária em tempo real em conformidade com as exigências da Lei 12527 Lei de acesso a Informação (LAI).	0			
			0,227272			
3 TRABALHO LEGISLATIVO	Ordem do dia	Disponibiliza a ordem do dia das sessões plenárias			0,227272	42,86%
	Gazeta Parlamentar	Dispõe de uma Gazeta Parlamentar eletrônica	0			
	Proposições	Disponibiliza acesso a proposições como: projetos de lei, decretos, requerimentos e indicações			0,227272	
	Votações nominais	Disponibiliza o registro do voto por cada legislador nos casos de criação de novas leis e reformas legais, assim como nos pontos de acordo, eleição da mesa diretora	0			
	Informações de viagens oficiais e recursos	Disponibiliza informações sobre a viagens oficiais que os legisladores realizam com o recursos do Parlamento	0			
	Canal Web (TV ou rádio Web)	Permite que o cidadão possa acompanhar as sessões plenárias pela TV ou rádio Web			0,227272	
	Frequência Parlamentar	Disponibiliza a frequência dos deputados	0			
			0,681816			

4 TRABALHO DAS COMISSÕES	Membros das Comissões	Disponibiliza a lista dos Membros das Comissões			0,227272	25%
	Resultados de Investigações	Disponibiliza os resultados dos estudos ou investigações de natureza econômica, política e social que são realizados pelas Comissões	0			
	Informes das Comissões	Disponibiliza informes dos trabalhos realizados pelas comissões	0			
	Relatórios das Comissões	Identificar a formalização de relatórios sobre os trabalhos realizados, os resultado e desempenho das Comissões	0		0,227272	
5 CONCESSÕES, PERMISSÕES E CONTRATOS	Concessões e permissões	Disponibiliza as concessões, permissões ou autorizações realizadas pela Casa.	0			0%
	Contratações	Disponibiliza informações de obras públicas, os bens adquiridos, arrendados e os serviços contratados	0			
		Disponibiliza o valor dos contratos	0			
		Disponibiliza o nome do contratado, da pessoa física ou jurídica com quem o contrato foi celebrado	0			
		Disponibiliza os prazos de cumprimento dos contratos	0			
		Disponibiliza o objeto contratual e suas alterações posteriores	0			
				0		
6 ARQUIVO HISTÓRICO E SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS	Arquivo histórico	Disponibiliza um arquivo histórico do Parlamento catalogados e classificados por tema, assim como a organização dos arquivos das unidades administrativas colocadas a disposição	0			0%
	Serviços de Biblioteca e Arquivo	Disponibiliza ao público a consulta on-line da biblioteca do Parlamento e do arquivo histórico	0			
	Trâmites e requisitos de acesso à Biblioteca e ao Arquivo	Disponibiliza os trâmites, requisitos e formatos para o uso da Biblioteca e do arquivo histórico	0			
					0	
7 CONTROLES EXTERNOS	Orçamento Geral do Estado	Disponibiliza em link específico para acessar o Orçamento Geral do Estado, assim como as alterações no decorrer da execução orçamentária	0			0%
	Site de outros órgãos	Disponibiliza o endereço eletrônico dos órgãos onde deverão obter outras informações (TCE, TJE, Governo Estadual, Governo Federal, Senado, Câmara)	0			
	Diário Oficial do Estado	Disponibiliza link de acesso ao Diário Oficial do Estado	0			
	Diário Oficial do Legislativo Eletrônico	Disponibiliza link do Diário Oficial da Assembleia Legislativa	0			
					0	
8 CANAL DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	Canal de contato com o Parlamentar	Disponibiliza um canal de contato com os parlamentares, não só de caráter informativo de suas ações, projetos e leis, mas também para sugestões e dúvidas.			0,227272	28,57%
	Perguntas e respostas	Disponibiliza os principais questionamentos encaminhados pela sociedade, assim como, suas respectivas respostas.	0			
	Canal de denúncias	Disponibiliza um canal específico para denúncias com acompanhamento das providências e resultados.	0			
	Formulário de Solicitação	Solicitação das informações exigidas pela Lei 12.527/2011 - Se existe um canal de comunicação com mecanismos e procedimentos para fins de atendimento das exigências da Lei de acesso a Informação (LAI).	0			
	Sites das Câmaras Municipais	Disponibiliza um link no site da Assembleia com os sites de todas as Câmaras Legislativas do Estado, permitindo assim, a comunicação e integração dos cidadãos do interior do Estado.	0			
	Redes Sociais Institucional (Facebook, Twitter, entre outras)	Disponibiliza link das redes sociais institucionais do Poder Legislativo.			0,227272	
	Canal de Comunicação com as Comissões Permanentes e Temporárias	Canal de comunicação direto, individual e específico de cada Comissão Técnica Permanente e Temporária, o qual deve além de disponibilizar informações sobre os trabalhos que ela vem realizando	0			
				0,454544		
PONTUAÇÃO						21,12%



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO TOCANTINS

A CASA É SUA

	Requisitos	Descrição	Pesos			Resultado
			0	1	2	
1 FUNÇÃO ADMINISTRATIVA	Estrutura Orgânica	Disponibiliza o organograma da estrutura orgânica	0			20%
	Competências	Disponibiliza a descrição das atividades de cada unidade administrativa e os serviços que elas oferecem	0			
	Lista de servidores públicos	Disponibiliza a lista dos servidores públicos de todos os níveis hierárquicos e departamentos			0,227272	
	Remuneração dos servidores	Disponibiliza a remuneração mensal por cargo	0			
	Objetivos e metas das unidades administrativas	Disponibiliza as metas e objetivos das unidades administrativas em conformidade com seus programas operacionais	0			
				0,227272		
2 CONTROLE INTERNO	Informações sobre bens materiais e Gestão Fiscal	Disponibiliza relatório periódico da gestão fiscal do Parlamento			0,227272	37,60%
		Disponibiliza informações relativas à alocação, guarda e condições dos veículos, espaços físicos, bens móveis e imóveis em geral e de todos os recursos materiais que dispõe o Parlamento.	0			
	Alocação de recursos financeiros	Disponibiliza informação sobre a aplicação e destino final dos recursos econômicos do Parlamento			0,227272	
	Verba de Gabinete e indenizatória	Disponibiliza o total da verba de gabinete e indenizatória do parlamentar, assim como a especificação das despesas	0			
	Informe anual de transparência	Disponibiliza um informe público das atividades realizadas durante todo o ano	0			
	Resultados de Auditorias	Disponibiliza os resultados das auditorias internas	0			
	Denúncia contra deputado ou funcionário do Poder	Disponibiliza link de denúncia contra deputados ou funcionários do Poder direto para a Ouvidoria da Casa			0,227272	
	Lei de Acesso a Informação (LAI)	Divulgação da execução orçamentária em tempo real em conformidade com as exigências da Lei 12527 Lei de acesso a Informação (LAI).	0			
			0,681816			
3 TRABALHO LEGISLATIVO	Ordem do dia	Disponibiliza a ordem do dia das sessões plenárias	0			28,57%
	Gazeta Parlamentar	Dispõe de uma Gazeta Parlamentar eletrônica	0			
	Proposições	Disponibiliza acesso a proposições como: projetos de lei, decretos, requerimentos e indicações			0,227272	
	Votações nominais	Disponibiliza o registro do voto por cada legislador nos casos de criação de novas leis e reformas legais, assim como nos pontos de acordo, eleição da mesa diretora	0			
	Informações de viagens oficiais e recursos	Disponibiliza informações sobre a viagens oficiais que os legisladores realizam com o recursos do Parlamento	0			
	Canal Web (TV ou rádio Web)	Permite que o cidadão possa acompanhar as sessões plenárias pela TV ou rádio Web			0,227272	
	Frequência Parlamentar	Disponibiliza a frequência dos deputados	0			
			0,454544			

4 TRABALHO DAS COMISSÕES	Membros das Comissões	Disponibiliza a lista dos Membros das Comissões			0,227272	25%
	Resultados de Investigações	Disponibiliza os resultados dos estudos ou investigações de natureza econômica, política e social que são realizados pelas Comissões	0			
	Informes das Comissões	Disponibiliza informes dos trabalhos realizados pelas comissões	0			
	Relatórios das Comissões	Identificar a formalização de relatórios sobre os trabalhos realizados, os resultado e desempenho das Comissões	0		0,227272	
5 CONCESSÕES, PERMISSÕES E CONTRATOS	Concessões e permissões	Disponibiliza as concessões, permissões ou autorizações realizadas pela Casa.	0			0%
	Contratações	Disponibiliza informações de obras públicas, os bens adquiridos, arrendados e os serviços contratados	0			
		Disponibiliza o valor dos contratos	0			
		Disponibiliza o nome do contratado, da pessoa física ou jurídica com quem o contrato foi celebrado	0			
		Disponibiliza os prazos de cumprimento dos contratos	0			
		Disponibiliza o objeto contratual e suas alterações posteriores	0			
				0		
6 ARQUIVO HISTÓRICO E SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS	Arquivo histórico	Disponibiliza um arquivo histórico do Parlamento catalogados e classificados por tema, assim como a organização dos arquivos das unidades administrativas colocadas a disposição	0			0%
	Serviços de Biblioteca e Arquivo	Disponibiliza ao público a consulta on-line da biblioteca do Parlamento e do arquivo histórico	0			
	Trâmites e requisitos de acesso à Biblioteca e ao Arquivo	Disponibiliza os trâmites, requisitos e formatos para o uso da Biblioteca e do arquivo histórico	0			
					0	
7 CONTROLES EXTERNOS	Orçamento Geral do Estado	Disponibiliza em link específico para acessar o Orçamento Geral do Estado, assim como as alterações no decorrer da execução orçamentária	0			25%
	Site de outros órgãos	Disponibiliza o endereço eletrônico dos órgãos onde deverão obter outras informações (TCE, TJE, Governo Estadual, Governo Federal, Senado, Câmara)	0			
	Diário Oficial do Estado	Disponibiliza link de acesso ao Diário Oficial do Estado	0			
	Diário Oficial do Legislativo Eletrônico	Disponibiliza link do Diário Oficial da Assembleia Legislativa			0,227272	
					0,227272	
8 CANAL DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	Canal de contato com o Parlamentar	Disponibiliza um canal de contato com os parlamentares, não só de caráter informativo de suas ações, projetos e leis, mas também para sugestões e dúvidas.			0,227272	42,86%
	Perguntas e respostas	Disponibiliza os principais questionamentos encaminhados pela sociedade, assim como, suas respectivas respostas.	0			
	Canal de denúncias	Disponibiliza um canal específico para denúncias com acompanhamento das providências e resultados.	0			
	Formulário de Solicitação	Solicitação das informações exigidas pela Lei 12.527/2011 - Se existe um canal de comunicação com mecanismos e procedimentos para fins de atendimento das exigências da Lei de acesso a Informação (LAI).			0,227272	
	Sites das Câmaras Municipais	Disponibiliza um link no site da Assembleia com os sites de todas as Câmaras Legislativas do Estado, permitindo assim, a comunicação e integração dos cidadãos do interior do Estado.	0			
	Redes Sociais Institucional (Facebook, Twitter, entre outras)	Disponibiliza link das redes sociais institucionais do Poder Legislativo.			0,227272	
	Canal de Comunicação com as Comissões Permanentes e Temporárias	Canal de comunicação direto, individual e específico de cada Comissão Técnica Permanente e Temporária, o qual deve além de disponibilizar informações sobre os trabalhos que ela vem realizando	0			
					0,681816	
PONTUAÇÃO						22,37%

